

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARLOS EDUARDO BARTEL

**O MOVIMENTO SIONISTA E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE
JUDAICA BRASILEIRA (1901-1956)**

Orientadora: Dra. Regina Weber

Porto Alegre

2012

CARLOS EDUARDO BARTEL

**O MOVIMENTO SIONISTA E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE
JUDAICA BRASILEIRA (1901-1956)**

**Tese de Doutorado em História apresentada
como requisito parcial para a obtenção do Título
de Doutor em História. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas – Programa de Pós-
Graduação em História - Universidade Federal
do Rio Grande do Sul (PPGH/UFRGS)**

Orientadora: Dra. Regina Weber

Porto Alegre

2012

CARLOS EDUARDO BARTEL

**O MOVIMENTO SIONISTA E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE
JUDAICA BRASILEIRA (1901-1956)**

**Tese de Doutorado em História apresentada
como requisito parcial para a obtenção do Título
de Doutor em História.**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas –
Programa de Pós-Graduação em História -
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(PPGH/UFRGS)**

Orientadora: Profa. Dra. Regina Weber

Tese APROVADA em 24 de setembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Joana D'Arc do Valle Bahia (NIEM/UERJ) – Conceito A

Profa. Dra. Ieda Gutfreind (ICJMC) - Conceito A

Profa. Dra. Claudia Wasserman (PPGH/UFRGS) - Conceito A

Profa. Dra. Susana Bleil de Souza (PPGH/UFRGS) - Conceito A

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

Em um trabalho como este, agradecer, além de ser uma forma de reconhecimento é um ato arriscado, não pelos agradecimentos em si, mas quando se trata de uma pesquisa em história, muitos são os pontos interligados, muitas são as contribuições, as pessoas envolvidas e os caminhos percorridos, as idas e vindas, de modo que sempre corremos o risco do esquecimento. Sabedor disso, e necessitando correr esse risco, a realização deste trabalho contou com a contribuição, interlocução e orientação de professores, colegas, funcionários e amigos, aos quais sou enormemente grato. Entre estes, inicialmente, agradeço a Professora Regina Weber, pela orientação da pesquisa, pelas sugestões bibliográficas, debates, observações, revisões do texto, e também pela confiança e pela paciência nesses mais de cinco anos de convívio. Devo muito a professora Regina que leu este trabalho, mas ela não é responsável por seus erros, embora haja eliminado alguns.

Um agradecimento muito especial à Doutora Ieda Gutfreind do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC) de Porto Alegre, que me iniciou no tema dos estudos judaicos, e ao Professor Roney Cytrynowicz do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB) de São Paulo, muitas ideias e abordagens propostas e desenvolvidas ao longo da tese se devem aos apontamentos feitos por ambos. Da mesma forma, sou grato a professora Mônica Grin da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que cordialmente me recebeu no Rio de Janeiro, me franqueando novas possibilidades de pesquisa e novos contatos, entre estes o colega e interlocutor André de Lemos Freixo, um de meus guias no Rio. Devo também meus agradecimentos à Sandra Horta, Gerente de Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e aos funcionários dessa Instituição, pelo auxílio atencioso. Agradeço também a colega Ethel Mizray Cuperschmid, Doutora em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que muito contribuiu nesta pesquisa com informações sobre judeus e judaísmo em Minas Gerais e, especialmente, em Belo Horizonte, e o colega Abel de Castro, doutorando em história da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o qual troquei e compartilhei informações sobre judeus e judaísmo na região nordeste do Brasil.

Meu reconhecimento aos colegas e interlocutores de São Paulo, Márcio Mendes da Luz da Universidade de Campinas (UNICAMP) e Lúcia Chermont, consulente do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB) que tão bem me recebeu em São Paulo e me forneceu informações sobre judaísmo no estado paulista, bem como aos demais funcionários e

assistentes do AHJB, Theodora, Mireille e Messias; às professoras do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Dra. Helen Osório e Dra. Susana Bleil de Souza que durante as disciplinas cursadas contribuíram com comentários e sugestões, mostrando possíveis caminhos à serem percorridos, à professora Suzana ainda sou grato pelos comentários, acréscimos e sugestões feitos em minha banca de qualificação; as colegas Jane Mattos e Roswithia do *GT de Estudos Étnicos* vinculado a ANPUH/RS, com as quais pude debater assuntos afins, trocar ideias e experiências em nossos encontros. Um agradecimento especial, à Doutora Thaís Wenczenovicz pelas conversas amigáveis, e por suas orientações e informações sobre a Polônia, imigração polonesa no Brasil e Leste Europeu. Sou grato, a Professora Anita Brumer da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao colega Airan Milititsky da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pelas breves e instigantes conversas; aos amigos e interlocutores desta pesquisa, Doutor Tiago César, da Universidade de Córdoba/Espanha, meu correspondente na Europa, e Doutor Adhemar Lourenço da Silva Jr, Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), aos colegas, Eduardo M. Cardoso, Doutor Enildo Carvalho de Moura e Miguel Ângelo da Costa, do Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), pelas conversas, críticas e sugestões; e aos colegas Juliana Ramanzini e Eduardo Chaves que, ainda quando atuavam no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall de Porto Alegre/RS se mostraram sempre dispostos frente às minhas solicitações e questionamentos. Cabe ainda, registrar meu agradecimento ao programa de Pós-Graduação em História da UFRGS pela bolsa de estudos propiciada entre novembro de 2009 e junho de 2010, que me possibilitou maior mobilidade, permitindo minha presença e participação em diversos eventos, encontros e seminários, bem como um deslocamento para consultas em arquivos e locais de pesquisa situados em diferentes estados brasileiros. Visto isso, na maioria das vezes fui literalmente um *historiador domingueiro*, conforme definição de Philippe Áries, termo esse que se refere aqueles historiadores “que devotam seu tempo de lazer à pesquisa histórica” (BURKE, 1997, p. 81), dividindo a tarefa de pesquisa com outros afazeres profissionais.

Quero agradecer aos colegas da Escola Municipal Clodomir Vianna Moog, de São Leopoldo, onde trabalho, em especial a Diretora, Senhora Sônia Maria Cherutti, por ter compreendido a dificuldade de se fazer pesquisa sem poder dedicar-se exclusivamente a essa tarefa, assim, agradeço a ela que sempre foi atenciosa e compreensiva frente as minhas solicitações e ao meu trabalho de historiador.

Um agradecimento especial às professoras doutoras Cláudia Wasserman (UFRGS) e Joana Bahia (UERJ) por aceitarem o convite para fazer parte da banca examinadora e pelos comentários e sugestões a respeito deste trabalho.

Por fim, agradeço ainda a minha tia Vera e o primo Bruno, que nestes anos me hospedaram no Rio de Janeiro e quando necessário “correram” comigo pelas ruas e acervos desta cidade; pela paciência, apoio e compreensão frente a minha ausência, agradeço à minha mãe Anita, esposa Lúcia e aos meus filhos queridos Eduardo e Leonardo, para os quais dedico este trabalho.

A Revolução judaica é provavelmente a mais difícil de todas as revoluções na história universal, embora não seja a única nem a primeira. Houve várias grandes revoluções. Mencionarei apenas a Revolução Inglesa do século XVII, as revoluções americana e francesa no século XVIII, a revolução russa no século XX. Não são as últimas. Contudo há uma diferença fundamental que torna a revolução judaica particularmente difícil. Todas as revoluções realizadas e a realizar-se em outros países são revoluções contra um regime político, social ou econômico. A revolução judaica não é apenas contra um regime, mas também contra um destino, o destino particular de um povo único no seu gênero. - Ben-Gurion, *Os mandamentos da Revolução Judaica* (1944).

Nos sonhos começam as inquietudes, mas neles não terminam. (Guedali, personagem do livro *O Centauro no Jardim*, Moacyr Scliar).

RESUMO

A pesquisa aborda a relação entre o movimento sionista e os judeus radicados no Brasil, tendo como objetivo evidenciar e caracterizar a contribuição do nacionalismo judaico para a formação de uma identidade judaico-brasileira e de uma comunidade judaico-brasileira. Para isso, o estudo analisa a trajetória do movimento sionista no Brasil desde seu surgimento, o discurso e a ação sionista, bem como o intercâmbio entre entidades, dirigentes, militantes sionistas radicados em diferentes cidades brasileiras. A abordagem concentra-se na primeira metade do século XX, tendo como parâmetros os primeiros contatos entre judeus radicados no Brasil com as lideranças da Organização Sionista Mundial, em 1901, e o ano de 1956, momento posterior a criação de Israel, no qual o processo imigratório para a América perde seu ímpeto e os judeus já se encontram integrados na sociedade brasileira. Tendo a história política como referência e a partir de perspectivas de análise que se complementam, a pesquisa alcança seu objetivo ao evidenciar como as ideias e o discurso sionista permeou as diferentes associações e grupos judaicos durante o período citado, sem, no entanto, desconsiderar os conflitos e divergências político-ideológicas decorrentes desse processo.

Palavras-chave:

Judeus no Brasil - sionismo - Estado judeu - história política - imigração judaica.

ABSTRACT

This research addresses the relationship between Zionism and Jews living in Brazil, aiming to demonstrate and characterize the contribution of Jewish nationalism to the formation of a Jewish-Brazilian identity and a Jewish community in Brazil. For this, the study analyzes the history of the Zionist movement in Brazil since its inception, the Zionist discourse and action, as well as exchange between entities, officers, Zionist militants based in different cities. The approach focuses on the first half of the twentieth century, taking as parameters the first contacts between Jews living in Brazil with the leadership of the World Zionist Organization in 1901 and 1956, a subsequent creation of Israel in which the process of immigration to America loses its momentum and the Jews are already fully integrated into Brazilian society. Since the political history as a reference and from analytical perspectives that complement the research achieves its goal by showing how the ideas and the Zionist discourse has permeated the various associations and Jewish groups during the period mentioned, without, however, ignoring the conflicts and political and ideological differences resulting from this process.

Key-words:

Jews in Brazil - Zionism - the Jewish state - political history - Jewish immigration

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
1. SOBRE ACERVOS E ESTUDOS JUDAICOS NO BRASIL	46
1. 1. Estudos e acervos judaicos e a temática do sionismo no Brasil	47
2. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO SIONISTA NO SÉCULO XX, DESDE SEU SURGIMENTO NO FINAL DO SÉCULO XIX	67
2. 1. O movimento sionista no Brasil na primeira metade do século XX: paradoxos, nuances e contradições.....	96
3. O MOVIMENTO SIONISTA E OS JUDEUS DO BRASIL (1901-1956)	105
3. 1. Imigração judaica e sionismo	105
3. 2. A circulação de ideias: da Europa para a América.....	108
3. 3. Entidades, dirigentes e lideranças do movimento - dos primeiros contatos com a Europa até o movimento na década de 1920	112
3. 4. O sionismo nos anos 1930 e o Estado Novo (1937-1945)	121
4. ATIVIDADES SIONISTAS NO BRASIL, REDES SOCIAIS E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE JUDAICA BRASILEIRA	138
4. 1. Educação judaica	151
4. 2. O catecismo sionista	159
5. SIONISTAS VERSUS PROGRESSISTAS - ENCONTROS E CONFRONTOS: DOIS PROJETOS PARA O JUDAÍSMO BRASILEIRO (1901-1956)	169
5. 1. Sionismo e socialismo	176
5. 2. Sionistas e progressistas: origens e divergências no Brasil.....	180
5. 3. Sionistas e progressistas: breve panorama dos conflitos e divergências no Brasil	185

6. A CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE JUDAICA BRASILEIRA E A CRISE DO MOVIMENTO SIONISTA.....	198
6. 1. Sionismo e entidades comunitárias. Um estudo de caso: judeus alemães e o movimento sionista no Rio Grande do Sul.....	199
6. 2. Agregação comunitária: do sionismo ao judaísmo.....	222
6. 3. Movimento sionista: crise, novos rumos, perspectivas e indefinições.....	231
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
 ACERVOS E LOCAIS DE PESQUISA.....	257
 REFERÊNCIAS DE PESQUISA.....	259
A) BIBLIOGRAFIA.....	259
B) DOCUMENTOS PRIMÁRIOS.....	292
C) FONTES ORAIS	293
D) PERIÓDICOS E PUBLICAÇÕES CONSULTADAS	295
E) HOMEPAGES.....	299
 ANEXOS	301
 ANEXO 1 – Dirigentes sionistas no Brasil (primeira metade do século XX)	302
 ANEXO 2 – Teses de doutorado sobre judaísmo no Brasil contemporâneo	304
 ANEXO 3 – Dissertações de mestrado sobre judaísmo no Brasil contemporâneo.....	309

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acervos e instituições

ACP	Acervo Particular do Correio do Povo
AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ
AJCP	Acervo do Jornal Correio do Povo. Porto Alegre/RS
AHJB	Arquivo Histórico Judaico Brasileiro. São Paulo/SP
AHJPE	Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco. Recife/PE
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ
ARQSHOAH	Arquivo Virtual. Holocausto e Antissemitismo. Brasil/BR.
BEV	Biblioteca Érico Veríssimo - Casa de Cultura Mario Quintana. Porto Alegre/RS
BHPUCRS	Biblioteca e Hemeroteca da Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre/RS
BMMS	Biblioteca Manuel Marques de Souza. Conde de Porto Alegre. Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Santa Maria/RS
BN	Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro/RJ
BUFMG	Biblioteca da UFMG. Belo Horizonte/MG
BUFRJ	Biblioteca da UFRJ. Rio de Janeiro/RJ
BUFRGS	Biblioteca da UFRGS. Porto Alegre/RS
BULBRA	Biblioteca da ULBRA. Canoas/RS
BUNISINOS	Biblioteca da UNISINOS. São Leopoldo/RS
BUSP	Biblioteca da USP. São Paulo/SP
CEJ/USP	Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo/SP
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação da FGV/RJ
CZA	Central Zionist Archives ou Arquivo Sionista Central (ASC). Jerusalém
EIBSG	Escola Israelita Brasileira Salomão Guelmann. Curitiba/PR
FBNRJ	Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ
FGV/RJ	Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro/RJ
FISEMG	Federação Israelita do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte/ MG
FIRGS	Federação Israelita do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS
ICJBS	Instituto Cultural Judaico Brasileiro Bernardo Schulman. Curitiba/PR
ICJMC	Instituto Cultural Judaico Marc Chagall. Porto Alegre/RS

IHIM	Instituto Histórico Israelita Mineiro. Belo Horizonte/MG
MCSHC	Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa. Porto Alegre/RS
MJ	Museu Judaico. Rio de Janeiro/RJ
MMP	Museu Maçônico Paranaense. Curitiba/PR
NEIPHO	Núcleo de Estudos e Integração de Pesquisas em História Oral (PPGH/UNISINOS) São Leopoldo/RS
NEJ	Núcleo de Estudos Judaicos/UFGM. Belo Horizonte/MG
NEJU	Núcleo de Estudos Judaicos/UFRGS. Porto Alegre/RS
NETB	Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros/UNISINOS. São Leopoldo/RS
NIEJ	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos/UFRJ. Rio de Janeiro/RJ
NIEM	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios/UFRJ. Rio de Janeiro/RJ
PEJ	Programa de Estudos Judaicos. UERJ – Rio de Janeiro/RJ
UCG	Universidade Católica de Goiás. Goiânia/GO
UEL	Universidade Estadual de Londrina. Londrina/PR
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ
UCPE	Universidade Católica de Pernambuco. Recife/PE
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE
UFPel	Universidade Federal de Pelotas. Pelotas/RS
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil. Canoas/RS
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS
UPF	Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo/RS
USP	Universidade de São Paulo. São Paulo/SP

Siglas utilizadas no trabalho

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AL	Alagoas
AM	Amazonas

ANPUH	Associação Nacional de História
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARI	Associação Religiosa Israelita/RJ
ASA	Associação Sholem Aleichem
BA	Bahia
BDF	Biblioteca Davi Frischmam
BIBSA	Biblioteca Israelita Sholem Aleichem
CE	Ceará
CERCIB	Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil
CIP	Congregação Israelita Paulista
CJM	Congresso Judaico Mundial
CONIB	Confederação Israelita do Brasil
CSA	Colégio Sholem Aleichem
CSI	Círculo Social Israelita de Porto Alegre
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DF	Distrito Federal/Brasília
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EZRA	Sociedade Israelita Amigo dos Pobres
FAPERGS	Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul
FISESP	Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo
GO	Goiás
ICIB	Instituto Cultural Israelita Brasileiro
IKUF	Idish Kultur Farband
JCA/ICA	Jewish Association Colonization
KH	Keren Haïessod
KKL	Keren Kaiemet Leisrael
MG	Minas Gerais
MJNI	Ministério da Justiça e Negócios Interiores
MS	Mato Grosso do Sul
NOS	Nova Organização Sionista
OJSUB	Organização Juvenil Sionista Unificada do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OSM	Organização Sionista Mundial
OSU/RS	Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul

OSU/RJ	Organização Sionista Unificada do Rio de Janeiro
OSU/SP	Organização Sionista Unificada de São Paulo
OSU/BR	Organização Sionista Unificada do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PE	Pernambuco
PL	Partido Libertador
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PR	Paraná
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WIZO	Women International Zionist Organization

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é o resultado de pesquisas desenvolvidas ao longo de uma década, desde o momento em que entrei em contato com as primeiras fontes de pesquisa sobre judaísmo e sionismo, em 2001. Ainda como aluno do curso de graduação em história da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), tive a oportunidade de atuar como bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) no Projeto de pesquisa intitulado “A criação do Estado de Israel: imagens e representações”,¹ coordenado pela Dra. Ieda Gutfreind, o qual teve como resultado final o livro de sua autoria: *A imigração judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história* (2004). Em meio a essa experiência inicial, produzi um primeiro texto: *O movimento sionista no Rio Grande do Sul: de Philippon a fundação de Israel: 1904-1948* (BARTEL, 2003), no qual utilizei como referência livros produzidos por imigrantes judeus e seus descendentes radicados no Rio Grande do Sul, bibliografia sobre judaísmo e periódicos locais como os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* de Porto Alegre, das décadas de 1920, 1930 e 1940.

A proposta daquele trabalho consistia em analisar o desenvolvimento das ideias sionistas no estado sul-rio-grandense durante o período compreendido entre o estabelecimento da colônia agrícola de Philippon, em 1904, e a fundação do Estado de Israel, em 1948. Porém, o estudo, ao não explorar as fontes de acordo com as possibilidades oferecidas por elas, apresentou limitações condizentes a pouca experiência dos pesquisadores neófitos. Tal exercício serviu, no entanto, como um primeiro ensaio para refletir acerca de como os judeus radicados no sul do Brasil engajaram-se no movimento sionista e no processo de construção do Estado judeu.

Com essa questão iniciei em 2004 o curso de mestrado em história, buscando identificar e analisar de que forma os judeus radicados no Brasil se engajaram e foram cooptados para o

¹ Projeto desenvolvido no Núcleo de Estudos e Integração de Pesquisas em História Oral (NEIPHO), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS.

movimento sionista.² Na dissertação de mestrado, ao mapear sumariamente as conexões e redes de contato pelas quais transitavam os dirigentes sionistas locais, identifiquei a presença constante de emissários sionistas estrangeiros, enviados ao Brasil desde o início dos anos 1920, pela *Organização Sionista Mundial* (daqui em diante OSM), sediada em Londres, para promover e coordenar o movimento na América Latina. Tal evidência abriu um leque de perguntas: “como esses emissários atuaram para propagar e difundir suas ideias?”, “que estratégias e que recursos materiais e simbólicos foram utilizados para promover esse movimento?”, “de que forma esses agentes integraram os diferentes agrupamentos judaicos ao movimento?” e “como essas ideias foram recebidas pelos judeus e pela sociedade maior?”, entre outros questionamentos.

Enquanto movimento político inspirado nos nacionalismos europeus do século XIX, o sionismo era multiforme, dividia-se internamente em diversas e diferentes tendências partidárias que, por sua vez, se vinculavam a ideologias seculares de “esquerda” e de “direita” compreendidas por grupos marxistas, socialistas, trabalhistas, liberais e conservadores, bem como com perspectivas religiosas.³ Em relação a isso, os emissários atuavam visando criar e manter a coesão do movimento, para isso universalizaram normas e procedimentos e definiram códigos e práticas sócio-culturais comuns entre seus militantes. A fim de propagar suas ideias, esses emissários utilizaram diferentes espaços, meios e canais de comunicação, como o teatro, a escola, a criação de entidades, a publicação de periódicos, a projeção de filmes sobre Israel, encontros, seminários e reuniões promovidas em diferentes instituições, bibliotecas, residências, etc. Essa ação bem sucedida, que contou com a participação de diferentes agrupamentos judaicos radicados no Brasil, possibilitou o surgimento de grupos sionistas, os quais serviram de base e deram sustentação ao movimento, no entanto, os mesmos não foram objeto de análise daquele estudo.

Além de evidenciar a ação dos emissários sionistas, a pesquisa de mestrado mostrou a participação de não-judeus no movimento, entre estes muitos políticos e intelectuais, e a interação destes com as coletividades israelitas radicadas no Brasil; igualmente, caracterizou as diferentes tendências político-partidárias sionistas e o processo de incorporação de uma

² Trabalho de pesquisa orientado pela Professora Ieda Gutfreind, realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, São Leopoldo/RS, concluído em abril de 2006, com a apresentação da dissertação: *Os Emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul (1945-1952)*.

³ O processo denominado secular separou a política da religião e transferiu para a vontade popular a fonte da legitimidade do poder. Esse processo transcorrido durante o judaísmo moderno, “corresponde ao período histórico que se estende do Iluminismo e da Revolução Francesa até o Holocausto e criação do Estado de Israel. Um período que durou aproximadamente dois séculos e que se nutriu dos valores universalistas do Iluminismo e da cidadania nacional da Revolução Francesa” (SORJ, 2010, p. 65).

identidade nacional judaica por parte dos imigrantes e de seus descendentes radicados no Rio Grande do Sul, às vésperas da criação de Israel. Porém, esse processo de engajamento dos judeus radicados no Brasil no movimento não transcorreu de forma pacífica ou linear, na medida em que posições político-ideológicas frente ao sionismo geravam divergências internas entre os adeptos e militantes do movimento.

Ao mostrar a atuação dos emissários, foi possível verificar que esses agentes, ao promoverem a causa sionista entre os *judeus-brasileiros*,⁴ propunham a construção de uma identidade nacional vinculada a um Estado imaginado, a ser *restabelecido na terra ancestral dos judeus*, conforme postulava o movimento sionista. A incorporação e o vínculo dos judeus a nova identidade nacional tornou-se visível quando esta foi acionada no confronto com os “árabes”, em decorrência da criação de Israel, mais especificamente no confronto com grupos de imigrantes formados por sírios e libaneses radicados em Porto Alegre.

Assim, a construção de uma identidade nacional vinculada ao Estado judeu ao longo da primeira metade do século XX – antes do advento do Estado de Israel – contou com a participação de grande contingente dos judeus da diáspora. Contou, igualmente, com o trabalho e um esforço de engenharia social por parte do movimento sionista através de seus agentes. Em suma, “a era da construção do estado e da nação tinha que ser, e foi, uma era de engajamento direto de governantes e governados” (BAUMAN, 2003, p. 114-115). Porém, convém esclarecer que entre os governantes e governados situava-se a questão cultural, pois uma identidade nacional propõe maiores vínculos entre os indivíduos e sua cultura, do que entre estes e os dirigentes do Estado-nação.

Esse trabalho de reconstrução e criação identitária originou entre os imigrantes judeus e seus descendentes radicados no Brasil, um processo de “ressignificações identitárias”, conforme definição de Ieda Gutfreind (2002). E, de modo paralelo e simultâneo à criação dessa nova identidade vinculada a Israel, desenvolvia-se outro processo: o de formação de uma identidade hifenizada judaico-brasileira e de construção de uma comunidade judaico-brasileira. Tal processo nos instiga a “repensar a experiência cultural judaica no Brasil, como um fenômeno que comporta movimento, adaptação, negociação e heterogeneidade de uma etnicidade situacional” frente aos estímulos variados do contexto nacional. Entendendo aqui “eticidade situacional” como a que “revela, na prática, as formas pelas quais os indivíduos negociam reelaboram suas diversas identidades conforme as situações com as quais são confrontados” de modo que em certas circunstâncias “são levados a adotar uma autodefinição,

⁴ A denominação judeus-brasileiros utilizada neste trabalho refere-se de modo amplo aos judeus (imigrantes e seus descendentes) radicados no Brasil, independente de terem ou não nascido no país.

sem necessariamente terem de negar outras facetas de sua identidade cultural” (GRIN; VIEIRA, 2004, p. 11).

No período que corresponde ao século XIX e primeira metade do século XX dois caminhos foram seguidos e duas propostas foram oferecidas para a construção de uma identidade brasileira. De um lado, a elite que ocupava posições de domínio, em linhas gerais, seguia pressupostos assimilacionistas e apresentava a ideia de branqueamento da população ao estilo europeu. De outro lado, os imigrantes europeus e não-europeus radicados no Brasil, com o propósito de se tornarem brasileiros e visando integrarem-se no contexto da sociedade brasileira, inseriram com maior ênfase na discussão acerca da construção dessa identidade a questão da etnicidade. Sem serem de fato assimilados e com o sentimento de serem diferentes e, mesmo assim, semelhantes, os imigrantes trouxeram para a discussão a ideia de identidade hifenizada. É através da negociação entre o branqueamento proposto pela elite dominante e a etnicidade proposta por grupos imigrantes, e também por grupos formados por afro-descendentes, que se formou uma identidade brasileira. Ambas as perspectivas nortearão nosso estudo, pois no caso dos judeus que imigraram para o Brasil, mesmo que eles não fossem católicos, eram brancos e europeus em sua grande maioria e se não foram assimilados por uma cultura majoritária, se integraram ao contexto social ao qual estavam inseridos, absorvendo aspectos desta cultura sem deixar de lado sua condição e cultura judaica. Dessa forma, segundo Jeffrey Lesser, “os brasileiros hifenizados incorporaram muitos dos elementos da cultura majoritária, mesmo permanecendo distintos” (LESSER, 2001, p. 22).

No livro *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (2001), Jeffrey Lesser ao abordar a contribuição dos imigrantes no debate referente à construção da identidade nacional (em especial dos asiáticos e grupos de imigrantes não-europeus), sugere que a “mestiçagem”, que muitos estudiosos viram como significando o surgimento de uma “raça” brasileira nova e uniforme, a partir da mistura de povos, foi muitas vezes entendida como uma união (e não uma mistura) de diferentes identidades, como a criação de uma multiplicidade de brasileiros hifenizados, e não de um grupo único e uniforme. Lesser explica que embora um discurso de elite relativamente coerente afirmando que a etnicidade representava uma traição tivesse como propósito fazer com que os novos residentes no Brasil aceitassem uma identidade nacional europeizada e homogênea, isso não deve ser confundido com as maneiras pelas quais a situação era de fato percebida, tanto no âmbito da elite quanto no do povo. Boa parte do pensamento da elite brasileira provinha da eugenia lamarckiana, a qual teorizava que as características e, portanto, a cultura eram adquiridas por intermédio dos ambientes humanos e climáticos locais. A

proposição eugênica de que uma única “raça nacional” era biologicamente possível fornecia um arcabouço conveniente para o apoio dado pelas elites nacionais e imigrantes às políticas que visavam promover o ingresso de imigrantes que viriam embranquecer o país. Segundo Lesser os imigrantes e seus descendentes desenvolveram maneiras sofisticadas e bem sucedidas de tornarem-se brasileiros, alterando a ideia de nação, tal como proposta pelos que ocupavam posições de domínio. Assim, as areias movediças da nacionalidade e da etnicidade, conforme escreveu Lesser, revelaram-se frequentemente nas discussões sobre a conveniência de se receber determinados grupos de imigrantes. (LESSER, 2001).

Ainda de acordo com essa perspectiva os imigrantes construíram e usaram etnicidades múltiplas, que operavam tanto em planos paralelos quanto em planos cruzados. A assimilação (na qual a cultura pré-imigratória do imigrante desaparece por completo) foi, conforme o historiador brasilianista, um fenômeno raro, enquanto a aculturação (a modificação de uma cultura em resultado do contato com uma outra) foi comum, mesmo entre aqueles que, de forma ostensiva, rejeitavam a sociedade majoritária, permanecendo em comunidades fechadas. Segundo a obra citada “a brancura continuou como um requisito importante para a inclusão na raça brasileira, mas o que significava ser branco mudou de forma marcante entre 1850 e 1950” (Ibidem, p. 21). A “raça era uma categoria obscura, e a linguagem da raça mostra uma preocupação visceral em definir o outro”. Assim, os imigrantes desafiaram os conceitos simplistas de raça, acrescentando à mistura um novo elemento: a etnicidade. “Todos os 4,55 milhões de imigrantes que entraram no Brasil entre 1872 e 1949 trouxeram consigo uma cultura pré-imigratória e criaram novas identidades étnicas” (Ibidem, p. 25). Dessa forma,

Ao longo de todo o século XX, os integrantes de uma elite imigrante sempre crescente (estudantes universitários, diretores de colônias agrícolas, proprietários de grandes ou pequenas empresas, jornalistas e intelectuais) engajaram-se de forma atuante num discurso público sobre o que significava ser brasileiro – por meio de jornais, livros, da arena política e, com frequência, de movimentos de massa – tendo como interlocutores políticos influentes, do nível estadual e federal, intelectuais e líderes empresariais. Eles criaram gêneros orais e escritos, nos quais as diferenças étnicas foram reformuladas para apropriar-se da identidade brasileira. Alguns insistiam em que, sendo “brancos”, eles se encaixavam numa sociedade tradicional que funcionava ao longo de um *continuum* bipolar preto/branco. Outros, contudo, recusaram-se a se categorizar nesses termos. Esses imigrantes (e seus descendentes) insistiram que novas categorias hifenizadas deveriam ser criadas sob a rubrica de “brasileiros”. Esse não foi um processo fácil ou suave, e as tentativas de legislar ou impor a brasilidade nunca tiveram êxito. Ao nos aproximarmos da virada do milênio, o Brasil permanece sendo um país onde a etnicidade hifenizada é predominante, embora não reconhecida (LESSER, 2001, p. 20).

Seguindo esse caminho, a presente pesquisa aborda como objeto de estudo, a relação entre o movimento sionista no Brasil e o processo de construção da comunidade judaica brasileira. Tem especificamente como objetivo analisar a contribuição do sionismo no processo de formação de uma identidade hifenizada judaico-brasileira e, por extensão, de uma comunidade judaico-brasileira. Ao perceber esse “hífen oculto”, conforme expressão de Jeffrey Lesser (2001), cabe perguntar: Quais recursos e estratégias, simbólicas e materiais, possibilitaram essa construção? quais fatores e o que estava em jogo para ser disputado? quais situações estiveram envolvidas e permearam esse processo? como o mesmo transcorreu? qual a relação entre sionismo, judeus radicados no Brasil e a formação da comunidade judaica brasileira? entre a construção de uma identidade nacional vinculada a Israel, o Estado imaginado, e a identidade judaica brasileira? Além de evidenciar o papel e a contribuição do movimento sionista para a construção da identidade judaica brasileira e para a formação de uma comunidade judaica brasileira, nosso estudo tem como intuito mostrar e explicitar as formas e os recursos utilizados nesta construção.

Assim, o presente trabalho limita-se a analisar a relação entre os judeus radicados no Brasil e o movimento sionista, a fim de evidenciar que, a maioria desses judeus, os quais se relacionaram de uma maneira ou de outra com o sionismo, ao se afastarem ou, por vezes, ressignificarem os postulados propostos pelo sionismo, formaram uma comunidade com traços específicos e se integraram ao país e a sociedade à qual estavam inseridos. Ao se analisar brevemente os diferentes grupos judaicos que emigraram para o Brasil é possível verificar que a comunidade judaica brasileira, ainda que persistam diferenças, foi construída historicamente em território brasileiro. Pois, com muita naturalidade fala-se atualmente em comunidade judaica, como um grupo homogeneamente consolidado, que é percebido e visto dessa forma por judeus, não-judeus e por entidades representativas do judaísmo brasileiro. E, ainda que existam exceções, os membros dessa comunidade compartilham valores comuns e se vinculam com temas universais do judaísmo contemporâneo como o permanente combate ao antissemitismo e a defesa do Estado de Israel.

No entanto, o processo de formação dessa comunidade se torna complexo ao se verificar que o Brasil não foi um espaço de encontro entre iguais, mas sim um local de estranhamento que reuniu diferentes grupos judaicos, um “lugar de encruzilhada de diásporas contingentes, lugar da ambivalência e da mistura” (GRIN; VIEIRA, 2004, p. 10). Nesse sentido, a pesquisa aqui proposta, aponta um caminho, entre outros, com a finalidade de explicar o problema enunciado por Roberto Grün, quando este refere:

[...] a entidade “comunidade judaica brasileira” é uma novidade muito recente da estrutura social do país, mas foi rapidamente naturalizada, perdendo qualquer traço de artificialidade. A exploração das particularidades dessa construção, focalizando os esforços e os recursos materiais e simbólicos utilizados na sua arquitetura, parece-me o ponto mais interessante para as ciências humanas da vivência judaica em nosso país. Ainda que outros povos, como os italianos, tenham também construído sua imagem diferencial no Brasil a partir de recursos que não estavam presentes quando da emigração, a origem diversa dos judeus brasileiros, expressando-se em costumes e línguas por vezes sem muito ponto de contato, tornava a possibilidade de constituição de uma comunidade judaica brasileira uma virtualidade não muito provável – se deixada ao acaso (GRÜN, 1999, p. 363-364).

Ao investigar a formação da comunidade judaica brasileira, a história do sionismo no Brasil e a relação entre ambos, a presente pesquisa, distanciando de outros estudos que abordaram o movimento sionista no Brasil, tem entre seus objetivos específicos: 1) analisar a atuação dos imigrantes judeus e de seus descendentes no movimento sionista e os conflitos decorrentes desse engajamento e dessa militância; 2) caracterizar a formação de uma comunidade judaica brasileira a partir desse viés específico; 3) avaliar o posicionamento contrário de diferentes grupos judaicos frente à causa sionista, e, 4) caracterizar o desenvolvimento do movimento e suas especificidades no Brasil. Visa com isso, a partir de problemáticas pouco exploradas pelas ciências humanas e sociais, não apenas discorrer sobre a história do judaísmo no Brasil contemporâneo, mas também abordar uma face ainda pouco conhecida da história do nosso país.

A abordagem aqui proposta concentra-se na primeira metade do século XX, tendo como referência o período compreendido entre os anos de 1901 e 1956, ou seja, entre a constatação documental dos primeiros registros e contatos entre judeus radicados no Brasil com as lideranças da OSM na Europa, e o momento posterior a criação de Israel, no qual o processo imigratório para o Brasil já havia perdido seu ímpeto e os judeus já se encontravam integrados na sociedade brasileira.

Visto isso, por integração entendemos uma condição pela qual diferentes grupos étnicos mantêm suas fronteiras grupais e singularidades participando, ao mesmo tempo, e igualmente, da sociedade em que estão inseridos. A diversidade cultural é mantida sem a implicação de que alguns grupos tenham mais acesso a recursos que outros. Para uma melhor compreensão dessa noção, é importante fazer o contraste com a assimilação. Assim, longe de facilitar a absorção de uma cultura por outra, a integração torna necessária a retenção ou até mesmo o fortalecimento das diferenças dos grupos étnicos. A metáfora popular de assimilação foi “o cadinho de raças”; a da integração é a da “salada mista”, com seus ingredientes separados e distinguíveis, mas não sendo um menos valioso que os outros. (O Canadá preferiu o conceito

“mosaico étnico”, com as diferentes peças da sociedade reunidas em um arranjo) (CASHMORE, 2000, p. 271).

O período posterior a década de 1940 é também o momento no qual as fronteiras internas que dividiam os diferentes grupos judaicos já se encontram mais porosas. E, ainda que identidades mais abrangentes não excluam necessariamente outras mais específicas, essas fronteiras tornaram-se mais permeáveis, mesmo que persistam diferenças intra-grupos até os dias de hoje. Assim, diferentes razões contribuíram para esse processo de amalgamento, entre eles vale citar que as novas gerações nascidas no Brasil, e mesmo parte dos imigrantes, que se radicaram no Brasil vincularam-se ao *modus-vivendi* do país hospedeiro, afastando-se culturalmente da região/país de onde eram originários seus pais. Também novos vínculos identitários surgidos com o sionismo, o Holocausto, o Estado de Israel e a ação integradora de diferentes grupos que no Brasil tinham como referência prévia “o ser judeu”, entre estas as ações mutualistas e sionistas, por exemplo, bem como o enfraquecimento de diferentes grupos ou concepções, como a tradição rabínica e a cultura iídiche (que teve seus principais centros destruídos devido a Segunda Guerra Mundial), contribuíram para esse processo de amalgamento entre os diferentes grupos judaicos radicados no Brasil.

Sobre isso cabe dizer que atualmente, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos, que depois de Israel se configura como o maior centro cultural judaico em termos mundiais, prevaleceu na última metade do século XX um judaísmo de caráter liberal e reformista que, grosso modo, libera os judeus da religião, ou melhor, a religião judaica não é mais o único referencial da identidade judaica. Para Bernardo Sorj o jovem judeu do século XXI está muito distante do judeu do século XX, este “torturado pelas perguntas ‘O que é ser judeu?’, ‘o que é identidade judaica?’, que tinham como pano de fundo a exigência de ter que escolher entre particularismo e universalismo, entre solidariedade nacional e com o próprio grupo, entre tradição e utopia”, assim, “a identidade judaica é cada vez mais a expressão de uma escolha positiva, uma identidade étnica, em lugar de uma identidade estigmatizada. Ela é cada vez mais liberdade e menos destino” (SORJ, 2010, p. 109-110).

Ainda em relação aos marcos utilizados pelos historiadores, sejam eles espaciais ou temporais, cabe referir que os mesmos servem como baliza e referência indicadora da análise, assim não hesitei em recuar ou avançar sobre as datas aqui escolhidas (1901-1956) quando necessário, pois ao utilizar datas e definições no campo da história, o recorte feito pelo historiador, espacial ou cronológico, é sempre arbitrário. Dessa forma, poderia iniciar o estudo tendo como referência a data de 1904, quando imigrantes judeus que já conheciam as ideias de Theodor Herzl aportaram no Brasil, ou o ano de 1913, quando é criado no Rio de

Janeiro um núcleo sionista composto por membros que posteriormente se configurariam como líderes do movimento no país, apresentando-se simultaneamente como representantes e porta-vozes do sionismo, do judaísmo e dos judeus-brasileiros. Poderia ainda, usar como referência a data de 1922, quando da institucionalização do movimento sionista no Brasil, mas, valendo-me da comprovação documental, optei pelo ano de 1901, quando se estabelecem os primeiros contatos entre judeus radicados no norte do país e o movimento internacional.

O historiador Avraham Milgram, ao consultar documentos no *Central Zionist Archives* (CZA), ou Arquivo Sionista Central (ASC), em Jerusalém, localizou a troca de correspondências, datadas do ano de 1901, entre judeus radicados no norte do Brasil e Max Nordau, um dos principais líderes do movimento sionista internacional. Conforme Milgram, é surpreendente “que tão prematuramente, somente quatro anos após o lançamento da pedra fundamental da organização sionista na Basileia, deu-se o contato entre a longínqua e quiçá esquecida comunidade do Brasil setentrional e os líderes do sionismo europeu” (MILGRAM, 1994, p. 622-631).

Diferentemente do que se poderia imaginar, não consideramos aqui a criação de Israel apenas como o auge do movimento sionista, mas também como o início de sua crise. Assim, escolhi como marco cronológico o ano de 1956, com o propósito de analisar a relação entre o movimento sionista e os judeus-brasileiros no período posterior à criação deste Estado nacional, bem como os desdobramentos transcorridos desse acontecimento, além de, igualmente, levar em conta a Guerra do Sinai e a crise do comunismo soviético. Em suma, as escolhas feitas pelo historiador são arbitrárias e devem ser consideradas as potencialidades oferecidas pelo objeto de estudo e pelas fontes de pesquisa, que por vezes acabam por forjar tanto a periodização, quanto o recorte temporal.

Ao analisar o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul, verifiquei que tanto a Organização Sionista Unificada local (instituição que representava oficialmente movimento no estado gaúcho), quanto os sionistas não vinculados a ela, estavam inseridos em uma rede formada por entidades judaicas situadas em diversos estados brasileiros, entidades estas que, por sua vez, encontravam-se associadas a grupos e entidades estrangeiras. Dessa forma, o próprio objeto de estudo e as fontes consultadas indicaram os caminhos a serem percorridos.

Entre 2003 e 2005 auxiliei, ainda que de forma breve, a Professora Ieda Gutfreind no processo de reorganização do Instituto Cultural Marc Judaico Chagall (ICJMC) de Porto Alegre, tal trabalho me permitiu entrar em contato com fontes diversas (jornais, revistas, cartas, certidões de óbito, fontes orais, etc.). Permitiu ainda o contato com fontes de dois arquivos pessoais, algumas delas ainda não estudadas/analizadas e as quais foram

imprescindíveis para esta pesquisa, pois além de preencherem lacunas, elucidaram questionamentos e instigaram novas dúvidas. Tais arquivos pessoais pertenceram a dois renomados sionistas do Rio Grande do Sul, os quais militavam em tendências sionistas distintas e mantinham permanente contato com grupos sionistas de outros estados e países. São eles o Arquivo do médico Maurício Seligman (AMS), presidente por três anos (1946-1948) da Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul (OSU/RS) e o Arquivo do senhor Josef Szulin Halpern (AJH), aberto em 2005.

O Arquivo de Seligman possui documentos, como cartas e discursos, relacionados ao movimento sionista e a sua atividade profissional, por sua vez, no de Halpern, são encontradas grande quantidade de fontes de pesquisa variadas, como recortes de jornal, artigos pessoais, revistas, periódicos comunitários e sionistas, muitos destes bastante difundidos/conhecidos entre os judeus brasileiros, como o jornal *Observador Sionista* e as revistas *Aonde Vamos?*, *Hatikva*, *Menorá*, entre outros documentos.

Por outro lado, e ainda com a finalidade de situar o leitor deste trabalho, convém enfatizar que quando referimos no texto “movimento sionista do Brasil”, “no Brasil” ou “brasileiro” o recorte não é meramente geográfico, sendo igualmente, necessário esclarecer que a abordagem ora proposta não pretende dar conta da complexidade, das peculiaridades e da heterogeneidade das comunidades judaicas espalhadas pelo país. Assim, para fins de pesquisa, os termos “Brasil” ou “brasileiro” são expressões referidas pelas próprias fontes consultadas e utilizadas neste trabalho e auto-atribuídas por membros do grupo aqui analisado. Dirigentes e militantes sionistas falavam em nome dos “judeus no/do Brasil”, tendo como propósito representar esses judeus e estabelecer uma distinção entre estes e os demais. Havia um intenso intercâmbio entre militantes, dirigentes e entidades sediadas em diferentes estados/cidades nas quais se localizavam as organizações sionistas brasileiras, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Belo Horizonte.

Para fins analíticos, o *sionismo brasileiro* é entendido aqui como um movimento ambivalente, voltado para a criação de Israel e para a inserção social dos judeus no Brasil. Em algumas fontes de pesquisa a expressão aparece referindo-se de modo genérico as atividades sionistas realizadas em território brasileiro visando à construção e/ou manutenção de um Estado judeu na Palestina.

A noção de sionismo brasileiro é encontrada nos documentos, em diferentes momentos temporais, em um destes, Jacob Hellman, emissário sionista estrangeiro, (que representaria a o Brasil no Congresso Sionista Mundial (que seria realizado em dezembro de 1946, em Basiléia, na Suíça) é questionado pelos editores da revista *Aonde Vamos?* que, por sua vez,

tinha como editor chefe Aron Neumann, fervoroso líder sionista brasileiro. Com o propósito de definir com clareza, desde já, esta noção que norteará nossa análise, transcrevemos abaixo um trecho da entrevista feita com o “Dr, Hellman”, contendo as perguntas feitas pela revista e as respostas do emissário. Tal trecho caracteriza o conflito de proposições, perspectivas e interesses entre o ambivalente sionismo brasileiro e as premissas gerais do movimento:

Nós [Aonde Vamos?] O senhor, como Delegado dos sionistas deste país, além de acompanhar nos assuntos políticos gerais a linha de seu partido, leva no seu programa alguns itens de interesse especial para o sionismo do Brasil?

Dr. Hellman: Um Congresso Sionista não trata de assuntos locais. Essas questões estão fora da alçada do Congresso Sionista Mundial. O próximo Executivo eleito talvez trate desses problemas.

Nós: Mas, Dr. Hellman, acontece que os judeus deste país contribuíram no último ano com 500.000 dólares para os fundos do Keren Kaiemet e do Keren Haiessod, sem ter representação no Congresso Central que gasta estes fundos. É tempo que termine esta situação e que o assunto seja levado perante o Congresso assim como nossa exigência de participação no Departamento de Aliá e especialmente que recebamos nos assuntos de organização, educação e cultura, uma contribuição real de Eretz, de vez que até agora fomos negligenciados.

No que concerne a representação política na Agência Judaica neste país, devemos exigir que cesse a situação de abandono em que nos encontramos.

A nossa juventude foi completamente negligenciada. Gastamos todas as somas que coletamos em remessas para o exterior e ficamos sem mesmo uma parcela para nossas necessidades organizacionais, culturais e representativas. Deve-se ou estabelecer uma porcentagem para ficar no país ou fazer com que o centro tome a si a execução de certas tarefas aqui.

Por isso, Dr. Hellman, a nossa situação local deve ser explicada em cores, existe e é uma parcela real do panorama mundial sionista.⁵

A citação acima, nos permite esclarecer e visualizar, entre outras, basicamente duas perspectivas, por um lado, é possível perceber que a militância sionista brasileira desejava um espaço maior em meio ao sionismo internacional no que tange a representatividade e participação política no movimento. Cabe esclarecer que a discussão a respeito da representatividade política no movimento, inscrevia-se em um contexto mais abrangente que não se limitava ao Brasil, contexto este permeado por tensões e disputas entre diferentes tendências político-partidárias sionistas. Em segundo lugar, a citação mostra que existia interesse e preocupação por parte dos sionistas radicados no Brasil, com assuntos locais, sendo esta, a perspectiva que desperta maior atenção de nossa pesquisa.

Por sua vez, o termo *sionismo internacional* é utilizado para enfatizar uma dimensão espacial abrangente, visto que este foi um movimento de caráter nacional concebido em diferentes espaços, ou seja, no exterior de um território específico, ainda que pleiteasse um lugar definido geograficamente. O termo *internacional* é igualmente utilizado a fim de realçar

⁵ Cf. Uma entrevista com o dr. Jakob Hellman [sic]. O Delegado do Brasil ao Congresso Sionista Mundial fala a “Aonde Vamos?”. In: *Aonde Vamos?*, n. 186, Rio de Janeiro, 21 Nov. de 1946. p. 5; 16.

a diferença entre este e o sionismo brasileiro. Desse modo, consideramos que existiu no período estudado (1901-1956) um *sionismo brasileiro* que sem pretender qualquer suposta originalidade ideológica significa simplesmente um movimento que era também direcionado às questões locais, seja na sua formulação, seja na sua organização, seja na sua ação e conseqüências.

Considerando que as mesmas ideias adquirem diferentes sentidos ou novos significados, quando inscritas em diferentes contextos, sociais, culturais, políticos ou econômicos, é possível afirmar que o sionismo no Brasil teve características peculiares, quando comparado com as proposições do movimento internacional ou com o desenvolvimento do sionismo em outros países. A formação de um grupo, qualquer que seja, é fruto de uma ação política e a relação entre entidades e militantes, mediada por dirigentes, delegados, representantes ou líderes aponta para esse campo específico da história, dessa forma, percorro assim o caminho apontado pela história política no que tange a representação política, a formação dos grupos sociais e a relação entre entidades e militantes, o que não significa excluir outras perspectivas. De modo geral, as ideias desenvolvidas no campo político são medidas “pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece” (BOURDIEU, 2000, p. 185).

Tendo em vista que o “objeto do historiador são os homens, suas significações, intenções e ações, que devem ser compreendidas, mas em seus grupos, em seus modos concretos e repetitivos de comportamento, nas normas sociais” (REIS, 2003, p. 82) e que o movimento sionista é reconhecido por sua capacidade mobilizadora através da oferta de bens culturais, entendemos, seguindo Pierre Bourdieu, que “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 2000, p. 159).

A partir destes apontamentos, igualmente, cabe esclarecer que a noção de “campo político”, é entendida aqui também de acordo com a concepção de Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês o campo político “define-se como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos atos ou nos discursos que eles produzem, tem sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (Ibidem, p. 179). Assim, “o campo político é o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (Ibid., p. 185).

Cabe-nos ainda dizer que alguns dos aportes teóricos e metodológicos utilizados neste trabalho encontram-se diluídos ao longo do texto, em consonância com os objetivos, fontes de pesquisa e assuntos abordados. Devemos ter em vista que cada tema relacionado ao judaísmo (sionismo, antissemitismo, comunismo, Holocausto, etc.) nos remete a uma gama enorme de estudos e produções, a diferentes abordagens, perspectivas e correntes de pesquisa, bem como a diferentes áreas do conhecimento, dessa forma, não há aqui um capítulo específico sobre teoria ou metodologia. Por outro lado, ainda que os temas “sionismo” e “Estado de Israel” estejam latentes atualmente, estampados quase que diariamente na televisão, em *sites* e nas páginas de jornais impressos, o fato da presente análise ser feita por um não judeu, talvez tenha possibilitado uma perspectiva mais distanciada do objeto pesquisado, ou dito de melhor forma, um outro olhar sobre esse objeto, o que de certa forma enriquece a abordagem sobre o tema, contribuindo com uma visão em consonância com o ofício do historiador.

Em termos de prática de pesquisa, o presente trabalho vale-se teoricamente, não de um alinhamento teórico específico ou de um dogmatismo, mas sim de um ecletismo teórico, apontado por Peter Burke, quando refere que “misturar coquetéis teóricos é exatamente o que tenho feito durante quase toda minha carreira, já que nunca fui marxista, weberiano, durkheimiano ou estruturalista. Evidentemente não se pode misturar qualquer coisa com qualquer coisa. Algumas ideias simplesmente não são consistentes com outras. Mas essa é a única restrição, a meu ver, para a construção de um modelo ou uma teoria a ser testada por uma dada situação histórica”.⁶ Obviamente que tal perspectiva não está livre de críticas e discussão por parte dos historiadores.

O aporte teórico é utilizado aqui no sentido de embasar e dinamizar a pesquisa, seguindo essa linha, este trabalho, dialogando com outras áreas do conhecimento,⁷ se sustenta a partir de dois eixos teóricos - provenientes da história e das ciências sociais - um relacionado com às categorias conceituais destes campos do conhecimento e outro enfatiza, de

⁶ Cf. Entrevista com Peter Burke. In: PALLARES-BURKE, 2000, p. 209. Cito este historiador fazendo menção à prática de pesquisa, pois como mencionei, minha proposta segue inicialmente o viés político. Cabe aqui citar também o historiador polonês Bronislaw Baczko, quando este menciona: “...as pesquisas partem em diferentes direções [...]. O ecletismo que caracteriza este domínio é, talvez, revelador do estado atual das ciências humanas. É certo que não faltam fundadores de capelas e os pretendentes ao título de legítimo herdeiro de tal ou tal linha de pensamento. Contudo os marxistas de hoje passaram já pela leitura de Weber e os freudianos trabalharam as obras estruturalistas. A época das ortodoxias parece, pois, ultrapassada; vivemos, muito felizmente, na época das heresias ecléticas” (BACZKO, 1985, p. 308).

⁷ Em relação ao diálogo entre história e outras áreas do conhecimento ver, entre outros, os livros *A Escola dos Annales (1929-1989)* (1997) e *História e Teoria Social*. (2002), ambos de autoria de Peter Burke e *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade* (2003) e *O desafio historiográfico* (2010), ambos de José Carlos Reis.

modo mais específico, os estudos sobre judaísmo, sionismo e, em especial, judeus no Brasil contemporâneo.

Em relação ao primeiro, o caminho percorrido tem como referência noções como a definição de *identidade hifenizada* cunhada por Jeffrey Lesser (2001), a ideia de *representação política*, de Pierre Bourdieu (2000, 2004), de *comunidades imaginadas*, de Benedict Anderson - edições brasileiras (1989 e 2008), e edição portuguesa (2005), de *identidade cultural*, de Stuart Hall (2002, 2003) no que tange ao *jogo das identidades*, bem como a definição barthiana de *grupos e fronteiras étnicas* (1998) e a concepção de história política de René Rémond (1996).⁸

O segundo eixo teórico é formado por estudos que abordam especificamente a temática do sionismo, como os trabalhos de Alexandre Lissowsky (1967), Claude Franck; Michel Herszlikowicz (1980), David Vital (1975, 1982), Rafael Medoff (2002), Walter Laqueur (2003), Ilan Greilsammer (2005), Joan B. Culla (2005, 2009), Martin Gilbert (2010), Shlomo Sand (2011), bem como por pesquisas e abordagens que enfatizam aspectos sobre as imigrações judaicas para o Brasil, a inserção dos judeus na vida social do país, aspectos e contingências referentes à formação da comunidade judaica brasileira. Autores estes que, igualmente, apresentam, e sistematizam em seus estudos inúmeras informações sobre as coletividades judaicas brasileiras, além de indicar fontes de pesquisa, problemas e caminhos a serem seguidos. Entre estes podemos citar os estudos na área de ciências sociais, realizados por Anita Brumer (1994, 2004, 2005, 2007), Avraham Milgram (1994, 2010), Bernardo Sorj (1996, 2001, 2009, 2010, 2012), Bila Sorj (1997), Jaime Pinsky (1978), Carla Pinsky (2000), Keila Grinberg (2005), René Daniel Decol (1999), Roberto Grün (1994, 1999), e pelos historiadores Ieda Gutfreind (2001, 2002, 2004), Jeffrey Lesser (1995, 2001), Mônica Grin (2004), Nachman Falbel (1984, 1985, 1996, 2005, 2008, 2009), Roney Cytrynowicz (2002, 2005) e Zilda Márcia Gricoli Iokoi (2004).

Através do estabelecimento de relações entre as diferentes abordagens teóricas, a partir destes estudos que servem como referência e dos modelos analíticos propostos por seus autores, é possível dar consistência ao trabalho, possibilitando o preenchimento de lacunas, a construção de novas abordagens, perspectivas e, principalmente, o diálogo com as fontes de pesquisa visando com isso reconstruir a história da relação entre o movimento sionista e os judeus brasileiros. Sobre o caminho aqui proposto, José Carlos Reis menciona que “não há

⁸ Cito estes autores apenas a título de exemplo, pois seguimos também o caminho apontado por demais autores que igualmente abordam temáticas que fundamentam teoricamente a presente pesquisa, como Hannah Arendt (1989) e Zygmunt Bauman (1998, 1999, 2001, 2003, 2005).

pesquisa histórica empírica sem o apoio implícito ou explícito da teoria e a teoria é estéril sem a pesquisa histórica. Uma se articula com a outra e se constituem reciprocamente” (REIS, 2003, p. 07).

Do ponto de vista metodológico, cabe ainda destacar que, este estudo se vale de alguns parâmetros desenvolvidos pela análise *de redes sociais* e, igualmente, utiliza *fontes orais*. O conceito de redes sociais, inicialmente, refere-se ao “conjunto de relações que ligam pessoas, posições sociais ou outras unidades de análise, como grupos ou organizações” (JOHNSON, 1997, p. 190-191). Para evidenciar a conexão entre pessoas ou grupos, o método de redes sociais dá maior atenção aos vínculos entre as unidades de análise do que as categorias previamente estabelecidas pelo pesquisador. Nesse sentido, é possível definir rede social como o “conjunto constituído por un número definido de personas unidas por vínculos con contenidos específicos y con valores adscriptos a ellos” (MATEO, 2001, p. 42-43). As redes sociais se configuram de modo dinâmico, isto é, de acordo com o interesse, a necessidade, as motivações e a posição social, cultural e econômica de cada indivíduo, e os canais de contato adquirem sentido e são tecidos através das relações entre estes.

Por sua vez, cabe referir que a metodologia da história oral já está bastante consolidada nas ciências sociais. Assim, considerando que “os caminhos entre a fonte oral e a escrita, por contingências variadas, costumam ser cruzados” (WEBER, 2008), as fontes orais, igualmente, foram de suma importância à pesquisa, pois ajudaram a preencher lacunas e complementaram a documentação, possibilitando um maior número de cruzamentos e comparação entre as fontes consultadas.⁹ No Departamento de Memória do ICJMC encontram-se aproximadamente cerca de seiscentas entrevistas, realizadas com membros da comunidade judaica sul-rio-grandense na segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990, as quais versam sobre diversos temas como vida comunitária, teatro íídiche, movimento sionista, integralismo, interior do Estado, entidades judaicas, dentre outros assuntos. Também no AHJB em São Paulo, se encontra um vasto *Arquivo Oral* versando sobre inúmeros temas judaicos, também consultados para esta pesquisa.¹⁰

⁹ Sobre isso Regina Weber, no texto intitulado *Fontes Cruzadas* (2008), refere que a “história oral estuda, obviamente, temas contemporâneos. Por esta razão, a probabilidade é que se tenha, quase sempre, alternativa de outros documentos. Alguém que estuda um tema de um período muito antigo tem um arsenal de documentos provavelmente mais limitado” (WEBER, p. 01). Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/arquivos/Regina%20Weber%20-%20Fontes%20Cruzadas.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2010. Para um estudo mais aprofundado sobre fontes orais sugiro o livro *Usos & abusos da história oral* (2006), organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, uma importante referência no que tange ao assunto.

¹⁰ Algumas entrevistas utilizadas neste trabalho, com membros da coletividade judaica, foram realizadas pela Dra. Ieda Gutfreind, em função de seu projeto de pesquisa que teve como resultado final o livro: *A imigração judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história* (2004).

Considerando que a identidade judaica é cada vez mais a expressão de uma escolha positiva, uma identidade étnica, em lugar de uma identidade estigmatizada, ela é cada vez mais liberdade e menos destino, este estudo, igualmente, lança mão de perspectivas e de obras que enfatizam a etnicidade, pois a identidade judaica sendo uma identidade étnica envolve e engloba em seus horizontes aspectos culturais, religiosos e nacionais, não se limitando a nenhum deles. Ao comentar o texto “The lesson of ethnicity” (1974) de Abner Cohen, Roberto Cardoso de Oliveira menciona que:

De sua lição fica-nos a definição segundo a qual etnicidade se refere ao grau de conformidade que membros de uma coletividade apresentam relativamente às normas partilhadas no curso de uma interação que tenha lugar no interior de sistemas globais e inclusivos. Por outro lado, trata-se de um termo que remete a símbolos que são essencialmente objetivos, portanto, tangíveis pela pesquisa empírica, uma vez que são aceitos pela coletividade no exercício da interação social. [...] Etnicidade é essencialmente uma forma de interação entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns. (BAINES; CARDOSO DE OLIVEIRA, 2005, p. 12).

A partir da assertiva de que “etnicidade é essencialmente uma forma de interação entre grupos operando no interior de contextos sociais comuns”, cabe mencionar que a noção de identidade étnica é entendida neste estudo como uma identidade dinâmica e em permanente construção, reconstrução e negociação, entre os “de dentro” e “os de fora”, ou seja, entre os membros do grupo étnico e os de fora do grupo, os quais interagem em um determinado contexto social. Dessa forma, a noção de identidade não é compreendida como estática, essencial ou monolítica.¹¹

Em vista disso, dois conceitos são importantes para a presente pesquisa, são eles as noções de identidade e de etnicidade, os quais serão utilizados e aparecerão ao longo do texto. Em relação ao primeiro, cabe referir que no campo da disciplina história, a temática acerca do conceito de identidade é recente, visto que o mesmo pertencia ou era utilizado com maior ênfase e rigor em trabalhos de âmbito antropológico, diga-se de passagem que é comum aos historiadores recorrerem as definições conceituais formuladas em outros campos disciplinares. E talvez, quem sabe, já iniciando assim um debate e uma interação multidisciplinar, o conceito aqui abordado contribui neste caminho. Desse modo, para definirmos o conceito de identidade é necessário nos valeremos de fórmulas produzidas por pesquisadores de outras áreas do conhecimento.

¹¹ Sobre o assunto ver em especial, POUTIGNAT; STREIFF-FENART (1998), CASHMORE (2000), VILLAR (2004) e CARDOSO DE OLIVEIRA (1976, 2006).

O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira nos apresenta dois níveis de identidade. Conforme suas palavras a “noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). De acordo com o autor o reconhecimento destes níveis é importante porque nos permite estudar a identidade como antropólogos ou sociólogos, sem cairmos em certos psicologismos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 4). Não desejamos estudar aqui a noção de identidade como fazem os antropólogos ou os sociólogos, porém reconhecemos que o conhecimento dimensional da identidade torna-se fundamental, pois através dele é possível definir e a limitar de modo preciso o objeto que interessa ao pesquisador em história e cientista social, seja este social pertencente ao passado ou ao presente. Ao historiador, mais especificamente, a noção de identidade enquanto dimensão coletiva desperta maior interesse do que sua dimensão individual, visto que a história é produzida e adquire sentido enquanto prática social.

Ao conceber a história enquanto estudo que analisa a ação social no tempo e no espaço, cabe dizer que a identidade social envolve noções de alteridade, isto é, a identidade é formada e construída em função do *outro*. Neste sentido, ela é relacional e contrastiva, envolve “nós” e os “outros”, conforme expressão de Tzvetan Todorov (1993). Ela se constitui por meio das relações sociais e abrange a *representação* de si para si, de si para o grupo e vice-versa e destes para com os de fora do grupo, ou seja, sua relação com outros grupos, envolvendo portando conhecimento e reconhecimento (POLLAK, 1989).

Outro aspecto a se destacar refere que para se tornar inteligível, a identidade, deve necessariamente ser adjetivada (identidade nacional, identidade política, identidade étnica, etc.), podendo envolver assim várias instâncias de adjetivação. Como exemplo, podemos referir o caso de um indivíduo ou um grupo de pessoas identificados através de várias perspectivas identitárias, como um grupo formado por negros, católicos, operários, brasileiros, favelados e torcedores de determinado time de futebol, ou um judeu, gaúcho de origem polonesa, alfaiate, comunista e homossexual. Portanto, a identidade pode ser constituída por diferentes perspectivas ou adjetivos, como o político, o étnico, o religioso, o social, o nacional, o profissional e o de gênero, entre muitos outros. Porém, é de suma importância ainda mencionar que estes diferentes adjetivos podem se excluir, se repelir ou se complementar, dependendo de onde, quando e como são empregados.

Assim, o capitão Carlos Lamarca, que desertou do exército brasileiro para atuar em grupos guerrilheiros, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), não poderia ser identificado como militar do exército e comunista, visto a oposição existente entre ambos os pólos de mesmo nível, assim, ele deveria optar por um dos dois pólos de identificação:

militar ou comunista. Já, por sua vez, os soldados do exército vermelho de Stalin deveriam necessariamente ser identificados como militares e comunistas, em outras palavras o que queremos dizer é que a identidade além de ser adjetivada, deve também ser contextualizada no espaço (onde?, em que lugar?) e no tempo (quando?), pois as identidades sociais são expressas através de representações coletivas. Considerando essa exposição, vale novamente citar aqui Bronislaw Baczko, quando ele menciona que “cada geração traz consigo uma certa definição do homem, simultaneamente descritiva e normativa, ao mesmo tempo que se dota, a partir dela, de uma determinada ideia da imaginação, daquilo que ela é ou daquilo que deveria ser” (BACZKO, 1985, p. 309). Ou seja, as identidades e as representações pertencem e são produzidas em um determinado contexto sócio-cultural e histórico.

Ao tratar da noção de identidade Stuart Hall refere que é por meio desses diferentes cruzamentos entre os adjetivos identitários que se torna possível jogar o “jogo das identidades”, conforme sua expressão. Sobre isso e segundo sua análise, basicamente são cinco os fatores que constituem este jogo: 1) As identidades são contraditórias e se cruzam ou se deslocam mutuamente; 2) as contradições atuam tanto fora, na sociedade, atravessando grupos políticos, quanto dentro da cabeça de cada indivíduo; 3) Nenhuma identidade singular podia alinhar todas diferentes identidades com uma “identidade mestra”, as pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; 4) Erosão da “identidade mestra” da classe definida por novos movimentos sociais: feminismo, lutas negras... e 5) a identidade tornou-se politizada, ela pode ser ganhada ou perdida (HALL, 2002, p. 20-21). Por outro lado, e ainda segundo Stuart Hall, ao se analisar a noção de identidade é importante perceber que:

a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Ibidem, p. 13).

Desse modo, podemos dizer que é através deste “jogo” que os grupos, sejam eles minorias ou majorias, se constituem e se definem enquanto grupos. Assim, esta fórmula serve tanto para identificar nações ou clubes sociais, é por meio de suas identidades que os grupos se organizam e se imaginam como comunidades. Na obra *Comunidades imaginadas*, (traduzida pela primeira vez no Brasil em 1989, com o título *Nação e Consciência Nacional*), Benedict Anderson define o conceito de nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. [...]. É limitada porque até mesmo a

maior delas possui fronteiras finitas; e imaginada como soberana, porque o conceito nasceu numa época em que o iluminismo e a Revolução Francesa estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico, divinamente instituído” (ANDERSON, 1989, p. 14-15).

Dito isso, apontamos aqui alguns aspectos ou fatores que possibilitam ao pesquisador da área das ciências sociais, e mais particularmente aos historiadores, empregar de modo preciso, consistente e significativo o conceito de identidade: 1) quando se trata de identidade nas ciências sociais ou na história, estamos tratando de identidades sociais, isto é, coletivas, e não individuais; 2) a definição de identidade envolve a questão da alteridade, “nós e os outros”; 3) por envolver o sentimento de alteridade a identidade é relacional, contrastiva e situacional, constituindo-se a partir das relações sociais, do “jogo das identidades”; 4) para se tornar inteligível a identidade necessita ser adjetivada; 5) igualmente, necessita ser adjetivada e contextualizada no espaço e no tempo. Assim, abordaremos a noção de identidade ao longo desta pesquisa do modo explicitado acima.

Por sua vez, em relação aos termos *etnicidade* e *etnia*, podemos referir que a noção de identidade é mais abrangente, de forma que é possível se falar em identidade étnica. Dessa forma, a noção de *etnia* é empregada como um adjetivo, ou como uma característica formadora da identidade de um determinado grupo. No entanto, o fato de ser mais um adjetivo identitário não significa que sua compreensão seja mais simples, acredito inclusive que ocorra exatamente o contrário, isto é, sua definição é mais complexa.

Segundo os pesquisadores franceses Philippe Poutignat e Jocelyene Streiff-Fenart o termo têm sido utilizado, através de diferentes abordagens, de modo impreciso. Conforme estes autores “na maioria dos casos, o termo *etnicidade* é utilizado mais como uma categoria descritiva que permite tratar um problema de outra natureza [...] do que um conceito sociológico que permite definir um objeto científico” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 84). Desse modo, antes de definirmos (ou para definirmos) a noção de *etnia*, é necessário descartarmos algumas posições, as quais ao invés de facilitar mais dificultaram sua compreensão, pois, de modo simplista tentou-se definir *etnia* por meio de alguns postulados, reduzindo assim o termo à concepção destes.

Neste sentido, é necessário referir que *etnia* e *raça* possuem noções distintas. O termo *raça* vincula-se essencialmente a uma base biológica, entretanto, cabe ressaltar que *etnia* também pode compreender questões biológicas, mas não se restringe a elas, “pode-se dizer que a noção de *etnia* estaria por sua vez vinculada a uma base estritamente social, daí estar sempre associada a grupo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 83).

Dessa forma, etnia e raça não são sinônimos, sendo que o conceito de etnia surgiu exatamente para fazer esta diferenciação. Igualmente, confunde-se etnia com cultura, no sentido de se definir a etnicidade pelo viés cultural. Manuela Carneiro da Cunha refere que “o mesmo grupo étnico exibirá traços culturais diferentes conforme a situação ecológica e social em que se encontra adaptando-se às condições naturais e as oportunidades sociais que provêm da interação com outros grupos, sem, no entanto, perder com isso sua identidade própria” (CARNEIRO DA CUNHA, 1987, p. 115). Assim, a definição de etnia pode envolver aspectos culturais, mas não se limita e não é exclusivamente definida por eles, portanto, etnia e cultura também não são termos equivalentes, de modo que o primeiro termo não pode meramente ser definido pelo segundo. Além destes dois exemplos citados - raça e cultura – que são corriqueiramente associados à etnia, existem outros que são apresentados como definidores e confundidos com a noção de etnicidade, como a religião e a nacionalidade.¹²

Desse modo, é importante mencionar que apesar de não definirem o que é a etnicidade, os aspectos compreendidos pelas duas noções apresentadas acima, podem contribuir para caracterizar determinado grupo étnico, pois conforme vimos apesar de etnia não ser sinônimo de raça e nem o mesmo que cultura, geralmente envolve aspectos biológicos e culturais. A identidade étnica pode definir-se através de diferentes signos, acumular vários, ou reter apenas alguns deles, pois “as características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significantes. No entanto, não podemos prever a partir de princípios evidentes quais traços serão realçados e tornados organizacionalmente pelos atores” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 194).

No presente estudo, seguiremos o caminho e a definição conceitual de etnicidade formulada por Fredrik Barth, entendendo a noção de etnicidade como processo organizacional. Ou seja, para Barth a etnicidade define-se através de um processo contínuo de dicotomização entre os “de dentro” e os “de fora”, ou seja, entre os membros de um determinado grupo e os *outsiders*, que necessita ser expresso e validado através da interação social. As identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos nós/eles. Conforme Barth, “os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”. De modo que, pertencer

¹² Convém salientar que nosso propósito não é analisar cada uma das principais concepções surgidas acerca da definição de etnicidade, visto que isso fugiria ao objetivo deste trabalho, tais definições são apresentadas uma a uma e analisadas de modo didático e minucioso por Philippe Poutignat e Jocelyene Streiff-Fenart no capítulo IV da obra *Teorias da Etnicidade* (1998), páginas 85-122.

a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa que possui aquela identidade básica, isso implica igualmente que se reconheça o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes para aquela identidade. Assim, a identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento (BARTH, 1998, p. 194-196).

Em outras palavras a abordagem de Barth pressupõe o contato cultural e a mobilidade, e problematiza a emergência e a persistência dos grupos étnicos como unidades que são identificadas pela manutenção de suas fronteiras. Assim, os traços culturais que demarcam a fronteira podem mudar, porém, o que define os diferentes grupos são suas fronteiras e não seus traços culturais. Na medida em que a existência depende da manutenção destas, a questão é saber de que modo as dicotomizações entre membros e *outsiders* são produzidas e mantidas e discernir seu efeito próprio nos comportamentos efetivos. Considerando o grupo étnico do ponto de vista da atribuição de categorias de “nós” e “eles”, Barth faz da etnicidade um processo organizacional que não podemos distinguir a priori e por definição de outras formas de identidades coletivas.

Além dos conceitos de identidade e etnicidade aqui enfatizados, outras concepções como as noções de representação e de imaginário social também são utilizadas neste trabalho, as quais, por sua vez, são aqui analisadas em conjunto. Porém, antes de abordarmos tais noções, é pertinente destacar que ao cientista social, e ao historiador mais especificamente, as representações que interessam como objeto de estudo, assim como no que tange as identidades, são as representações coletivas, ou seja, as representações sociais e não as representações individuais. Para Ciro Flamarion Cardoso a noção de representação social pode ser útil, operacionalmente, em muitos de seus usos e conceituações. Entretanto, assim como a noção de etnia, o termo representações tem sido utilizado de modo impreciso, causando mais dúvidas e confusões ao invés de esclarecimentos. Sobre isso, Ciro Flamarion Cardoso nos alerta para os riscos que o termo representação apresenta, se utilizado de maneira imprópria ou arbitrária:

quando transformada em medida de todas as coisas, porém, evidência uma das encarnações da forma de idealismo que consiste em acreditar que “criamos” ou constituímos o mundo ao nomeá-lo e aplicar-lhe categorias lingüísticas ou processos semióticos de derivação mental. (...) Pessoalmente, pertenço ao grupo daqueles que acham pelo contrário, que, quando se tenta absolutizar essa noção – quando ela é tomada literalmente -, ela entra “em conflito com o fato óbvio de que não criamos mundos, mas sim que estamos em um” (...) e um mundo social que, além de preceder nossos “textos” sobre ele, longe está de ter o seu conhecimento redutível a mero efeito de construções sígnicas (CARDOSO, 2000, p. 10).

Aprofundando o debate, o Ciro Flamarion menciona ainda que em história cultural, o uso do termo “representação” “provoca com frequência, a imprecisão de algo evidente por si mesmo, assim como a de uma simplificação onipresente: refiram-se ao que se referirem às representações abordadas, muda seu objeto, mas não os modos de ser delas próprias – que, portanto, parecem monolíticas, cada uma constituída de um único bloco” (Ibidem, p. 22). Assim, ele chama a atenção em relação “ao emprego e uso vago e desleixado que com frequência se faz da noção [de representação social] em outros saberes do social” (Ibidem, p. 30).

Porém, reconhecendo a importância e a necessidade desse conceito para as Ciências Sociais e preocupado em delimitar seu uso de modo elaborado e preciso, Ciro Flamarion Cardoso (seguindo D. Jodelet), sugere que a noção de representação social seja definida a partir de quatro pontos:

1) trata-se de “uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto” – o que significa ser, invariavelmente “uma representação de alguma coisa (o objeto) e de alguém (o sujeito)” 2) a representação mantém com seu objeto uma relação de simbolização e de interpretação, de modo que, para o sujeito individual ou coletivo [...] pode ser colocada no lugar do objeto; 3) a representação é “uma mobilização” de seu objeto, por exemplo atuando como um elemento nas decisões de como agir a seu respeito; 4) como saber de um sentido comum, a representação, de um modo geral, desempenha um papel crucial “no ajuste prático do sujeito a seu ambiente” (o que significa que uma teoria das práticas sociais exige a consideração, como fator de peso, das representações coletivas) (Ibidem, p. 30).

Conforme esse esclarecimento pode-se dizer, de modo geral, que o termo *representar* remete a noção de se fazer presente alguma coisa ausente. De forma que um desenho ou uma imagem de uma foice e de um martelo cruzados faz lembrar estas duas ferramentas ausentes. No entanto, se inseridos em um determinado contexto espacial e temporal (o do século XIX em diante), esta imagem não significaria apenas os objetos ausentes, antes disso, representaria a ideologia comunista, imagem que obviamente não teria o mesmo significado se alterada sua variável temporal em direção aos séculos anteriores. Deste modo, às representações apenas possuem sentido e são produzidas a partir de seus contextos específicos.

A partir de exemplos como o do símbolo comunista é possível referir que a representação adquire uma dimensão simbólica. Em relação aos símbolos Bronislaw Baczko menciona que os sistemas simbólicos, em que se assenta e através do qual opera o imaginário social, são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir de seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e esperanças. O dispositivo

imaginário assegura a um grupo social quer um esquema coletivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas. Cabe ainda salientar que a potência unificadora dos imaginários sociais é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores que se opera no e por meio do simbolismo. Com efeito, o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo a ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira (BACZKO, 1985).

Assim, é possível falar em relações simbólicas, dominação simbólica e/ou poder simbólico, são essas noções que interessam ao cientista social e nos interessam aqui. Mostrando a importância delas no mundo social, Roger Chartier menciona que “as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17). Convém lembrar que as ideologias nacionalistas são ricas no que tange a produção e ressignificação de símbolos e crenças.

É através das representações sociais que se formam os grupos sociais e seus imaginários, os quais são formados pelo conjunto destas representações. O imaginário social produz sentidos para estes grupos e forma suas identidades, ele é, “uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais” (BACZKO, 1985, p. 309-310). Dessa forma, a identidade coletiva corresponde a delimitar o seu “território” e as suas relações como o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, dos rivais e aliados. O imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais (Ibidem, p. 309).

Conforme visto acima, as representações sociais, as relações simbólicas e o imaginário social, contribuem para a pesquisa na área do conhecimento histórico preenchendo lacunas, através da consideração de questões não analisadas anteriormente. Estas noções não descartam os enfoques e abordagens anteriores, e sim acrescentam novas problemáticas e soluções no sentido de se melhor compreender a dinâmica social. Como exemplo, vale ressaltar que ao se abordar a história política, é possível se perguntar como um determinado grupo político projeta sua identidade, ou seja, como representa a si mesmo. Quais as formas?

Que símbolos utilizam? Quais os limites, as fronteiras entre “os de dentro”, que pertencem ao grupo e “os de fora” que não pertencem?

Ao se fazer uma síntese dos conceitos aqui analisados e os quais serão utilizados ao longo deste trabalho, é pertinente mencionar que em muitos momentos eles se cruzam, andam juntos, e, acima de tudo, são produzidos em determinados contextos ou campos através das relações sociais, é dessa forma que as identidades, independente de quais sejam, se expressam através de representações. E, por meio destas é que são definidos os “papéis” e as posições dos “atores” seja em um determinado campo social ou contexto histórico.

Nosso objeto de análise, o movimento sionista, envolve um grupo étnico: os judeus, e dentro deste, subgrupos étnicos, nacionais, políticos, lingüísticos, etc. É pertinente ressaltar que a partir de critérios étnicos, dentro da coletividade judaica, estes grupos, utilizando variadas tipificações identitárias, diferenciavam-se um dos outros guardando suas fronteiras, existindo assim de modo presente entre eles a dicotomização: “nós” e “eles”. No entanto, são todos percebidos pela comunidade maior (os de fora, os outros) e também pelo nacionalismo judaico, ainda que por diferentes razões, como um mesmo grupo: os judeus.

Havia, assim, diferentes perspectivas em disputa, pois a visão dos judeus como grupo homogêneo não correspondia ao que demonstravam os diferentes judaísmos. Dessa forma, o sionismo, de modo geral, desde meados do século XIX, e com maior ênfase, a partir do projeto político de Theodor Herzl, promoveu, ou tentou promover, uma “homogeneidade cultural de cunho nacional” nivelando os diferentes grupos judaicos (como os *Beta Israel*)¹³, apenas à condição de judeus, fazendo a seguinte distinção “nós os judeus-sionistas” e “os outros”, “os não-judeus”. Visão reproduzida em menor escala no Brasil ao agregar à identidade judaica o adjetivo “brasileiros”. Nesse sentido, o movimento sionista agiu visando derrubar os muros das fronteiras criadas internamente no judaísmo, seja a partir da reinvenção do hebraico “a língua dos judeus”, da invenção de alguns de seus termos e através da identificação de símbolos míticos que se referem “a todos judeus” como *Eretz Israel* “o lar nacional dos judeus” ou “uma terra sem povo, para um povo sem terra”, que são apenas alguns exemplos de questões fomentadas e abordadas no presente trabalho.

¹³ Conhecidos também como *falashas* os *Beta Israel* são judeus de origem etíope. Falasha é um termo pejorativo utilizado pelos etíopes não-judeus para denominar os primeiros e significa exilado ou estranho em amárico (amárico é o idioma oficial da Etiópia, não devendo, portanto, ser confundido com a extinta língua aramaica. Entretanto, ambas são de origem semítica). Com a Lei do Retorno (1950), cerca de 90.000 judeus etíopes (80% da população) migraram para Israel entre 1984 e 1991.

Visto estas definições de caráter conceitual, teórico e metodológico e após uma breve discussão sobre as mesmas,¹⁴ cabe dizer que além da bibliografia consultada para a elaboração deste trabalho, também foram percorridos e consultados arquivos e acervos em diferentes estados brasileiros. Seguindo a premissa de que a prática de pesquisa deve manter um diálogo íntimo com a teoria, foram consultados e analisados diferentes materiais, como documentos institucionais e pessoais, atas de reuniões, correspondências, registros de óbito, fontes orais, revistas, jornais, livros produzidos por memorialistas étnicos, bem como periódicos judaicos e sionistas.

Entre as fontes consultadas foi de suma importância para a pesquisa a revista semanal judaico-sionista *Aonde Vamos?* publicada no Rio de Janeiro, semanalmente de modo ininterrupto no período compreendido entre os anos de 1943 e 1977. Na revista encontram-se informações sobre a atuação sionista em muitas cidades brasileiras, sobre o sionismo no Brasil, na América Latina, em diferentes países de outros continentes, em regiões do Oriente Médio, bem como artigos escritos por militantes e dirigentes do movimento, entrevistas, notícias de eventos, notas sociais, discussões entre lideranças sionistas, etc. A revista, apesar de conhecida dos pesquisadores é pouco explorada/pesquisada, de forma que apresento aqui citações extraídas deste periódico que por vezes lançam luz sobre questões já conhecidas e também apresentam novas informações referentes ao sionismo em diversas localidades brasileiras. A coleção completa do periódico encontra-se disponível para consulta no Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), em São Paulo. No Rio de Janeiro é possível encontrar exemplares da revista na Biblioteca Nacional (BN) e, em Porto Alegre, no Instituto Cultural Marc Chagall (ICJMC).

Devido à importância documental dessa revista para a construção da história do movimento sionista, do judaísmo brasileiro e também pelo tempo em que esteve em circulação, por mais de três décadas, entre outros aspectos, o periódico é um objeto de estudo digno de pesquisa acadêmica, devendo merecer, portanto, maior atenção por parte dos pesquisadores, sendo esta uma lacuna a ser preenchida no que tange aos estudos judaicos no Brasil.

Também foi importante para esta pesquisa o jornal o *Observador Sionista*, editado no Rio Grande do Sul nos anos 1940, e o periódico a *Voz Sionista*, editado no Rio de Janeiro, que circulou nos anos de 1947-1948 e 1954, localizados respectivamente no ICJMC e no AHJB. Da mesma forma, obras escritas por memorialistas étnicos, algumas delas panfletárias e

¹⁴ É ainda importante salientar que do ponto de vista conceitual, teórico e metodológico, as noções de memória e nacionalismo, importantes para este estudo, serão abordadas e discutidas ao longo do texto.

apologéticas do movimento sionista, serviram como fonte de consulta e pesquisa, contribuindo com importantes informações. Cabe ainda informar que os livros escritos por memorialistas étnicos, as fontes jornalísticas e os periódicos comunitários foram utilizados neste trabalho tanto como fonte de pesquisa, quanto como objeto de estudo. Foram, igualmente, consultados documentos da Coleção Particular Samuel Malamud,¹⁵ localizada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

A Coleção Samuel Malamud encontra-se organizada de modo exemplar e contém inúmeros documentos reunidos em nove catálogos de busca. O primeiro, intitulado “documentos textuais” possui 2371 documentos organizados em dez séries com documentos pessoais, correspondências, boletins, informativos, entre outros. Essa extensa documentação, que pertence, na sua maior parte, ao período compreendido entre 1920 e 1970 (embora se estenda do final do século XIX ao ano 2000), é constituída de materiais bastante diversos: mais de 1000 fotografias, cerca de 2000 documentos – entre correspondências, discursos, artigos e recortes de jornal –, um número expressivo de jornais e publicações diversas, além de condecorações, placas e outros objetos significativos na trajetória social e política de Malamud.

O acervo foi organizado pela Doutora Ilana Strozenberg (filha de Malamud), Professora de Antropologia da UFRJ e doado pela família ao AGCRJ. Fiquei sabendo da existência do Acervo de Malamud através da Professora Ieda Gutfreind, sendo eu um dos primeiros pesquisadores a consultar o mesmo, visto que em finais de 2006 e janeiro de 2007 estive no Rio de Janeiro para essa finalidade. No Arquivo solicitei aos funcionários acesso ao acervo da Coleção Samuel Malamud, para minha surpresa, perplexidade e satisfação de pioneiro os atendentes do AGCRJ não sabiam da existência desta enorme coleção que possui nada menos do que nove catálogos de busca! De forma que tive que insistir com eles para que verificassem melhor e após uma série de telefonemas e contatos com outros funcionários foi “encontrado” o acervo, o que denota que naquele momento o mesmo era pouco conhecido e consultado por pesquisadores. Conforme informação da Professora Joana Bahia o arquivo encontra-se ainda fechado e eu só tive a oportunidade de consultá-lo devido um desencontro de informações. Entre as fontes e documentos encontrados no acervo, muitos foram utilizados

¹⁵ Samuel Malamud, memorialista étnico do judaísmo brasileiro, foi a partir dos anos 1930 um dos principais líderes do sionismo brasileiro. Em julho de 1948 foi nomeado Oficial de Legação e em abril de 1949 tornou-se primeiro Cônsul Honorário do Estado de Israel no Brasil, cargo em que permaneceu até março de 1952. Nos livros *Do Arquivo e da Memória: Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial* (1983) e *Documentário. Contribuição à Memória da Comunidade Judaica Brasileira* (1992), ele apresenta importantes informações que contribuem para a construção da história do movimento sionista e do judaísmo no Brasil. Assim, além do seu acervo pessoal, também os livros escritos por ele serviram como fonte de pesquisa para o presente estudo.

pelo próprio Malamud para a produção de seus livros, em especial nas obras *Do Arquivo e da Memória: Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial* (1983) e *Documentário. Contribuição à Memória da Comunidade Judaica Brasileira* (1992), ambos utilizados e já citados neste trabalho.

Jornais de grande circulação entre os anos de 1920 e 1950, como o *Diário de Notícias* e *O Globo*, também foram de grande valia para a pesquisa. Na Biblioteca Nacional (BN) encontram-se micro-filmadas as edições destes jornais (a coleção do jornal *O Globo* pode também ser encontrado no Arquivo particular do próprio Jornal). Também foram consultados os jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, localizados no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHC), em Porto Alegre. A coleção do jornal *Correio do Povo* também se encontra a disposição para consulta no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiro (NETB) localizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, e no Acervo Particular do Correio do Povo (ACP), onde é possível consultar também o jornal *Folha da Tarde*.¹⁶

Definindo aqui a história como o conhecimento da mudança (REIS, 2010, p. 26) e ainda, do ponto de vista metodológico, os caminhos que seguimos para alcançar os propósitos traçados nesta pesquisa foram o de mapear, consultar, selecionar e organizar diferentes tipos de fontes inscrevendo-as, temporal e espacialmente, nos respectivos contextos estudados - social, político, cultural e econômico -, de acordo com os fins da pesquisa, estabelecendo assim cruzamentos, confrontos e comparações entre os materiais analisados. Visando com isso construir uma leitura e, posteriormente, uma narrativa em consonância com o que as fontes explicitavam, no sentido de se produzir uma versão passível de comprovação documental frente aos temas abordados e apresentados no presente trabalho.

No sentido de situar a abordagem e os objetivos propostos, o primeiro capítulo, intitulado “Sobre acervos e estudos judaicos no Brasil”, apresenta, de modo breve, os principais centros de pesquisa sobre judaísmo, bem como estudos e a recente produção enfocando judeus no Brasil. O mesmo tem como proposta evidenciar a pequena produção de trabalhos versando sobre movimento sionista em contraposição ao *boom* de produções surgidas nas últimas duas décadas acerca de judaísmo no Brasil contemporâneo. Pretende com isso inscrever ou dar maior ênfase à temática do “sionismo” nessa agenda de pesquisa.

No capítulo seguinte é abordada a trajetória do sionismo, enquanto movimento político de caráter nacional e conceito dotado de historicidade, desde seu surgimento no século XIX

¹⁶ Para uma discussão metodológica referente à utilização de jornais como fontes de pesquisa em história, ver ELMIR (1995); SILVA (1998); LUCA (2005).

até os dias atuais, bem como as nuances e ressignificações pelas quais passou o movimento ao longo do século XX. A partir dessa perspectiva, o presente estudo insere o movimento sionista brasileiro no contexto do sionismo internacional, evidenciando as especificidades do primeiro em relação ao segundo, para posteriormente abordar a aproximação/relação entre imigração judaica e sionismo. Investiga assim como as ideias sionistas desembarcaram, circularam e foram atualizadas e/ou ressignificadas no Brasil.

O terceiro capítulo analisa o nacionalismo judaico no Brasil na primeira metade do século XX. Ao fazer a genealogia do sionismo apresenta a trajetória do movimento desde suas origens, isto é, desde os primeiros registros documentados e vestígios atestando a presença das ideias e das ações sionistas em território brasileiro. Examina, pela perspectiva do processo imigratório e através das memórias dos imigrantes, a circulação de ideias da Europa para América, identificando alguns dos principais dirigentes do movimento no Brasil, os quais a partir dos anos 1920 formaram redes de contatos dentro e fora do país. Posteriormente, são enfatizados o discurso e as práticas sionistas voltadas para os judeus radicados no Brasil durante a primeira metade do século XX.

O capítulo denominado “Atividades sionistas no Brasil, redes sociais e a formação da comunidade judaica brasileira” aborda as formas pelas quais os “agentes étnicos”, representantes do sionismo, propagaram um discurso de caráter ideológico e homogeneizante evidenciando as estratégias utilizadas para isso, entre elas a publicação de periódicos e a realização de atividades culturais, encontros, reuniões, seminários, comícios, projeção de filmes sobre Israel, a representação dos judeus e a aproximação junto aos órgãos governamentais, etc. Mostra, igualmente, o intercâmbio entre os dirigentes sionistas e a presença de emissários estrangeiros. Também são evidenciados os espaços sociais e culturais utilizados pelo movimento para propagação das ideias sionistas no esforço de formar grupos em consonância com a proposta nacional, entre esses, o teatro, a sinagoga e demais entidades, sendo a escola um local privilegiado para a promoção desses ideais.

Por sua vez, o quinto capítulo, intitulado “Sionistas versus progressistas – encontros e confrontos: dois projetos para o judaísmo brasileiro (1901-1956)” ao apresentar a contestação ao movimento sionista por parte de movimentos judaicos contrários ao sionismo no Brasil e suas ideias, enfatiza o confronto e a origem das divergências entre sionistas e judeus não-sionistas. Apresenta um panorama geral do confronto ideológico de “judeus contra judeus”, conforme expressão de Yakov Rabkin, mais especificamente, entre sionistas e judeus não-sionistas, que se autodenominavam *progressistas*.

Para fins de análise será utilizado ao longo do texto, e em especial no quinto capítulo, os termos “sionistas” para caracterizar os judeus favoráveis a criação de um Estado nacional judaico na Palestina, segundo o modelo professado por Theodor Herzl, e “progressistas” para situar os grupos judaicos vinculados ao comunismo, partidos trabalhistas e ideias de inspiração marxista, contrários ao projeto sionista. De modo genérico e para realçar o contraste com o sionismo os segmentos auto-intitulados “progressistas” também são definidos ao longo do texto como “judeus de esquerda contrários ao sionismo”, “judeus vermelhos”, “judeus antissionistas” ou “judeus socialistas não-sionistas”.

Tais noções serão abordadas/explicitadas com maior ênfase no quinto capítulo, por ora, tendo em vista tal classificação, cabe esclarecer que a utilização destes termos contrastantes se faz necessário visto que o sionismo igualmente abarcava em suas fileiras agrupamentos de “esquerda”, bem como partidos socialistas e movimentos de inspiração marxista. De acordo com Eric Hobsbawm “a palavra ‘progresso’ nos conduz àquela que foi claramente a grande matriz intelectual dos pensadores, socialistas e comunistas, que analisaram a sociedade no começo da era moderna, ou seja, ao Iluminismo setecentista (em particular, o francês)” (HOBSBAWM, 2011, p. 26).¹⁷

No último capítulo, através de um estudo de caso de uma pequena comunidade da diáspora sediada no sul do Brasil, é possível evidenciar e vislumbrar as formas pelas quais as ideias sionistas permearam diferentes entidades judaicas através da ação individual e/ou coletiva de seus dirigentes e militantes. Em seguida é analisado o processo de agregação comunitária, ou seja, o início da crise sionista e a ocupação do espaço social e político, ocupado e pretendido pelo movimento desde suas origens, por outras entidades representativas do judaísmo brasileiro.

Por fim, cabe ainda esclarecer outros dois tópicos. O primeiro se refere a alguns termos empregados e utilizados ao longo do trabalho e o segundo a grafia das palavras e demais expressões aqui referidas, as quais aparecem grafadas de diferentes formas nos textos e nas fontes pesquisadas, como nomes próprios e palavras estrangeiras, entre outras. Em relação aos termos “judeu”, “israelita” e “israelense”, utilizei no texto os dois primeiros de modo indistinto conforme aparecem nas fontes do período estudado e, quando necessário, a palavra israelense após 1948, quando ela começa a surgir de modo mais corriqueiro nos documentos

¹⁷ Os termos “judeus de esquerda” e “progressistas”, que vinculam os judeus ao socialismo, comunismo, partidos trabalhistas, marxismo, movimentos sindicais, etc., são de uso corrente tanto na bibliografia, quanto nas pesquisas que abordam a temática do judaísmo no Brasil, como exemplo dessa afirmação ver KINOSHITA (2000), BONDER; SORJ (2001), FELDMAN (2001), PFEFFER (2003), IOKOI (2004), KUPERMAN (2004), TELO DA CÔRTE (2007, 2010), AGUIAR (2009), WALDMAN (2010), entre outros.

para definir os cidadãos de Israel. Também, de acordo com as fontes pesquisadas, de forma indistinta, utilizei as expressões “Palestina” e “Eretz Israel”, esta mais corrente entre os judeus, para definir, do ponto de vista político e geográfico, o mesmo contexto espacial.

Em relação à grafia das palavras, as escolhas seguiram diferentes critérios. Segui como referência a grafia corrente utilizada em textos de autores/pesquisadores consagrados e, por vezes, optei de modo aleatório por uma entre tantas grafias existentes acerca da mesma palavra. Como exemplo disso, cito aqui a palavra “íídiche” (forma adotada neste trabalho), para a qual não há consenso acerca de qual grafia seja a correta, sendo a mesma escrita de inúmeras maneiras. Encontramos essa palavra grafada das seguintes formas: “íídiche” em Bunse (1983), Sorj (2001, 2010), Grin e Iokoi (2004), “ídiche” em Pinsky (1978), Guinsburg (1996) e Gutfreind (2004), “idische” em Falbel (1985), “idish” em Brumer (1994), “idich” e “idisch” na revista *Aonde Vamos?*.¹⁸ Essas são algumas formas dessa palavra entre outras tantas grafias encontradas. Nos programas *Word-Microsoft*, o corretor ortográfico apresenta a grafia “íídiche”, forma utilizada por Muniz Bandeira na tradução do livro de Isaac Deutscher *O judeu não-judeu e outros ensaios* (1970). Por sua vez, o livro *Pequeno ABC do pensamento judaico* (1969) apresenta a grafia “Yidish” definindo-a da seguinte maneira: “Do alemão ‘juedisch’, significado judeu. O idioma dos judeus do leste da Europa; é alemão com mistura do eslavo e hebraico” (SCHLESINGER, 1969, p. 154). A título de exemplo, o mesmo critério de escolher uma grafia entre tantas, foi aplicado para os termos *ishuv*, *yishuv*, e *aliá*, *alyah*, entre outras palavras.

Para nomes próprios e palavras estrangeiras grafados de duas ou mais formas nos textos e nos documentos, optei, quando não consegui certificar qual forma a correta, por utilizar a grafia mais corrente, e quando isso não foi possível me limitei a selecionar apenas uma entre outras formas encontradas. É importante fazer menção sobre a grafia das palavras para se ter noção da complexidade acerca da utilização das mesmas, em outros termos, escolher uma forma não significa dizer que as demais sejam incorretas. Assim, optamos por uma forma, visando meramente organizar e padronizar o texto. Igualmente, utilizei a nova grafia da língua portuguesa para palavras como “ideia”, “antissemitismo” e “antissionimo”, por exemplo, preservando, no entanto, para essas palavras e na maioria dos casos, a forma original nas citações.

¹⁸ Cf. *Aonde Vamos?*, n. 247, Rio de Janeiro, 5 fev. de 1948, p. 13 e *Aonde Vamos?*, n. 251, Rio de Janeiro, 4 mar. de 1948, p. 10, respectivamente. Em seus textos mais recentes Nachman Falbel tem grafado a palavra da seguinte forma: “ídiche”, ver Falbel, 2009, sendo este também o caso de Bernardo Sorj, 2012.

1. SOBRE ACERVOS E ESTUDOS JUDAICOS NO BRASIL

Nesse capítulo apresentamos os centros de produção do conhecimento acerca da temática judaica, isto é, instituições e acervos destinados, entre outras tarefas, à produção de pesquisas abordando a história dos judeus e do judaísmo no Brasil. A importância dessas entidades é ampla e múltiplos são seus domínios, envolvem aspectos sócio-culturais, simbólicos, políticos e materiais. Essas instituições, verdadeiros lugares de memórias “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos”, e se “o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los”. Assim, “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem”. Em suma “a passagem da memória para história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo (NORA, 1993, p. 13; 9; 17).¹⁹

Visto a abrangência do assunto *estudos judaicos*, seria necessário um estudo específico para contemplar esse tema, o que, sem dúvida, se trataria de uma empreitada de grande monta, tendo em vista a proliferação de pesquisas e textos surgidos nos últimos anos versando sobre essa temática. Cabe assim, registrar a inexistência de uma obra recente de caráter historiográfico sobre estudos judaicos no Brasil, contendo como foco de análise a produção abrangendo essa temática. Talvez o caráter abrangente desse tipo de estudo explique em parte a ausência de um trabalho com essas características. Dito isso, convém esclarecer que tal empreendimento fugiria ao propósito da presente abordagem, que se limita a analisar essas entidades ou lugares da memória, enquanto centros fomentadores da produção e do conhecimento acerca dos estudos judaicos.

Dessa forma, citamos aqui, ainda que rapidamente e de modo descritivo, os estudos judaicos produzidos no Brasil nas últimas décadas, entre os quais são enfatizados trabalhos que abordam o movimento sionista. Buscamos com isso evidenciar a pequena produção versando sobre o tema sionismo, quando confrontada com o *boom* de trabalhos/pesquisas

¹⁹ No que tange a identidades étnicas, cabe dizer que elas também dependem de algum tipo de “agenciamento”, e passam por algum grau de “institucionalização”.

surgidos/desenvolvidos nos últimos anos sobre judeus no Brasil contemporâneo. Ao inscrever a temática do “sionismo” nessa agenda, podemos constatar duas lacunas, a carência de pesquisas enfocando esse assunto e de trabalhos de caráter historiográfico, abordando as recentes produções sobre judeus e judaísmo no Brasil.

1.1. Estudos e acervos judaicos e a temática do sionismo no Brasil

Estudos sobre temas judaicos são produzidos no Brasil desde o início do século passado, entre tais estudos encontram-se muitas contribuições de intelectuais judeus. Por outro lado, trabalhos de natureza acadêmica são produzidos desde a década de 1960, a partir da criação do Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo (CEJ/USP), em 1969. No entanto, tais estudos tomaram impulso a partir de 1976, com a criação do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), em São Paulo, fundado por um grupo de professores e alunos da Universidade de São Paulo (USP) e dos pesquisadores Egon e Frieda Wolff. No ano seguinte foi criado na capital carioca o Museu Judaico do Rio de Janeiro que, conforme consta no site do Museu, foi fundado “com a doação de uma menorá (candelabro de sete braços, um dos principais símbolos do judaísmo)”. O Museu, em consonância com outras entidades do mesmo caráter, espalhadas pelo Brasil, se caracteriza como “um centro cultural dinâmico, integrado à vida da cidade com atividades estruturadas em torno do binômio preservação da memória/dinamização da cultura judaica. Mantém exposições permanentes sobre a história da comunidade judaica no Rio e as tradições do judaísmo em todos os seus aspectos - religioso, cultural e histórico”. Igualmente, “realiza exposições, em sua sede e em outras instituições, além de promover pesquisas acadêmicas sobre imigração e concursos anuais para estudantes. Tem ainda um Núcleo de Estudos, com pesquisas sobre imigração e Holocausto, uma videoteca com mais de mil títulos e uma biblioteca temática”.²⁰

Porém, estudos sobre judeus no Brasil e iniciativas visando a criação de um Arquivo judaico são anteriores a esse período. Segundo o historiador Nachman Falbel, no início da década de 1950, ocorreram várias iniciativas com o propósito de se formar um Arquivo para estudos históricos judaicos no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e posteriormente em São Paulo, que “teria como objetivo precípua o incentivo às pesquisas sobre judeus no Brasil e a publicação de seus resultados”. Segundo o historiador, a revista *Aonde Vamos?* “serviu de veículo para a divulgação da idéia de formação do assim denominado Instituto Judaico

²⁰ Disponível em: <<http://www.museujudaico.org.br/>> Acesso em: 2 de fevereiro 2011.

Brasileiro de Pesquisa em dezembro de 1952, passando a publicar os artigos de seus membros”, contudo tal iniciativa não teve seguimento (FALBEL, 2008, p. 70).

Visto esse movimento inicial acerca do surgimento de instituições relacionadas à produção de conhecimento e preservação da memória, entre algumas constatações de nossa pesquisa, cabe referir que o surgimento e a organização de arquivos e acervos sobre judaísmo, criados majoritariamente entre as décadas de 1970 e 1980, possibilitou e contribuiu para a profusão dos estudos judaicos na década de 1990 e início do século XXI. Dessa forma, desde o início dos anos 1990 é possível observar nos meios acadêmicos, em especial na área das Ciências Sociais e Humanas, um crescimento do número de trabalhos e eventos versando sobre judaísmo e judeus no Brasil.

Tendo em vista esse *boom* de produções e atividades, ocorridas nas duas últimas décadas é cada vez mais difícil acompanhar as pesquisas e seus resultados. Isso se deve a vários fatores, como a grande quantidade de atividades, a pouca divulgação e/ou a não publicação das mesmas, as quais na maioria dos casos se restringem ao universo acadêmico ou ao local em que foram produzidas. Por outro lado, o excesso de publicações, publicações repetitivas, chamadas pejorativamente no universo acadêmico de textos requentados, bem como a exigência e o incentivo para a produção acadêmica, por parte de diferentes entidades e agências fomentadoras de pesquisa, que privilegiam e valorizam mais a quantidade e a produção muitas vezes sem sentido, isto é, a produção pela produção, do que a qualidade, a reflexão e o debate, dificultam a análise e o acompanhamento daquilo que é produzido.

Os trabalhos sobre estudos judaicos englobam uma enorme gama de perspectivas e áreas do conhecimento, como antropologia, educação, filosofia, geografia, história, lingüística, matemática, sociologia e teologia, entre outras. Ao analisar o campo dos estudos judaicos latino-americanos Bernardo Sorj refere que “o forte caráter multidisciplinar dos estudos judaicos em geral” que “por si só poderia ser uma vantagem”, em termos práticos “torna-se com frequência uma permissão para não-especialistas invadirem áreas cujas ferramentas básicas não dominam” (SORJ, 2009b, p. 94). Tal afirmação pode muito bem ser aplicada para caracterizar os estudos judaicos produzidos no Brasil.

Conforme dito, não temos como objetivo fazer uma análise estritamente historiográfica sobre a produção de estudos judaicos no Brasil, empreitada que demandaria uma abordagem mais sistemática e minuciosa, mas sim apresentar os principais centros de estudos sobre judaísmo e judeus no Brasil, isto é, as referências imprescindíveis para aqueles que desejam estudar e/ou conhecer essa temática. Assim, a abordagem aqui proposta limita-se a apresentar obras que enfocam os judeus no Brasil contemporâneo, ou seja, estudos que analisam a

integração, as vicissitudes, dificuldades, contingências e trajetórias dos judeus e do judaísmo na sociedade brasileira, tendo como ponto de partida a criação do AHJB.

Uma importante contribuição para reflexão acerca dessas questões é o livro *Tradição e Mudança. A Comunidade Judaica em São Paulo* (1977) de autoria de Henrique Rattner. Trata-se de um estudo quantitativo que apresenta informações sobre demografia, inserção social, ascensão econômica e práticas culturais judaicas no Brasil. Posteriormente, foram publicados outros dois trabalhos de fôlego, em termos de pesquisa, são eles os livros *Estudos sobre a Comunidade Judaica do Brasil* (1984) e *Jacob Nachbin* (1985), ambos de autoria do historiador Nachman Falbel. Nestes, o autor mostra como os grupos judaicos se organizaram socialmente durante o período posterior a proclamação da República, em 1889, procurando manter sua cultura, tradições e religiosidade em meio à integração social no país.

Entre os inúmeros trabalhos produzidos por Nachman Falbel e publicados em forma de livro vale ressaltar que além da biografia de *Jacob Nachbin*, foram escritos por Falbel outras duas obras de caráter biográfico, mais uma coletânea, reunindo textos de sua autoria, produzidos em diferentes momentos e com diferentes enfoques sobre judeus no Brasil e, em especial, sobre o movimento sionista, bem como um pequeno livro sobre literatura ídiche. Trata-se das seguintes obras: *Manasche: sua vida e seu tempo* (1996), *David José Pérez: uma biografia* (2005), *Judeus no Brasil: estudos e notas* (2008) e *Literatura ídiche no Brasil* (2009). Nestes textos, que constituem os poucos estudos sobre o tema “sionismo no Brasil”, o autor, a partir de exemplar trabalho de pesquisa em história, apresenta importantes informações e traz à luz fontes inéditas relacionadas ao assunto. Muitos dos documentos utilizados por Falbel encontram-se no AHJB, visto que o historiador foi um dos idealizadores e fundador do Arquivo.

Outro autor digno de nota é Bernardo Sorj, que nos últimos anos publicou inúmeros trabalhos, textos, artigos e livros versando sobre estudos judaicos, sendo suas produções mais recentes os livros *Judaísmo para todos* (2010) e *Vai embora da Casa de teus pais* (2012), ambos editados pela Civilização Brasileira.

Seguindo nosso itinerário, na década de 1980 foi criado no Rio Grande do Sul, por um grupo de intelectuais e empresários judeus, o Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (ICJMC).²¹ O Marc Chagall, como é conhecido, possui como principais objetivos estimular o reconhecimento da identidade e o desenvolvimento das formas de expressão cultural da

²¹ Fundado em Porto Alegre no dia 25 de novembro de 1985, o nome do patrono do Instituto Cultural Judaico é uma homenagem ao artista Marc Chagall, nascido na Rússia, em 1887. No final dos anos 1940 se radicou na França, onde faleceu em março de 1985 (ano da criação desse Instituto), sendo reconhecido como um dos maiores pintores do Século XIX.

comunidade judaica brasileira. Visa estimular a realização de estudos e pesquisas sobre a comunidade judaica sul-rio-grandense e brasileira, no que se refere às suas singularidades sociológicas e culturais, promovendo a preservação e a divulgação deste material documental. Na década de 1980, a instituição de forma pioneira no país colheu cerca de seiscentas entrevistas de imigrantes judeus e seus descendentes, passando a colecionar uma vasta documentação e a realizar pesquisas com este material. Seu acervo tem sido sistematicamente consultado por pesquisadores nacionais e estrangeiros e constitui um importante arquivo da memória da imigração judaica no país.²²

O ICJMC reúne sob sua guarda grande quantidade de arquivos e documentos institucionais e pessoais referentes aos mais diversos aspectos da vida judaica no Rio Grande do Sul. Além destes documentos e dos livros editados em parceria pelo ICJMC, merece destaque o acervo de História Oral, composto por entrevistas feitas com imigrantes e seus descendentes, realizadas majoritariamente entre o final da década de 1980 e início dos anos 1990.

Através da oferta do excelente material documental aos pesquisadores, devido à suas publicações e/ou pelo número de intelectuais que o Instituto reúne em torno de si, o Marc Chagall tem estimulado e contribuído para o surgimento de uma série de produções. Entre estas cabe citar os livros *Identidade em Mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul* (1994) de Anita Brumer, *A imigração judaica no Rio Grande do Sul: da memória para a história* (2004) de Ieda Gutfreind e *Cem anos de amor: a imigração judaica no Rio Grande do Sul* (2004), coordenado por Jacques A. Wainberg. O ICJMC igualmente tem contribuído para a produção de inúmeros trabalhos acadêmicos sobre a temática judaica em diferentes Universidades do Rio Grande do Sul e do Brasil, entre os quais muitas dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Em 2009, o ICJMC, de Porto Alegre/RS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), passou a editar a *Revista Semestral Webmosaica*, que recebe textos de pesquisadores nacionais e estrangeiros, aborda temas variados sobre judaísmo, muitos oriundos de pesquisas ainda inéditas. Vale assim, dizer que também na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) havia um Núcleo de Estudos Judaicos, o NEJU, o qual era vinculado ao Instituto de Letras da Universidade, e que infelizmente encerrou suas atividades.

²² Informações disponíveis em: <<http://www.cesup.ufrgs.br/marcchagall/home.html>> Acesso em: 17 de agosto 2009.

No final dos anos 1980, a pesquisadora Maria Luiza Tucci Carneiro inaugurou a discussão referente ao tema do antissemitismo no Brasil com o livro *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)* (1988), apresentando uma nova face desse período histórico e da ditadura varguista, caracterizada pela censura, repressão policial e perseguição aos opositores do governo. Ao analisar a história dos judeus pela perspectiva da lei, do Estado e da ideologia do governo Vargas, a autora evidenciou a existência de um antissemitismo de caráter estatal, questão essa objeto de controvérsia e muita discussão nos meios acadêmicos, pois o antissemitismo se restringia a esfera do Estado e de alguns círculos bem delimitados, ou seja, não se trata de um antissemitismo endêmico que permeava a sociedade brasileira de modo geral, como faz crer a autora e seus orientandos.

Tucci Carneiro escreveu e organizou diversas obras enfatizando essa temática, no livro *O Veneno da Serpente* (2003), a pesquisadora faz a genealogia do antissemitismo no país, desde a chegada e estabelecimento dos colonizadores portugueses no Brasil até o século XX. A pesquisadora produziu ainda *Brasil, um refúgio nos trópicos – a trajetória dos refugiados do nazi-fascismo* (1996), *Livros proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas* (1997), e organizou *Minorias silenciadas: história da Censura no Brasil* (2002). Além das pesquisas e orientação de teses e dissertações, produzidas na Universidade de São Paulo (USP), que seguem essa linha de análise e giram em torno do eixo do antissemitismo, Maria Luiza Tucci Carneiro, em 2010, coordenou o projeto de criação e organização do arquivo denominado *Arqshoah* ou *Arquivo Virtual – Holocausto e Antissemitismo*, que reúne cerca de 10 mil documentos sobre ambos os temas.²³

Visto a grande produção e repercussão do tema antissemitismo no Brasil, é possível dizer que a história desse assunto transformou-se em um capítulo a parte no que tange aos estudos judaicos no Brasil. Assim, é importante ressaltarmos que não é nosso propósito nesta apresentação panorâmica aprofundar a análise dessa discussão. Tendo em vista a grande quantidade de estudos sobre antissemitismo no Brasil, cabe apenas lembrar, como bem apontou Roney Cytrynowicz, que “a história dos judeus no Brasil é muito mais complexa e multifacetada do que a história do antissemitismo no país e não se pode subordinar a primeira à segunda” (CYTRYNOWICZ, 2005, p. 293).

Seguindo caminhos muito diferentes de Tucci Carneiro, destacam-se os trabalhos *Nem Rotschild, nem Trotsky: O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso* (1992), de Marcos Chor Maio, e *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de*

²³ Informações sobre o arquivo disponíveis em: <<http://www.arqshoah.com.br/>> Acesso em: 3 de maio 2010.

1930 (1992), de Roney Cytrynowicz, os quais de modo geral analisam a ação antisemita por outro viés, o arcabouço teórico-intelectual integralista. Por sua vez, o livro *O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito* (1995), de autoria do brasilianista Jeffrey Lesser, enfatiza o pragmatismo e o discurso dualista e contraditório do governo Vargas durante o Estado Novo (1937-1945).

Na década de 1990, o advento da internet contribuiu sobremaneira para dinamizar a comunicação, bem como facilitar o acesso a informação, a diferentes fontes e centros de pesquisa, textos e trabalhos realizados em diversas regiões do país e até mesmo produções elaboradas em outros países, incrementando assim sobremaneira as pesquisas e estudos em diferentes áreas do conhecimento. Nesse contexto, os estudos judaicos ampliaram consideravelmente seus horizontes, o que é comprovado pelo surgimento e proliferação de novos trabalhos e pesquisas, os quais de modo geral,

vêm enfrentando mais recentemente no Brasil a urgência de uma virada em seus pressupostos epistemológicos. Desde os anos de 1990 observam-se novas perspectivas cujas abordagens arriscam um afastamento dos paradigmas que em geral orientam tais estudos judaicos no Brasil. As novas pesquisas realizadas, especialmente na área de história, ciências sociais e crítica literária, mostram-se cada vez mais autônomas nas formas de tratar as expressões da diáspora judaica no contexto cultural brasileiro, afastando-se pouco a pouco dos rígidos padrões conceituais de interpretação e representação desse grupo no Brasil. Ao contrário da ênfase analítica nas oposições binárias típicas da modernidade do velho mundo – por exemplo: assimilação/exclusão, insiders/outsidere, cultura hegemônica/culturas subalternas, filo/anti-semitismo – podemos observar tendências que inauguram novas possibilidades de representação dos estudos judaicos no Brasil (GRIN, 2009, p. 8).

Conforme Monica Grin “o maior desafio hoje é decifrar o Brasil, suas culturas, suas linguagens, seus enigmas, para compreender as formas de integração dos judeus à sociedade brasileira em diferentes tempos” (Ibidem, p. 8), premissa esta, que vai ao encontro de nossa proposta. Nessa conjuntura, apontada por Grin, se inscrevem pesquisas que contemplam temáticas como: identidade judaica no Brasil contemporâneo, movimentos judaicos de esquerda e a participação dos judeus em movimentos socialistas, comunistas, imigrantes judeus do Oriente Médio, integração dos judeus na sociedade brasileira, religiosidade e ortodoxia religiosa judaica e o estudo do movimento sionista no país.

Ainda dentro desse movimento de renovação (que preferimos entender como dinamização, um *boom* dos estudos judaicos devido ao estímulo fomentado pelos centros de estudo), cabe referir que, recentemente, em junho de 2008, foi criado o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ), coordenado pela Dra. Monica Grin. Vinculado a

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o NIEJ conta com um grupo significativo de estudantes de diversas universidades, interessados em desenvolver monografias, dissertações e teses em temas que dialogam com a área de estudos judaicos; professores da UFRJ e de outras universidades do Brasil e do exterior; conta ainda com um Conselho Internacional formado por renomados pesquisadores nacionais e internacionais que emprestam seus nomes a esse empreendimento acadêmico e participam de forma efetiva nas atividades propostas pelo Núcleo.²⁴

No Rio de Janeiro, além do Museu Judaico e do NIEJ, pesquisas e estudos judaicos são, também produzidos no Programa de Estudos Judaicos (PEJ) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) que tem por objetivo “produzir novos conhecimentos, divulgá-los e promover a troca de informações específicas assim como, atender alunos que estejam envolvidos em pesquisas desta área”.²⁵ Desde 1994, a pesquisadora Helena Lewin, Professora da UERJ, organiza a cada três anos, eventos sobre a temática judaica, intitulados: *Encontro Brasileiro de Estudos Judaicos*. Em 2008 foi realizada quinta edição do *Encontro* na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu pesquisadores estrangeiros e intelectuais acadêmicos, judeus e não-judeus, de diversas localidades do país. Encontro este que teve como resultado final a publicação do livro: *Judaísmo e globalização. Espaço e temporalidades - Estudos Judaicos* (2010).

No Paraná, a produção de trabalhos abordando estudos judaicos tem sido impulsionada pelo Instituto Cultural Judaico Brasileiro Bernardo Schulman (ICJBS). Presidido atualmente pela Senhora Sara Schaia Schulman, o Instituto que mantém intercâmbio com outras entidades judaicas do Brasil foi criado em Curitiba, em agosto de 1988, com a finalidade de “divulgar, incentivar, promover a cultura e as tradições, judaicas e brasileiras, contribuindo para o estreitamento dos laços entre as duas comunidades”.²⁶ No Paraná também cabe destacar a produção de estudos e trabalhos realizados por pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina (UEL), trabalhos e pesquisas que enfatizam a imigração de judeus refugiados do nazismo para a região de Rolândia/PR e adjacências.

Ainda no Paraná, em novembro de 2011, foi inaugurado em Curitiba o Museu do Holocausto, sede do primeiro memorial brasileiro dedicado ao tema. Idealizado e construído pelo empresário Miguel Krigsner e sua família, em parceria com a Associação Casa de Cultura Beit Yaacov e a comunidade judaica paranaense, o Museu conta com o apoio do

²⁴ Cf. <<http://www.niej.org.br>> Acesso em: 17 ago. 2009.

²⁵ Cf. <<http://www.sr3.uerj.br/resite/pro/consulta2008/mostra.asp?controle=447>> Acesso em: 10 maio 2010.

²⁶ Mais informações encontram-se na *homepage* do Instituto Cultural Judaico Brasileiro Bernardo Schulman, Disponível em: <www.icjbs.com.br> Acesso em: 10 maio de 2010.

Memorial de Auschwitz. Seu programa educativo visa discutir questões sobre a violência junto ao público jovem, por meio de visitas guiadas direcionadas às escolas. Pretende assim, debater o preconceito ao longo da história, tomando como exemplo a questão judaica. A Instituição conta com um pequeno acervo de objetos relacionados ao tema, doados pela comunidade judaica curitibana, e material audiovisual.

Em Minas Gerais, as pesquisas e estudos em torno de temas judaicos são fomentados pelo Instituto Histórico Israelita Mineiro (IHIM). O Instituto, fundado em janeiro de 1984, “é uma sociedade civil de caráter cultural e científico, sem fins lucrativos, mantido pela Federação Israelita do Estado de Minas Gerais [FISEMG] e através de contribuições de sócios”. Em maio de 2003, o IHIM em parceria com o AHJB organizou o III encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, realizado na cidade de Ouro Preto/MG. No Estado mineiro, merece igualmente destaque o Núcleo de Estudos Judaicos (NEJ), criado em 2005 por professores e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “que reúne pesquisadores de Literatura, Cinema, História e áreas afins com o objetivo de promover e reunir pesquisas em Estudos Judaicos”, e o qual desde 2007 publica o periódico denominado *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*.²⁷

Em Pernambuco, desde o início dos anos 1990, o Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco (AHJ/PE) tem fomentado a produção de inúmeros trabalhos acadêmicos (em especial teses de doutorado e dissertações de mestrado) abordando como assunto os judeus em Pernambuco e no nordeste brasileiro, durante o período colonial e contemporâneo.²⁸ A produção sobre judeus na região nordeste se deve muito aos estudos e ao trabalho realizado por Tânia Neumann Kaufman, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a qual tem orientado dissertações de mestrado e teses de doutorado versando sobre o tema “judeus no nordeste”. Em 1999 a professora defendeu na UFPE sua tese de doutorado em história, intitulada *Passos Perdidos, História Recuperada. A Presença Judaica em Pernambuco*, que posteriormente foi editada em forma de livro.

Entre os trabalhos produzidos no estado pernambucano, a título de exemplo da recente produção acadêmica, vale citar as dissertações de mestrado (nas áreas de antropologia, educação e sociologia) realizadas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): *Processo*

²⁷ Ver Instituto Histórico Israelita Mineiro (IHIM) e Núcleo de Estudos Judaicos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), respectivamente disponíveis em: <http://www.fisemg.com.br/default.php?cont_id=11> e <<http://www.ufmg.br/nej/modules/content/>> Acesso em: 13 maio 2010.

²⁸ Mais informações sobre o Arquivo encontram-se na *homepage* do Arquivo Judaico de Pernambuco, Disponível em: <http://www.arquivojudaicope.org.br/arquivo_judaico.php> Acesso em: 13 maio 2010.

de identificação: *um estudo de caso da Comunidade Judaica do Recife e sua relação com o Estado de Israel* (MUNIZ, 2008); *A educação judaica em Pernambuco na interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945)* (SILVA, 2006); *Negociando Identidades. Os Fatores políticos e a re-significação da identidade judaica: o caso da comunidade de Pernambuco*, (LIMA, 2004); *Resiliência, judaísmo e cultura organizacional. Inter-relações e reflexões* (LUCENA, 2003); *O shabat e a conservação do judaísmo*. (UMBELINO, 2003); *O klientelshik: solidariedade e troca na presença judaica no comércio ambulante do Recife (século XX)*, (FONSECA, 2002). Trabalhos de pesquisa em nível de Pós-Graduação são igualmente encontrados na Universidade Católica de Pernambuco (UCPE), como exemplo cabe citar a dissertação intitulada: *Comunidade Judaica do Recife – Possibilidades e entraves ao diálogo intra-religioso entre judeus asquenazes, sefarades e messiânicos: o que os distancia e o que os une* (SILVA, 2007).

Para nosso estudo é pertinente referir que atualmente a Professora Tânia Kaufman está orientando uma tese de doutorado em antropologia na UFPE, intitulada *Conversão e Sionismo na Cidade do Recife*, de autoria do pesquisador Abel de Castro Tavares, sendo esse um dos poucos estudos que abordam como tema de pesquisa o movimento sionista na região do nordeste brasileiro. Nesse sentido, o autor publicou recentemente um texto, em forma de artigo sobre movimento sionista em Recife, intitulado *A influência da ideologia sionista na comunidade judaica do Recife* (2011).

Visto isso, é importante dizer que a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) também se destaca como centro promissor no que tange a estudos e pesquisas sobre temas judaicos. Entre outros trabalhos, na UNICAMP foram defendidas as teses de doutorado: *Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus* (DECOL, 1999) e *Pássaros da Liberdade: Jovens judeus sionistas socialistas; rapazes e moças do Movimento Dror (1945-1960)* (PINSKY, 1999), publicada posteriormente pela Editora Contexto com o título: *Pássaros da Liberdade: Jovens, Judeus e Revolucionários no Brasil* (2000), entre as dissertações de mestrado encontramos dois trabalhos: *A comunidade judaica de Campinas: franceses, russos e poloneses (1870-1930)* (NASCIMENTO, 2002) e *Abençoados aqueles que vêm: imigração e beneficência judaica em São Paulo (1900-1950)* (LUZ, 2011), recente trabalho de pesquisa em história que abordou a integração social dos judeus em na cidade de São Paulo.

Em linhas gerais esses são os principais centros que tem fomentado, impulsionado e contribuído para as produções, a proliferação e publicização dos estudos judaicos no Brasil. Vale citar ainda, o *blog* “Estudos Judaicos”, organizado pela Doutora Cláudia Andréa Prata

Ferreira, Professora da UFRJ, que reúne inúmeros trabalhos e textos acadêmicos sobre judeus e judaísmo, no *blog* encontra-se a disposição textos versando sobre diferentes temáticas, produzidos por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento.²⁹

Por fim, não poderíamos deixar de dizer que estudos e pesquisas sobre judaísmo e judeus no Brasil estão sendo produzidas em diversos estados e em todas as regiões do país. Vale citar como exemplo dessa afirmação duas, nem tão recentes, dissertações de mestrado em história: *Vicus Judearum: Os judeus e o espaço urbano do Recife Neerlandês (1630-1654)* (BREDA, 2007); *A fala dos passos: Imigração e construção de espaços judaicos na cidade do Natal (1919-1968)* (OLIVEIRA, 2009), ambas realizadas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a dissertação de mestrado *Resistência Cultural dos Judeus no Brasil* (BARBOZA, 2006) realizada na Universidade Católica de Goiás (UCG).³⁰

Ao final da tese foram acrescentado um gráfico contendo quarenta e dois (42) títulos de teses de doutorado e demais informações, realizadas entre 1994 e 2010 (ver ANEXO 2) e cento e dezessete (117) títulos de dissertações de mestrado, com datas limite entre 1985 e 2011 (ver ANEXO 3) que contabilizam um total de cento e cinquenta e nove (159) trabalhos versando sobre temas judaicos, em especial, *judaísmo* e *judeus no Brasil contemporâneo*, produzidos nos últimos vinte e seis anos. Deixei de fora trabalhos que enfocam os judeus no Brasil colonial e durante o Império brasileiro devido o objeto e à problemática abordadas nestes períodos históricos possuírem um caráter muito diferente do contexto e do objeto que estamos analisando. Questões como o Holocausto, o nacionalismo judaico e o antissemitismo de caráter político-estatal, por exemplo, não se fazem presentes nesses períodos.

O levantamento desta amostragem demandou, além de um trabalho árduo, enorme quantidade de tempo e constante intercâmbio com colegas de outros estados brasileiros, minha ideia inicial era verificar nestes estudos se havia alguma abordagem referente ao sionismo no Brasil, em caso afirmativo, meu interesse como pesquisador era mapear as produções, verificando quantas obras abordavam o assunto e como o mesmo era analisado. Tal esforço me possibilitou também ter uma visão, ainda que superficial, panorâmica acerca dos estudos judaicos produzidos no Brasil nos últimos anos.

A fim de fornecer uma ideia mais consistente acerca dos estudos sobre essa temática cabe referir que 74 das 117 dissertações foram produzidas nos últimos dez anos, ou seja, quase 65% dos trabalhos, praticamente dois terços, foram realizados na última década. E, das

²⁹ Disponível em: <<http://estudosjudaicos.blogspot.com>> Acesso em: 3 fev. 2011.

³⁰ A respeito da produção de estudos judaicos em diferentes estados brasileiros ver também o site do Centro Israelita do Pará. Disponível em: <<http://www.centroisraelitadopara.com.br>> Acesso em: 10 maio 2010.

117 dissertações selecionadas em nossa amostragem, 54 foram produzidas na cidade de São Paulo, 15 no Rio de Janeiro, 9 em Porto Alegre, 8 em Recife, 4 em Belo Horizonte, 3 em Campinas, 3 em Florianópolis, 2 em Niterói/RJ e 2 em Santa Cruz do Sul/RS. Nas cidades de Assis/SP, Brasília/DF, Canoas/RS, Campo Grande/MS, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Goiânia/GO, Maringá/PR, Natal/RN, Passo Fundo/RS, Piracicaba/SP, Salvador/BA, Santa Maria/RS, São Bernardo do Campo/SP, São Leopoldo/RS e Uberlândia/MG foi produzida apenas uma dissertação de mestrado; também foi selecionada uma dissertação sobre judeus no Brasil produzida por uma pesquisadora brasileira nos Estados Unidos (cf. ANEXO 3).

Os números apresentados são aqui analisados tendo em vista que muitos pesquisadores, por diferentes razões, migram para outros centros a fim de produzir trabalhos de assuntos relacionados à sua região/localidade. Considerando isso, tal amostragem indica o Estado de São Paulo, onde igualmente reside a maior comunidade judaica do Brasil, como o maior centro produtor de estudos sobre judeus no período contemporâneo, totalizando 60 dissertações produzidas, ficando em segundo lugar o Estado do Rio de Janeiro, onde reside o segundo maior contingente de judeus no país, com 16 trabalhos produzidos. O Rio Grande do Sul, onde se localiza a terceira maior comunidade judaica do país, aparece em terceiro lugar com 15 dissertações produzidas. Assim, ao se analisar a produção por regiões, a região Sudeste aparece em primeiro lugar, seguida respectivamente pelas regiões sul, nordeste e centro-oeste, chama a atenção que ainda não encontramos nenhuma dissertação produzida na região norte do país, porém, conforme já afirmamos, a presença de judeus nessa região foi abordada em trabalhos produzidos em universidades de outras regiões do país.

Como exemplo dessa afirmação cabe citar, entre outras, as dissertações de mestrado *Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca da terra sem males. (Pará - 1870-1910)* (1988), de autoria de Cássia Scheinbein, e *Línguas em extinção: o hakitia em Belém do Pará* (2006), de Amélia Bemerguy, realizadas respectivamente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Entre as 42 Teses de doutorado, 29 foram defendidas nos últimos dez anos, ou seja, quase 70% dos trabalhos foram realizados na última década, o que indica uma produção relativamente recente sobre o tema. Das 42 teses, 25 foram produzidas em São Paulo, sendo que das 29 defendidas nos últimos anos, 19 são de São Paulo. Entre as 42 teses, 10 foram defendidas no Rio de Janeiro, 2 em Campinas e 2 em Porto Alegre. Nas cidades de Belo Horizonte, Rio Claro e Recife, foi produzida uma tese de doutorado. Assim, quando a produção se refere as teses de doutorado, fica mais evidente o crescimento dessa temática nos

últimos anos e a concentração da produção em cursos de mestrado e doutorado na região sudeste do país.

Esse conjunto de obras acadêmicas que se configura como uma amostragem da recente produção de estudos judaicos abordando os judeus no período contemporâneo não tem a pretensão de esgotar o tema, nem ser uma leitura única e definitiva da produção surgida nos últimos anos. Seu propósito é exatamente o contrário, trata-se de um passo inicial para um maior conhecimento e quem sabe uma análise de caráter historiográfico, pois a cada dia surgem novos trabalhos, bem como trabalhos nem tão novos são trazidos a luz, no entanto, o banco de teses e dissertações aqui apresentando possibilita-nos uma visão panorâmica e consistente da produção existente no Brasil, acerca do tema judeus no período contemporâneo.

Em relação a abordagens versando sobre historiografia judaica no Brasil, na década de 1970, Marcos Margulies publicou o primeiro volume da série *Iudaica brasiliensis* (1974), livro de caráter historiográfico, que compreendendo historiografia enquanto história produzida abarcava “el repertorio bibliográfico comentado de los libros relacionados con el o judaísmo y cuestiones afins, publicados en Brasil desde los albores” (SCHLESINGER, 1986, p. 169). Projeto esse, que teve continuidade na década seguinte com os estudos de Hugo Schlesinger, que publicou o segundo e terceiro volumes de *Iudaica brasiliensis*, respectivamente em 1984 e 1989. Estes se destinavam ao conhecimento de publicações afins e teses universitárias, sendo o segundo volume definido como “una fuente segura para la localización de cualquier trabajo que trate directa o indirectamente sobre la historia de los judíos en Brasil” (Ibidem, 1986, p. 169).

Dessa forma, algumas constatações podem ser feitas, entre elas, a carência de trabalhos de cunho historiográfico, abordando de modo sistemático a produção sobre estudos judaicos nos últimos vinte anos. Também é possível perceber que nos últimos anos, as pesquisas sobre judaísmo no Brasil enfatizaram novas temáticas como a memória do holocausto (a *shoah*), judeus sefaraditas, a ortodoxia judaica e, em menor escala, o movimento sionista.³¹

Assim, tendo como parâmetro a existência e grande quantidade de centros de estudos, bem como o surgimento de produções sobre a temática judaica é possível, a partir deste contraste, constatar a pequena produção e as poucas pesquisas sobre o movimento sionista no Brasil. Visto isso, a escrita da história do sionismo primeiramente ficou relegada aos militantes e lideranças do próprio movimento e, mais recentemente, há alguns poucos

³¹ Como exemplos dessas produções ver, entre outros, os seguintes autores: BORIN (1993); SELIGMAN-SILVA (2003); MIZRAHI (2003) e TOPEL (2005).

pesquisadores acadêmicos. O exame acerca do sionismo no Brasil e suas relações com os agrupamentos judaicos indicam que existem lacunas a serem preenchidas, considerando a escassez de estudos sobre o tema. A fim de nos fornecer uma visão panorâmica, consta a seguir uma tabela composta de trabalhos acadêmicos que abordam o sionismo no Brasil e/ou temas relacionados com o assunto, a qual apesar de bastante completa não tem como propósito ou pretensão esgotar todas as referências sobre o tema:

TEXTOS SOBRE O MOVIMENTO SIONISTA NO BRASIL:

Título	Autor	Local e ano	Observações
Os Protocolos do 1º Congresso Sionista no Brasil (1922).	Nachman Falbel	São Paulo, 1984.	Texto do livro: <i>Estudos sobre a Comunidade judaica do Brasil</i> , páginas 88-106.
O proto-sionismo no Brasil no início do século XX.	Avraham Milgram	Rio de Janeiro, 1994.	Artigo publicado na <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i> .
Dois judeus, três opiniões: sionismo e memórias.	Flávio Limoncic	Rio de Janeiro, 1994.	Trabalho de Conclusão do Curso História do Brasil na Primeira República, PPG em História Social da UFRJ.
Manasche: sua vida e seu tempo.	Nachman Falbel	São Paulo, 1996.	Livro biográfico de Manasche krzepicki, imigrante judeu radicado no Brasil, militou no sionismo, com atuação destacada na 1ª Guerra árabe-israelense, em 1948.
Pássaros da Liberdade: Jovens, Judeus e Revolucionários no Brasil.	Carla Bassanezi Pinsky.	São Paulo, 2000.	O livro, decorrente de tese de doutorado defendida na UNICAMP, aborda a história do movimento sionista socialista juvenil Dror no Brasil.
Sionismo e identidade judaica: análise da Revista Seleções Sionistas (1961/1962).	Paulo César E. Garcia	Santa Cruz do Sul/RS, 2001.	Artigo publicado na Revista <i>Ágora</i> , Santa Cruz do Sul, v. 7, n. 2, p. 179-210, jul./dez. 2001.
O sionismo em Pelotas	Lorena Gill	Pelotas/RS, 2001	Subcapítulo do livro "Clienteltchiks": Os Judeus da Prestação em Pelotas (RS): 1920-1945 páginas 100-103.
Movimentos femininos judaicos sionistas em Curitiba: Wizo e Pioneiras	Richard M. Orciuch	Ponta Grossa, 2004	Texto apresentado no IX Encontro Regional de História - Identidades e representações, ANPUH/PR, 2004.

Os movimentos juvenis judaicos em Curitiba	Júlio C. de Mello	Ponta Grossa, 2004	Texto apresentado no IX Encontro Regional de História - Identidades e representações, ANPUH/PR, 2004.
Judeus no Rio Grande do Sul e o movimento sionista.	Ieda Gutfreind	São Leopoldo/RS, 2004	Capítulo do livro “A imigração judaica no Rio Grande do Sul”, páginas 135 até 168.
David José Pérez: uma biografia.	Nachman Falbel	Rio de Janeiro, 2005.	Biografia de um dos principais líderes do sionismo no Brasil..
A propaganda sionista e a intelectualidade sul-rio-grandense.	Carlos Eduardo Bartel	São Leopoldo/RS, 2005.	Comunicação apresentada no VII Encontro do Corredor de Idéias do Cone Sul, UNISINOS.
Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952.	Carlos Eduardo Bartel	São Leopoldo/RS, 2006.	Dissertação de Mestrado, PPG em História (UNISINOS). Orientação de Ieda Gutfreind.
Vicária redenção: memória, historiografia e a questão do anti-semitismo no RJ na década de 1940.	Andre de Lemos Freixo	Rio de Janeiro, 2008.	Dissertação de Mestrado em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio de Janeiro (IFCS/PPGH/UFRJ).
O conflito árabe-judaico no sul do Brasil - maio e junho de 1948.	Carlos Eduardo Bartel	Porto Alegre, 2008.	Texto apresentado no IX Encontro Estadual de História - Vestígios do Passado: a história e suas fontes, - ANPUH/RS, realizado na UFRGS.
Sionismo	Nachman Falbel	São Paulo, 2008.	Conjunto de cinco textos sobre sionismo no Brasil que compõem o Item “C” da Coletânea intitulada: <i>Judeus no Brasil: estudos e notas</i> . Páginas 373-433.
Judeus-alemães e o movimento sionista no Rio Grande do Sul.	Carlos Eduardo Bartel	Santa Cruz do Sul/RS, 2009.	Capítulo do livro “Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional”, p. 99-119.
Érico Veríssimo o amigo dos judeus: a atuação dos não-judeus no movimento sionista	Carlos Eduardo Bartel	Passo Fundo/RS, 2009.	Comunicação apresentada no III Seminário de História Regional, realizado em novembro de 2009, na Universidade de Passo Fundo (UPF).

Trajetórias coletivas: dirigentes e lideranças do movimento sionista no Brasil	Carlos Eduardo Bartel	Pelotas/RS, 2010.	Texto apresentado no II Encontro Internacional de Ciências Sociais – “As Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI”, realizado em junho de 2010 na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).
Fragments de memórias	Avraham Milgram (Org.)	Rio de Janeiro, 2010.	Coletânea de artigos escritos por militantes e ativistas do movimento juvenil-sionista Dror.
Sionismo e progressismo: dois projetos para o judaísmo brasileiro.	Carlos Eduardo Bartel	Porto Alegre, 2010.	Texto publicado no periódico <i>WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall</i> , Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 83-95, (jul.-dez) 2010.
Redimensionar o Antissemitismo: Sionismo e Socialismo no Rio de Janeiro dos Anos 1930/40.	André de Lemos Freixo	Rio de Janeiro, 2011.	Artigo publicado na Revista Eletrônica do NIEJ/UFRJ – Ano II – nº 4 – 2011.
A Influência da Ideologia Sionista na comunidade judaica do Recife.	Abel de Castro	Recife, 2011.	Texto publicado nos anais do XVIII Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS) – realizado em Recife, em setembro de 2011.

A história do sionismo no Brasil e suas especificidades em alguns estados brasileiros, ainda carecem de pesquisa. Sabemos que desde a década de 1920 emissários sionistas, em função de suas atividades, percorreram diferentes estados brasileiros, porém se desconhece alguns grupos judaicos (sionistas?), situados na região nordestina, que recepcionaram esses emissários. São poucos os estudos, por exemplo, sobre judeus, comunidade judaica e grupos sionistas na Bahia e em Alagoas, no século XX. No AHJB encontram-se correspondências, do início da década de 1920, enviadas por grupos sionistas de Maceió à sede do movimento brasileiro, no Rio de Janeiro.

Por outro lado, convém mencionar que muitos pesquisadores, talvez por desconhecerem a história do sionismo no Brasil, minimizam o assunto, apresentam equívocos em suas produções ou tangenciam suas análises abordando a questão de modo geral, limitando-se a mencionar apenas o surgimento do movimento no continente europeu no final do século XIX, estabelecendo assim precárias relações com outros temas quando inseridos no contexto da sociedade brasileira.

Além do interesse por parte de pesquisadores profissionais, a tarefa de pesquisa sobre a história dos judeus no Brasil, se encontra, pelo menos desde a década de 1930, a cargo dos próprios membros do grupo estudado, o que de resto é comum ao se analisar a trajetória dos grupos étnicos. Os textos *Di yidn in Brazil* (Os judeus no Brasil) e *Der moderner idischer ishuv in Brazil* (A moderna comunidade judia no Brasil) de autoria de Jacob Nachbin, segundo o historiador Nachman Falbel constituem a primeira tentativa de um judeu em fazer um resumo da presença israelita no país. Os textos foram publicados, em partes, no ano de 1930 na revista *Di Zukunft* (O Futuro), tradicional periódico em língua iídiche de Nova York. Conforme Falbel a abordagem Jacob Nachbin inicia com o descobrimento do Brasil e se encerra no ano em que o texto foi publicado (1500-1930) (FALBEL, 1985, p. 153-158).

Com o intuito de ordenar a explanação, essas produções podem ser subdivididas em dois grupos: o primeiro formado por *memorialistas étnicos*, isto é, membros do grupo que produziram seus escritos basicamente a partir de suas memórias, lembranças, reminiscências e vivências; e o segundo formado por *pesquisadores amadores*, isto é, indivíduos, judeus e não-judeus, que se valendo igualmente, ou não, dos métodos usados pelos memorialistas étnicos ou métodos acadêmicos, dedicaram seu tempo, e também seus recursos, para realizar suas investigações. Os trabalhos produzidos por ambos, alguns de excelente qualidade, servem e são aqui utilizados tanto como referência e fonte de pesquisa, quanto como objeto de estudo.

As obras escritas por memorialistas étnicos (que participaram direta ou indiretamente dos acontecimentos abordados) despertam nosso interesse, sendo por isso, alvo de atenção desta pesquisa, em especial, as produções e os textos dos memorialistas que atuaram no movimento sionista, seja como dirigentes, militantes ou simplesmente como apoiadores ou simpatizantes da causa nacional judaica, os quais, invariavelmente, escreveram obras apologéticas acerca do movimento.

Igualmente são objeto de nossa atenção textos escritos por aqueles que tiveram contato com estes militantes, como amigos, parentes ou até mesmo adversários e desafetos. Tais registros constituem importantes objetos de análise e fontes de pesquisa. Abaixo segue uma tabela apresentando, ainda que de forma parcial, estudos memorialísticos escritos por ativistas do sionismo e indivíduos próximos, produzidos entre os anos de 1967 e 2007, são estudos que versam sobre inúmeros temas vivências pessoais, judaísmo e/ou sobre história judaica no Brasil pelo viés sionista.

OBRAS ESCRITAS POR MEMORIALISTAS ÉTNICOS (1967-2007):

Título	Autor	Local e ano	Observações
O Judeu e seu Mundo.	Henrique Lemle	Rio de Janeiro, 1967.	Obra escrita pelo rabino Henrique Lemle, judeu de origem alemã e sionista, radicado no Rio de Janeiro no início da década de 1940.
Do Arquivo e da Memória: Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial.	Samuel Malamud	Rio de Janeiro, 1983.	Samuel Malamud foi desde o início dos anos 1930 um dos principais dirigentes do movimento sionista no Brasil.
Aspectos da Vida Judaica no Rio Grande do Sul.	Moysés Eizirik.	Porto Alegre; Caxias do Sul, 1984.	O autor foi desde os anos 1940 um dos principais dirigentes do movimento sionista no Rio Grande do Sul.
Escalas no Tempo	Samuel Malamud	Rio de Janeiro: 1986.	
Imigrantes Judeus - Relatos, Crônicas e Perfis.	Moysés Eizirik.	Porto Alegre; Caxias do Sul, 1986.	
Recordando a Praça Onze.	Samuel Malamud	Rio de Janeiro, 1988.	
Documentário. Contribuição à Memória da Comunidade Judaica Brasileira.	Samuel Malamud	Rio de Janeiro, 1992.	
Estudar, ensinar, ajudar. Seis décadas de um rabino em dois continentes.	Fritz Pinkuss.	São Paulo, 1989.	Obra escrita pelo rabino sionista Fritz Pinkuss, de origem alemã radicou-se em São Paulo no ano de 1936.
Memórias da Imigração.	Saádio Lozinsky	Rio de Janeiro, 1997.	Livro autobiográfico. O autor foi um dos principais líderes sionistas do Brasil. Chegou ao país em 1914, atuando desde então no movimento.
A Segunda Guerra Mundial na visão de um judeu brasileiro.	Samuel Malamud	Rio de Janeiro, 1997.	
Henrique Lemle: o homem que gostava da gente.	Alfred Lemle	Rio de Janeiro, 1998.	Biografia de Henrique Lemle, escrita por seu filho.
Contribuição para a História da Imprensa Judaica no Rio Grande do Sul.	Josef S. Halpern	Porto Alegre, 1999.	Líder sionista revisionista, muito atuante no movimento a partir dos anos 1940.

Memórias da vida judaica: personagens, episódios e instituições gaúchas.	Moysés Eizirik.	Porto Alegre, 2007.	
--	-----------------	---------------------	--

Cabe, assim, referir que entre as produções escritas por memorialistas étnicos, selecionamos aqui apenas obras escritas por judeus sionistas e/ou que abordam em seus escritos o nacionalismo judaico. Porém, é necessário mencionar que existem inúmeros livros e estudos produzidos por memorialistas, versando sobre temas diversos. Tais estudos se embasam em testemunhos sobre o Holocausto, sobre a viagem da Europa para a América, a adaptação e vicissitudes dos imigrantes no novo país, a organização social destes imigrantes nas cidades brasileiras, entre outros temas, como autobiografias. Entre outras obras, exemplificam essa produção os livros: *Filipson: Histórias da Primeira Colônia Judaica no Rio Grande do Sul* (1967) de Frida Alexandr, *Israelitas no Rio Grande do Sul* (1975) de Eva Nicolaiewsky, *Holocausto, o massacre de 6 milhões* (1976), de Abraham Ben, *Numa Clara Manhã de Abril* (1987), de Marcos Iolovitch, *Judeus de Bombachas e Chimarrão* (1988) e *Saga Judaica na Ilha do Desterro* (1989), ambos de Jacques Schweidson e *Resgatando a Memória da Primeira Imigração Judaica para o Rio Grande do Sul – Colônia Philippon. 1904.* (1997), de Arão Verba, entre outras, de forma que seria desnecessário abordarmos ou citarmos aqui tais obras e produções por fugirem ao propósito de nossa análise e proposta de estudo.

Por outro lado, faz-se necessário citarmos as obras produzidas por pesquisadores amadores, entre estes, cabe citar o nome de Henrique Veltman, que escreveu entre outros, os livros *A história dos judeus em São Paulo* (1996) e *A história dos judeus no Rio de Janeiro* (1998). É imprescindível citar ainda o nome do casal de pesquisadores judeus Egon e Frieda Wolff, fundadores do AHJB, que entre 1975 e 1996 publicou 44 livros, entre estes valiosas obras de consulta e excelentes referências para pesquisa. O historiador Nachman Falbel fez uma profícua análise desses estudos no texto intitulado “Egon Wolff e a historiografia dos judeus no Brasil” (In: FALBEL, 2008, p. 67-80).

Na década de 1990 a senhora Frieda Wolff ajudou a reerguer o Memorial Judaico de Vassouras, situado em Vassouras, uma pequena cidade do estado do Rio de Janeiro, o qual tem entre seus propósitos reconstruir a história da presença judaica no Brasil durante o século XIX.³² Ao ser entrevistada, em 1997, sobre o trabalho de pesquisa do casal Wolff, Frieda

³² Disponível em: <<http://www.memorialjudaico.org.br/home.htm>> Acesso em: 12 jun. 2012.

Wolff quando questionada a respeito se recebeu apoio financeiro para realização de suas pesquisas, ela respondeu:

Não, nunca. Por isso eu tenho tão pouco dinheiro!... Porque nós pagamos tudo. Qualquer viagem que nós tenhamos feito para a pesquisa, fora uma despesa nossa. Apenas nunca pagamos pela publicação de nossos livros porque éramos da opinião, desde o início, quando praticamente nos forçamos a escrever o primeiro livro, de que se nós tivéssemos que pagar a publicação, então era porque o livro não prestava. Ponto final. Nós queríamos satisfazer a nossa curiosidade, e isso era, para nós, motivo bastante para começar. Começamos a ler na Biblioteca Nacional, na seção de livros raros. Em 1969, vendemos a nossa parte da firma e nos retiramos. Começamos a trabalhar na pesquisa *full-time*. E aprendemos que havia muitas outras fontes: Arquivo Nacional, Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, outras bibliotecas, o Gabinete Real Português; em São Paulo, a Junta Comercial, e muitas outras. E desde o início nós trabalhamos nos cemitérios, fazendo pesquisa de campo, o que nos ajudou muito.³³

E em relação às pesquisas realizadas pelo casal sobre a história dos judeus no Brasil a Senhora Wolff referiu que

muitos dos novos que se dizem historiadores nem conhecem a nossa obra. É incrível! Talvez esses assim chamados pesquisadores e historiadores nem conheçam o que aconteceu no século passado sobre o assunto que escrevem. É triste isso. Mas, felizmente, ainda há bastante gente que sabe. Nossos livros sempre foram distribuídos para todas as universidades, para todas as bibliotecas, para todos os Institutos Históricos - não somente no Brasil como também no exterior. Eles foram escritos com a idéia de servirem de fonte para futuros historiadores e sociólogos, que deveriam usar as fontes que nós tínhamos descoberto e descrito, para estudos aprofundados. Nós mesmos não nos achávamos no direito de ir além, pela nossa falta de formação acadêmica.³⁴

Em meio a esse contexto e como exemplo da pequena produção sobre o movimento sionista no Brasil, há que se ressaltar que não temos conhecimento acerca da existência de trabalhos acadêmicos específicos sobre a revista judaico-sionista *Aonde Vamos?*, periódico editado no Rio de Janeiro que circulou semanalmente entre os anos de 1943 e 1977 e a qual

³³ Frieda Wolff: uma história de vida. Entrevista concedida a Sofia Débora Levy. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG* - Volume 1, n. 3 – outubro, 2008. Entrevista gravada nos dias 4 e 5 de junho de 1997 – nos moldes da técnica de História de Vida – realizada e transcrita por Sofia Débora Levy e parcialmente revisada junto a Frieda Wolff em 2007, tendo sido interrompida em virtude do agravamento de seu estado de saúde. Frieda Wolff faleceu em 2008. Disponível em <<http://www.ufmg.br/nej/maaravi/entrevistawolff-kabalah.html>> Acesso em: 11 de jun. 2012. Frieda Palidowa Wolff nasceu em Berlim no dia 30 de outubro de 1911, onde viveu, estudou e se casou com Egon Wolff, com quem compartilhou sua vida e seu trabalho. Devido o Nazismo, o casal deixou a Alemanha em 1935, vindo a se estabelecer no Brasil em 1936, primeiramente em São Paulo e, alguns anos depois, transferiram-se em definitivo para o Rio de Janeiro. O casal dedicou a vida às pesquisas acerca do estudo da história judaico-brasileira, desde o descobrimento até os dias que testemunharam como ativistas da comunidade judaico-brasileira. Baseando-se em fontes primárias, constituindo um imenso legado para futuros historiadores e investigadores da cultura e da história judaica em nosso país. Por essa dedicação, Frieda e Egon Wolff receberam menção honrosa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual eram sócios titulares e reconhecidos como Pesquisadores de Notório Saber.

³⁴ Disponível em <<http://www.ufmg.br/nej/maaravi/entrevistawolff-kabalah.html>> Acesso em: 11 de jun. 2012.

tem sido uma importante fonte de pesquisa para o estudo do judaísmo e para reconstrução da história do sionismo no Brasil. Ao longo deste trabalho apresento novas passagens extraídas desta revista, as quais ajudam a reconstruir parte da história aqui narrada.

Tendo em vista essa pequena produção, o presente estudo, ao abordar uma temática ainda pouco explorada, tem por objetivo estabelecer relações entre o movimento sionista e a formação da comunidade judaica-brasileira. Relação esta que, conforme referido, vem sendo tangenciada por estudos acadêmicos que abordam superficialmente o movimento. Tal análise, igualmente, não foi feita por dirigentes ou militantes sionistas em seus escritos, pois para esses, sionismo e judaísmo eram sinônimos, assim não haveria o que ser relacionado. A presente pesquisa ao analisar diferentes nuances relacionadas aos judeus radicados no Brasil e ao sionismo faz novas perguntas às fontes e procura formular questões e problemas ainda não abordados, sugerindo um novo viés no que tange aos estudos sobre judeus no Brasil.

Dessa forma, nosso estudo se diferencia dos demais devido o fato de analisar o judaísmo brasileiro tendo como ponto de partida e perspectiva o movimento sionista e seus desdobramentos, objeto que aparece como núcleo da análise. Outros importantes estudos e referências sobre judaísmo no Brasil como aqueles produzidos por Bernardo Sorj, Monica Grin e Roney Cytrynowicz, por exemplo, apresentam essa temática em seus estudos, porém como desdobramentos de suas análises frente a outras perspectivas e não como tema central.

2. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO SIONISTA NO SÉCULO XX, DESDE SEU SURGIMENTO NO FINAL DO SÉCULO XIX

No presente capítulo é abordado o percurso e a trajetória do sionismo, enquanto movimento político de caráter nacional e conceito dotado de historicidade, desde seu surgimento no final do século XIX até os dias atuais, bem como suas nuances e ressignificações ao longo do século XX. De modo geral é possível dizer que as mesmas ideias adquirem diferentes sentidos e significados quando inseridas em diferentes contextos políticos, sociais, econômicos e culturais. A partir dessa perspectiva, nossa proposta consiste em inserir o *sionismo brasileiro* no contexto do sionismo internacional, para posteriormente abordar a aproximação entre imigração judaica e sionismo. Assim, nosso objetivo aqui consiste em investigar como as ideias sionistas desembarcaram, circularam e foram atualizadas no Brasil? como permearam diferentes grupos e setores judaicos, sendo adaptadas as suas contingências?³⁵

A fim de situar o tema e os objetivos propostos, após uma definição do termo sionismo, são apresentados seis postulados capitais para sua compreensão, entendimento e contextualização. Posteriormente, é caracterizada a trajetória e o percurso do movimento sionista e do conceito *sionismo* desde seu surgimento no final do século XIX até os dias atuais, bem como as nuances e ressignificações pelas quais passou o movimento ao longo do século XX. Por fim, são enfatizados o discurso, as práticas sionistas e suas especificidades no Brasil, bem como as relações entre judaísmo e sionismo, seus distanciamentos e aproximações.

O termo sionismo é derivado de Monte Sion, situado na cidade de Jerusalém, em *Eretz Israel* a terra prometida por Moisés aos judeus. Segundo a tradição religiosa Sion é a parte sul de uma colina onde Salomão, filho do rei David, construiu o primeiro templo judaico por volta de 970 a.C. Assim, do ponto de vista conceitual, de acordo com Ilan Greilsammer, Professor da Universidade Bar-Ilan, de Tel-aviv, a palavra sionismo “désigne a la fois une

³⁵ No artigo *O positivo brasileiro e a importação de idéias* (1998), José Murilo de Carvalho analisa de modo bastante profícuo a temática da importação, recepção e circulação de idéias. Sobre o assunto ver também CAPELATO (1998).

idéologie et un mouvement politique, nés en Europe dans le dernier quart du XIX^e siècle. La reconstitution d'une nation juive, formant un corps politique visant la création d'un État souverain en Terre d'Israël, constitue l'objectif fondamental de cette doctrine et de ce mouvement" (GREILSAMMER, 2005, p. 5).³⁶

No final do século XIX a palavra foi incorporada ao vocabulário nacional judaico, sendo sua criação atribuída ao judeu vienense Nathan Birnbaum (1864-1937). Em 1882, Birnbaum juntamente com outros estudantes da Universidade de Viena fundou o grupo *Kadimah*, a primeira organização de estudantes nacionalistas judeus no Ocidente. Em 1884, publicou panfletos e periódicos, entre eles *Die Assimilationsucht* (Assimilação Doença/Mania) e o periódico *Selbst-emancipação!* (Auto-Emancipação!), publicado entre 1884 e 1894, o qual incorporou e desenvolveu as ideias de Leon Pinsker (1821-1891), propagando o sionismo, isto é, o nacionalismo e o “renascimento” judaico na Palestina. Em 1890, Birnbaum cunhou o termo “sionista” e “sionismo”, e, em 1892, “sionismo político” para definir esse movimento de retorno à terra prometida. No ano seguinte, publicou o folheto intitulado *Die Nationale des Wiedergeburt Juedischen Volkes em seinem Lande als Mittel zur Loesung der Judenfrage* (O renascimento nacional do povo judeu em sua terra como um meio de resolver a Questão Judaica).³⁷

Tal definição torna-se importante, pois ao analisarmos o sionismo, devemos inicialmente perguntar sobre qual sionismo estamos falando? Existem concepções, conceituais e ideológicas diferentes acerca do sionismo, e, por outro lado, sua definição, igualmente, apresenta variações de acordo com a temporalidade em que está inscrita. Ainda que existam diversas formas de sionismo, este trabalho, a fim de não perder seu foco principal, limita-se a abordar o sionismo enquanto movimento político, de caráter nacional, surgido na segunda metade do século XIX com o propósito de criar um Estado nacional judaico. Portanto, o termo sionismo, de forma mais ou menos consensual, designa o

³⁶ “refere-se tanto uma ideologia e um movimento político nascido na Europa no último quartel do século XIX. A reconstituição de uma nação judaica, formando um corpo político para a criação de um Estado soberano na terra de Israel constitui o objetivo fundamental desta doutrina e deste movimento”.

³⁷ Em 1897, Nathan Birnbaum participou do Primeiro Congresso Sionista, sendo neste eleito secretário-geral da OSM, porém ao questionar os objetivos políticos do sionismo, passou a dar importância crescente ao conteúdo nacional-cultural do judaísmo. Deixou o movimento sionista para tornar-se o principal porta-voz da autonomia cultural judaica na diáspora. Ressaltou a língua iídiche como base da cultura judaica, e em 1908 participou da Conferência sobre esse idioma, realizada em Czernowitz (atual Ucrânia), que contou com a presença de destacados escritores iídiche, e a qual proclamou o iídiche como idioma nacional judaico. Viveu em Berlim entre 1912 e 1914, e de 1921 até 1933, com a ascensão do nazismo foi para Holanda onde morreu em 1937. A biografia de Nathan Birnbaum encontra-se disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/Birnbaum.html>> Acesso em: 2 nov. 2009.

movimento de caráter nacionalista surgido na Europa na segunda metade do século XIX, tendo como objetivo principal criar um Estado nacional judaico na Palestina.

No contexto dos nacionalismos do século XIX, o nacionalismo judaico foi uma resposta, entre outras, ao moderno antissemitismo, este criado em parte pelo próprio “surgimento” ou “despertar” das nações. Contudo, para o historiador Shlomo Avneri o nacionalismo judaico foi “uma expressão do impacto das ideias e das estruturas sociais liberadas pela Revolução Francesa, o modernismo e a secularização. Foi muito mais uma resposta aos desafios do liberalismo e nacionalismo do que ao antissemitismo, e por esta razão, ele não poderia ter surgido antes dos séculos XIX e XX” (AVINERI, 2010, p. 19). Para Ilan Greilsammer o sionismo é a confluência de três fatores, o encontro dos judeus com a modernidade, a nostalgia e aspiração messiânica da religião judaica e os massacres do final do século XIX, os quais contribuíram e possibilitaram o surgimento do sionismo político (GREILSAMMER, 2005, p. 6-7).

Assim, o antissemitismo explica em parte o surgimento do sionismo, pois se a proposta de Theodor Herzl (1860-1904) visava sua resolução, a ideia nacional ou o proto-nacionalismo judaico, conforme palavras de Eric Hobsbawm, antecede o antissemitismo “científico” do século XIX, pois remonta a Revolução Francesa e a emancipação dos judeus na Europa. As discussões sobre o povo e a nacionalidade judaica inscrevem-se no contexto do nacionalismo Europeu. Nesse contexto, foram publicados nos anos de 1850 os primeiros volumes da *história dos judeus dos tempos antigos ao presente*, de Heinrich Graetz (1817-1891) - judeu alemão, nascido em Poznan na Prússia (hoje pertencente à Polônia). Na década de 1880, a obra de Graetz se tornou referência para o movimento *Hovevei Zion* (Amigos de Sion). Em 1862, Moses Hess (1812-1875), judeu-alemão socialista, amigo de Karl Marx e seguidor de Graetz, publicou o livro *Roma e Jerusalém*, anos mais tarde Simon Dubnow (1860-1941), judeu do leste europeu, nascido na Bielorrússia, traduziu para o russo parte da obra de Graetz. Nos anos 1890, radicado em Odessa, Dubnow continuou a publicar textos e estudos sobre a história e a vida judaica, sendo considerado como uma autoridade nestas áreas.³⁸

Portanto, ao abordar uma definição de sionismo, estamos enfocando o conceito que, desde sua criação, predominou perante os demais significados da palavra, isto é, o sionismo político de viés nacionalista. E mesmo em sua versão nacionalista, o sionismo modificou-se de acordo com o viés ideológico que se aproximava e/ou contexto social, econômico, cultural

³⁸ Sobre historiografia proto-nacional judaica ver a obra *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo* (SAND, 2011), em especial o capítulo II, intitulado “Mito-história: no princípio Deus criou o povo”, páginas 119-230.

e político ao qual se inscrevia. O sionismo que criou o Estado judeu em 1948 era diferente do movimento fundado por Herzl meio século antes, e ambos estão muito distantes do atual entendimento que o Estado israelense tem acerca do sionismo.

Theodor Herzl, tendo como referência o caso Dreyfus, começou a organizar a ação sionista ao apresentar, em 1896, o livro fundador do movimento, *Der Judenstaat (O Estado judeu)*, o qual propunha a criação de um Estado nacional para resolver a questão judaica, neste Herzl afirmava que essa questão não era social, nem religiosa, mas sim nacional e que o antissemitismo seria resolvido através da criação de um Estado judeu (HERZL, 1998, p. 47).

Cabe aqui abrir parêntesis para fazer menção ao caso Dreyfus, conhecido caso de antissemitismo ocorrido na França em 1894, o episódio refere-se à suposta traição do judeu-francês Alfred Dreyfus (1859-1935), oficial de artilharia do exército francês, acusado de repassar informações para o exército alemão. Dreyfus foi condenado através de provas forjadas e mesmo sendo provada sua inocência. O caso teve grande repercussão, e após o segundo julgamento houve manifestações em Paris, nas quais muitos cantaram pelas ruas “morte aos judeus”, por outro lado, Dreyfus foi publicamente defendido por intelectuais como Émile Zola (1840-1902), o socialista Jean Jaurès (1859-1914) e Theodor Herzl, que na condição de jornalista, trabalhando em Paris desde 1891, cobriu o julgamento de Dreyfus para um jornal austro-húngaro e ficou impressionado com o antissemitismo francês.³⁹

O caso Dreyfus, coberto por Theodor Herzl, inscreve-se no contexto da onda antissemita ocorrida em alguns países do continente europeu no final do século XIX. Nesse período, no ano de 1886, surgiu na França o livro *La France juive (A França judaica)*, de autoria do antissemita Édouard Drumont, a obra, um libelo antissemita, que mais tarde se transformaria em um guia inspirador do fascismo europeu, estimulou o surgimento de outras obras do mesmo teor. *La France juive* teve uma primeira tiragem de duas mil cópias, as quais se esgotaram rapidamente; a ela se seguiu uma edição após a outra, em um ano, “a obra tinha encontrado 65 mil compradores”, transformando-se em um *best seller* da época (LOTTMAN, 2011, p. 90).

Em 13 de janeiro de 1898, Émile Zola tornou pública sua opinião sobre o caso em *J'accuse*, uma carta aberta ao presidente da República da França em defesa de Dreyfus, publicada no jornal *L'Aurore*, com tiragem de trezentos mil exemplares. Era a primeira de

³⁹ Sobre o caso Dreyfus e seus desdobramentos ver os livros: ZOLA, Émile. *J'accuse!: a verdade em marcha*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre/RS: L&PM, 2010 e BEGLEY, Louis. *O caso Dreyfus. Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

uma série de denúncias sobre o caso, que dividiu o país, redesenhando os contornos da direita e da esquerda francesas.

No prefácio do livro *J'accuse!: a verdade em marcha*, (publicado no Brasil pela editora LPM), o historiador francês Henri Guillemin explica que “se o núcleo dos que logo serão chamados os *dreyfusards* pensou particularmente em Zola, é porque o escritor, no ano precedente, no *Figaro* de 16 de maio de 1896, havia publicado um artigo intitulado “Em favor dos judeus”, no qual denunciava a imbecilidade e a vergonha do antissemitismo professado por Drumont, por exemplo, com seu jornal *La Libre Parole*” (GUILLEMIN, 2010, p. 10). Após mais de dez anos Dreyfus foi reconduzido parcialmente ao exército francês. Zola não viu os desdobramentos do caso, visto que faleceu em 1902. Sobre a morte do escritor, o biógrafo de Zola, Henri Guillemin, referiu que o filho de Zola, Jacques-Émile mais de uma vez falou sobre “a convicção que tinha de que seu pai, quando desapareceu subitamente em 1902, asfixiado no seu quarto, fora vítima de um ‘assassinato’. Eu não saberia me pronunciar. Mas uma coisa é certa, a direita odiava esse combatente, verdadeiro republicano; e sabia-se que ele escrevia então um romance sobre o caso [Dreyfus]. Que a direita tenha mandado matá-lo, não me parece nada impossível” (GUILLEMIN, 2010, p. 23).

Ainda em relação aos desdobramentos do caso Dreyfus e do virulento antissemitismo francês, em 1908 os restos mortais de Zola foram transferidos para o Panteão de Paris. Dreyfus que compareceu a cerimônia com a mulher e os filhos foi ferido por um tiro disparado por um jornalista radical de direita. O atirador foi absolvido com a justificativa de que o ataque foi motivado por uma emoção violenta e, portanto, não premeditado (BEGLEY, 2010, p. 221).

Nessa conjuntura de antissemitismo, do final do século XIX, a tese herzliana referia que os governos e os antissemitas europeus, desejosos de se livrarem dos judeus em seus países, ajudariam a criar um Estado judeu. Conforme Theodor Herzl a proposta sionista em sua forma originária era “infinitamente simples”, pois segundo Herzl o projeto deveria ser “compreendido por todos” (HERZL, 1998, p. 64). Ao escrever o livro *O Estado Judeu* (1896) Herzl desconhecia muitos dos movimentos de colonização da Palestina promovidos por grupos oriundos do leste europeu, desde o início da década de 1880. No final de agosto de 1897, foi realizado na Suíça o 1º *Congresso Sionista Mundial* que teve como objetivo propagar o movimento entre os judeus da diáspora. Tal congresso serviu como catalisador, fazendo convergir para o mesmo caminho diferentes movimentos que possuíam o mesmo propósito, nesse contexto, o movimento Amantes de Sião, que já promovia e estimulava a

colonização na Palestina, serviu como base inicial de apoio e sustentação para a ideia política e ideológica de Herzl.

A plataforma de ação sionista, elaborada por Max Nordau (1849-1923) no 1º *Congresso Sionista*, conhecida como o Programa de Basileia resumia a ação do movimento em quatro passos específicos: 1) encorajar a colonização da Palestina por judeus agricultores, trabalhadores braçais e artesãos; 2) organizar e unir o povo judeu através da criação de grupos em vários países, cujo objetivo seria promover as metas do movimento; 3) fortalecer a consciência judaica e o sentimento nacional e 4) organizar esforços políticos para que os objetivos do sionismo obtivessem o apoio dos vários governos do mundo (GILBERT, 2010, p. 30). Dessa forma, a solução da questão judaica dependia da criação de um Estado judeu, formatado de acordo com o modelo professado pelos nacionalismos europeus.

Assim, sendo o responsável pela realização do primeiro Congresso Sionista Mundial e seguindo propostas desenvolvidas por pensadores como Leon Pinsker e Max Nordau, Herzl reuniu ideias dispersas e ações isoladas e as colocou em prática de modo articulado e coerente, dando uma coesão inicial ao movimento. Há consenso por parte dos pesquisadores que o mérito de Herzl consistiu no fato dele ter colocado em prática seu projeto, isto é, seu sucesso consiste mais em sua ação política do que no enunciado de suas ideias.

Porém, dentro do judaísmo o sionismo desde seu surgimento dividiu espaço com outras ideias, algumas contrárias ao projeto de Theodor Herzl. Entre essas, destacam-se as críticas provindas da ortodoxia religiosa pautada na tradição da Torá, os movimentos judaicos socialistas e comunistas não-sionistas, o pensamento judaico reformista e o pensamento liberal judaico de caráter assimilacionista, essas variáveis, inicialmente contrárias a criação de Israel serão abordadas mais a frente. Porém, é necessário mencionar que internamente o sionismo era multiforme e abarcava tendências político-partidárias, de caráter secular e religioso, como as ideias socialistas, liberais e conservadoras, entre outras.

Ao lançar o livro *o Estado Judeu*, em 1896, e realizar o primeiro Congresso Sionista Mundial no ano seguinte, Theodor Herzl criou um aparato burocrático e administrativo, representado pela OSM, que até a criação de Israel, desempenhou o papel de Estado. A OSM vinculava os judeus a sua jurisdição burocrática e administrativa unindo assim concepções políticas e culturais, em consonância com aquilo que era genericamente proposto pelos nacionalismos europeus, de caráter etno-cultural. A respeito disso e a fim de melhor definir o assunto, cabe fazer aqui, ainda que brevemente, uma discussão de caráter teórico e conceitual sobre o tema Estado-nação.

Em vista disso cabe referir que no decorrer do século XIX, a história respondeu a uma pergunta que mal chegara a ser formulada: quais são, precisamente, as unidades a serem providas pelo governo? e a resposta foi às nações. Segundo Gellner a unidade que se chama nação no mundo moderno não se parecia com coisa alguma que se conhecesse anteriormente, as unidades assim definidas mal tinham existido anteriormente, mas nesse momento, tornaram-se “a norma da adequação política”, transformando todas as outras unidades em anomalias (GELLNER, 2000, p. 124).

Neste sentido, no século da trilogia *nacionalismo-liberalismo- comunismo*, um dos principais problemas dos que procuravam estabelecer a nova ordem política, bem como dos que tentavam entendê-la, converteu-se em como estabelecer a ligação entre Estado e sociedade. Dessa forma, duas situações distintas se apresentavam: por um lado, havia uma solução política para a cidadania, na qual a “nação” era simplesmente o corpo de cidadãos. Nesta perspectiva, “o importante eram os direitos políticos, não as identidades culturais dos que eram cidadãos”. Por outro, abordava-se a questão pelo viés cultural, no qual os argumentos do nacionalismo serviam para proporcionar um sentimento de identidade, em lugar dos critérios sociais (BREUILLY, 2000, p. 175). Versão que ao nosso entender prevaleceu no Brasil, onde grupos de imigrantes, escravos, negros livres e demais indivíduos foram integrados culturalmente na sociedade brasileira durante o período 1870-1950, em detrimento de direitos e conquistas sociais, de forma que, grosso modo, por um lado se promoveu a inclusão cultural e, por outro, a exclusão social, que incidiu principalmente sobre grupos afro-brasileiros.

Como para os intelectuais do século XIX, as nações eram tidas como categorias reais permanentes do mundo social que não haviam se manifestado politicamente em épocas anteriores porque estavam “adormecidas”, acabou prevalecendo a segunda opção, ou seja, o ponto de vista da nação pelo viés da identidade cultural (GELLNER, 2000, p. 130).⁴⁰ Neste contexto, Jürgen Habermas afirma que “a cidadania se explicitava num código duplo: para além do status legal, definido em termos de direitos civis, ela se estendia aos membros de uma comunidade culturalmente definida” (HABERMAS, 2000, p. 302). Assim, contraditoriamente, os “direitos civis” associavam-se primeiro as esferas cultural e econômica ou vice-versa, e só posteriormente à política, ou seja, a “sociedade civil liberal” era configurada mais por características econômicas e/ou culturais do que políticas, e só

⁴⁰ Para o cientista social, em especial o historiador, a definição de nação torna-se bastante complexa, devido tanto à imprecisão do termo, quanto ao aspecto multicultural que caracteriza as sociedades. Por outro lado, Benedict Anderson referindo-se ao nacionalismo lembra que “dele não há nenhuma definição amplamente aceita” (ANDERSON, 2000, p. 7)

posteriormente a esse enquadramento os direitos políticos eram outorgados aos membros da nação.

Ainda no que tange a nação, segundo Timothy Brennan a palavra “nação” remete basicamente a duas noções, refere-se tanto ao moderno Estado-nação quanto a algo mais antigo e nebuloso - a *natio* - uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento (BRENNAN apud HALL, 2002, p. 58). No âmbito dos nacionalismos ambas as definições foram utilizadas, sem, no entanto, haver um critério rígido de definição, assim, a condição de pertencimento estabelecia-se através de sua relação com o Estado, em outras palavras, a formação do Estado-nação era entendida por meio de uma associação entre política (representada pelo Estado) e cultura (representada por uma comunidade de indivíduos que possuem aspectos comuns), sendo este também o caso do sionismo. Jürgen Habermas reforça esta ideia ressaltando a diferença entre os termos Estado e nação, ao afirmar que “os dois componentes do conceito de Estado nacional – ou seja, Estado e nação – referem-se a processos históricos convergentes mas distintos: a formação dos Estados modernos e a construção das nações modernas” (HABERMAS, 2000, p. 299).

Teorizando sobre a sociedade nacional - definida por critérios culturais – Ernest Gellner menciona que “esta pressupõe, dentro de cada unidade política, uma cultura padronizada (ou o inverso: pressupõe que cada cultura padronizada lute por conquistar seu próprio Estado)” (GELLNER, 2000, p. 120). Corroborando com este raciocínio, Stuart Hall refere que “os Estado-nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam. Esse foi o relacionamento primário entre as comunidades políticas nacionais soberanas e suas “comunidades imaginadas” na era do domínio dos Estado-nação europeus” (HALL, 2003, p. 35).

Assim, culturalmente a ideia de nação refere-se a um grupo que se identifica e é identificado por meio de estratégias e critérios objetivos, selecionados ou inventados, (como características comuns: mesma religião, idioma, etnia, etc.), e através de pré-requisitos subjetivos (como o sentimento de pertença, uma memória comum). Desse modo, os indivíduos que formam a nação, mesmo que não participem ativamente da vida política, visto delegarem representantes para isso, se relacionam com o Estado - representado em nosso estudo pela OSM - por meio de práticas sociais institucionalizadas e de determinados procedimentos de caráter universal imprimidos pelo aparelho, como cobrança de impostos, prestação de serviços, formulação e publicação de leis e sistema educacional (em um idioma “oficial”), que, por sua vez, reforçam a noção de unidade e por extensão a ideia de nação. Conforme Jürgen Habermas, “o Estado nacional tem em si embutida uma tensão entre o

universalismo de uma comunidade legal igualitária e o particularismo de uma comunidade cultural ligada pela origem e pelo destino” (HABERMAS, 2000, p. 303).

Essas contradições internas que se encontram desde a origem do Estado-nação contribuem para o seu desgaste como instituição, porém, o fato dessas fragilidades serem encontradas em sua “essência”, isso não minimiza sua presença no decorrer do século XIX, visto que ele se fazia cada vez mais presente. Eric Hobsbawm refere que “as intervenções se tornaram tão universais e rotinizadas nos Estados ‘modernos’ que uma família teria que viver em um lugar muito inacessível se um de seus membros não quisesse entrar em contato regular com o Estado nacional e seus agentes: através do carteiro, do policial, ou do guarda e oportunamente do professor”. Dessa forma, cada vez mais o Estado obtinha “informações sobre cada um dos indivíduos e cidadãos através do instrumento representado por seus censos periódicos regulares (que só se tornaram comuns depois da metade do século XIX), através da educação primária teoricamente compulsória e através do serviço militar obrigatório, onde existisse”. Ainda segundo Hobsbawm, “nos Estados burocráticos e bem policiados, um sistema de documentação e registro pessoal trouxe os habitantes para um contato ainda mais direto com a máquina de administração e dominação, especialmente se estes se deslocavam de um lugar para o outro”. Por outro lado, “as revoluções nos transportes e nas comunicações, verificadas no século XIX, estreitaram e rotinizaram os liames entre a autoridade central e os lugares mais remotos” (HOBBSAWM, 1990, p. 102).

Neste contexto, reforçando estas palavras, Ernest Gellner ainda menciona que: a ideia de um homem sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo (Cf. HALL, 2002, p. 48).

Além da associação entre política (Estado) e cultura (nação), Hobsbawm refere ainda que ao longo do século XIX o Estado-nação era também definido,

como um território (de preferência contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. Politicamente seu domínio e sua administração sobre os habitantes eram exercidos diretamente e não através de sistemas intermediários de dominação e de corporações autônomas. Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território [...]. Crescentemente, este Estado era obrigado a ouvir as opiniões dos indivíduos ou cidadãos, porque seu arranjo político lhes havia dado voz – geralmente através de várias espécies de representação eleita – e/ou porque o Estado precisava do seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como por exemplo,

contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. Em resumo, o Estado dominava sobre um “povo” territorialmente definido e o fazia como a agência “nacional” suprema de domínio sobre seu território, e seus agentes cada vez mais alcançavam os habitantes mais humildes do menor de seus vilarejos (HOBSBAWM, 1990, p. 101-102).

Neste sentido, o Estado poderia tanto anteceder a nação, conforme retrata a celebre frase “façamos primeiro a Itália, depois os italianos”, atribuída ao líder do movimento nacionalista italiano, Giuseppe Mazzini (1805-1872), quanto ser antecedido por ela, como no caso do *volks* ou povo alemão. Portanto, os movimentos nacionais além dessa conjunção entre Estado e nação, necessitavam também de um território para sobreviver e assentar o aparelho burocrático e administrativo, ideia que ia ao encontro e ganhava respaldo com a teoria do espaço vital de Friedrich Ratzel (1844-1904).

Conforme palavras de Benedict Anderson, “a nação mostrou ser uma invenção impossível de patentear” (1989, p.77), de forma que muitos princípios de nacionalidade adentraram o século XX. Porém dentre estes, um princípio de nacionalidade em especial obteve sucesso, o proposto pelo Presidente norte-americano Woodrow Wilson, em 1918. Sua fórmula defendia que as fronteiras do Estado deveriam coincidir com as fronteiras da nacionalidade e da língua, princípio este seguido em larga escala pelas “nações”. Desse modo, através da articulação entre estes três elementos: Estado, nação e território, consagrava-se e passava a ser pensado mundialmente o Estado-nação (HOBSBAWM, 1990).

Esse precário jogo de correspondências tornava o quadro complexo, visto que seguindo esta lógica: 1) poder-se-ia criar tantos Estados quando o número de nações que se pudesse imaginar; 2) as culturas “majoritárias” passaram a perseguir e expulsar de seus territórios as nações “minoritárias”, ainda mais quando estas detinham o poder econômico ou em momentos de crise, como na Rússia no final do século XIX, produzindo assim migrações e novos movimentos nacionais em busca de um território, como o caso dos judeus, por exemplo, abordado nesta pesquisa.

Seguindo este viés, após a Segunda Guerra Mundial surgiram países nas colônias européias da África, Ásia, Oceania e Oriente Médio. Os novos Estados nacionais, igualmente, reproduziram a visão européia de nacionalidade, pois desejando sua autodeterminação lutavam contra os colonizadores, “invasores” e “estrangeiros”, que em muitos casos eram minorias étnicas que se encontravam dentro do território. Por outro lado, as elites políticas e econômicas autóctones destes novos Estados por vezes reproduziam e mimetizavam a postura

dos antigos colonizadores.⁴¹ Assim, os países recém formados geralmente mergulhavam em convulsões sociais ou guerras civis de grupos que disputavam tanto o território quanto o poder político, postulando-se como representantes da nação.⁴² Muitos destes conflitos foram posteriormente “solucionados” através da implantação de governos ditatoriais que agiam em nome do “povo”, como ocorrera em Estados da África, Ásia e Oriente Médio. Vale referir aqui que muitas destas regiões ainda se encontram convulsionadas com conflitos e guerras civis entre grupos, étnicos, religiosos e/ou político-partidários que disputam o poder local. Conforme Eric Hobsbawm “os movimentos nacionalistas característicos dos anos finais do século XX são essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. Daí, a insistência colocada nas diferenças étnicas e lingüísticas, que aparecem, às vezes de forma individual ou combinada com a religião” (HOBSBAWM, 1990, p. 196).

Em termos gerais, culturalmente os Estados, ao contrário do que muitos acreditavam, não correspondiam a uma única nação que se encontrava em seu território, produzindo assim uma dissonância entre representantes e representados, e por extensão um cenário de instabilidade social e política. Como exemplo, vale citar os casos da antiga Iugoslávia, de Angola ou de Moçambique, nestes Estados nacionais reuniam-se no mesmo território diferentes grupos religiosos, étnicos e lingüísticos de concepções políticas e ideológicas divergentes, constituindo em seu interior enormes variações, as quais corroboraram para que os diferentes grupos não se reconhecessem como membros da mesma nação, de modo que, independentemente de quem governasse, reinava a insatisfação e convulsão social. Caso mais recente de explosão multicultural ocorreu no Iraque, onde grupos étnicos árabes seguindo religiões e/ou tendências religiosas divergentes – muçulmanos sunitas e xiitas, por exemplo -, entraram mutuamente em conflito a partir das Guerras do Iraque contra os Estados Unidos (em 1991 e 2003) e da queda do ditador Saddam Hussein. O cenário convulsionado no Iraque

⁴¹ Sobre esse tema ver em especial o excelente livro de autoria do filósofo francês Albert Memmi, intitulado *Retrato do colonizado procedido de retrato do colonizador* (2007).

⁴² Vale lembrar aqui o processo de criação do Estado de Israel, colônia britânica no território da Palestina até maio de 1948, bem como os conflitos armados entre judeus, árabes e palestinos e destes contra a potência mandatária antes mesmo da independência do Estado judeu. Por sua vez, a Inglaterra pressionada tanto por judeus, quanto por árabes e palestinos, levou o caso à Organização das Nações Unidas (ONU) que, por sua vez, através da Resolução n. 181, decidiu pela partilha do território e pela criação de dois países, um judeu e outro palestino, proposta recusada pelos Estados árabes. Proclamada a independência israelense, o conflito étnico-político que se limitava à região em disputa, tornou-se também externo contra os países vizinhos - Egito, Jordânia, Líbano e Síria. Posteriormente sucessivas guerras ocorreram na região envolvendo o Estado de Israel e, da mesma forma, cabe referir que muitos conflitos decorrentes dos processos de criação dos Estados-nação no período pós-guerra perduram até os dias de hoje constituindo-se casos bastante complexos e de difícil resolução. Na obra *O Mundo em Viragem: Sociologia da Cena Internacional* (1999), os autores, Bertrand Badie e Marie-Claude Smouts analisam de forma aprofundada o surgimento e o desenvolvimento dos Estados nacionais no continente africano e no Oriente Médio, abordando os problemas, conflitos e incongruências decorrentes do processo de colonização e do imperialismo europeu nessas regiões.

adquire maior dramaticidade quando acrescido da “questão curda” e do Estado imaginado do Curdiquistão, o qual se localizaria ao norte do Iraque e ao sul da Turquia, e da presença de tropas estrangeiras (principalmente norte-americanas) consideradas invasoras pela maioria dos grupos em conflito. Outro, entre tantos exemplos de tensão interna de caráter étnico-nacional ocorre na Espanha, onde um grupo nacionalista de cunho separatista se movimenta dentro da comunidade europeia, um bloco supranacional. Por fim, cabe lembrar que tais movimentos, muitos de caráter xenófobo, afloram com maior força em momentos de crise,

Considerando essa tensão inerente aos movimentos de caráter nacional e ao Estado nacional, explicitadas acima, o sionismo tinha como finalidade e objetivo fundamental “normalizar o povo judeu, transformando-o numa nação igual as outras”, através da construção de um Estado nacional (SORJ, 2010, p. 83). Assim, visando normalizar o povo judeu, a noção de nacionalismo judaico compreende um conjunto de ideias e questões que, por sua vez, se desdobram em uma série de implicações. O sionismo possuía como referência e tópicos principais os seguintes pontos: criação de um Estado nacional judaico no *território ancestral dos judeus*; imigração para a Palestina; o idioma hebraico; o fim da Diáspora; a formação de uma nova identidade judaica, secular e vinculada ao sionismo e a Israel e a resolução do antissemitismo, questões essas, condizentes ao judaísmo e que foram prontamente incorporadas à agenda sionista. Tais pontos possuem relações entre si, porém serão aqui abordados individualmente para fins de análise e compreensão, pois apresentam variações em grau de importância e de acordo com os contextos temporais e espaciais, sociais, políticos, econômicos e culturais ao qual estão inseridos.

A região onde seria estabelecido o *Estado imaginado* e qual deveria ser o idioma falado, apesar de se fazerem presentes nas discussões, tais temas no entendimento de Theodor Herzl não ocupavam lugar central no movimento sionista, de forma que ambos os assuntos adquiriram maior repercussão e importância após o primeiro Congresso Sionista. No livro *O Estado Judeu*, pedra fundamental do movimento, Herzl abordou, entre outros temas, uma série de minúcias como as “habitações operárias”, “o dia de sete horas” e como deveria ser a “bandeira da futura nação”, deixando em aberto questões relacionadas ao território e a língua. Sobre isso, o líder sionista escreveu que dois territórios deveriam ser considerados: a Argentina e a Palestina, o primeiro, apesar do mau humor gerado pela “atual infiltração judaica”, teria territórios para ceder e o segundo por se tratar da “inolvidável pátria histórica” (HERZL, 1998, p. 66).

A ideia de constituição de um estado nacional na Palestina, “terra ancestral dos judeus” tendo como referência o que propunham os nacionalismos europeus de caráter étnico-cultural

foi consolidada em 1897, no Primeiro Congresso Sionista, sendo desde então descartadas outras alternativas, embora, a proposta do estabelecimento de judeus na Palestina fosse defendida pelo grupo nacionalista protossionista *Hovevei Zion* desde o início da década de 1880. Movimento precursor do sionismo herzeliano e seguindo, como plataforma, as ideias de Leon Pinsker, autor do livro *Auto-Emancipação* (1882), o grupo *Hovevei Zion*, “durante a primeira década de sua existência estabeleceu mais de cinquenta ramificações em países da Europa, Estados Unidos e Canadá”. Entre 1882 e 1903 “cerca de 25 mil colonos chegaram a Palestina provenientes da Rússia, Polônia e Romênia”. Na Palestina, “um grupo de militantes do *Hovevei Zion*, conhecidos pelo nome Bilu (acróstico hebraico formado pelo verso de Isaías: ‘Ó casa de Jacob, ide, e andemos’), fundou diversas colônias judaicas” (AUSUBEL, 1989, p. 819).

A revista *Aonde Vamos?*, de janeiro de 1948, apresenta uma reportagem intitulada “O último dos primeiros”, que remete a colonização da Palestina por judeus no início dos anos 1880. Nesta, o senhor Menasche Meirovitz, radicado na Palestina desde o final do século XIX, relatou às novas gerações a trajetória e as dificuldades enfrentadas pelos primeiros colonizadores. Na reportagem, que contribuí para a compreensão dos primórdios do sionismo, consta que “durante os dois últimos anos, 46 escolas, de todos os cantos do país [sic] visitaram Rabi Menasche Meirovitz, o último dos Biluim, em sua casa”. Uma dessas visitas foi assim descrita pela revista:

Certa manhã entrou um professor no quarto do último dos Biluim, saudou-o e perguntou se queria receber os alunos que vieram visitá-lo [...]

- Pois não! Estou sempre disposto a receber as crianças de Israel que vêm visitar-me, respondeu o ancião, sorrindo com benevolência. [...]

- Queridos filhos de Israel! Respeitáveis mestres! Agradeço-lhes do fundo do meu coração por terem vindo de tão longe para visitar-me. Eu também já fui um jovem aluno; isso há uns 77 anos. Lembro-me que durante a noite do “Seder” líamos na “Hagadá”: “O ano que vem em Jerusalém!” E passou um ano, e outro ano e tanto meus pais como eu mesmo, continuávamos vivendo na Diáspora. Eu freqüentava uma escola não judia. Não estudara o hebraico nem a Bíblia e estava afastado dos judeus. Quando cresci e alcancei a idade de 18 anos, irromperam os distúrbios contra os judeus. Fui testemunha das perseguições e dos numerosos ataques e uma grande angústia oprimia meu coração. [...]

No ano de 1881, reuniram-se em Kharkov, na Ucrânia, alunos judeus da Universidade e discutiram a situação crítica do povo judeu, chegando a conclusão de que, enquanto o povo hebreu continuar vivendo no estrangeiro não deixará de sofrer; decidiram pois abandonar a Diáspora e emigrar do país. O seu lema era “Beit Iaacov Lehú Venelehá” (da casa de Jacó viemos e para lá voltamos), ou as iniciais “Bilú”.

Nos países da dispersão, os judeus se ocuparam principalmente de comércio, mas os membros do Bilú sabiam que um povo estabelecido em sua terra, deve tirar o pão do solo e, para tanto, decidiram transformar-se em trabalhadores agrícolas.

No dia 19 de Tamuz do ano de 5642 (1882) chegou o primeiro grupo “biluita” ao país. No ano seguinte eu também tive o privilégio de vir para Eretz Israel.

Queridas crianças se eu quisesse contar o grande sofrimento e as dificuldades que passamos no nosso país, não me bastariam dias e noites.

Há alguns minutos vocês passaram por esta rua movimentada que é a rua Rothschild. Imaginem isso: no dia em que eu imigrei para o país, há 65 anos, tinha então 22 anos e era um rapazinho que terminou o curso superior de agricultura e recebeu o título de agrônomo – naquela época, tudo que vocês vêem agora, aqui onde hoje se ergue a bela colônia de Richon-le-Sion, era um deserto sem árvores nem plantas. Só encontrei as poucas casas construídas pelos fundadores da colônia. E agora, quando olho em volta, meu coração fica cheio de alegria, pois, de um pequeno grupo de pessoas, nos transformando [sic] numa população de 100.000 pessoas. E eu espero que vocês chegarão a ver o Estado judeu numa Eretz Israel Florescente e Feliz [sic].⁴³

Assim, conforme visto, a imigração e colonização em *Eretz Israel*, movimentos que se transformariam em símbolos do nacionalismo judaico, iniciaram antes mesmo do sionismo de Herzl. Essa primeira leva de judeus, ocorrida no final do século XIX, gerou divergências entre judeus laicos e seculares, provenientes da Europa, e religiosos que se encontravam na Palestina, sendo necessário informar ainda que nem todos os judeus da Palestina eram religiosos. Todavia, quando as primeiras colônias judaicas do Hovevei Zion “se estabeleceram na Palestina, no começo de 1880, em parte como reação aos pogroms na Rússia, diversos rabinos apoiaram publicamente os colonos. Contudo, logo o entusiasmo se transformou em decepção. Os rabinos perceberam que os colonos não eram praticantes [religiosos] de modo algum” (RABKIN, 2009, p. 72).

A noção de imigração para a *terra prometida* tem sua origem na tradição judaica e se associa a uma nostalgia de origem religiosa. Na diáspora os judeus recitavam em suas orações a frase “no ano que vem em Jerusalém”, sendo esta uma forma de se ligar espiritualmente à terra ancestral. O sionismo incorporou essa ideia, dando a ela um sentido literal. O termo *aliá* que literalmente significa elevação passou a ser utilizado pelo movimento tendo como significado a emigração para Israel. Nesse sentido, emissários sionistas convocam os judeus da diáspora para fazer *aliá*, isto é, emigrar para Israel.

Outra ideia do corolário sionista referia-se ao idioma do novo país. Em relação a isso, Herzl sugeria “um federalismo de línguas” ao estilo suíço, e lembrava: “quem de nós sabe bastante hebraico para pedir nesta língua um bilhete de estrada de ferro?” (HERZL, 1998, p. 65-66; 113). Porém, o idioma hebraico, foi incorporando ao movimento, passando a ser um dos símbolos do sionismo, em consonância com o que era proposto pelo nacionalismo etno-linguístico europeu do final do século XIX e início do XX (HOBSBAWM, 1990). Para os sionistas tratava-se da ‘recriação’ da língua ancestral, e para seus críticos de uma mera

⁴³ Cf. O último dos primeiros. *Aonde Vamos?*, Suplemento Infantil, n. 243, Rio de Janeiro, 8 jan. de 1948, p. 15.

‘invenção’. O hebraico serviu também como um instrumento unificador, como um modo de atribuir aos diferentes judaísmos uma unidade cultural.

Assim, os sionistas consideravam o hebraico como o idioma judaico por excelência e o iídiche como a língua da diáspora, do exílio e do judeu errante. No entanto, muitos sionistas defendiam que a língua iídiche deveria ser o idioma do novo estado. O movimento em favor do iídiche teve muita força no início do século XX, perdendo projeção de fato após a Segunda Guerra Mundial, com a destruição dos principais centros da cultura iídiche no continente europeu.

Por sua vez, a diáspora era vista pelo sionismo como uma anomalia, assim, tudo o que se relacionava à diáspora não passava de desdobramentos dessa anormalidade, que corrompia o judaísmo em sua essência. A discussão em torno do fim do exílio judaico, que para Herzl se exterminaria naturalmente com a criação do Estado judeu, também adquiriu importância com o passar dos anos. A diáspora judaica sofreu uma radical ressignificação ao longo do século XX, vista inicialmente de forma negativa pelo sionismo, ela passou da condição de anomalia a sustentáculo do Estado de Israel e símbolo de riqueza da cultura judaica.

A dispersão judaica foi criticada principalmente por grupos sionistas de direita, seguidores de Yosef Tumpedor e Vladimir Jabotinsky,⁴⁴ que defendiam a ideia do *sionismo prático*, isto é, o estado deveria ser criado através de ações práticas como a imigração, colonização, formação de entidades e o conflito armado se necessário. Eram contrários ao sionismo político proposto pela OSM que pretendia construir o Estado contando com o apoio da Inglaterra e através da negociação e da via diplomática, dialogando com as diferentes partes e governos interessados na região.

O tema da imigração, vinculado a diáspora e por isso presente desde o início do movimento, adquiriu novos contornos a partir de 1939, com a publicação do *Livro Branco*, nome pelo qual ficou conhecido o decreto inglês que determinava cotas imigratórias para a Palestina, restringindo a entrada de judeus na região (colônia britânica entre os anos de 1920 e 1948). Período no qual para muitos judeus a emigração para Israel se fez necessária, em decorrência da perseguição nazista na Europa, entre 1933 e 1945.

Após a Primeira Guerra (1914-1918) o mapa geo-político mundial foi reorganizado, nesse contexto a Conferência de San Remo, realizada entre 19 e 26 de abril de 1920 dividiu “las antiguas provincias árabes del imperio otomano en una serie de ‘mandatos’ (el novo concepto jurídico há sido definido en el artículo 22 del pacto de la sociedad de Naciones):

⁴⁴ No decorrer do texto analisaremos as diferentes tendências político-partidárias do movimento sionista.

Síria con el Líbano son puestos bajo tutela francesa; Mesopotámia es confiada a la Gran Bretaña, y se establece un mandato especial en Palestina – territorio que incluye las dos orillas del Jordán...” (CULLA, 2009, p. 129). O *Livro Branco* foi publicado em nove de novembro de 1938, e aprovado pelo Parlamento Britânico em maio de 1939. A partir de então, a imigração judaica para a Palestina ficaria limitada a um total de 75 mil pessoas nos cinco anos seguintes, de modo a que a população judaica atingisse um terço da população total. Depois desse período, a imigração de judeus seria permitida somente se os árabes da Palestina estivessem de acordo.

O projeto sionista, com o propósito de resolver o antissemitismo, acabar com a diáspora, criar Israel e o idioma hebraico, propunha também a formação de uma nova identidade judaica: uma identidade laica e vinculada ao novo estado nacional. Em última instância, o movimento ao se apresentar como sinônimo de judaísmo propunha unificar os diferentes judaísmos por meio de uma mesma cultura de caráter nacional. Para isso, a língua e o território foram “suportes fundamentais da nova identidade” que se distinguiu da identidade judaica tradicional alicerçada por uma consciência religiosa (RABKIN, 2009, p. 67).

Utilizando recursos materiais e simbólicos, o projeto sionista valeu-se e seguiu como referência tanto um passado remoto e mítico, quanto o futuro, ou seja, se pautou na origem e no destino do povo judeu, dando maior ênfase, entre outros elementos constituintes das identidades nacionais, “nas origens e na continuidade” dessa comunidade nacional, utilizando dessa forma um recurso usado pelos nacionalismos na formação das identidades nacionais, conforme demonstrou Stuart Hall ao abordar essa temática (2002, p. 53). Nesse contexto, a palavra intemporalidade, termo que causa desconforto entre historiadores, dominou o cenário político do século XIX, sendo um dos principais vocábulos do discurso nacionalista. Tal ideia envenenou a paisagem no que tange a produção do conhecimento, em nível acadêmico, referente aos estudos de história e filologia entre outras ciências humanas construtoras das nações, conforme analisou o historiador Gary Patrick (2005). De forma que, em termos de identidade e suas representações a estabilidade almejada pelas *comunidades imaginadas* era amparada por discursos supostamente de caráter científico-acadêmico. Nesse contexto, os nacionalismos europeus do século XIX criaram representações identitárias a partir de uma memória mítica, a partir de fatos e acontecimentos que se perdiam *na noite dos tempos*. Para isso, foi criada uma memória coletiva que se pautava em um passado remoto. Dessa forma, é possível referir que a memória configura-se como um instrumento de fundamental importância para criação das identidades nacionais.

Segundo Michel Pollak, a memória é seletiva, isto é nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado, de forma que a partir de lembranças e esquecimentos a memória é constituída por três critérios ou diferentes elementos: acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, os quais “podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos”. Em relação aos acontecimentos, Pollak utiliza o termo de acontecimentos “vividos por tabela”, que são “acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo” (POLLAK, 1992, p. 201-202).

Através de uma memória real pautada em eventos próximos em termos temporais e espaciais, o movimento sionista tinha por base acontecimentos reais e vividos pelos judeus dos séculos XIX e XX, como a diáspora, os *pogroms* e a perseguição antisemita. Por outro lado, o movimento também se referia há um passado mítico e distante, onde os acontecimentos que instrumentalizavam o movimento situavam-se no passado remoto, os quais se sustentavam através das narrativas encontradas na Torá, sendo assim constituída uma identidade nacional judaica amparada e legitimada pelo passado vivido e distante, e pela memória coletiva.

Ainda segundo Michel Pollak três elementos são essenciais para a construção da identidade: a unidade física, ou seja, “o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo”; “a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico”; e “o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados”. O autor refere que “cada vez que uma memória está relativamente constituída ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” de modo que “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Ibidem, p. 204-206).

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Nesse sentido, cabe lembrar que:

Se assimilarmos aqui a identidade social á imagem de si, para si e para os outros. Há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento obviamente, é o outro. Ninguém pode construir um auto imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que a memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essenciais de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p. 204).

Por identidade coletiva Pollak alude “a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate da família ou da nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (Ibid, p. 207). Assim, a memória nacional é uma das mais organizadas, constituindo um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e acontecimentos que vão ser gravados na memória de um povo. Segundo Stuart Hall, “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre ‘a nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2002, p. 51). Sendo um importante elemento formador de identidades, a memória garante a coesão social dos diferentes grupos, sobre isso Michel Pollak refere que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum (POLLAK, 1989, p. 9).

Dessa forma, a memória é um fenômeno construído socialmente, e sua construção se dá tanto em nível consciente, quanto inconsciente, por meios míticos ou reais, o que importa de fato é que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, sendo evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 204). Assim, a *comunidade imaginada* pelo sionismo, segundo a concepção de Benedict Anderson (2008), deveria *reconstruir* o Estado judeu. E, a partir dessa ideia de comunidade, de origem e de destino, o sionismo inseriu no seio do judaísmo uma nova ideia identitária, na qual Israel reabilitaria os judeus no mundo, substituindo “a representação sórdida e desprezível do

antisemitismo por outra bela e orgulhosa”. O judeu não seria mais o “comerciante sobrecarregado de negócios, nem o ser submisso do gueto”, mas sim “o combatente vencedor”, o pioneiro desbravador do deserto, o “Davi vencendo Golias” (MORIN, 2007, p. 120). “O grito do levante do gueto de Varsóvia, ‘não iremos como cordeiros ao matadouro’, se personificou na figura do soldado israelense” (SORJ, 2010, p. 93).

A questão judaica, o antisemitismo e a emancipação dos judeus no continente europeu serviram como eixo norteador do movimento sionista, que tinha entre seus propósitos resolver essa questão através da criação de um Estado nacional de acordo com o modelo dos estados europeus. As discussões sobre os temas *questão judaica*, emancipação, antisemitismo e o papel do Estado moderno encontravam-se presentes na agenda política europeia desde a primeira metade do século XIX. Na Alemanha no início dos anos 1840, tornou-se celebre o debate público sobre este tema ocorrido entre os jovens hegelianos Bruno Bauer (1809-1882) e Karl Marx (1818-1883). Em função deste debate Karl Marx escreveu o livro *Questão Judaica*, ensaio escrito em 1843 e publicado no ano seguinte, sendo o mesmo uma resposta as críticas e ideias de Bauer.

Para Bruno Bauer somente um Estado emancipado poderia conceder a emancipação a todos os cidadãos, de forma que, segundo ele, os judeus desejavam exclusividade ao exigir a emancipação por parte de um Estado não emancipado. A tese de Bauer em relação à questão judaica se resumia na seguinte assertiva: “antes de poder emancipar aos outros, precisamos nos emancipar” (MARX, 2005, p. 13). Segundo Marx, a pergunta que Bauer dirigia aos judeus era,

“Tendes, do vosso ponto de vista, direito a aspirar a emancipação política?”, opomos o inverso: “Terá o ponto de vista da emancipação política direito de exigir do judeu a abolição do judaísmo e, do homem em geral, a abolição da religião?”

A questão judaica dependendo do Estado em que se vive o judeu, apresenta uma fisionomia diferente. Na Alemanha, onde não existe um Estado político, um Estado como tal, a Questão Judaica assume uma conotação puramente teológica. O judeu está em contraposição religiosa com o Estado que tem por fundamento o cristianismo (Ibid., p. 16).

Bauer propunha assim que o judeu abandonasse o judaísmo e que o homem em geral abandonasse a religião, para ambos serem emancipados como cidadãos. Para Karl Marx, o erro de Bauer residia em concentrar sua crítica somente no Estado cristão ao invés de ampliá-la para o Estado em geral, pois Bauer não investigava a relação entre emancipação política e a emancipação humana (Ibid., p. 16). Assim, para Marx, Bauer falhava em distinguir emancipação política e humana, pois segundo Marx a emancipação política em um Estado moderno não requeria que os judeus (ou cristãos) renunciem à religião; assim, apenas a

emancipação humana completa envolveria o desaparecimento da religião, mas isso, conforme Marx ainda não era possível.

Na segunda parte de seu ensaio, Marx questionou a análise teológica que Bauer fez sobre o judaísmo e sua relação com o cristianismo. Para Bauer a renúncia da religião seria especialmente difícil para os judeus, uma vez que judaísmo seria, a seu ver, um estágio primitivo no desenvolvimento do cristianismo; assim, para alcançar a liberdade através da renúncia da religião, os cristãos teriam que atravessar apenas um estágio, enquanto os judeus teriam de atravessar dois. Em resposta a essa assertiva, Marx argumentou que a religião judaica não necessitava ter todo o significado que Bauer lhe atribuiu em sua análise, porque ela era apenas um reflexo da vida econômica dos judeus. De modo que a religião judaica não precisava desaparecer da sociedade prussiana, conforme argumentava Bauer, pois era na verdade parte natural dela.

Marx usou o debate com Bauer para, igualmente, analisar os direitos liberais, argumentando que Bauer estava equivocado na sua suposição de que em um estado secular a religião não iria desempenhar um papel proeminente na vida social, e, como exemplo citou a persistência da religião nos Estados Unidos, que, ao contrário da Prússia, não tinha religião de Estado. Assim, na análise de Marx, o estado secular não suprimia e não se encontrava em oposição à religião. Desse modo, transformação deveria ser muito mais profunda, ou seja, a emancipação deveria ser ampla e não se limitar apenas ao âmbito político, ou no caso analisado à questão judaica, de forma que, segundo Marx a solução para essa questão não se encontrava em uma emancipação parcial do homem e nem na criação de mais um Estado, fosse este laico ou religioso, nacional ou monárquico. Sendo assim necessário que se lutasse por uma emancipação humana e não apenas lutar pela emancipação política ou religiosa.⁴⁵

Porém, para o Theodor Herzl o antissemitismo seria naturalmente extinto com a criação do Estado judeu. Posteriormente, o sionismo abordou a questão de outra forma. Para o movimento o responsável pelo antissemitismo era o próprio judeu que acomodado nada fazia para resolver o problema. Segundo essa perspectiva todos os judeus deveriam se engajar no projeto sionista de construção de um Estado nacional, que seria simultaneamente um local seguro, ou um refúgio, um porto seguro, para os judeus que insistissem em permanecer na diáspora, pois quando irrompessem ondas antissemitas, esses teriam para onde ir, premissa reforçada mais tarde pelo genocídio do Holocausto.

⁴⁵ Uma excelente análise sobre o contexto histórico no qual emergiu a questão judaica e os debates decorrentes dessa questão é encontrada em IOKOI, 2004, p. 36-53.

Além dessas questões que fazem parte do movimento e do contexto em que surgiu e se desenvolveu o sionismo, sua complexidade reside nas implicações e nos seus desdobramentos ao longo do século XX. Assim, “pensar o sionismo sob a perspectiva histórica implica não apenas em identificar e criticar o que ‘seja’ sionismo, mas sim apontar questões acerca do como ele ‘veio-a-ser’”, isto é, “o sionismo enquanto um conceito dotado de uma história que se mescla, em muitos aspectos, com a história dos nacionalismos no mundo ocidental” (FREIXO, 2009).

De modo geral, durante a primeira metade do século XX é possível dividir o movimento sionista em três etapas: 1) a fase do lançamento e apresentação perante a sociedade internacional (1896-1916); 2) a diplomática (1917-1944) e 3) a estadista (1945-1949), respectivamente representadas pelos seus principais líderes Herzl, Weizmann e Ben Gurion. Tendo isso em vista, podemos afirmar que o sionismo “mantuvo durante médio siglo una gran coherencia estratégica alrededor de su objetivo fundacional, el Estado judío” (CULLA, 2009, p. 12).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o sionismo, percebido como um movimento libertador e revolucionário, principalmente para os judeus do leste europeu, se aproximou da Inglaterra, com intuito de criar, através da diplomacia, o Estado judaico na Palestina. Nesse contexto, a sede da OSM que até 1914 se localizava em Berlim foi transferida para Londres. E a Inglaterra que, por sua vez, disputava com a França interesses políticos, econômicos e estratégicos na região do Oriente Próximo passou, a partir de 1920, a controlar a Palestina por meio do mandato britânico.

Nessa conjuntura, antes mesmo do término da Primeira Guerra, em 1917, a Inglaterra, através da *Declaração Balfour*, reconheceu o direito dos judeus de criar um lar nacional na Palestina. O compromisso britânico estava repleto de imprecisões e ambigüidades: como “que es un ‘hogar nacional’? Cuáles son los confines de la Palestina a la que se refiere el ministro Balfour, y qué parte de ella quedará reservada a la realización del objetivo sionista?Cuál es el alcance exacto de los ‘derechos civiles y religiosos de las comunidades no judías’...(CULLA, 2009, p. 116). A partir de sete de novembro de 1917, o governo inglês colocou em prática seu plano, ocupando Gaza e, em nove de dezembro as tropas inglesas entraram em Jerusalém. Cabe referir que o movimento sionista brasileiro conectado com os acontecimentos transcorridos no sionismo no cenário internacional festejou a promulgação da *Declaração Balfour*.

Ao ser divulgada a Declaração Balfour, os dirigentes da Tiferet Sion, entidade sionista carioca visitaram o representante diplomático inglês e entregaram, em nome do judaísmo

brasileiro, para ser encaminhado ao Governo de Sua Majestade, um memorial expressando reconhecimento pelo ato. Os líderes sionistas conseguiram também que o Congresso Nacional do Brasil aprovasse uma moção de simpatia e apoio à Declaração Balfour (MALAMUD, 1983, p. 26).

O estabelecimento do Estado judeu na Palestina envolve uma série de questões que incluem interesses econômicos, políticos e culturais de determinados Estados na região, bem como as estruturas globais de poder. Do ponto de vista histórico, é necessário levar em conta o momento de redefinição da ordem mundial em decorrência da Primeira Guerra Mundial e o desmantelamento do Império Otomano, que exercia domínio sobre a região da Palestina. Nesse novo arranjo geopolítico a Declaração Balfour, favorável a criação de um *lar nacional* judaico na região, foi prontamente aprovada pela França, Itália e Estados Unidos, evidenciando com isso o sucesso obtido pelo grupo sionista, que inscreveu sua demanda na agenda das potências vencedoras da Primeira Guerra, situação que teve como principal consequência a deterioração das relações entre árabes e judeus na Palestina.

Chaim Weizmann (1874-1952), um dos principais líderes sionistas em âmbito mundial, ocupou o cargo de presidente da OSM por duas vezes, de 1920 a 1931 e de 1935 a 1946, e seu programa para criar Israel, contava com o auxílio e o apoio britânico. Judeu nascido no leste europeu e radicado na Inglaterra, Weizmann seguia o caminho da negociação e da diplomacia, cumprindo a cartilha inglesa e cooperando com sua política. No entanto, esse caminho causou descontentamento entre diversos setores dentro do movimento que, entre outras questões, acusavam a Entidade de submissão à Inglaterra. Essa estratégia política de negociação por parte da OSM foi modificada somente às vésperas da criação de Israel e quando a potência mandatária já havia perdido o controle sobre a região, que se encontrava convulsionada, permeada por conflitos envolvendo ingleses, judeus, árabes e palestinos.

O sionismo, contando com o ambíguo apoio inglês, entre as décadas de 1920 e 1930, se dividiu ideologicamente de forma mais enfática em grupos de “esquerda” e de “direita”. Porém, analisar a movimentação sionista em termos de direita e esquerda não significa reduzir a mesma apenas a esses dois pólos ideológicos, com isso queremos apenas explicitar que os grupos majoritários, apresentando programas contrapostos, situavam-se à esquerda ou à direita do movimento. Assim, não se pretende aqui reduzir o tema e a discussão a esta divisão, de forma que utilizamos a mesma a fim de ordenar a análise. Nesse sentido, seguimos para esse estudo o caminho apontado por Norberto Bobbio na obra *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política* (2001), na qual o autor explica que no universo político existem situações nas quais direita e esquerda tendem a excluir um centro, e outras nas quais o

incluem. A distinção entre dois pólos, direita e esquerda, corresponde tanto mais ao real estado das coisas – e, como tal, é simples mas não simplista. Simplista, segundo Bobbio, é a objeção de que a distinção entre direita e esquerda não é a única possível no universo político (BOBBIO, 2001). Seguindo também, Pierre Bourdieu, vale dizer que “o campo político é um espaço de jogo onde se joga um jogo [sic] que possui regras próprias; e as pessoas envolvidas nesse jogo possuem, por esse motivo, interesses específicos, que são definidos pela lógica do jogo e não pelos mandantes. Esse espaço político tem uma esquerda e uma direita, com os porta-vozes dos dominantes e os porta-vozes dos dominados” (BOURDIEU, 2004, p. 200-201).

À direita do movimento sionista vinculava-se uma série de iniciativas e percepções de mundo, entre elas a concepção de nacionalismo étnico distante das concepções democráticas, comunistas e liberais. Igualmente, a formação de grupos paramilitares, que nos anos 1940 deram origem aos grupos terroristas e a intransigência no que tange a negociação com a Inglaterra, como os grupos palestinos e com os países árabes vizinhos vincula-se a uma posição situada mais à direita, surgida na década de 1920 e incrementada a partir dos anos 1930 em diante, com a criação do sionismo que se autodenominava *revisionista*.

Segundo o historiador Eric Hobsbawm o sionismo revisionista inspirou-se no movimento nacionalista de caráter fascista. Segundo o historiador “o fascismo italiano sozinho não exerceu muita atração internacional, embora tentasse influenciar e financiar pequenos movimentos em outras partes, e mostrasse alguma influência em setores inesperados, como Vladimir Jabotinsky, fundador do revisionismo sionista, que se tornou o governo de Israel sob Menahem Begin na década de 1970” (HOBSBAWM, 1995, p. 119-120).

Por sua vez, à esquerda do movimento sionista situavam-se vários partidos e tendências que atrelavam o nacionalismo judaico à ideias políticas e sociais como as ideias socialistas, comunistas, movimentos sindicais e trabalhistas, por exemplo. A origem do *kibutz*⁴⁶ – síntese da experiência socialista que possibilitou o reencontro dos judeus com o trabalho agropastoril, do qual foram afastados durante o período medieval - surgiu a partir da aproximação com movimentos de esquerda, embasados nas ideias de Aharon David Gordon (1856-1922), pensador judeu que defendia o trabalho na terra como meio de justiça social e a autorrealização do homem.

⁴⁶ Comunidades coletivistas inicialmente dedicadas a atividades agrícolas, nas quais as tarefas e os recursos eram organizados pelo princípio de “cada um (contribui) de acordo com suas possibilidades e cada um (recebe) de acordo com suas necessidades”. No plural *kibutzim* (SORJ, 2012, p. 30).

Além disso, podemos citar outros grupos, como o *Mizrachi*, o *Partido Religioso*, que ao não se identificar com nenhum dos dois lados, oscilava entre ambos e, ainda, entre os *não-alinhados* é possível citar o grupo denominado *Sionistas Gerais*, que não se identificava nem com a direita, nem com a esquerda e muito menos com o *Mizrachi*, formando assim, outro viés do movimento, situado mais ao centro.⁴⁷

Sobre a divisão interna do movimento é pertinente referir que os grupos autodenominados *revisonistas* pretendiam *revisar* a política sionista, com o objetivo de, segundo eles, voltar às origens do sionismo professado por Herzl a respeito do Estado judeu. “Os revisionistas proclamavam como seu objetivo básico a obtenção de uma maioria judaica na Palestina de ambos os lados do Jordão” (LISSOWSKY, 1967, p. 163). O quadro se radicalizou na década de 1920, quando o líder revisionista Vladimir Jabotinsky anunciou que a política da executiva sionista estava falida e que os revisionistas fariam melhor se deixassem a Organização. Em função disso, em abril de 1925, um novo grupo, denominado *Partido Revisionista*, participou do 14º Congresso Sionista, realizado em Viena, este se posicionava à direita do movimento e seguia como referência as ideias de Zeev Vladimir Jabotinsky (1880-1940).⁴⁸

Jabotinsky aproximou-se do sionismo após o *pogrom* de Kishinev, em 1903, aderindo às atividades da OSM, neste mesmo ano ele foi eleito delegado para o 6º Congresso Sionista Mundial. Jabotinsky defendia o descumprimento das normas impostas pela Inglaterra, a não divisão da Palestina com outros povos e a livre imigração de judeus para a região da Palestina. Igualmente, era contrário ao sionismo socialista, pois segundo ele, não poderia haver luta de classes entre os judeus, os quais em um *movimento de massa* deveriam estar imbuídos em criar seu Estado nacional. A partir destas ideias, fundou em 1925, a *União Mundial dos Sionistas Revisionistas*, com sede em Paris, dedicando-se à divulgação e propagação do movimento. Em 1930 o governo inglês proibiu Jabotinsky de retornar a Jerusalém, o qual, por sua vez, concentrou seus esforços na imigração clandestina de judeus para a Palestina, desrespeitando, assim, as regras impostas pela mandatária. No ano seguinte exigiu que a OSM anunciasse ao mundo a criação do Estado judeu.

A hostilidade entre “a esquerda sionista e a emergente direita [...] se revelou em um episódio ocorrido na noite de 16 de junho de 1933, quando Chaim Arlosoroff, Diretor do

⁴⁷ Em relação as noções de “centro”, “direita”, e “esquerda” ver a obra de Norberto Bobbio *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. (2ª Edição revista e ampliada) São Paulo: Editora UNESP, 2001.

⁴⁸ Jabotinsky nasceu em Odessa, em 1880, cidade russa onde entrou em contato com o socialismo, quando jovem cursou Direito na Suíça, morreu em 1940, quando visitava um acampamento do movimento juvenil Betar, em Nova York.

Departamento político da Agência Judaica e o mais jovem dos líderes trabalhistas da Palestina, foi baleado e morto enquanto passeava com sua mulher pela praia em Tel Aviv” (SACHAR, 1989, p. 187). As suspeitas do assassinato recaíram sobre grupos revisionistas e no Congresso Sionista de 1933, os sionistas Trabalhistas e Gerais se recusaram a sentar na Executiva junto com os partidários de Jabotinsky. A tensão entre sionistas de direita e de esquerda aumentou nos anos seguintes, fazendo com que os revisionistas rompessem com o movimento.

Em suma, ideologicamente as principais divergências dos revisionistas com os demais grupos referiam-se à questão da imigração de judeus para a Palestina, a colonização judaica na região e a relação com a potência mandatária. Para os revisionistas a imigração deveria ser livre sem restrições ou negociações com a Inglaterra, o outro ponto dizia respeito ao território, o qual não deveria ser dividido com outros povos, a fim de se criar outro estado nacional na região. Assim, para os revisionistas a política diplomática de negociação da OSM com a Inglaterra era dispensável, pois a relação com a mandatária deveria ser de ruptura. Igualmente, de confronto deveria ser a relação com os não judeus que se encontravam na região do futuro Estado judeu, nem que para isso houvesse a necessidade da utilização da força e da luta armada.

O Partido Revisionista transformou-se em um aparelho burocrático, ideológico e administrativo paralelo à OSM, possuindo suas próprias representações junto aos movimentos estrangeiros, provendo seus próprios fundos financeiros junto às comunidades judaicas dispersas pelo mundo⁴⁹ e, repudiando a autoridade do movimento sionista oficial, agindo assim de forma independente da OSM. “Em 1935, todos os esforços de aproximação haviam fracassado, nesse verão, depois de um plebiscito entre os membros revisionistas, Jabotinsky anunciou a criação de uma Nova Organização Sionista (NOS)” (SACHAR, 1989, p. 185). Rompendo politicamente com a OSM, o primeiro Congresso Revisionista “ocorreu em Viena e seus delegados foram eleitos por 713.000 votantes revisionistas”, no entanto 635.000 destes votaram também para o 19º Congresso Sionista Mundial (Ibidem, 1989, p. 185).

Estabelecia-se, assim uma tênue ruptura dentro do movimento, em virtude da coexistência de duas macro-estruturas dissonantes: a OSM, constituída majoritariamente por sionistas partidários de centro e de esquerda, e a NOS, formada por sionistas de direita. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, os revisionistas, mesmo possuindo um aparelho

⁴⁹ Como o Keren Tel Chai (Fundo da Aliá) e o Keren Hachinuch (Fundo da Educação).

administrativo-burocrático paralelo e suas respectivas instituições, voltaram a participar das atividades da OSM, sem deixar, no entanto, de criticar abertamente sua política.

Na segunda metade dos anos 1930, emancipados, em parte, da OSM e de suas obrigações para com o mandato britânico, a NOS, igualmente se organizou através de uma rede de associações. O grupo, considerado terrorista, *Irgun Zvai Leumi* constituía seu braço armado e o *Betar*, seu movimento juvenil, este fundado em 1923 por Jabotinsky, enfatizava uma educação paramilitar, uniforme e desfiles, sendo por isso comparado, por grupos judaicos opositores, ao fascismo italiano (SACHAR, 1989, p. 184).

Em relação ao período compreendido pela segunda metade dos anos 1930 e início dos anos 1940, Helena Salem, mostrando as dissidências internas no movimento, refere que, além da imigração clandestina, outro fato que assinalou essa época foi “o surgimento de grupos terroristas judaicos”. O primeiro a aparecer foi o *Irgun Zvai Leumi*, mais conhecido simplesmente por *Irgun*, grupo saído da *Haganá*, em 1938, e fundado pelos estudantes David Raziel e Abraham Stern, da Universidade Hebraica de Jerusalém.⁵⁰ A autora mostra ainda a dissidência dentro da dissidência ao referir que a potência mandatária reprimira “o Irgun prendendo seus líderes” o que fez com que este grupo passasse a atacar também as autoridades britânicas. Porém, com a eclosão da Segunda Guerra foi decretada “uma trégua formal entre o Irgun e os ingleses, que libertaram os terroristas presos. Abraham Stern não concordou com a trégua: abandonou a organização junto com a maior parte de seus militantes fundando uma nova agremiação: os “Lutadores pela Liberdade de Israel” [...] comumente conhecida por Stern” (SALEM, 1985, p. 24-25).

A relação entre a *Haganá* (exército oficial judaico, reconhecido pela mandatária), e demais grupos armados era ambígua e se caracterizou por constantes aproximações e distanciamentos. A explosão, em julho de 1946, do *King David Hotel* em Jerusalém, onde se hospedavam funcionários do mandato britânico, além de árabes e judeus, tornou explícita essa relação. A relação destes grupos com a mandatária e suas ações podem ser verificadas através de uma notícia, publicada em 1946 na revista *Aonde Vamos?*, intitulada “O Irgun Zvai [sic] aceita a responsabilidade do atentado”:

O grupo judeu extremista Irgun Zvai Leumi aceitou hoje a responsabilidade pelo atentado perpetrado ontem contra o Quartel-General Militar Britânico e o Governo da Palestina, instalados no Hotel Rei Davi, atentado esse que agora já produziu 45 mortos e 50 feridos. Afirma o Irgun que “a tragédia foi originada pelos próprios

⁵⁰ Organização de caráter extremista considerada ilegal pelo Mandato Britânico na Palestina. Além da atividade política no sentido de estabelecer um Estado judeu exerciam uma ação militar na defesa dos colonos judeus contra os árabes durante o período do Mandato (FALBEL, 1996, p. 280).

ingleses que não fizeram caso da chamada telefônica feita 27 minutos antes da explosão”.

A Haganá, Movimento de Resistência Judaica, informou hoje oficialmente à “Jewish Telegraphic Agency”, numa mensagem telefônica, que a explosão do Hotel Rei Davi, não é obra de sua organização. O porto-voz da Haganá disse pelo telefone: “Nós nunca perpetrarmos atos tão bastardos”.⁵¹

Assim, se ambas as macro-organizações - OSM e NOS - tinham o mesmo propósito: criar um Estado nacional judaico, porém discordavam acerca dos meios e dos métodos utilizados para efetivação de tal objetivo. A OSM visando tornar legítima sua causa buscava o reconhecimento e o apoio dos demais países, seguindo o caminho da negociação e da diplomacia, cooperando com a Inglaterra e respeitando as normas impostas por esta. Por sua vez, a NOS, contrária à divisão do território, desejava criar o Estado judeu através da força e das armas, ou seja, confrontando-se com a potência mandatária e com os povos árabes da região.

Afirmar que seguiram diferentes caminhos não significa excluir a possibilidade de cruzamento de seus interesses. Desse embate, a OSM apresentou-se de modo mais expressivo como aparelho estatal, como o campo em que as diferentes tendências do movimento travaram suas disputas. No entanto, a NOS se fazia presente, ora como uma das diversas tendências existentes no campo sionista, ora como um aparelho estatal paralelo. No Brasil, por exemplo, ocorreram desavenças envolvendo militantes e emissários sionistas de tendências político-partidárias distintas, pois alguns destes, representando diferentes organizações ou tendências partidárias, transitavam e falavam em nome das duas potências sionistas - abordei essa temática em minha dissertação de mestrado (BARTEL, 2006). Visto as divergências entre os grupos sionistas, seus propósitos e tendências, cabe ainda salientar que em relação aos judeus da diáspora, as duas macro organizações, tinham entre seus objetivos cooptá-los para o movimento, seja como militantes, simpatizantes e/ou colaboradores de recursos financeiros para a causa nacionalista.

Na década de 1940 dois grandes acontecimentos, o Holocausto e a criação de Israel, modificaram definitivamente as características do judaísmo moderno. O extermínio perpetrado pelo nazismo fez desaparecer comunidades e entidades judaicas tradicionais da Europa, transformando os Estados Unidos no principal centro do judaísmo mundial depois de Israel. Por sua vez, prevalecendo no governo de israelense correntes e grupos políticos da esquerda, o Estado judeu nasceu sob a égide do conflito que ficou conhecido como a *Guerra de Independência* ou *Primeira Guerra Árabe-Israelense* (1948-1949), sendo, após sua

⁵¹ Cf. *Aonde Vamos?*, n. 171, Rio de Janeiro, 1º Ago. de 1946.

fundação, rapidamente reconhecido como Estado pela União Soviética, partindo inclusive do bloco soviético o fornecimento de armas que possibilitaram a vitória israelense na Guerra de 1948-1949. Neste conflito, Israel confrontou cinco exércitos de países árabes - Egito, Síria, Líbano, Iraque e Transjordânia (atual Jordânia) - e o Exército de Libertação Árabe, formado por árabes da própria Palestina. A causa imediata da Guerra esteve ligada a não aceitação por parte dos árabes do plano de partilha da Palestina proposto em 1947 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e aprovado pela comunidade internacional reunida na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Sob a influência da Guerra Fria, Israel, nos anos 1950, enfrentaria ainda outro conflito com seus vizinhos. Em 1956, Israel entrou em confronto contra o Egito no episódio da nacionalização do canal de Suez. Também conhecida como *Segunda Guerra Árabe-israelense*, o conflito teve início em outubro de 1956, quando Israel, com o apoio da França e Inglaterra, que utilizavam o canal para obter acesso ao comércio Oriental, declarou guerra ao Egito, que, por sua vez, numa atitude unilateral de combate ao colonialismo anglo-francês, havia nacionalizado o canal de Suez e fechado o porto de Eilat, cortando o contato de Israel com o Mar Vermelho no golfo de Aqaba. Em contrapartida, Israel conquistou a Península do Sinai e controlou o Golfo de Aqaba, reabrindo o porto de Eilat. No desenrolar do conflito, os egípcios foram derrotados, o que provocou a intervenção dos Estados Unidos e da União Soviética, que, em 1959, obrigaram os três países (Israel, Inglaterra e França) a se retirarem dos territórios ocupados. A partir deste episódio o Estado de Israel e a comunidade judaica por extensão, foram identificados como aliados políticos das grandes nações capitalistas, enquanto as nações árabes ficaram associadas à União Soviética. Desde então, Israel, criado com apoio decisivo do bloco comunista, aproximou-se dos Estados Unidos.

A situação do Estado judeu se modificaria radicalmente a partir da *Guerra dos Seis Dias*, que em 1967 opôs Israel a uma frente de países árabes - Egito, Jordânia e Síria apoiados pelo Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Argélia e Sudão. O crescimento das tensões entre os países árabes e Israel, em meados de 1967, levou ambos os lados a mobilizarem as suas tropas. Em junho de 1967 a força aérea israelense, sob o comando do general Moshe Dayan (1915-1981), antecipando um ataque egípcio e jordaniano, surpreendeu as nações árabes aliadas, impondo um ataque arrasador à força aérea egípcia, antes que esta saísse do chão. Ao mesmo tempo, tropas israelenses por meio terrestre avançaram sobre a Faixa de Gaza e o norte do Sinai. A Jordânia atacou Jerusalém e a Síria interveio no conflito. No terceiro dia de luta, o Sinai já estava sob controle de Israel que em seguida dominou também a Cisjordânia, a parte oriental de Jerusalém e as Colinas de Golã, na Síria. A consequência desse conflito foi o

aumento do número de refugiados palestinos na Jordânia e no Egito. Em relação a esse episódio Bernardo Sorj menciona que a conquista e a colonização provenientes dessa Guerra produziu uma “situação de deterioração moral, de fragilização da democracia, atos ilegais, desperdício enorme de recursos econômicos, distorção da capacidade estratégico-militar, perda de vidas, desvio do objetivo de construção de um Estado majoritariamente judeu e abandono do apoio da opinião pública internacional” (SORJ, 2010, p. 95).

A criação do Estado judeu representou o início da crise do sionismo, pois ao alcançar seu objetivo, qual o propósito do movimento? Na década de 1960 um líder sionista do estado sul-rio-grandense escreveu um texto tentando responder essa questão, reflexão recorrente até os dias de hoje.⁵² Por outro lado, algumas premissas sionistas não se confirmaram, pois o antissemitismo não foi erradicado, a diáspora, vista como uma anomalia passou a ser um dos principais sustentáculos do Estado israelense, o qual, por sua vez, enfrenta dificuldades políticas, internas e externas no que tange as relações internacionais, que perduram, passados mais de sessenta anos. E, a partir do final da década de 1960 ao modificar sua ação política, partindo para uma ação mais agressiva perante seus vizinhos, que adquiriam voz expressiva no cenário internacional em função de interesses econômicos relacionados diretamente a indústria do petróleo, o sionismo perdeu gradualmente legitimidade e força enquanto movimento político.

Na década de 1970, Israel vincula-se politicamente de modo mais estreito com os Estados Unidos, e, durante esse período, grupos de direita representados pelo Partido Likud, herdeiro do sionismo revisionista, assumem o governo israelense.⁵³ Nesse período, bastante conturbado para Israel, o Estado judeu sofreu ações terroristas de grupos palestinos extremistas, entre as vítimas, muitos civis, como os onze atletas israelenses que participavam das Olimpíadas de Munique, em 1972. No ano seguinte, Israel foi atacado pelo Egito e pela Síria, desejosos de recuperar os territórios perdidos em 1967, esse foi o início da *Guerra do Yom Kippur* (Ano Novo judaico), conflito no qual Israel também sairia vencedor. Em 10 de novembro de 1975 foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Resolução n. 3.379, que equiparava o sionismo ao *apartheid* sul-africano, condenando-o como uma forma de racismo e discriminação racial. Resolução revogada em dezembro de 1991, por 111 a 25 votos (sendo essa a segunda vez na história da ONU que uma de suas próprias resoluções foi revertida).

⁵² Ver OLIVEN, Klaus. As finalidades da organização Sionista em nossos dias. In: *Seleções Sionistas*, n. 1, ano IV, Porto Alegre, setembro-outubro, 1962 (ano judaico 5722), p. 46-47; Lewis, Sylvia. Zionism for the XXI century. In: *Na'amat Woman/USA*, n. 2, 1997.

⁵³ O MAPAI, Partido dos Trabalhadores foi o Partido com maior representatividade política entre 1948 e 1977.

Por fim, nas “últimas décadas do século XX o sionismo tornou-se sinônimo de violência, intolerância”, e o belicismo do Estado de Israel é divulgado “em manchetes jornalísticas ao redor do mundo. A impressão transmitida através de vários meios de comunicação para esse quadro (hoje cotidiano) é a de que ele “sempre” foi assim” (FREIXO, 2009). Dessa forma, os termos sionismo e sionista “para muchos lectores de prensa de nuestro tiempo, arrastan una carga profundamente negativa, rimam con ocupación ilegal, con represión implacable, con apartheid, con violencia y militarismo” (CULLA, 2009, p. 9). Tal percepção trata-se de um anacronismo extremamente equivocado, o de projetar sobre o passado do movimento sionista a atual imagem e estratégia política praticadas atualmente pelo Estado de Israel. Apesar dessa afirmação parecer redundante, é dessa forma que o Estado israelense tem sido analisado e estudado de modo geral pelos meios de comunicação e até mesmo no meio acadêmico.

2. 1. O movimento sionista no Brasil na primeira metade do século XX: paradoxos, nuances e contradições.

Nesse subcapítulo nosso propósito consiste em abordar a história do movimento sionista em terras brasileiras na primeira metade do século XX, a fim de tornar visível e evidenciar suas especificidades e contradições frente às propostas universais do sionismo internacional. O movimento sionista, uma pequena face da história do judaísmo no país, faz parte da história do Brasil contemporâneo e, igualmente, se configura como uma corrente do moderno pensamento judaico. Visto isso, cabe de antemão esclarecer que nossa abordagem não tem como objetivo reduzir à história do judaísmo a história do sionismo.

O sionismo brasileiro, desde muito cedo e ao longo de toda a primeira metade do século XX, esteve vinculado ao movimento internacional, sendo possível observar de modo muito claro sua inserção no contexto do sionismo mundial. Essa assertiva é comprovada através das correspondências trocadas no início do século XX entre líderes sionistas brasileiros e os principais dirigentes sionistas do continente europeu, entre Davi José Perez e Max Nordau, um dos fundadores do movimento, ou entre o dirigente sionista brasileiro Jacob Schneider e Nahum Goldmann, durante a década de 1950.⁵⁴ Assim, o sionismo no Brasil não foi

⁵⁴ Cópias destes documentos encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), as mesmas foram doadas ao AHJB pelo Professor Nachman Falbel. Os originais encontram-se no Arquivo Sionista Central (Central Zionist Archives), de Jerusalém. Estes documentos, entre os quais muitos escritos em hebraico, tornam visível a intensa atividade dos primeiros núcleos sionistas do Brasil, o intercâmbio existente entre os núcleos de Curitiba e do Rio de Janeiro no início da década de 1920, bem como a troca de

meramente uma manifestação isolada de uma pequena comunidade nos confins da diáspora e muito menos um movimento juvenil constituído por jovens idealizadores.

Estudar o sionismo no Brasil exige por parte do pesquisador atenção para seus paradoxos e nuances, pois o mesmo não pode ser simplesmente visto como um movimento periférico no contexto do sionismo mundial, o que se configuraria como um reducionismo exagerado. Há que se considerar que desde finais do século XIX e início do XX, a Argentina e o Brasil, entre outros países da América Latina, estavam inscritos no itinerário da imigração e das agências imigratórias judaicas. Segundo, porque as ideias sionistas não fazem sentido se meramente reproduzidas ou aplicadas ao contexto brasileiro sem a devida contextualização e a compreensão da necessidade e das contingências dos diferentes grupos de imigrantes judeus que desembarcaram no país.

No que tange ao contexto espacial, se sobressai o fato de que o continente americano foi o ponto de encontro e estranhamento entre diferentes grupos imigratórios judaicos, diferenças essas que perpassavam inúmeros aspectos, como local de origem, fatores culturais, condição econômica, ritos religiosos, posturas ideológicas e político-partidárias.

Ao se deparar com esses diferentes grupos judaicos e não com uma comunidade homogênea o movimento sionista no Brasil agiu de acordo com suas premissas, estabelecidas no *1º Congresso Sionista*, em 1897, - isto é, organizar e unir o povo judeu através da criação de grupos em vários países, cujo objetivo seria promover as metas do movimento e fortalecer a consciência judaica e o sentimento nacional, - visando com isso uniformizar e normalizar os judaísmos e os judeus radicados no Brasil. Colocar em prática tal projeto político, propósito estabelecido desde os primeiros contatos entre o sionismo brasileiro e o europeu, representou por parte das lideranças do movimento no Brasil um intenso trabalho de construção e engenharia social. Nesse contexto, a heterogeneidade dos grupos judaicos, a integração dos judeus à sociedade brasileira e a existência de um antissemitismo frágil e pontual contribuíram para a formação de um sionismo peculiar, que apresentava diferenças em relação às perspectivas e aos problemas enfrentados pelo movimento no cenário internacional.

Se o projeto sionista, de modo geral, tinha como proposta, entre outros postulados, criar um estado nacional, solucionar o antissemitismo e, por consequência encerrar a diáspora, no Brasil tais questões adquiriram outros significados, ou outra densidade. Para os judeus

missivas entre as associações sionistas do Brasil e a OSM, em Londres, onde se localizava sede do movimento. Entre estes documentos, no AHJB, encontra-se também uma carta datada de 22 de dezembro de 1921, escrita em hebraico e destinada a OSM, informando sobre a fundação da Organização Sionista "Herzlia", em Pernambuco. Sobre os primórdios do movimento sionista no Brasil e os primeiros contatos desse movimento com centros sionistas europeus ver: MILGRAM (1994); FALBEL (1984, 2005, 2008).

radicados no país a criação de Israel não era de uma necessidade vital, tratava-se de uma questão atrelada a uma corrente do pensamento judaico e/ou a um gesto de solidariedade dos judeus radicados no Brasil para com *seus irmãos da diáspora*.

Em relação a isso o movimento sionista brasileiro, antes e depois da criação do Estado judeu, por diversas vezes utilizou como recurso fazer comparações entre a situação de vida dos judeus residentes em Israel e a comodidade dos judeus-brasileiros, em uma destas comparações, denominada “Apologia de um ovo...” foi mencionado o seguinte:

Todo mundo sabe o que é um ovo. Não referimo-nos a um ovo de avestruz, nem a um ovo de pássaro, mas simplesmente a um ovo de galinha.
Deixemos o ovo e vamos falar simplesmente da metade de um ovo. Mas isto é assunto ridículo para um *judeu do Brasil* [grifo meu]. Para Israel porém, metade de um ovo é assunto real. No Estado de Israel cada cidadão pode obter apenas a metade de um ovo de acordo com o regime de austeridade no país.
Os israelitas proclamaram completa austeridade e sacrifício para si afim de tornar possível a recepção e o estabelecimento de mil olim diariamente.
Se eles podem se satisfazer com esta provação, nós judeus do Brasil que estamos normalmente acostumados a comer um ovo inteiro devemos com mais atenção dar valor ao assunto e prestar em larga escala auxílio a Magbit para que, os *nosso irmãos* [grifo meu] possam pelo menos se satisfazer com a metade de um ovo.
Você está convidado a fazer parte do regime de austeridade Israelí com tua generosidade, teu sacrifício, e tua contribuição.
Cumpra o teu dever com a Magbit.⁵⁵

Tais comparações, por um lado, impunham aos judeus-brasileiros um compromisso e um dever moral para com seus *irmãos* de Israel, sendo assim solicitado que os judeus-brasileiros ajudassem seus *irmãos* participando de campanhas [*magbit*] que tinham como propósito arrecadar recursos financeiros e obter doações como roupas, ambulâncias, alimentos e até mesmo sangue.⁵⁶ De outra forma, essas comparações ao transmitirem a ideia de uma vida de sacrifícios e dificuldades em Israel, em contraposição transmitia a imagem de uma vida estável, cômoda e confortável no Brasil, o que em última instância valorizava a vida na diáspora e desestimulava a emigração para Israel, mesmo não sendo esse o propósito do movimento ao proferir tais dificuldades.

Por sua vez, o antissemitismo em terras brasileiras não pode ser comparado ou equiparado com o Europeu, que deu origem aos *pogroms* e ao genocídio nazista. No Brasil, não ocorreram passeatas pedindo *morte aos judeus*, nem o governo convocou publicamente a

⁵⁵ Apologia de um ovo... In: *KOL HAMAGBIT*, Porto Alegre, n. 2, 12 de Outubro de 1950, p. 3. (AJH - ICJMC)

⁵⁶ Cf. Organizado o banco de sangue para o Estado de Israel. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1948; Sangue para os judeus da Palestina. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1948 (a coleção do jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro se encontra micro-filmada no Acervo de Periódicos da Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro); Meeting do Comitê de Sangue Pró-Israel. *Aonde Vamos?* n. 264, Rio de Janeiro, 3 jun. de 1948, p. 9.

população para combatê-los, massacrá-los e/ou segregá-los, nem casas ou comércios foram incendiados, nem bens foram apreendidos, roubados ou confiscados de modo sistemático. Também não existiram razões de Estado para deportar os judeus radicados nos países ou alguma legislação específica ao grupo judaico, como ocorrera na Alemanha, Romênia e demais estados fascistas (ou até mesmo na União Soviética de Stalin).

Todavia, no que tange a perseguição dos judeus no Brasil, um caso a parte se refere aos judeus comunistas, que devido sua militância política foram perseguidos e combatidos intensamente pelo governo brasileiro, principalmente nas ditaduras de 1937-1945 e 1964-1985. Se fosse um caso de antissemitismo de Estado, os judeus seriam perseguidos de modo indiscriminado, pouco importando que fossem comunistas, religiosos ou sionistas.⁵⁷

Visto isso, o presente estudo considera que o antissemitismo no Brasil trata-se, portanto, de uma forma de discriminação, temporalmente situada entre as décadas de 1920 e 1940, professadas por movimentos de direita e da extrema-direita, como conservadores católicos e integralistas, ou por setores do governo varguista durante o Estado Novo (1937-1945), ou seja, um antissemitismo praticado por grupos específicos, sem respaldo social, ou seja, descolado da sociedade como um todo. Dizer isso, não significa negar papel catalisador do antissemitismo para o sionismo, pois este esteve presente no discurso sionista, em manifestações de solidariedade aos *irmãos da diáspora* e, principalmente, nas memórias e recordações dos imigrantes, como bem evidenciou Ieda Gutfreind.⁵⁸

Convém referir que ao abordar a questão judaica ou o antissemitismo no Brasil, não temos como propósito discorrer exaustivamente sobre o assunto, pois existem inúmeros trabalhos sobre o tema, o qual tem provocado intensos debates entre pesquisadores, razão pela qual o estudo do antissemitismo no Brasil se tornou uma linha de pesquisa à parte e autônoma em relação aos estudos judaicos.⁵⁹ Em relação a essa temática cabe-nos dizer que no Brasil o sionismo não encontrou a ressonância esperada no que diz respeito ao antissemitismo, pois a pequena ocorrência de discriminação não representou perigo real e não alterou a vida e nem o cotidiano das populações judaicas no país. Assim, o movimento sionista fazia manifestações de solidariedade e de apoio em relação às perseguições sofridas de fato por judeus radicados em outros países. Bernardo Sorj, um dos autores que melhor explica as razões desse baixo índice de antissemitismo no Brasil, aponta três fatores que justificam nossa perspectiva, são

⁵⁷ Sobre o assunto ver IOKOI, 2004.

⁵⁸ Ver o texto de Ieda Gutfreind “Imigração judaica no Rio Grande do Sul: pogroms na terra gaúcha?” In: *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 84-91, (jan.-jun) 2010.

⁵⁹ Tema por vezes debatido de modo apaixonado e militante por parte de pesquisadores. O antissemitismo no Brasil e suas abordagens serão analisados mais detidamente no próximo capítulo.

elas: a ideologia do branqueamento, o mito de origem brasileiro e o sincretismo religioso que diluiu a influência anti-judaica da Igreja católica.

Conforme essa perspectiva “a explicação básica para ausência de antissemitismo no Brasil pode ser procurada na particular ideologia brasileira do branqueamento segundo Skidmore” (BONDER; SORJ, 2001, p. 143). Nessa ideologia,

...o branco é o ideal a ser alcançado, de forma que as outras raças, particularmente, a negra poderão “melhorar”, via miscigenação, até alcançar o branqueamento. Assim, na medida em que os judeus são aceitos como parte da raça branca – ideia que só foi questionada por alguns intelectuais brasileiros associados à ideologia fascista nas décadas de 20 e 30 – eles passaram a ser parte da solução, e não um problema (Ibidem, p. 143).⁶⁰

Outro aspecto ressaltado por Sorj é o mito de origem brasileiro, o qual produz uma “revolução copernicana a toda mitologia moderna dos Estados nacionais” (Ibidem, p. 148). Enquanto o mito fundador dos Estados nacionais está voltado para o passado, no Brasil esse mito se localiza no futuro:

Uma sociedade orientada para o futuro é uma sociedade que valoriza o novo e que não tem medo da inovação. O mito de origem do Brasil – que vê a origem dos problemas do país no passado, na escravidão e na colonização lusitana e que acredita que o paraíso não foi perdido, mas que se encontra no futuro – produz uma visão totalmente diferente dos valores da mudança e do estrangeiro [...] Enquanto nos mitos de origem nacional fundados no passado o inimigo é sempre externo e personificado nas ‘influências estrangeiras, no mito de origem brasileiro, do ‘país do futuro’, o inimigo é interno, o próprio passado, personificado nos agrupamentos humanos associados a ele. É o passado que se trata de erradicar para que a nação encontre seu potencial [...] A ideologia ‘Brasil país do futuro’ foi atualizada nos anos 50 com o desenvolvimento de novas classes médias, geradas pelo processo de industrialização e modernização (Ibid., p. 148-149).

O autor ressalta ainda que “o Brasil, como os brasileiros constantemente lembram, é um país sem memória. Aliás, essa é a única lembrança cultivada”, e como teria memória se não olha para o passado? Assim a falta de memória não resalta um mecanismo ausente, é um produto histórico “construído socialmente, um mecanismo ativo, positivo de uma sociedade que rejeita o passado como algo a se lamentar”, por outro lado “a desvalorização do passado tem claros efeitos perversos: não é possível construir um futuro sem o aprendizado do passado” (Ibid., p. 150).

⁶⁰ Sobre o tema ver o livro *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*, produzido pelo brasilianista Thomas E. Skidmore, em 1974, e editado novamente pela Companhia das Letras (2012), edição esta consultada para nosso estudo.

A ideologia do “Brasil um país do Futuro”, atualizada nos anos 1950, conforme visto, adquiriu maior projeção, no início da década de 1940, por meio da obra intitulada *Brasil, um país do Futuro* (1941), escrita por Stefan Zweig, título que, conforme escreveu Alberto Dines ao prefaciar uma das várias edições do livro de Zweig, “transformou-se em cognome, sobrenome, estigma e vaticínio” do Brasil. “País-promessa, terra do nunca, nação do amanhã – a expressão pode ser entendida em todos os sentidos” (ZWEIG, 2008, p. 7).

O terceiro e último fator explicativo do baixo grau de antissemitismo refere que o “antijudaísmo que a Igreja católica alimentou até recentemente – também se dilui no contexto de uma sociedade em que predomina o sincretismo religioso”. O judaísmo brasileiro se beneficiou desse sincretismo e também participa dele. De forma que, “o Brasil, para o imigrante judeu oriundo de regiões onde foi permanentemente discriminado e perseguido, teve muitas características de Terra Prometida” (BONDER; SORJ, 2001, p. 150).

Tais ideias, apresentadas com maestria pelo sociólogo Bernardo Sorj, entravam em confronto com os postulados gerais do sionismo internacional. No Brasil não havia a necessidade de solucionar o antissemitismo, pois tendo o país características de *Terra Prometida*, não havia porque emigrar para o novo país ou para a região onde seria construído o estado imaginado, visão que valorizava (e defendia) a vida na diáspora e a qual pode ser verificada em diferentes passagens, como através das palavras do Presidente da Organização Sionista do Rio Grande do Sul, Sr. Maurício Seligman, em um discurso pronunciado em Porto Alegre, no mês de julho de 1946:

Aqui estamos hoje reunidos, respirando liberdade e conforto, amparados por leais amigos que, não fazendo parte da comunidade judaica, vem nos dar seu apoio de homens amantes da liberdade, tolerantes e cheio de solidariedade humana neste momento decisivo para o povo judeu. Nós também somos brasileiros, estamos integrados nos problemas brasileiros. Queremos ver o Brasil cada vez mais próspero e respeitado. Nós não queremos a Palestina para Nós. Nós queremos que a Palestina seja um lar nacional para os judeus que para lá queiram ou se vejam obrigados a ir.⁶¹

Ao tomar como exemplo o discurso de Maurício Seligman, discurso semelhante a outros propagados pelos dirigentes sionistas em diversos estados brasileiros (pois os mesmos agiam de modo coordenado seguindo normas e procedimentos comuns a fim de propagar suas premissas), é possível se verificar como aparecem de modo implícito e explícito as noções identitárias “judeu”, “sionista” e “brasileiro” ou, evidenciando os hífen ocultos: judeu-

⁶¹ Cf. Atividades Comunitárias Judaicas – Discursos e Pronunciamentos. Discurso datado de 08 de julho de 1946. Arquivo Maurício Seligman (AMS), ICJMC. Porto Alegre/RS.

sionista-brasileiro. Desse modo, entre outros, o movimento sionista tendo os termos judeu e sionista como sinônimos naturalizava a ideia de judeu-brasileiro.

Dessa forma, não foi por acaso que esses pontos não foram muito enfatizados pelo sionismo brasileiro, o qual se detinha mais ao trabalho e esforço para criação do Estado judeu, um Estado que, segundo o sionismo, manteria viva a milenar cultura judaica. No entanto, a questão da emigração para Israel abriu espaço para outras discussões: como a preparação dos jovens para a vida nos *kibutz* e o aprendizado do idioma hebraico, temas que serão retomados no quarto capítulo.

A discussão girava e transcorria em torno da criação do Estado judeu, discutia-se, por exemplo, de acordo com as perspectivas das diferentes tendências partidárias e ideológicas, se o Estado deveria ser constituído pela força ou pela via diplomática? como obter recursos financeiros para efetivar essa construção? E de que forma os judeus da diáspora poderiam/deveriam contribuir e ajudar nesse processo. Igualmente, eram debatidas questões a respeito das formas e dos métodos acerca de como colonizar o novo país. Nesse contexto, igualmente, adquiriram importância e respaldo as posições contrárias à criação desse estado nacional, sendo esse, por exemplo, o caso dos judeus comunistas, isto é, de esquerda não-sionistas, que entraram em rota de colisão com os sionistas por serem contrários aos ideais e as propostas do movimento. Com a criação de Israel, em 1948, é possível dizer que o grupo de judeus comunistas se dividiu entre favoráveis e contrários ao Estado judeu.

Outra questão relevante abordada pelo sionismo dizia respeito à dispersão judaica.⁶² Antes de estabelecer a relação entre sionismo e diáspora cabe dizer que a noção de diáspora, que possui como matriz a experiência sócio-histórica judaica, a qual ultimamente tem sido utilizada em larga escala nas ciências sociais para caracterizar inúmeras situações. A definição do que seja diáspora, porém, está longe de ser clara, e os textos que discutem esse tema podem ser divididos, simplificada e politicamente corretamente, em perspectivas normativas, que procuram no conceito de diáspora um instrumento filosófico e politicamente correto de crítica e intervenção social, e, em uma outra vertente, que procura definir e construir modelos de diáspora a partir da experiência sócio-histórica (SORJ, 2004, p. 57).

A diáspora foi usada pelo movimento sionista como um recurso de agregação grupal. Ao serem nomeados como “irmãos da diáspora”, ao invés de “judeus do Brasil”, os judeus

⁶² A noção de diáspora enquanto conceito analítico tem sido empregado, em diferentes campos do conhecimento e das ciências sociais, para abordar a dispersão ou o êxodo de diferentes grupos de imigrantes. Tais estudos buscam identificar experiências semelhantes vivenciadas por esses grupos, como a esperança de uma vida melhor na nova terra, entre outras questões e perspectivas, contempladas por análises e estudos que abordam a diáspora do ponto de vista conceitual.

eram enquadrados pelo sionismo em uma categoria de classificação mais abrangente que extrapolava as fronteiras dos países onde os judeus estavam radicados, de forma que tal categoria, igualmente, delimitava os marcos identitários do agrupamento judaico. Por outro lado e reforçando a ideia aqui proposta, conforme Michel Herszlikowicz e Claude Franck, autores que fazem uma leitura bastante pertinente sobre o modo como o sionismo concebia a diáspora, uma das premissas básicas do movimento sionista foi a negação sistemática da diáspora, segundo essa perspectiva a estrutura religiosa do judaísmo seria substituída pela estrutura nacional, tal ideia:

Foi exposta com o maior vigor por Yaakov Klatzkin (1882-1948), que considerava o sionismo o limite do judaísmo. A criação de um Estado judaico provocaria, segundo ele, uma ruptura absoluta entre a diáspora e o novo Estado. Não basta desenvolver um 'centro' judeu; há também que por completamente termo à vida no exílio. Oferecem-se, pois, duas soluções ao Judeu: a assimilação total na diáspora, que o autor considera uma traição para com a nação e para consigo próprio, ou a criação de um Estado independente. [...] As comunidades judaicas da diáspora estão condenadas, segundo Klatzkin, ao desaparecimento, se desejam perpetuar a anomalia do exílio (HERSZLIKOWICZ; FRANCK, 1980, p. 96-97)

Por fim, se na sua essência a ideia sionista professava o fim da diáspora tal pensamento não se refletiu em um plano prático sem divergências e contestações entre os judeus da diáspora. De outra forma, no Brasil, em especial, durante a primeira metade do século XX, a integração dos judeus à sociedade maior corresponde a um período de crescimento e desenvolvimento social e econômico. Assim, há que se ressaltar que a integração dos judeus no Brasil naturalmente apresenta similaridades com processos análogos em outras regiões do mundo moderno, porém as especificidades da cultura e da sociedade brasileira determinam o perfil particular das instituições e identidade do judeu brasileiro (BONDER, SORJ, 2001, p. 150).

Nesse sentido, o envolvimento dos imigrantes judeus em um processo de integração na sociedade brasileira contribuiu para uma incipiente uniformização da comunidade judaica brasileira. Em relação a isso, Henrique Rattner, ao abordar a formação da comunidade judaica paulista, refere:

A própria integração na sociedade brasileira, entretanto, concorreu também para superar as diferenças de origem entre judeus, os quais aprendendo a falar a mesma língua, o português – adquirindo os mesmos hábitos e costumes, participando das mesmas organizações comunitárias e mandando seus filhos para as mesmas escolas ou movimentos juvenis - se aproximaram uns dos outros e se mesclaram, ao correr dos anos. Sob este aspecto, o desenvolvimento industrial-urbano de São Paulo contribuiu para a fusão e uniformização de sua comunidade judaica, composta inicialmente de elementos bastante heterogêneos (RATTNER, 1977, p. 16).

Exemplo contrário ao que estamos explicitando ocorreu na Bolívia onde os judeus não se auto-identificavam como judeus-bolivianos, nem se assimilaram ou se integraram a cultura local, apresentando-se apenas como israelitas. E, se são percebidos nominalmente como judeus-bolivianos por outros grupos, não naturalizaram essa categoria como ocorreu no Brasil e nem se percebem do ponto de vista identitário dessa forma. Tal processo em parte fez com que esses judeus emigrassem para os Estado Unidos e Israel. Esse micro exemplo contribui com nosso estudo para realçar o contraste entre este caso e o processo transcorrido no Brasil. Em suas memórias o historiador Boris Fausto ao recordar sua passagem pela Bolívia, ainda quando jovem na década de 1950, lembra que os judeus radicados naquele país receberam com estranheza a forma de como ele e seus colegas se apresentaram, identificando-se como judeus-brasileiros (FAUSTO, 2010, p. 115-117).

Após a criação de Israel, a pressão do sionismo internacional sobre os judeus da diáspora atenuou-se, visto a impossibilidade, inclusive física, de se dirigirem “todos” os judeus espalhados pelo mundo para o novo Estado, conforme propunha o plano sionista e desejavam seus militantes mais exaltados.

Para o movimento estava claro que os judeus formavam “um grupo histórico reconhecível pela sua homogeneidade” (HERZL, 1998, p. 63) e se havia distorções essas eram devidas a vida na diáspora que produzia tais idiossincrasias. Porém, sendo a América um espaço de contraste, de encontro de diferentes judaísmos e, também, diferentes sionismos, o sionismo se deparou com outras questões, encontrando como barreira os muros existentes entre os distintos grupos judaicos. Teve, assim, como foco derrubar os muros intra-comunitários das coletividades judaicas, com o intuito de formar uma identidade judaica vinculada ao Estado judeu imaginado, que, por sua vez, em seu processo de criação ajudava a derrubar as muralhas que impunham divisões étnicas, religiosas e nacionais aos diferentes agrupamentos judaicos.⁶³ Dessa forma, no Brasil, as dificuldades enfrentadas pelo sionismo internacional adquiriram outro caráter e, por vezes, foram professadas de modo oposto daquilo que propunha o movimento através de suas premissas.

⁶³ Há que lembrar que problemas sócio-culturais relacionados às minorias étnicas ainda não foram resolvidos pelo Estado de Israel, sendo esse o caso de alguns grupos sefaraditas, entre outros. Sobre o assunto ver o artigo: *Os sefaraditas em Israel: o sionismo do ponto de vista das vítimas judaicas* (2007), de autoria de Ella Shohat, Professora de Estudos Culturais da Universidade de Nova York.

3. O MOVIMENTO SIONISTA E OS JUDEUS DO BRASIL (1901-1956)

3. 1. Imigração judaica e sionismo

Abordar e discorrer pelas tramas tecidas pelo processo imigratório se faz necessário para nosso estudo, pois a imigração possui íntima relação com o movimento sionista, devido uma razão muito simples: o sionismo no Brasil, além de ser um movimento engendrado por imigrantes, nasce e se desenvolve no contexto do processo imigratório judaico para o país, de modo que é possível afirmar que o sionismo no Brasil é um movimento de imigrantes. Assim, nosso interesse e o foco da análise no presente capítulo são as relações, aproximações e/ou conjunções entre a imigração judaica e sionismo. Ambos os temas possuem ligação, são movimentos paralelos, transversais, simultâneos e intercambiantes, em constante contato, e suas relações estão situadas temporalmente na primeira metade do século XX.

Com o propósito de estabelecer relações entre imigração judaica contemporânea e o movimento sionista no Brasil, e, visando delimitar a abordagem e o tema, o presente capítulo não aborda a imigração judaica em seus meandros, ou seja, não tem como objetivo analisar ou discorrer exaustivamente sobre o assunto, bastante extenso e complexo - empreitada que exigiria um estudo específico – e sobre o qual já existem excelentes trabalhos, entre os quais cabe citar BARBOZA (2002), DECOL (1999, 2001), GRITTI (1992, 1997), GRÜN (1999), GUTFREIND (2004), LESSER (1995) e MIZRAHI (2003).

Convém lembrar que o objeto de estudo forja sua própria periodização, nesse sentido, Nachman Falbel, valendo-se de marcos de história tradicionais divide cronologicamente a história dos judeus no Brasil em três grandes períodos: Período Colonial (1500-1808), Imperial (1808-1889) e Republicano (1889 até nossos dias [1984]), os quais por sua vez apresentam subdivisões. Seguindo essa linha cronológica e para fins de análise interessa-nos apenas o terceiro período delimitado por Falbel, que enfoca a imigração judaica contemporânea.⁶⁴

⁶⁴ Ver o texto: “A propósito da periodização da história dos judeus no Brasil”. Publicado primeiramente em 1984 (In: FALBEL, 1984, p. 11-15; 2008, p. 23-28).

As imigrações européias para o Brasil ao longo do século XIX e primeira metade do século seguinte, pela perspectiva dos imigrantes, visava à oportunidade de fugir de uma situação econômica difícil e instável, de forma que pudessem reiniciar suas vidas em um local seguro onde fosse possível trabalhar e viver dignamente. Neste quadro, a terra, escassa na Europa, apresentou-se como fator de atração, pois no Brasil havia terra suficiente para todos. No continente europeu, no último quartel do século XIX,

...a maior esperança dos pobres, mesmo nas partes “desenvolvidas” da Europa, era ainda, provavelmente, ganhar o suficiente para manter o corpo e alma juntos, ter um teto sobre a cabeça e roupas suficientes, sobretudo nas idades mais vulneráveis de seu ciclo vital, quando os filhos ainda não estavam em idade de trabalhar... (...) Nas partes “desenvolvidas” Europa, morrer de fome já não era uma contingência possível. Mesmo na Espanha, a última fome de grandes proporções ocorreu nos anos 1860. Entretanto, na Rússia a fome continuava representando um risco de vida significativo: Haveria uma importante carestia em 1890-1891 (HOBSBAWM, 2005, p. 50).

No contexto da emigração européia para a América, a maioria dos judeus que desembarcaram no Brasil nos primeiros anos do século XX eram oriundos do leste europeu, região onde o projeto sionista adquiriu ressonância e obteve respaldo.⁶⁵ Além da miséria, da falta de oportunidades e de terras, os judeus tiveram outras motivações para emigrar, pois as diversas crises econômicas e convulsões sociais e políticas fomentaram, em grande parte, o antisemitismo em diversas regiões do velho continente. A partir da década de 1930 emigração não foi apenas uma alternativa para fugir da pobreza e da miséria, representou uma necessidade vital:

O motivo principal da emigração dos judeus da Europa oriental e, após a ascensão do Nazismo na Alemanha, também dos da Europa central, foi a insegurança quanto à sua integridade física, a impossibilidade de sobreviver numa sociedade profundamente hostil e persecutória. A condição de refugiados, própria à maioria dos judeus aqui aportados desde os anos 1930, freqüentemente vítimas de perseguições racistas, religiosas ou étnicas, traumatizou os sobreviventes e os levou a romper todos os contatos com o país de origem (RATTNER, 2008, p. 20).

Em meio a essa conjuntura que propunha a imigração para a Palestina surgiu o sionismo político que, em sua fase inicial, com exceção do leste europeu teve pouca repercussão no

⁶⁵ Conforme Anita Brumer “os imigrantes judeus que vieram para o Brasil não constituíam um grupo homogêneo. Distinguiam-se pela língua falada, pelos ritos utilizados nas orações, cultura e situação sócio-econômica que desfrutavam nos países de origem. Como revelou a pesquisa realizada entre 1992 e 1993, no Rio Grande do Sul (BRUMER, 1994), a maioria veio da Europa oriental (principalmente Rússia e Polônia) – onde, antes da Segunda Guerra, totalizava cerca de cinco milhões de indivíduos e a discriminação era uma constante. Mas mesmo entre os judeus originários de diferentes países daquela região existiam muitas diferenças culturais” (BRUMER, 2007, p. 9).

continente europeu - pois o movimento dividia espaço com outras ideias, algumas delas contrárias à criação de um Estado judaico - mesmo assim, o projeto de Herzl, já era conhecido no Brasil no início do século XX. Judeus sefaraditas radicados na região norte do país trocavam correspondências com as lideranças do movimento na Europa. Em 1901, na cidade de Manicoré, às margens do rio Madeira (Estado do Amazonas), um grupo sionista formado por judeus sefaraditas, por intermédio de Moysés Cohen, correspondeu-se com Max Nordau e também fundou uma sociedade sionista denominada *Ohabe Sion*. Em 1902, informavam a Max Nordau sobre a arrecadação de dinheiro de *shekalim* para doação ao Fundo Nacional (MILGRAM, 1994, p. 623; FALBEL, 2005, p. 44). Na *Central Archives Zionist* encontra-se uma correspondência, datada de 3 de abril de 1901, da Agremiação Sionista *Chabe Sion*, de Manicoré/AM, a missiva é dirigida à Organização Sionista Mundial.⁶⁶

Por sua vez, os judeus de origem *asquenazim* que imigraram para a América neste período, provenientes em sua grande maioria do leste europeu, igualmente, já conheciam o sionismo professado por Herzl, o que é possível verificar através das palavras de uma filha de imigrantes, nascida em Buenos Aires, no ano de 1907. Eugênia Seligman ao falar de seu pai, Jaime Budiansky, refere: “Eu sei que quando ele chegou da Europa [Ucrânia/Rússia] em 1904, ele já era sionista, ele já tinha ideias sionistas. Tanto que em 1908 quando nasceu meu irmão, ele deu a ele o nome de Moishe Herzl, porque ele era um grande admirador do Theodor Herzl”.⁶⁷

Entre o final do século XIX e início do seguinte, desembarcaram no Brasil as primeiras levadas de imigrantes, alguns destes vieram por conta própria, porém a grande maioria foi trazida por diferentes agências e organizações judaicas de origem européia como a *Alliance Israélite Universelle* e a *Jewish Colonization Association* (JCA). A primeira, constituída na França após a emancipação outorgada aos judeus no período napoleônico, tinha como objetivo ajudar os judeus nos países onde sofressem dificuldades econômicas e políticas. O impacto da criação de suas escolas e outras entidades sobre a vida dos judeus do Oriente Médio e da África do Norte foi extremamente importante, chegando a fomentar naquelas populações uma “identidade de colonizador” que teve enormes conseqüências sobre o destino dos indivíduos e das coletividades (GRÜN, 1999). Em 1891, o Barão Maurício de Hirsch, judeu-francês, banqueiro em Bruxelas, movido por interesses econômicos e filantrópicos,

⁶⁶ Conforme pasta A119/137. Disponível em: <<http://www.zionistarchives.org.il/ZA/SiteE/pTikSeek.aspx?Page=23&Seek=P>> Acesso em: 25 de junho de 2011.

⁶⁷ Cf. SELIGMAN, Eugênia. Entrevista n. 274. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 17/08/1989.

criou a *Jewish Colonization Association* (JCA), organização que tinha entre seus propósitos instalar colônias agrícolas em diferentes países, entre eles a Argentina e o Brasil, para os quais os judeus pudessem emigrar e reconstruir suas vidas livres do antissemitismo. Com o objetivo de resolver o problema judeu de modo diferente daquele proposto por Theodor Herzl, a JCA adquiriu, em 1902, uma área de 5.767 hectares no Rio Grande do Sul para estabelecer a primeira colônia agrícola judaica no Brasil. Em 1904, o estado sulino recebeu as primeiras levadas de imigrantes judeus, provenientes da Bessarábia, região russa entre os rios Pruth e Dniester, banhada pelo mar Negro (atualmente Moldávia). Sendo assim, fundada a colônia agrícola de *Philippson*, nome dado em homenagem a Franz Philippson, vice-diretor da JCA e presidente da Companhia Ferroviária *Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer au Brésil*, que atuava no estado gaúcho.

Assim, a “imigração judaica sistemática para o Centro-sul brasileiro começou com o estabelecimento da colônia agrícola de Philippson, no Rio Grande do Sul, fundada em 1904” (GRÜN, 1999, p. 356). Entre as décadas de 1910 e 1930 novos fluxos imigratórios desembarcam no país e simultaneamente ao movimento imigratório ocorrem migrações internas de judeus já instalados no Brasil que, atraídos por oportunidades de melhores empregos, dentre outras ofertas, e condições de vida, como uma educação de melhor qualidade para seus filhos, se deslocavam do interior para centros urbanos maiores. Nesse sentido, no continente americano e no Brasil, em especial, a movimentação sionista formou-se de modo gradual, através do estabelecimento de contatos com órgãos sionistas no exterior e agregando em suas fileiras imigrantes, que reforçavam e atualizavam o movimento trazendo informações e novas ideias sobre o sionismo no velho continente.

3. 2. A circulação de ideias: da Europa para a América

Como a ideia sionista foi exportada ou trazida para o Brasil? São aqui apresentadas algumas formas de como as ideias sionistas chegaram e/ou circularam e foram recebidas em terras brasileiras, contribuindo para o estabelecimento de conexões e a ligação de alguns pontos entre o movimento surgido na Europa e o sionismo praticado no continente americano, bem como contatos entre os agrupamentos judaicos radicados em diferentes regiões brasileiras. Antes de iniciar tal abordagem, cabe referir que a ideia sionista, mesmo durante seu auge – isto é, às vésperas da criação de Israel em 1948 nunca foi unânime entre os judeus. No Brasil não foi diferente, de modo que muitos judeus não se engajaram no projeto por serem contrários ao movimento e outros porque tinham demandas mais imediatas ou

concretas como se instalar no novo país, criar e educar seus filhos, trabalhar, etc., também podemos supor que a ideia de um Estado judeu poderia ser vista como um sonho distante, uma nostalgia pertencente ao mundo das ideias ou da religião, não palpável ou condizente com a dura vida enfrentada pelos colonos e imigrantes recém chegados.

Independente dos judeus radicados no Brasil serem contrários ou favoráveis ao movimento sionista é pertinente referir que estes judeus se depararam e se relacionaram de uma forma ou outra com o movimento com maior ênfase entre as décadas de 1930 e 1960. Tal afirmação é de fácil constatação através de textos e depoimentos de diferentes judeus em diversas regiões do país, o que indica que o sionismo perpassou de modo transversal o judaísmo no Brasil. As experiências e vivências narradas e publicadas por diferentes autores judeus a respeito do movimento sionista - como o escritor Moacyr Scliar no prefácio do livro *o Estado judeu* (1998), o sociólogo Bernardo Sorj, em seu recente livro, e o historiador Boris Fausto em suas memórias, publicadas em 2010 - fazem parte dos inúmeros exemplos de registros dessa relação de amor e ódio, aproximação e distanciamento dos judeus frente ao movimento sionista no Brasil.⁶⁸

Dito isso, cabe referir que se muitos imigrantes judeus que não possuíam vínculos com entidades sionistas existentes no Brasil simpatizavam com o movimento, de forma que reunidos em pequenos grupos ou até mesmo de modo isolado tomavam iniciativas em favor da causa nacional. O que pode ser visto através das palavras do imigrante judeu-polonês Isak Bas, que chegou ao Brasil no início da década de 1930. Em entrevista concedida ao ICJMC de Porto Alegre, ele ao mencionar que já militava no movimento no velho continente fornece informações sobre as diferentes tendências do sionismo na Europa, recordando que na Polônia, existia “na época [anos 1920], um Betar,⁶⁹ um Hashomer Hatzair, o Bund, que era nosso adversário”. Sobre a atuação destes grupos na Europa o entrevistado recorda que: “...quando chegava a agressão dos antissemitas, [...] eles usavam chapeuzinhos, barretezinhos, bonezinhos específicos dos antissemitas, então nós nos reuníamos todos..”.

O depoente, que atuava voluntariamente como professor de educação física na capital gaúcha, refere que quando chegou já encontrou o “sionismo em Porto Alegre. Pelos menos gente aceitando o sionismo e adeptos bastante fervorosos”. Em relação às atividades sionistas, ele recorda: “comecei a procurar a juventude, marchava com eles, enfim, fazia ginástica,

⁶⁸ Veja HERZL, Theodor. *O Estado Judeu*. (Tradução de David José Perez). Rio de Janeiro: Garamond, 1998; FAUSTO, Boris. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 e SORJ, Bernardo. *Vai embora da casa de teus pais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

⁶⁹ Movimento juvenil sionista, vinculado ao Partido Revisionista, fundado em 1923 por Vladimir Jabotinsky, que, conforme visto, enfatizava uma educação paramilitar, o uso de uniforme e desfiles, sendo por isso comparado ao fascismo italiano por grupos judaicos opositores (SACHAR, 1989, p. 184).

pirâmides, que se usava muito, naquele tempo, pirâmides. Enfim, [...] eu me distraía, porque precisava algo mais, além da profissão. Aliás, como todos precisavam algo mais, [...] resumindo, aí eu fundei o Betar.⁷⁰

A relação entre atividades esportivas e nacionalismo foi utilizada por diferentes movimentos nacionais como um mecanismo que contribuiu para a construção da identidade nacional. Cabe, assim, mencionar que do ponto de vista histórico, a associação entre o discurso nacionalista e a prática esportiva,

remonta ao final do século XVIII e início do XIX, nos pequenos estados que, anos mais tarde, formaram o Estado alemão. Nesse período, as noções de unidade pátria e povo foram idealizadas, entre outras coisas, através do esporte. Isso ocorreu com o objetivo de fomentar a resistência “alemã” contra as invasões napoleônicas e, mais tarde, intensificar o processo de unificação do Estado alemão. Considerava-se que o exercício físico regular contribuía para o processo de disciplinalização e militarização da sociedade, principalmente, dos jovens. Esse ponto de vista ficou conhecido sob o nome de “Turnen”, “ginástica”, inserindo-se perfeitamente o esporte num contexto social e político mais complexo (COERTJENS; GUAZZELLI; WASSERMAN, 2004, p. 249).

A respeito da fundação desse movimento juvenil revisionista em Porto Alegre, Isak Bas recorda o nome de outros militantes: “...fundei o Betar, com o falecido Isaac Russowsky, Frandzusky, Budiansky, velha escola que já ninguém existe. O único que dura sou eu, porque fiz, naquele tempo, vinte um prá vinte dois anos. E todos eles já tinham, naquela época cinquenta, sessenta anos”. Ao lembrar a atuação e a presença de movimentos sionistas de direita em Porto Alegre, o entrevistado refere: “...fundei o Betar, que tinha bastante jovens. Depois, fundamos o Partido Revisionista também, para o desgosto de muitos, mas o que eu vou fazer?”.

Sendo mais preciso em suas lembranças o depoente recorda que em 1931, quando era professor voluntário⁷¹ de educação física no Colégio Israelita Brasileiro ajudou a fundar em Porto Alegre “o Partido Revisionista com o Isaac Russowsky, Sr. Budiansky, Don Laistner, Izidor Frandzusky, Bernardo Tchernin, Mário Weiss e outros, no mesmo ano, segundo o depoente foi fundado o Betar. O Entrevistado informa ainda que militava arrecadando

⁷⁰ O entrevistado explica que ele já fazia parte do Betar na Europa e, conforme visto, seu movimento se unia a outros para enfrentar grupos antisemitas. Cf. BAS, Isak. Entrevista n. 311.0, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 01/08/1990.

⁷¹ O próprio depoente informa que sua atividade era voluntária, cabe dizer que era corriqueiro em meio aos imigrantes judeus, e de outras etnias, atividades dessa natureza e de caráter comunitário, como ministrar aulas de alfabetização, grupos de leitura, estudos, etc. no caso analisado os judeus sionistas organizavam grupos para propagar entre seus pares a cultura judaica pelo viés da ideologia sionista.

recursos para o *Keren Kaiemet*, (fundo nacional judaico) que, conforme suas palavras “na época do Getúlio, era considerado clandestino”.⁷²

Jacob Halperin, outro militante do Betar na década de 1940, também em entrevista concedida ao ICJMC, narra que em sua casa, apesar de respeitarem os princípios do judaísmo, a família não era “absolutamente religiosa”, mas tinham “uma perfeita identificação com o movimento sionista, com os interesses dos judeus do mundo inteiro”⁷³, dessa forma, participavam “tanto de movimentos juvenis como de adultos, nesse campo sionista”. Ao responder sobre as origens do movimento em Porto Alegre, ele menciona: “...não poderia precisar assim [uma data], porque quando eu comecei a freqüentar o Betar ele já existia. [...]...agora eu tenho conhecimento de que foram seus estruturadores aqui o sr. Don Leistner, o sr. Luiz Brochmann, o sr. Wolff, o Dr. Isak Bas, Josef Halpern, Davi Henrique Segal, Mário Weiss e a família Zalmon, e os Zalmon todos imigraram para Israel”. O depoente recorda ainda que o Betar “era composto de mais de duzentos elementos [...] a idade variava entre dez, doze anos e dezoito, vinte anos mais ou menos. [era] ...misto, rapazes e moças”.⁷⁴

Além da vinda sucessiva de imigrantes judeus para o Brasil e do contato destes com seus pares na Europa, a circulação e atualização das ideias sionistas no Brasil ocorria através da comunicação e intercâmbio entre os pequenos núcleos sionistas organizados em cidades brasileiras, e entre estes e os escritórios da OSM localizados em cidades européias, principalmente Londres, o centro difusor do sionismo mundial. Dessa forma, esses grupos trocavam correspondências e se mantinham informados sobre os acontecimentos do movimento no cenário internacional.

No que tange à circulação e atualização das ideias e práticas sionistas em terras brasileiras, uma das formas mais proficuas para tal propósito se deu através da presença de emissários sionistas. Desde o início dos anos 1920, agentes sionistas se faziam presentes no Brasil (bem como em outros países da América Latina) com o objetivo de arrecadar fundos para o movimento e propagar a causa nacionalista entre os judeus radicados no país, engajando-os assim no processo de criação do Estado judeu. Através de reuniões, encontros, atos públicos e ações coordenadas os emissários propagavam a causa nacional e falavam a respeito dos ideais sionistas com o intuito de esclarecer as razões do movimento, cooptar

⁷² Cf. BAS, Isak. Ibidem, 01/08/1990.

⁷³ Fica evidenciado no discurso do depoente a fusão dos termos sionismo e judaísmo, os quais para ele são sinônimos, visto suas palavras “a família não era absolutamente religiosa”, mas tinham “uma perfeita identificação com o movimento sionista, com os interesses dos judeus do mundo inteiro”.

⁷⁴ Cf. HALPERIN, Jacob. Entrevista n. 351.0, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 14/12/1990.

novos membros e recursos financeiros para a causa. Essas atividades serviam também para universalizar normas e procedimentos entre os militantes e demais simpatizantes.

Dessa forma, na primeira metade do século XX, a circulação e a difusão das ideias sionistas no Brasil ocorreram de diferentes maneiras, através dos imigrantes que aportavam no continente americano, entre os quais muitos já traziam consigo uma proposta de sionismo, bem como demais informações sobre o desenvolvimento do sionismo na Europa, da movimentação de judeus que migravam de localidades interioranas para centros maiores, do intercâmbio entre entidades sionistas e através da visita de emissários sionistas que vinham para América Latina com o propósito de propagar o movimento entre os judeus da diáspora.

3. 3. Entidades, dirigentes e lideranças do movimento - dos primeiros contatos com a Europa até o movimento na década de 1920

Neste subcapítulo apresentamos a trajetória do movimento sionista no Brasil e de alguns de seus principais dirigentes durante desde os primeiros contatos estabelecidos com o sionismo europeu. A análise volta-se para o processo de formação de um grupo que pode ser definido como uma elite dirigente e intelectual do sionismo brasileiro. Em outras palavras, trata-se de um grupo bastante heterogêneo formado por judeus de diferentes classes sociais e com diferentes formações culturais que ocuparam cargos e postos de dirigentes e lideranças no sionismo brasileiro, os quais utilizando diferentes estratégias ajudaram a criar uma comunidade judaico-brasileira.

A noção de elite, empregada aqui em sentido amplo e descritivo, faz referência a categorias ou grupos que ocupam o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos, “entende-se por esta palavra, segundo o caso, os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’...” (HEINZ, 2006, p. 7-8). Em nosso estudo enfatizamos as noções de “dirigentes” e “pessoas influentes” para caracterizar essa elite, pois encontraremos nesse grupo profissionais liberais, rabinos, intelectuais, empresários, mas também judeus operários, pouco letrados, etc. Por outro lado, valendo-se parcialmente do método prosopográfico para a construção do objeto de estudo e para análise de traços comuns dos líderes sionistas, o estudo pretende visualizar a formação de um pequeno grupo com capacidade de exercer a representação política, de impor normas e as diretrizes do movimento perante os demais.⁷⁵

⁷⁵ A teoria das elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que

Através do estreitamento de laços sociais e do contato entre indivíduos que aportaram no país, provenientes de diferentes localidades e culturas foi formada uma rede social judaica em torno de objetivos comuns. Essa construção, ocorrida no Brasil, permite verificar como, a partir da seleção de alguns critérios foi criada uma comunidade não existente antes desse contato. Por fim, a noção de rede como um conjunto organizado, formado por entidades e indivíduos, pelo qual transitam informações auxilia a explicar como o sionismo, através da circulação de informações, difundiu suas premissas e propagou suas normas entre os judeus radicados em diferentes estados brasileiros.

Depois dos primeiros contatos realizados entre judeus radicados no norte do Brasil com as centrais sionistas da Europa, o primeiro núcleo sionista, denominado *Tiferet Sion* (a Beleza de Sion), foi criado no Rio de Janeiro, em 1913, e teve como seu primeiro presidente o imigrante Jacob Schneider. Além dele, a primeira diretoria foi constituída por Júlio Stolzenberg, Marcos Kaufman e Max Fineberg. As primeiras atividades da entidade, realizadas no Rio de Janeiro e em comunidades do interior do estado, foram dedicadas à coleta de recursos financeiros para o *Keren Kayemet Leisrael* (fundo nacional judaico).

Conforme Samuel Malamud, memorialista étnico e líder do sionismo brasileiro, “em 1917, ao ser divulgada a Declaração Balfour, os dirigentes da *Tiferet Sion* visitaram o representante diplomático inglês e entregaram, *em nome do judaísmo brasileiro* [grifo meu], para ser encaminhado ao governo de Sua Majestade, um memorial expressando reconhecimento pelo ato”. Ainda segundo o memorialista, “os líderes sionistas conseguiram também que o Congresso Nacional do Brasil aprovasse uma moção de simpatia e apoio à Declaração Balfour” (MALAMUD, 1983, p. 26.).

Cabe aqui, citar o nome de Jacob Schneider, um dos principais líderes comunitários do judaísmo e do sionismo brasileiro. Nascido na Bessarábia em 1887, Jacob Schneider emigrou para o Brasil em 1903, estabelecendo-se inicialmente na cidade de Franca, em São Paulo, onde possuía parentes, sendo acolhido por sua irmã e seu cunhado, o sionista Isaac Tabacow. Como proprietário de uma loja de móveis, a Casa Sion, ele se destacou como comerciante no Rio de Janeiro. Em maio de 1952, foi um dos fundadores da Hebraica, Sociedade Cultural Esportiva Recreativa (Rio de Janeiro), recebendo posteriormente o título de grande benemérito da Hebraica. Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1975.⁷⁶

tenha que recorrer a força em última instância (BOBBIO, 1993, p. 385). Para um estudo mais aprofundado das noções de teorias das elites GRZYNSZPAN, 1999.

⁷⁶ No livro intitulado *Judeus Cariocas* (2010) os historiadores Keila Grinberg e Flávio Limonic apresentam uma entrevista com o neto de Jacob Schneider, senhor Ruy Schneider, o qual através de suas lembranças apresenta informações de Jacob Schneider, relatando seu convívio com o avô.

Também no Rio de Janeiro, a capital brasileira, em 1916, foi criado pelo professor David José Pérez o Jornal judaico-sionista *A Columna*. Em seu primeiro número, Pérez afirmava no artigo intitulado “Nosso Programa”, que o órgão tinha “por finalidade defender os interesses dos israelitas no Brasil” (FALBEL, 2005, p. 68). O Jornal tinha ainda entre seus propósitos criar uma entidade que representasse os judeus radicados no Brasil. Segundo Nachman Falbel “o periódico provocaria o interesse de toda a comunidade judaico-brasileira, atraindo leitores de todos os estados, sendo um de seus principais objetivos a aglutinação e o despertar de consciência dos imigrantes para uma comunidade organizada e sua integração na sociedade brasileira” (FALBEL, 2005, p. 16).

David José Pérez, juntamente com Jacob Schneider, pode ser considerado como um líder histórico do movimento, ele fez parte do grupo que em 1901 e 1902 estabeleceu os primeiros contatos com os centros sionistas europeus, conhecedor do hebraico e poliglota se destacou como um dos principais mentores intelectuais do sionismo brasileiro, militando no movimento até sua morte, em 1970. Em 1947 Pérez traduziu do francês para o português o livro fundador do movimento, sendo o mesmo editado no Rio de Janeiro pela Organização Sionista Unificada do Brasil, com o título: “*O Estado Judeu: Ensaio de uma Solução da Questão Judaica*” (HERZL, 1947).

Conforme demonstram os documentos consultados, em especial a revista *Aonde Vamos?*, os judeus fundadores da Tiferet Sion, juntamente com David José Perez, se configurariam ao longo da primeira metade do século XX como os principais líderes do movimento no país. Estes assumiram a tarefa de execução das ações sionistas, estabeleceram contato com a Central Sionista de Londres e com imigrantes judeus radicados ou que se radicaram posteriormente em outras regiões do Brasil. As correspondências trocadas entre a Tiferet Sion e a OSM, em Londres, também revelam que a entidade criada no Rio de Janeiro passou a ser considerada como a verdadeira força organizadora do sionismo brasileiro, e em 1921 não havia mais dúvidas sobre a liderança do grupo encabeçado por Jacob Schneider, o que levaria a preparar um programa de ação visando unificar as diversas entidades estaduais em uma futura Federação nacional (FALBEL, 2008, p. 375).

Mais tarde e também sediada na cidade do Rio de Janeiro, a Federação Sionista do Brasil ocupou o lugar da Tiferet Sion, configurando-se como o principal centro difusor do movimento no país, coordenando, ainda que em meio a conflitos, as atividades sionistas no Brasil, conforme pode ser visto através de um discurso do presidente da Organização Sionista do Rio Grande do Sul:

A ORGANIZAÇÃO SIONISTA UNIFICADA, setor RG do Sul, tendo em vista os últimos acontecimentos na Palestina e, seguindo a orientação do Rio, convocou uma sessão extraordinária deliberando então formar um Comitê de PROPAGANDA de EMERGÊNCIA, que represente o sentir de toda a comunidade judaica daqui e toma a si o encargo de orientar um protesto sistemático, amplo e enérgico contra a atitude do governo Britânico na Palestina.

Este comício de hoje constitui, portanto, o primeiro ato público de protesto que seguirá provavelmente de outros, sob outras formas, mas sempre com a finalidade de criar um clima psicológico universal para que os governos de todos os países, amantes da liberdade, democráticos, tomem na devida consideração este assunto como um sério e inadiável problema a resolver, como um ato de justiça, que não pode ser postergado.⁷⁷

Na década de 1920, após a mobilização iniciada na segunda década do século XX, novos líderes agregaram-se ao grupo e ao movimento como o rabino Raffalovich, Aron Bergman e o jovem Samuel Malamud, entre outros. Isaías Raffalovich, através de sua intensa atuação, contribuiu sobremaneira no processo de formação da comunidade judaica brasileira. Desde que desembarcou no Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 1923, sendo recebido pelo presidente da Organização Sionista local, Jacob Schneider, sua preocupação maior foi a de participar na construção de uma comunidade judaica que atendesse as necessidades do imigrante em todos os seus aspectos tendo como concepção e modelo ideal um judaísmo vigoroso e integrado no país que o acolhia (FALBEL, 2008, p. 335). Como representante da JCA Raffalovich percorreu diversas cidades brasileiras, criando diversas associações judaicas, entre estas mais de 30 escolas judaicas e cursos de formação de professores. Raffalovich faleceu em Israel, em 1956.⁷⁸

⁷⁷ Cf. Atividades comunitárias Judaicas – Discursos e Pronunciamentos. Discurso datado de 8 de julho de 1946. Arquivo Maurício Seligman (AMS), ICJMC. Porto Alegre/RS. Informações e práticas referentes a coordenação do movimento no Brasil por parte da Organização Sionista do Rio de Janeiro são também encontradas/verificadas através das correspondências do Acervo Samuel Malamud, localizadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

⁷⁸ Raffalovich nasceu em Bogopol, Polônia, no ano de 1870, em 1882, emigrou juntamente com seus pais para Jerusalém devido a onda de *progroms* que se sucederam no leste europeu durante esse período. Na Palestina trabalhou em prol de assentamentos judaicos, incentivando jovens em Jerusalém a seguirem seu exemplo. Após ter estado na Inglaterra, onde aprendera a profissão de fotógrafo, em 1899, juntamente com o Moshe Eliahu Sachs, publicou um álbum sobre colônias judaicas da Palestina, com suas próprias fotografias. Neste mesmo ano participou do Terceiro Congresso Sionista, realizado na Basileia, Suíça. Raffalovich estudou em Londres e Berlim, onde obteve seu diploma no Seminário Rabínico Hildesheimer. Serviu congregações em Manchester e País de Gales, permanecendo após na Hope-Place Synagogue em Liverpool entre 1904 e 1923). A experiência de Raffalovich com as questões concernentes à imigração e seu trabalho com imigrantes que passavam pela cidade portuária de Liverpool, que fazia parte da rota a migração europeia de passagem para a América, foram marcantes e tornaram-se conhecidas por toda Inglaterra. Devido sua atuação ele foi convidado pela Jewish Colonization Association (ICA), que estava interessada em implementar a imigração judaica no Brasil, para representá-la e promover a imigração judaica no Brasil. Raffalovich publicou ainda diversos textos dirigidos aos judeus, entre suas publicações encontram-se as seguintes obras: *Rudiments of Judaism* (1906), traduzido em 1925 para o português; *Anglo-Hebrew Modern Dictionary* (1926) e um volume de sermões e discursos sob o título *Our Inheritance* (1932). Um dos livros importantes que traduziu ao português foi *A História do Povo de Israel*, de autoria de Paul Goodman (1874-1949), ativista sionista inglês e escritor, publicado no Brasil em 1927. Em 1935 Raffalovich emigrou para Israel, sendo nomeado em 1940 capelão judeu sênior das forças britânicas no Oriente Médio. Em 1952 escreveu sua autobiografia, *Ziyyunim ve-Tamrurim*. Seu irmão Samuel Refaeli (1867-1927),

Em 1917 Júlio Stolzenberg um dos fundadores da Tiferet Sion radicou-se em Curitiba, onde ajudou a criar a associação sionista *Shalom Sion* (Paz em Sion). Sobre isso, em dezembro daquele ano *A Columna* noticiou: “a reunião foi aberta por Júlio Stolzenberg que falou sobre a história do sionismo e sobre o movimento atual mostrando que o grande ideal judaico está na véspera de sua realização”. Por fim, leu “o telegrama oficial de Sua Majestade britânica, transmitido de Londres e endereçado a associação sionista Tiferet Sion no Rio de Janeiro” (FALBEL, 1984, p. 87). Pouco se sabe ainda sobre o líder sionista Júlio Stolzenberg e até o momento poucas são as informações sobre ele. Em 1920, ele ajudou a criar o Centro Israelita do Paraná (CIP), Instituição que presidiu, inaugurando nessa condição a sede própria da Entidade, em 1929. Trata-se, portanto, de uma biografia que está para ser escrita. Acreditava-se, até então, que o mesmo vivia no Rio de Janeiro, transferindo-se posteriormente para Curitiba. Assim, não sabemos se ele vivia em Curitiba ou no Rio de Janeiro, pois no mesmo ano da fundação da Tiferet Sion, em 1913, ele freqüentava a Loja Maçônica Visconde do Rio Branco, Rio Branco do Sul/PR, visto que participou sessões maçônicas realizada nesta Loja, representando a Loja *Acácia Paranaense*.⁷⁹

Neste período, surgiram ainda outras duas associações sionistas brasileiras, a *Ahavat Sion* (Amantes de Sion), fundada em São Paulo, em 1916, por Rafael Chachamovitz, Isaac Tabacow, José Kauffmann e David Berezowsky, e a *Ahavat Sion* de Belém do Pará, criada em 1918 a partir da iniciativa de Eliezer Levi, que passou a publicar o jornal *Kol Israel* (A Voz de Israel). Em São Paulo o sionismo contou com o apoio e foi impulsionado por membros das famílias Tabacow e Klabin-Lafer, que juntamente com a família Tepermam deram origem a comunidade judaica paulistana, fundando e incentivando a criação de cemitérios e escolas, entre outras entidades.

Em São Paulo, Maurício Klabin, um dos principais dirigentes do movimento no Brasil em sua fase inicial, mantinha contatos com a OSM, desde 1908. Nascido na Lituânia, Maurício Klabin emigrou para o Brasil em 1887, radicando-se em São Paulo, onde atuou como empresário, líder comunitário e líder do sionismo brasileiro. Klabin trabalhou ativamente pelo movimento desde a primeira década do século passado, vindo a falecer precocemente em 1923. Segundo o historiador Avraham Milgram “em 7 de maio de 1908, a Direção do Fundo Nacional [Keren Kayemet Le Israel] dirigira-se, por ofício, a Mauricio

um numismata, foi diretor do departamento de numismática do Departamento de Antiguidades na Palestina (sob o domínio britânico), e deixou sua coleção de moedas do Museu Bezalel.

⁷⁹ Cf. Jornal “Commercio do Paraná” de 28 de outubro de 1913, páginas 2 e 3, disponível em: <http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/LojaPRate1973/GOIPR_902_Hist_RioBranco.htm> Acesso em: 25 de junho de 2011.

Klabin, de São Paulo, a fim de propor-lhe que representasse os interesses do Fundo. Os interesses consistiam em organizar listas de possíveis contribuintes, divulgar material impresso, distribuir as caixinhas azul e branco para angariar fundos etc. O Fundo tomou conhecimento de Klabin através de seu primo Samuel Lafer que o indicou para esta função em uma de suas viagens pela Alemanha (MILGRAM, 1994, p. 626).

Em 1921, o grupo formador da Tiferet Sion recebeu a visita de Yehuda Wilensky, o primeiro agente sionista designado para incentivar o movimento no Brasil. O emissário Wilensky desembarcou em Recife, sendo recebido pelo líder sionista Jacob Schneider, ambos, juntamente com outros membros do movimento percorreram a região com o propósito de propagar o movimento em algumas cidades nordestinas. No mesmo ano o sionismo brasileiro havia sido representado pela primeira vez em um Congresso Sionista Mundial, por Júlio Stolzenberg que apresentou um relatório das atividades desenvolvidas no Brasil. Em 1922 o movimento se intensificou, contando com o apoio de Horácio Lafer e Maurício Klabin, entre outros imigrantes radicados em São Paulo, foi convocada a primeira conferência Territorial Sionista, realizada no Rio de Janeiro, entre 15 e 21 de novembro de 1922, sob a presidência de Maurício Klabin. Nesta foi criada a Federação Sionista do Brasil, que teve Jacob Schneider como seu primeiro presidente e seu cunhado Eduardo Horowitz, como secretário.

Eduardo Horowitz desembarcou no Brasil em 1916, vindo dos Estados Unidos, com uma excelente bagagem de conhecimentos da cultura tradicional judaica e universal e um bom domínio do hebraico. Desde o início, ele se ligou a Jacob Schneider movido pelos ideais nacionalistas, e passou a participar ativamente na vida comunitária judaica do Rio de Janeiro, onde fixou residência. Eduardo Horowitz aparecia como mentor intelectual do movimento ao lado de Jacob Schneider e servira como secretário geral durante os anos de estruturação da Federação Sionista do Brasil desde o seu surgimento, em 1922 (FALBEL, 2008, p. 376). Em 1925 as lideranças da Federação Sionista receberam, em nome do judaísmo brasileiro, o renomado cientista Albert Einstein no Rio de Janeiro, o qual prestou seu apoio manifestando simpatia pelo movimento.

Na década de 1920 o sionismo brasileiro desenvolveu-se com maior ímpeto do que nos anos anteriores. Em seu livro de memórias Samuel Malamud menciona que chegou ao Brasil quando ainda era adolescente, em 1923, e ingressou no Grupo Kadima (avante em hebraico) que acabava de ser fundado e do qual participava o Rabino Isaías Raffalovich, que igualmente aportou no Brasil naquele ano, vindo da Inglaterra, onde serviu durante muitos anos como guia espiritual de Liverpool. Raffalovich, conforme visto, atuou como representante da JCA e como rabino-mor do Rio de Janeiro e, seu interesse pela educação o fez viajar por vários

Estados brasileiros com o propósito de criar escolas judaicas. Incentivava as mesmas através de apoio material, em especial as escolas da JCA que estavam sob sua responsabilidade (MALAMUD, 1983, p. 25; FALBEL, 1984, p. 123).

Também nos anos 1920, mais especificamente em 1927, Aron Bergman, judeu-russo, sionista socialista, radicou-se no Brasil. Samuel Malamud refere que conheceu Bergman, pouco depois que ele chegou ao país, e segundo suas palavras: “fui seu professor de português, enquanto ele me dava aulas de sionismo socialista” (MALAMUD, 1983, p. 33). No Brasil, Bergman dirigiu o grupo sionista socialista *Poalei Sion* (Trabalhadores de Sion), e com o propósito de promover o movimento e divulgar de informações sobre sionismo e judaísmo editou órgãos impressos, como jornais e periódicos. Por meio de sua atuação ele se transformaria em um dos principais líderes sionistas brasileiros.

Em 1929, por iniciativa de Aron Bergman foi organizada uma passeata na cidade do Rio de Janeiro, a qual reuniu 1500 pessoas de diversas correntes do movimento sionista. A mesma foi um ato de protesto contra a atitude passiva da Inglaterra frente aos *pogroms* levados a efeito pelos árabes contra a população judaica de *Eretz Israel*, tendo a passeata grande repercussão na imprensa local (Ibidem, p. 31). Posteriormente, na condição de vice-presidente da Organização Sionista Unificada do Rio de Janeiro, Bergman ajudou a fundar, em novembro de 1945, a Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul, instituição vinculada a Federação Sionista do Brasil e a OSM. Por ser partidário de ideias socialistas, Bergman foi durante o Estado Novo (1937-1945) vigiado de perto pela polícia política de Getúlio Vargas.⁸⁰

Através do intercâmbio entre os dirigentes sionistas em diferentes localidades brasileiras é possível visualizar a rede de contato formada em torno do sionismo, porém, apesar da ação intensa das lideranças sionistas no Brasil durante o início da década de 1920, até o momento poucos são os documentos sobre a atuação das entidades sionistas nesse período, assim, para a reconstrução dessa história foram de grande valia os livros escritos por memorialistas étnicos e as fontes orais. Nesse sentido, também poucas são as informações disponíveis sobre o movimento sionista em estados do nordeste brasileiro, havendo carência de pesquisas e estudos sobre o tema nessa região. Considerando tal questão, faz-se necessário abordemos aqui, ainda que brevemente, o sionismo no nordeste do Brasil.

De acordo com a documentação sabemos que em Recife/PE, em dezembro de 1921, foi fundada a Organização Sionista “Herzlia”, criada por Yehuda Wilensky, primeiro emissário

⁸⁰ Cf. “Dossiê Aron Bergman”, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

enviado ao Brasil pela OSM. Tal fato foi comunicado ao escritório central da OSM por meio de uma missiva, localizada atualmente no *Central Zionist Archives*, em Jerusalém. Para estruturar o movimento no Brasil. Jacob Schneider relata em suas memórias que nesse mesmo ano ele foi até a capital pernambucana para recepcionar o emissário Wilensky e que de capital pernambucana foram até Maceió, “onde moravam nove judeus”, e de lá a Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Em Recife Wilensky criou a “associação sionista Herzlia, em Maceió, a associação Gueula, e na Bahia, a associação Max Nordau que passaram a se corresponder com a central em Londres e se tornaram ativas nas campanhas levadas a efeito naqueles lugares” (FALBEL, 1984, p. 91-92). No ano seguinte, na I Conferência Territorial Sionista do Brasil, realizada em novembro de 1922 no Rio de Janeiro, estiveram presentes representantes de Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe.⁸¹

Tânia Kaufman, através de sua pesquisa sobre judeus em Pernambuco, apresenta indícios que auxiliam na reconstrução da história do movimento neste estado nordestino. Segundo a historiadora “em torno de 1925” foi criado o “Grupo da Juventude Israelita Max Nordau”. Sabe-se igualmente, que após a Segunda Guerra Mundial o emissário Josef Tchornitzky percorreu diversas cidades brasileiras reorganizando o movimento em diversas cidades, em Recife o emissário criou em 1947 a Organização Juvenil Sionista (KAUFMAN, 1999, p. 231; 234).

Conforme o pesquisador Abel de Castro, “parte dos imigrantes que chegaram ao Recife na primeira e segunda levadas de imigração (1920-1940) eram oriundos de países da área de influência russa: Romênia, Ucrânia, Polônia, Bessarábia”. Esses imigrantes trouxeram consigo diferentes ideais e formaram no Recife duas tendências ideológicas: “progressistas – baseados em um ideal socialista russo de esquerda; e os sionistas – movimento nacionalista judaico que garantiu representatividade ideológica no Recife a partir do advento do Estado de Israel”. Entre as décadas de 1940 e 1950 a comunidade judaica do Recife dividia-se “especialmente da seguinte forma: os Progressistas se reuniam no Centro Israelita; os Sionistas se reuniam no Clube Hebraico e detinham a direção do Colégio Israelita Moisés Chvartz. Os sionistas eram em sua maioria oriundos das capitais dos países da Europa Central e em termos religiosos, eram eminentemente laicos; os progressistas eram oriundos do leste europeu, eram falantes do iídiche e provenientes de pequenas aldeias judaicas chamadas de *Shtetel*” Por fim, cabe dizer que, segundo Abel de Castro, a religião não era um ponto forte na

⁸¹ Além dos representantes dos cinco estados nordestinos a Conferência de 1922 contou com a participação de representantes dos seguintes Estados: Amazonas, Pará, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A segunda Conferência Territorial da Federação Sionista viria a ocorrer quase uma década depois, em novembro de 1931, no Rio de Janeiro.

comunidade judaica do Recife e “no colégio, a direção era judaica, mas os professores do ensino regular eram não-judeus. A direção buscava o apoio pedagógico de profissionais que vinham do Rio de Janeiro e São Paulo para ensinar o judaísmo. A educação religiosa era enfatizada na celebração das datas comemorativas do calendário judaico” (CASTRO, 2011, p. 4-5).

Da mesma forma, poucos são os estudos abordando como temática os judeus na Bahia durante o século XX, sobre isso, encontra-se publicado no site da Confederação Israelita do Brasil (CONIB) um pequeno texto intitulado “História da comunidade judaica da Bahia”, de autoria Roney Cytrynowicz, que refere o seguinte:

A história dos judeus na Bahia comporta dois momentos distintos: a presença de cristãos-novos no período colonial, e a imigração e formação de uma comunidade judaica moderna no século 20.[...]

Os judeus imigraram para Salvador na década de 1920 e formaram uma comunidade organizada e com intensa vitalidade social e cultural: em 1924, uma sinagoga foi instalada em uma casa particular e, em 1925, foi fundada a Escola Israelita Jacob Dinenzon. Nos anos 1930, foi criada a escola Ber Borochoy, de orientação sionista. Foram também criados um cemitério, a Sociedade Beneficente, Wizo, Naamat-Pioneiras e o Clube Hebraica. A Sociedade Israelita da Bahia foi fundada em 1947. A comunidade chegou a ter cerca de 800 pessoas e suas atividades incluíam teatro e imprensa. Ao longo do século 20, pequenos núcleos judaicos também se estabeleceram em Ilhéus, Itabuna, regiões do cacau, e Bonfim, Petrolina, Juazeiro e Jacobina, acompanhando o Rio São Francisco.⁸²

Segundo a historiadora Esther Regina Largman, em 1914 foi criada em Salvador uma instituição denominada “Tiferet Sion”.⁸³ Entre os anos de 1945 e 1950, emissários sionistas estiveram presentes em Salvador, conforme pode ser verificado através das edições da revista *Aonde Vamos?*. Provavelmente estiveram na capital baiana também antes desse período, no entanto ainda não localizamos documentos que nos dêem essa certeza. Sobre a presença de agentes sionistas na Bahia, o periódico *Aonde Vamos?* em sua edição de número 290, de dezembro de 1948, apresenta a seguinte notícia:

Dias indelévels foram vividos pelo “yishuv” da Bahia com a presença do já tão consagrado “sheliach” Josef Tchornitzki.

Chegando a 24, foi recebido pelos elementos mais representativos da sociedade tendo realizado no mesmo dia a primeira conferência no C. Fantoches da Euterpe. Num salão repleto, feita a apresentação pelo Prof. Trif, ouviu-se a palavra convincente do sr. Tchornitzki, cativando soberbamente a atenção dos presentes.

⁸² CYTRYNOWICZ, Roney. “História da comunidade judaica da Bahia”. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/comunidades.asp?id=5>> Acesso em: 24 de julho 2011.

⁸³ LARGMAN, Esther Regina. A comunidade judaica da Bahia. *Morasha*, Edição n. 36 - Março de 2002. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/conteudo/ed36/com_bahia.htm> Acesso em: 24 de julho 2011.

No dia 25 realizou-se a segunda conferência, tendo sido projetados os filmes trazidos pelo “sheliach”. Sexta-feira, um bem organizado “Oneg-Shabat” deu seqüência ao programa previamente elaborado.

O sr. Tchornitzki foi saudado por: sra. Miriam Chindler, presidente da Wizo, Sr. Saul Zaverucha e Prof. Trif, que ressaltaram a personalidade do homenageado cujos trabalhos proficuos em beneficio do povo judeu tem merecido a gratidão deste. O ponto alto da curta visita do sr. Tchornitzki foi sem dúvida a despedida, sábado, na sede em construção da Sociedade Israelita. Num belo gesto, o sr. Tchornitzki ofereceu sua contribuição para o término da obra, sendo vivamente aplaudido.

Respondendo a tão elegante atitude, os presentes ofertaram 50.000 cruzeiros em nome do sr. Tchornitzki. A sra. Miriam Chindler ofereceu ao ilustre delegado uma lembrança, em nome das organizações sionistas.

Agradecendo a todas as gentilezas de que foi cumulado, o sr. Tchornitzki saudou o “yishuv”, tendo discursado cerca de duas horas.

Foi inegavelmente uma noite de gala que perdurará eternamente na memória dos que tiveram a feliz oportunidade de assistir. Não obstante o exíguo espaço de tempo, o delegado do Keren Haissod falou para a colônia sefaradi e para a juventude.⁸⁴

No final de abril de 1947 ocorreu no Rio de Janeiro um grande encontro promovido pela Organização Sionista Unificada do Brasil, que reuniu representantes sionistas de diferentes estados. Do nordeste brasileiro compareceram representantes de Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.⁸⁵ Igualmente, no primeiro Congresso da WIZO do Brasil, realizado em São Paulo, em dezembro do mesmo ano, estiveram presentes representantes de Aracajú, Recife e Salvador.⁸⁶

3. 4. O sionismo nos anos 1930 e o Estado Novo (1937-1945)

O tema “judeus no Estado Novo” é um capítulo à parte na história do judaísmo no Brasil e muitos são os trabalhos que, seguindo diferentes perspectivas, têm abordado esse assunto, contribuindo assim para escrever a história dos judeus durante esse período. Não é nosso propósito analisar especificamente a relação entre judeus e a ditadura varguista, no que tange a imigração e ao antissemitismo, mas sim abordar o movimento sionista no Brasil desde o início da década de 1930 até o final do período Estado-novista.

Para isso, a perspectiva aqui proposta se filia a uma corrente historiográfica, a qual considera que as entidades judaicas durante o Estado Novo funcionaram de forma corriqueira,

⁸⁴ Cf. ZAVERUCHA, Saul. Tchornitzki na Bahia. In: *Aonde Vamos?* n. 290, Rio de Janeiro, 02 dez. de 1948, p. 15; 22.

⁸⁵ A revista *Aonde Vamos?* cita como representantes do nordeste brasileiro os seguintes nomes: Aracajú (Guitel Keifman e Dra. Dora Kaufman), Maceió (Marcos Chut), Maranhão (Isaac Gandelman) e Recife (Kalman Burstein, Clara Schwartz e Guerscher Dicker). Cf. Os delegados transformaram o “Kinus” no dinamismo que impulsionará o movimento sionista no Brasil. *Aonde Vamos?* n. 208, Rio de Janeiro, 8 de maio de 1947, p. 4-7; p. 25.

⁸⁶ Cf. I Congresso da WIZO do Brasil em São Paulo. *Aonde Vamos?* n. 242, Rio de Janeiro, 1º jan. de 1948, p. 25; Resoluções do Primeiro Congresso da WIZO do Brasil realizado em São Paulo em dezembro de 1947. *Aonde Vamos?* n. 243, Rio de Janeiro, 8 jan. de 1948, p. 3.

adaptando-se às restrições nacionalistas do governo de Getúlio Vargas e, muitas vezes, engendrando estratégias sofisticadas para enfrentar a lei e a ideologia. Tal perspectiva propõe uma leitura muito distinta daquela que – analisando exclusivamente a lei, a ideologia e o preconceito do regime Vargas – considera que havia um clima de medo e perseguição generalizado entre os imigrantes judeus residentes no país (CYTRYNOWICZ, 2002).

Dito isso, cabe referir que o historiador Roney Cytrynowicz, pesquisando em fontes primárias de instituições judaicas de São Paulo e Rio de Janeiro, mostrou como as entidades judaicas funcionaram de forma corriqueira durante o Estado Novo. Em seu estudo ele chama a atenção para o caráter unidimensional das análises tradicionais que ao abordarem o período 1937-1945, enfatizam o antissemitismo, colocando o preconceito e a perseguição como marca dominante da vida dos imigrantes. Para o autor, o período compreendido pelo Estado Novo foi decisivo para implementação de uma comunidade etnicamente ativa e para a sedimentação de uma identidade judaico-brasileira (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 393-394).

Ao estendermos a perspectiva de estudo de Roney Cytrynowicz para outros estados brasileiros, igualmente, é possível referir que nesse período as comunidades judaicas espalhadas pelo Brasil viveram uma intensa vida institucional, social, cultural e econômica, a qual permitiu um *boom* de atividades comunitárias e o surgimento de inúmeras organizações sionistas e comunistas, após o final da ditadura varguista, em 1945. No que tange às atividades sionistas, tais práticas, exercidas por judeus de diferentes origens, são demonstradas ao longo deste trabalho.

Segundo o historiador Nachman Falbel, na década de 1930 existiam no Brasil vários partidos sionistas, que vão desde o Poalei Zion até grupos Revisionistas, estes, conforme Falbel, muito ativos em assuntos comunitários. Em relação ao ativismo sionista e comunitário o historiador menciona que “uma das primeiras manifestações de massa do sionismo no Brasil, com cerca de 2000 pessoas foi realizada no Rio de Janeiro, em 1929, após os ataques árabes aos judeus da Palestina. O intuito da manifestação era pedir a interferência do governo brasileiro, junto à Inglaterra para que esta tomasse uma posição ativa frente aos distúrbios que estavam ocorrendo na região” (FALBEL, 1980, p. 17). Assim, contando com a existência de diferentes agrupamentos sionistas a década de 1930 se caracterizou pelo fluxo de imigrantes judeus que continuaram desembarcando no Brasil, demanda aumentada com a ascensão do regime nazista na Alemanha, em 1933. Em consequência desse regime totalitário desembarcaram no Brasil imigrantes alemães de origem judaica, oriundos de cidades cosmopolitas como Berlim e Munique, entre outras, bem como judeus perseguidos em outros países europeus, entre os quais muitos militantes de grupos sionistas do velho continente.

Conforme relatos desses imigrantes, no Brasil inicialmente eles atuaram, organizando grupos de estudos e/ou arrecadando recursos para os fundos sionistas.

Em novembro de 1937 foi instaurado o Estado Novo, regime ditatorial de cunho nacionalista e xenofóbico que, em linhas gerais, se caracterizou pela centralização do poder, pelo controle dos sindicatos e das massas trabalhadoras, pela censura e uso de propaganda política panfletária, pela modernização da economia e pela repressão política. No ano seguinte, o movimento sionista foi proibido de exercer suas atividades no Brasil, pois “em 4 de agosto de 1938 o governo brasileiro mandou dissolver todos os centros sionistas no Brasil” (CHIAVENATO, 1998, p. 259), proibição esta bastante divulgada na imprensa nacional. Em Porto Alegre o jornal *Diário de Notícias* de seis de agosto daquele ano, informava: “vão ser dissolvidos os Centros Sionistas do Brasil”, referindo que “o Ministério da Justiça pregou o parecer mandando dissolver os Centros Sionistas do Brasil, os quais têm prioridade externa para criação do lar dos israelitas na Palestina e contrariam as leis vigentes”.⁸⁷

Samuel Malamud, líder sionista naquele período, refere que apesar de posto na ilegalidade “o movimento sionista no Brasil e seus dirigentes continuaram a reunir-se para trocar ideias e manter o trabalho de divulgação e arregimentação. Não se pode dizer que as reuniões se realizaram com absoluto desconhecimento das autoridades policiais. Os encontros eram tolerados” (MALAMUD, 1983, p. 36-37). Sobre essa questão em especial, Roney Cytrynowicz refere que:

As entidades judaicas sofreram as mesmas restrições formais que outras entidades consideradas estrangeiras, que foram forçadas a “nacionalizar” seu nome e eleger uma diretoria de “brasileiros natos”, entre as quais entidades ligadas à imigração italiana, alemã, síria, libanesa, japonesa, judaica e outros grupos. Embora a lei sobre o que significa “nacionalizar” não fosse muito clara, sua direção ideológica era xenófoba e tinha como ideário a criação de uma nacionalidade que pudesse ser considerada autenticamente brasileira (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 408).

Assim, mesmo com a proibição da ditadura varguista, são encontrados registros de atividades públicas declaradamente sionistas em periódicos como a revista *Aonde Vamos?*, onde aparecem notícias de eventos, reuniões e demais atividades intituladas como “culturais”. Igualmente, as fontes orais apresentam depoimentos e informações sobre as atividades de entidades judaicas e sionistas durante esse período. Sobre isso, o segundo número da revista *Aonde Vamos?*, de março de 1943, convidava os *judeus brasileiros* para “uma noite cultural em homenagem ao 20º aniversário da morte de Max Nordau [líder sionista europeu]”, a ser

⁸⁷ Vão ser dissolvidos os Centros Sionistas do Brasil. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 6 ago. de 1938. Seção Nacional.

realizada na Biblioteca Israelita Bialik, no Rio de Janeiro. O número seguinte apresentava um texto sobre a trajetória do líder sionista Max Nordau.⁸⁸ E, em seu sétimo número, a revista fez um relato sobre a “sessão cultural” realizada na Biblioteca Israelita Bialik em homenagem ao “vigésimo aniversário da morte de Max Nordau”, sendo Davi José Pérez o principal orador da sessão, descrita pelo periódico da seguinte forma:

O vigésimo aniversário da morte de Max Nordau foi assinalado por uma sessão cultural realizada sábado na sede da Biblioteca Israelita “H.N. Bialik”. Abrindo os trabalhos o presidente da Biblioteca, Sr. Zevi Lerner, deu a palavra ao Sr. L. Schmelzinger, ex-professor do Ginásio Hebreu Brasileiro, que leu um discurso proferido por Max Nordau no oitavo Congresso Sionista em Haag.

Em seguida usou a palavra o Dr. David Perez, nome dos mais eminentes nos círculos intelectuais, que comentou a vida e a obra do grande escritor, que depois de Augusto Comte e Herbert Spencer tomou conta da mocidade do mundo moderno.

O traço característico de Max Nordau – disse o orador – foi a sua coragem incomparável em proclamar a verdade, pois mais áspera que fosse, e embora essa atitude lhe criasse, em certas rodas, um ambiente odioso, ele estava de posse da atenção do mundo civilizado. Odiavam-no, temiam-no e respeitavam-no pela força da sua palavra e pela lógica férrea de seus argumentos. A sua educação era judaico-ortodoxa, por ter sido seu progenitor rabino e homem de cultura universal.

Referiu-se o Dr. Perez ao fato de ter sido Nordau o primeiro a introduzir na crítica da literatura e da arte em geral o critério físico-psicológico, ou clínico, inovação que lhe granjeou muita fama e muita inimizade ao mesmo tempo. O ilustre professor dissertou, demoradamente, sobre todos os detalhes da vida e da obra daquele pensador francês, arrebatando a assistência pela sua eloquência.

Ao fim, o Dr. Perez apresentou, com modéstia, de que é dotado, uma carta a ele dirigida por Max Nordau, quando redator da revista “A Coluna”. Essa carta, que é, de certo modo, uma profissão de fé judaica, comoveu a assistência, que voltou seus olhos ao passado, num preito de saudosa homenagem aquele vulto notável de médico e sociólogo.⁸⁹

A citação apresentada acima contribui para evidenciar que durante o Estado Novo o sionismo, através de diferentes estratégias, não deixou de se movimentar e propagar suas ideias, o que ocorria por meio de festas religiosas e eventos culturais, entre outras atividades sociais. A prática e a atuação sionista também pode ser verificada através das seguintes notas sociais: “A páscoa Israelita na Biblioteca Bialik” e “Ginásio Hebreu Brasileiro”, neste a “reunião foi aberta com o Hino Nacional [brasileiro] e encerrada ao som da Hatikva”.⁹⁰

⁸⁸ O segundo número da revista aborda a palestra sobre a vida e a obra de Stefan Zweig e faz um resumo sobre o “maravilhoso discurso” proferido pelo rabino Henrique Lemle, “ilustre orador”, por fim, menciona que no mês de abril a Biblioteca Israelita Bialik realizaria “uma noite cultural em homenagem ao 20º aniversário da morte de Max Nordau [líder sionista]”. À memória de Stefan Zweig. *Aonde Vamos?*, n. 2, Rio de Janeiro, 18 mar. de 1943, p. 11; Max Nordau. *Aonde Vamos?*, n. 3, Rio de Janeiro, 25 mar. de 1943, p. 5.

⁸⁹ “Respeitado pela força da palavra e da lógica” a vida de Max Nordau através da brilhante conferência do Dr. David Perez. *Aonde Vamos?*, n. 7, Rio de Janeiro, 22 abril de 1943, p. 17.

⁹⁰ *Aonde Vamos?*, n. 08, Rio de Janeiro, 29 abril de 1943, p. 17; também evidenciam essa estratégia as seguintes notícias: “A Liga Cultural Israelita e um grupo de intelectuais organizou diversas homenagens à memória dos grandes vultos que são Theodor Herzl, N. H. Bialik e Zev Jabotinski”. Notícias do Rio Grande [De Isidoro Frantzusky, correspondente de *Aonde Vamos?*]. *Aonde Vamos?*, n. 28, Rio de Janeiro, 16 set. 1943, p. 22; “Autobiografia Theodor Herzl”. *Aonde Vamos?*, n. 29, Rio de Janeiro, 23 set. 1943, p. 6; 22; RUSSEL, Bertrand.

Em 2 de julho de 1944, foi fundado em Porto Alegre por judeus revisionistas o Círculo Cultural Iavné, entidade bastante atuante no que tange à política sionista. Simpatizando e mantendo vínculos com a Nova Organização Sionista o Iavné apresentava-se publicamente como entidade cultural e organizava com frequência programações, eventos e atividades variadas, principalmente relacionadas ao sionismo. No Estado gaúcho, devido sua ação política bem articulada o *Iavné* configurou-se como uma das principais referências para os demais grupos sionistas estrangeiros e do restante do país, com os quais a entidade mantinha contatos. Através da documentação é possível verificar que o Iavné e seus dirigentes, desejando representar o sionismo no Rio Grande do Sul, mantinham contatos freqüentes com diversas comunidades judaicas e suas respectivas instituições, dentro e fora do país. Formando, assim, uma imensa rede de contatos, relacionavam-se com grupos radicados em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, e também com grupos sionistas do Uruguai e da Argentina, ora indo até estas localidades, ora recebendo convidados provenientes destes locais.⁹¹

Sobre o surgimento e a atuação desta agremiação, Anita Brumer refere que “o primeiro movimento juvenil judaico foi criado em Porto Alegre em 1944, por iniciativa de um pequeno número de jovens, com o nome de Círculo Cultural Yavné”. Entre as atividades desta Entidade “destacaram-se a edição de um boletim, a organização de uma biblioteca (com livros trazidos principalmente de Buenos Aires), a montagem de peças de teatro e a realização das duas primeiras programações judaicas de rádio em Porto Alegre, em 1946, antes da criação da Hora Israelita” (BRUMER, 2004, p. 129).

Apesar do próprio grupo mencionar que era formado por “jovens”, o Iavné não pode ser equiparado a outros grupos juvenis como o Dror e o Betar, pois, seus *jovens* tinham idade entre 20 e 30 anos, ou seja, eram adultos, trabalhavam e muitos eram estudantes universitários, isto é, possuíam autonomia, sendo independentes de seus pais. Como exemplo, entre os “jovens” do Iavné é possível citar, dentre outros, os nomes de José Grimberg e Josef S. Halpern, Marcos Meyer, Mario Waiss, etc. Por sua vez, o Dror e o Betar, mesmo tendo

“O Sionismo e o mundo de post-guerra”. *Aonde Vamos?*, n. 32, Rio de Janeiro, 14 out. de 1943, p. 3; 16; 26; “Theodor Herzl, inaugurando o 1 Congresso Sionista, em 29 de agosto de 1897, pronunciou importante discurso, e cuja leitura é sempre de palpitante interesse. A pedra fundamental”. *Aonde Vamos?*, n. 35, Rio de Janeiro, 04 de nov. 1943, p. 7-8. Os exemplos citados evidenciam notícias relacionadas ao movimento sionista, freqüentemente publicadas durante o período Estado Novista.

⁹¹ Ver HATIKVA. Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, ns. 7-9, Agosto-Setembro de 1945; HATIKVA. Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, n. 10, Novembro-Dezembro de 1945 e Janeiro de 1946; HATIKVA. Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, n. 12, Abril-Junho de 1946. (AJH- ICJMC).

“companheiros” mais velhos, eram em sua grande maioria formados por adolescentes e jovens entre 12 e 21 anos.

O Iavné bimestralmente editava um boletim informativo denominado *Hatikva*, dirigido aos judeus brasileiros, o mesmo apresentava as atividades do Iavné à comunidade e também publicava reportagens, artigos, notas sociais, informações e notícias referentes ao judaísmo, mais especificamente, as relacionadas ao movimento sionista, tanto em nível local, quanto internacional. Em sua edição de agosto e setembro de 1945 o boletim noticiou a comemoração do *Rosh Hashaná* (Ano Novo judaico) e celebrou o primeiro aniversário do Iavné, enviando uma mensagem à juventude sionista do Brasil: “não desperdiçai as vossas forças! Lutai, não pelos partidos, mas pelo povo! Uni vossos esforços em torno do ideal único e comum! Batalhai pela coesão e unificação de Am Israel!”⁹² expressando assim a ideia de unidade. Sobre a circulação desse periódico, Josef Halpern, um dos fundadores do Iavné informa que a circulação do *Hatikva* durou aproximadamente três anos, tendo sido editados em torno de quinze números do boletim (HALPERN, 1999, p. 23).

Assim, mesmo com a proibição de 1938, sionistas e demais entidades comunitárias judaicas, por meio de um jogo de palavras definidas, por Roney Cytrynowicz (2002) como *estratégias semânticas* continuaram suas atividades sem maiores interferências por parte do Estado brasileiro. Para isso modificaram a nomenclatura das entidades e/ou seus estatutos, e investiram seus eventos, reuniões e demais encontros com uma aparência de atividade “cultural”, “religiosa” ou “movimento juvenil”.

Na década de 1930, desembarcou no Brasil o professor Baruch Bariach que, desde 1931, ano em que chegou ao Brasil, se configurou como um importante líder do sionismo brasileiro. De origem polonesa, em 1933, ele assumiu a direção da Escola Israelita Brasileira de Curitiba, permanecendo em sua direção por mais de uma década. A Escola judaica de Curitiba foi fundada pelo rabino sionista Isaías Raffalovich em 15 de fevereiro de 1927, sendo a mesma subsidiada pela JCA, que dispunha de verbas para investir no ensino judaico.⁹³ Nesse sentido, cabe referir que havia uma preocupação constante dos dirigentes do movimento sionista com a educação judaica, preocupação condizente com as cartilhas

⁹² Ver HATIKVA. Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, ns. 7-9, Agosto-Setembro de 1945. Capa.

⁹³ A Escola oferecia aulas de iídiche e hebraico. Em 1935, já com 109 crianças matriculadas, ampliou suas instalações - os primeiros dados sobre o número de alunos constam de um relatório da JCA de 1929. Com o crescimento da instituição, Salomão Guelmann doou à coletividade uma nova sede, inaugurada em 29 de junho de 1935, que, em homenagem ao doador, passou a se chamar *Escola Israelita Brasileira Salomão Guelmann*. Também nesse período a escola passou a contar com outra professora de hebraico, Olga Rubinstein. Em 1947, Bariach transferiu-se para Porto Alegre, mais informações sobre a atuação do casal Bariach no movimento sionista encontram-se em BARTEL, 2006, p. 65-72.

nacionalistas, pois o sistema educacional é um campo fértil para a educação cívica e para a *formação de almas* para os Estados nacionais, e a qual em território brasileiro esteve presente na agenda sionista pelo menos desde o início da década de 1920. No Brasil foram criadas escolas judaicas em diversas cidades, as quais se por um lado, serviam de instrumento para a difusão da cultura e do nacionalismo judaico, por outro, ajudaram a formar uma comunidade judaica que simultaneamente se integrava na vida social brasileira e preservava sua cultura através da criação de entidades judaicas de caráter comunitário.

Em 1947, Bariach atendendo a um pedido da Organização Sionista de Porto Alegre, transferiu-se para a capital gaúcha, a fim de dirigir o Instituto de Educação e Cultura (Colégio Israelita, criado em 1922), ensinar a língua hebraica à juventude e desenvolver atividades de caráter sionista na comunidade local. Em 1946, antes mesmo de Bariach residir em Porto Alegre, são verificados freqüentes contatos entre ele e os sionistas porto-alegrenses, seu nome aparece inúmeras vezes em periódicos comunitários, publicações sionistas e também em jornais locais.⁹⁴

Sobre sua atuação comunitária, Abrão Chamecki, um de seus alunos no Paraná recorda que “foi nas atividades sionistas que travei contato mais íntimo com o professor Bariach. Ele trabalhou conosco, tanto no Keren Kayemet como no Keren Hayessod, aos quais se entregou de corpo e alma. No período em que labutamos juntos, distinguiu-se sempre como um dos maiores ativistas, sincero e dedicado à causa que abraçou. Deixou o professor Bariach uma lacuna difícil de ser preenchida”.⁹⁵

No Rio Grande do Sul o trabalho do professor Bariach não se limitou ao espaço escolar, já no Paraná ele havia se caracterizado como um militante sionista bastante fervoroso e na capital gaúcha sua atuação não foi diferente, sendo constante sua participação em eventos promovidos pela Organização Sionista Unificada local. Bariach, igualmente, exerceu o cargo de Secretário Geral na organização do *Magbit*, (fundo comunitário) destinado a arrecadar recursos para a construção de Israel. O professor Bariach pode ser considerado como um importante líder sionista não somente devido sua militância e ativismo, mas também devido seu *capital cultural*, segundo definição de Pierre Bourdieu. Pois, ele ministrava aulas de escrita e conversação em hebraico, redigia e traduzia documentos em iídiche e hebraico, bem como servia de intérprete desses dois idiomas, conforme pode ser verificado nas atas das

⁹⁴ Cf. Organização Sionista Unificada. *Diário de Notícias*. Porto Alegre. 21 de julho de 1946. Seção Artes e Artistas, p. 13.

⁹⁵ SCHULMAN, Sara. As primeiras escolas judaicas do Paraná IV. In: *Visão Judaica*. Maio de 2007, Edições online disponível em: <<http://www.visaojudaica.com.br/>> Acesso em 4 de junho 2010.

reuniões da diretoria da Organização Juvenil Sionista Unificada de Curitiba, bem como através de outros documentos.⁹⁶

A Sra. Esther Bariach, esposa do Professor, igualmente, atuou nos meios sionistas de Curitiba e Porto Alegre.⁹⁷ Devido sua transferência para o Rio Grande do Sul, foram organizadas festividades, para que “os judeus-curitibanos pudessem se despedir do prestigiado casal Bariach”.⁹⁸ Já em Porto Alegre, no mês de setembro de 1948, seguindo a ideia do emissário estrangeiro socialista Schlomo Lipsky, ela, Berta Siminovich (esposa do advogado e dirigente local da Organização Sionista Unificada, Isaac Siminovich) e Zeldi Oliven, também esposa de um dirigente sionista, entre outras militantes, fundaram o grupo sionista feminino de esquerda Na’ Amat Pioneiras. No início dos anos 1950 Bariach fez *aliá*, emigrando para Israel, onde faleceu precocemente em 1955.

Entre os judeus que se constituíram como líderes do sionismo brasileiro, nos anos 1930 e 1940, cabe ainda destacar os nomes do rabino Henrique Lemle, de Aron Neumann, Léon Back, Salomão Guelmann, Maurício Seligman, Moysés Eizirik, Isaac Siminovich, Klaus Oliven, Miguel Weisfeld, Ida Weisfeld, Samuel Goldfeld, Abraão Milman, Josef Halpern e Josef Neumann.

De origem alemã o rabino liberal Henrique Lemle, emigrou da Alemanha devido o nazismo, em 1941, radicando-se no Rio de Janeiro. No livro biográfico intitulado *Henrique Lemle: o homem que gostava da gente* (1998), escrito pelo filho do rabino, consta que ele participava “ativamente das longas reuniões noturnas das organizações sionistas, do Congresso Mundial Judaico, do Keren Kayemet, do Keren Hayessod e outras tantas, Henrique aprendeu, depois de algum tempo, a falar o iídiche dialeto dos judeus da Europa Central” e Oriental, a fim de acompanhar as reuniões sionistas (LEMLE, 1998, p. 57).

Nascido na Romênia em 1882 e radicado na França Léon Back veio para o Brasil em 1908, como representante da JCA, sendo contratado para fundar a Escola da Instituição na

⁹⁶ Na ata de 25 de agosto de 1946 da Organização Juvenil Sionista de Curitiba “debateu-se a respeito do curso de hebraico” ficando decidido que seria convidado o professor Baruch Bariach para ministrar aulas de conversação. Atas das Reuniões da diretoria da Unificada, ata de 25 de agosto de 1946, ORGANIZAÇÃO JUVENIL SIONISTA UNIFICADA – Curitiba, Fundos Institucionais (FI) - AHJB.

⁹⁷ Também o filho do casal Bariach, Efraim Bariach ajudou a criar o Dror em Curitiba, entidade na qual ele atuou como dirigente e um dos seus principais representantes.

⁹⁸ Cf. Despedida a Madame. Bariach em Curitiba. *Aonde Vamos?*, n. 199, Rio de Janeiro, 6 mar. de 1947. Outra nota publicada na revista *Aonde Vamos?*, em agosto de 1946, revela o prestígio do casal Bariach, ao apresentar o seguinte texto: “No dia 24 do corrente foram comemoradas festivamente no salão da Escola Israelita Brasileira de Curitiba, as Bodas de Prata do casal Sr. Baruch e Sra. Éster Bariach. AONDE VAMOS? aproveita esta oportunidade para enviar aos distintos aniversariantes que são figuras representativas na vida social e cultural de Curitiba, sinceros parabéns”. Em outra nota é possível verificar sua atuação no meio sionista: “O comitê do Keren Kaiemet de Curitiba, congratula-se com o seu Secretário Geral, Prof. Baruch Bariach e Sra. pela comemoração de suas bodas de prata, augurando-lhes felicidades e êxito em seus empreendimentos (...)”. Cf. *Aonde Vamos?*, n. 175, Rio de Janeiro, 29 Ago. de 1946.

Colônia de Philippon/RS. Antes de emigrar permaneceu por alguns meses em Lisboa para aprender o idioma português. Transferiu-se de Philippon para Porto Alegre, onde participava constantemente de reuniões e eventos promovidos pela Organização Sionista local. Iniciado na maçonaria no continente Europeu Léon Back possuía relações de amizade e mantinha contato íntimo com políticos sul-rio-grandenses. Em parte tais contatos com políticos gaúchos, como o governador Walter Jobim, se explicam devido Back ter sido dirigente da ICA no Brasil e pelo seu prestígio social de catedrático. Até sua morte, em 1967, foi bastante prestigiado entre seus pares, sendo um dos porta-vozes da comunidade local, sobre a qual nos anos 1950 escreveu dois artigos para a Enciclopédia Rio-Grandense, são eles: *Comunidades judaicas* (1957) e *Imigração Judaica* (1958).⁹⁹

Por sua vez, Aron Neumann, iniciou como colaborador da Revista *Aonde Vamos?*, em 1943, passando após um breve período a ser seu principal editor.¹⁰⁰ O periódico, editado semanalmente, sem interrupção, no Rio de Janeiro, desde sua criação em 1943 até o final dos anos 1970, abordava aspectos referentes ao judaísmo e ao sionismo brasileiro e mundial e contava com correspondentes em diversos estados brasileiros e até mesmo fora do país, configurando-se como um importante canal de contato entre os dirigentes sionistas e as comunidades judaicas espalhadas pelo Brasil. A revista foi desde o seu início um periódico sionista, conforme pode ser verificado em suas primeiras edições, as quais apresentavam notícias sobre os judeus brasileiros, bem como a publicação de notas de entidades judaicas. Entre estas, já em seu primeiro número, encontra-se um convite da Biblioteca Israelita H.N. Bialik para uma palestra sobre a vida e a obra de Stefan Zweig, na qual falaria ao público o rabino Henrique Lemle e Eduardo Horowitz, vice-presidente da Sociedade Beneficente Israelita do Rio de Janeiro.¹⁰¹

Em março de 1944, Aron Neumann, fervoroso sionista, e sempre envolvido em questões/discussões comunitárias, entrevistou Viriato Vargas, irmão do Presidente Getúlio Vargas e bastante influente no meio político brasileiro, da qual reproduzimos um trecho abaixo, publicado na revista *Aonde Vamos?*:

⁹⁹ Organizada por Klaus Becker a Enciclopédia tinha como propósito contar a história do Rio Grande do Sul através dos grupos imigrantes que se radicaram no Estado Cf. Comunidades judaicas. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. (vol. 4 O Rio Grande Atual), Canoas: Editora Regional, p. 320-333, 1957; Imigração Judaica. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. (vol. 5, Imigração), Canoas: Editora Regional, p. 269-279, 1958.

¹⁰⁰ “*Aonde Vamos?* conta a partir desta data com a colaboração preciosa do sr. Aron Neuman, nome de destaque na sociedade brasileira e que se tornou admirado no seio da coletividade israelita, que vê nele um de seus elementos mais dedicados e sempre pronto a propugnar pelas boas causas”. “Novo colaborador de *Aonde Vamos?* Revista semanal *Aonde Vamos?*, n. 24, Rio de Janeiro, 19 ago. de 1943, p. 4.

¹⁰¹ Cf. *Aonde Vamos?*, n. 1, Rio de Janeiro, 11 mar. de 1943, p. 18-19.

Neumann: Coronel não represento ninguém, venho como um simples judeu estrangeiro, conversar, se me der a liberdade, entrevista-lo se mo permitisse.

Viriato: Sente-se aqui perto de mim, terei muito prazer. É sionista? Pois bem, alegro-me, simpatizo com os sionistas. O sionismo é uma aspiração justa, nobre, daquela parte dos judeus que querem ter seu próprio Estado na Palestina, sua pátria, sua e demais ninguém; e por outra parte possibilitara aos cidadãos de religião judaica que são bons patriotas de suas terras de origem ou adoção, de auxiliarem seus correligionários sem pátria, de terem o seu lar nacional, e isto é importante, não deixará dúvidas quanto a integração dos judeus nas suas pátrias.

Sim, meu amigo, gosto do judeu nacionalista, enquanto desconfio do internacionalista, e gosto do judeu brasileiro, que é meu concidadão, há muitíssimo entre eles dos melhores. Não vejo nenhuma contradição nisto. E considero os judeus entre os mais leais cidadãos que possam haver.¹⁰²

Obviamente, não podemos considerar cegamente aquilo que expressavam muitos membros que ocuparam cargos de governo durante o Estado Novo, pois muitos simpatizantes da ditadura varguista, posteriormente ao sabor dos ventos, apresentaram-se ao término desse período como fervorosos defensores da democracia. Pelo visto, tal comportamento parece ser típico em momentos posteriores a períodos ditatoriais e autoritários, como exemplo disso temos atualmente como grandes defensores da democracia, entre outros, o Deputado Federal Paulo Maluf e o ex-presidente e atualmente Senador da República pelo PMDB, José Sarney, apadrinhado político do regime militar (1964-1985) e, assim, como Maluf ex-integrante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

A entrevista de Viriato Vargas acabou por ser um divisor de águas para o movimento sionista, pois a declaração de Viriato Vargas concedida a Neumann no final do Estado Novo, além de mostrar claramente o apoio ao sionismo, em especial abriria as portas para que novamente emissários estrangeiros visitassem o Brasil a fim de propagar o nacionalismo judaico, pois a presença de emissários no país arrefeceu devido à Segunda Guerra e o Estado Novo, que dificultava a entrada de estrangeiros no país. Conforme visto, apesar da proibição, não chegou a existir indisposição entre a ditadura varguista e o movimento sionista, tal qual ocorreu frente a movimentos de esquerda, como o comunismo, fossem estes judaicos ou não, o que é verificado quando Viriato Vargas manifesta seu gosto pelo “judeu nacionalista” e sua desconfiança “do internacionalista”.

A relação amistosa e a aproximação entre as lideranças do sionismo brasileiro e o governo de Vargas ocorreram durante a vigência do Estado Novo e se estreitaram com a

¹⁰² NEUMANN, Aron. Sim, há no Brasil homens iminentes ao nosso lado! Uma entrevista com o Coronel Viriato Vargas. *Aonde Vamos?*, n. 55, Rio de Janeiro, 23 de março de 1944, p. 3, 4; 22. Outras declarações de Viriato Vargas seriam ainda publicada na edição de 30 de março. Cf. VARGAS, Viriato. A bondade dos brasileiros transforma o Brasil em paraíso das Vítimas de Hitler. *Aonde Vamos?*, n. 56, Rio de Janeiro, 30 mar. de 1944, p. 4-5.

entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Em 1942, uma comissão de dirigentes sionistas, representando e falando em nome dos “israelitas do Brasil” visitou o Presidente Getúlio Vargas. Na revista *Aonde Vamos?* são publicados os “Principais pontos da resposta do Presidente brasileiro à delegação israelita, a qual lhe entregou uma mensagem de solidariedade em 22 de dezembro de 1942”:

Agradeço aos israelitas do Brasil as constantes provas de solidariedade para com o Governo, expressada mais uma vez com esta demonstração que não [pôde] ser realizada antes, recebo agora com especial satisfação, sendo as homenagens que me prestais hoje, mais atuais e significativas.

No Brasil funde-se uma raça nova para a qual contribuem e colaboram elementos os mais diversos e entre eles os israelitas, que são um elemento digno e valioso na formação do povo brasileiro.

O Brasil é um país aberto a todas as raças e religiões. No Brasil nunca houve nem haverá discriminações e preconceitos raciais. Acompanhamos com tristeza e indignação a perseguição nazista aos israelitas na Europa, o que nos faz lembrar as perseguições aos cristãos nos tempos bárbaros. O Brasil protesta contra estas perseguições.

Agradeço-vos a homenagem que me prestais, e vejo nos israelitas dignos colaboradores no esforço construtivo do Brasil.¹⁰³

A comitiva judaica na Homenagem ao Presidente da República, Getúlio Vargas, foi liderada por Eduardo Horowitz, *Chefe da Delegação Israelita* e Samuel Malamud, *Orador Oficial*. A aproximação entre o movimento sionista, representando os judeus do Brasil e o governo brasileiro pode ser, igualmente, verificada através de correspondências. Em uma missiva datada de janeiro de 1943, enviada pelo dirigente sionista Eduardo Horowitz para o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, senhor Oswaldo Aranha, o líder sionista agradecia a presença de representantes do governo brasileiro na festa promovida pela colônia israelita no Brasil, realizada na Capital Federal.¹⁰⁴

No que tange à pesquisa em história não se pode crer cegamente nas fontes de acordo com o que era proposto pela escola positivista, pois devemos considerar que Getúlio Vargas durante todo o período em que esteve no poder, e não apenas durante o Estado Novo, fez com bastante maestria um jogo ambíguo e pragmático no que se refere a sua atuação política. Uma das melhores análises para caracterizar a posição do governo Vargas junto aos grupos de imigrantes judeus durante o período Estado Novista, refere:

...o preconceito presente em esferas do governo, do Itamaraty, do corpo diplomático, da ação da polícia política, no Integralismo e em círculos intelectuais não se

¹⁰³ “O presidente Vargas aos judeus do Brasil”. *Aonde Vamos?*, n. 36, Rio de Janeiro, 11 nov. de 1943, p. 5.

¹⁰⁴ Manuscrito. Série: Correspondência política (CP). Arquivo Oswaldo Aranha (OA), 12.01.1943. (1 folha. Microfilmagem: rolo 22 fot. 72). Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC), Rio de Janeiro/RJ.

transformou em ações concretas dentro do Brasil ou em violência aberta... [...] No caso da história contemporânea do Brasil, pode-se dizer que há pouca comunicação entre estas duas camadas de história, a dos judeus e a do anti-semitismo, por mais paradoxal que esta afirmação possa parecer. O historiador Jeffrey Lesser mostrou o mecanismo que permitiu ideologicamente ao Brasil restringir a entrada de novos imigrantes, ao mesmo tempo que não interferia na vida dos imigrantes que viviam no País. Ou seja, a “ameaça” estava referida aos imigrantes potenciais, não aos membros do grupo aqui residentes. No exterior, os judeus eram considerados semitas, portanto não-europeus e indesejáveis; uma vez no Brasil, eles eram brancos (não-negros), portanto aceitáveis no contraste com uma sociedade cujo ideal de branqueamento era central. Esta é a chave para compreender como uma política anti-semita contra os imigrantes pode justapor-se à inexistência de preconceito institucionalizado dentro do País (CYTRYNOWICZ, 2002, p. 397).

No entanto, se o movimento “era tolerado no Brasil”, por outro lado a entrada de emissários sionistas e demais estrangeiros, bem como viagens de judeus radicados no Brasil para outros países eram acompanhadas de perto pelos órgãos governamentais, pois havia grande desconfiança em relação aos *judeus vermelhos*, que foram vigiados pela ditadura varguista. Nesse contexto, até mesmo “o renomado Salomão Guelmann, que deu o nome a Escola Israelita de Curitiba, chegou a ser detido e interrogado durante o Estado Novo” (FELDMAN, 2001, p. 143).

Sobre Salomão Guelmann, importante líder sionista radicado no Paraná, cabe dizer que ele percorreu vários estados brasileiros em função de seus negócios comerciais, trabalhando, ao mesmo tempo, em favor da causa nacionalista judaica. Uma reportagem da revista *Aonde Vamos?* comemorativa aos 60 anos de Guelmann menciona que depois de 1936, quando ele retornou de uma viagem que fez “à Palestina, a energia até então latente despertou e Guelmann iniciou um trabalho febril, por tudo que era judeu e pelo sionismo, pondo-se voluntariamente a disposição do Keren Haïessod e visitando nosso país de norte a sul, nesse empreendimento”.¹⁰⁵

Em 1943, ou seja, ainda durante o Estado Novo, a mesma revista descreveu uma das viagens de Guelmann da seguinte forma:

Em visita ao Rio de Janeiro o “industrial e filantropo” Sr. Salomão Guelman esteve na redação da Revista *Aonde Vamos?* onde falou sobre os judeus do Paraná, ao referir-se a escola “Salomão Guelman” disse que a escola “conta atualmente com cerca de 80 alunos, que ali recebem instrução primária e secundária. Ela continua sob a direção do prof. B. Bariach, que há um ano editou, com sua vasta cultura, um livro didático israelita e a história da literatura para as escolas.”¹⁰⁶

¹⁰⁵ Salomão Guelmann - 60 anos. *Aonde Vamos?*, n. 110, Rio de Janeiro, 3 maio de 1945, p. 11.

¹⁰⁶ Industrial e filantropo, o Sr. Salomão Guelmann visita a redação de “*Aonde Vamos?*”. *Aonde Vamos?*, n. 10, Rio de Janeiro, 13 maio de 1943, p. 13.

Além dos dirigentes mencionados aqui, é necessário citar os nomes de Maurício Seligman, Klaus Oliven, Isaac Siminovich, Moysés Eizirik, Miguel Weisfeld, Ida Weisfeld, Samuel Goldfeld, Abraão Milman e Josef Neumann, os quais a partir do final da década de 1930 e meados dos anos 1940 se configuraram como militantes e líderes sionistas e comunitários no Estado gaúcho. Entre os anos 1940 e 1950, a maioria deles ocupou cargos na direção da Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul.

Em julho de 1945 o sionismo foi também reorganizado em Minas Gerais, sendo formada em Belo Horizonte uma comissão composta pelos seguintes membros: Alberto Avritzer, presidente; Moisés Kraiser, vice-presidente; Jaime Kendler, 1º secretário; Jacob Grinberg, 2º secretário, Salomão Sternik, 1º tesoureiro, Samuel Kalichman, 2º tesoureiro, Isaac Cohen, prof. Abraam Chassim e José Margalith, Comissão cultural e propaganda. No entanto, passados pouco mais de dois anos de reorganização do movimento na capital mineira, o presidente do Centro Sionista, Moisés Kraiser, em fevereiro de 1948, reclamava da falta de apoio e da “passividade” dos judeus mineiros em relação ao sionismo. A pedido do Centro Sionista, a manifestação de seu presidente foi relatada pela revista *Aonde Vamos?*, a qual entre outros aspectos mencionava o seguinte:

É claro que todos continuam fiéis ouvintes do repórter Esso. Acompanham com carinho as últimas notícias da luta por uma pátria. Mas não passam daí. São capazes até de se comover com a destruição de um “kibutz”, que um telegrama apressado espalhou por leitores crédulos. O entusiasmo pelos guerreiros da libertação pára, no entanto, aí mesmo. Ninguém melhor para tornar público esta situação incompreensível que o Sr. Moisés Kraiser, presidente do Centro Sionista local.¹⁰⁷

No mesmo período em que ressurgiu o Centro Sionista mineiro foi também reorganizada Organização Sionista de São Paulo, presidida por Marcos Frankenthal. A mesma contava com a participação de líderes comunitários e prestigiados judeus como o Rabino Fritz Pinkuss, Horácio Lafer, Moysés Kauffmann, Jacob Klabin Lafer, Rafael Markman, entre outros.¹⁰⁸

Entre os dirigentes sionistas de São Paulo, cabe ainda destacar os nomes de Horácio Lafer e Marcos Frankenthal. O primeiro possuía prestígio dentro e fora do agrupamento judaico brasileiro, pois já havia tido uma inserção na política nacional brasileira ao exercer o cargo de Deputado Federal. Por sua vez, Marcos Frankenthal, nasceu em Jerusalém, deixou

¹⁰⁷ TARNOPOLSKY, Rafael. Torpor e pasmaceira em Belo Horizonte. In: *Aonde Vamos?*, n. 251, Rio de Janeiro, 4 mar. de 1948, p. 5.

¹⁰⁸ Sobre o ressurgimento do sionismo em Belo Horizonte e São Paulo ver *Aonde Vamos?*, n. 122, Rio de Janeiro, 26 jul. de 1945, p. 11; *Aonde Vamos?*, n. 127, Rio de Janeiro, 06 set. de 1945, p. 30.

sua terra natal aos 14 anos, e antes de se fixar no Brasil conheceu vários países, especialmente a Inglaterra. Radicou-se inicialmente no Rio Grande do Sul, onde foi contratado como professor de português e hebraico pela escola judaica local. Em São Paulo dedicou-se ao jornalismo e fundou o jornal *Mosaico Paulista*. Montou uma tipografia, dedicando-se a esse ofício, por cerca de 50 anos. Foi líder de grande prestígio da comunidade israelita paulistana, ocupando importantes cargos de direção na coletividade: presidente da Organização Sionista Unificada do Estado de São Paulo, presidente do *Magbit*, entre outras entidades, foi, igualmente, convidado para exercer a função de Cônsul de Israel em São Paulo, cargo que recusou. Considerado por seus pares como um intelectual e orador brilhante, Marcos Frankenthal possuía uma vasta biblioteca, composta de livros que versavam sobre assuntos gerais e, em especial, temas judaicos e sionistas.¹⁰⁹

Desse modo, em 1945, “após uma série de preparativos o setor São Paulo da Organização Sionista do Brasil, promoveu no dia 31 de julho o solene reinício das suas atividades em conjunto, com a comemoração do falecimento de Theodor Herzl”. O ato público realizado “num dos maiores salões da Paulicéia (sala Azul do Cine Odeon) que se encheu literalmente dos mais destacados elementos da coletividade judaica, impressionando ainda, a sua especial ornamentação”, assim, “ao som do hino nacional” brasileiro,

abriu-se lentamente o pano, aparecendo no centro um grandioso e expressivo retrato de Theodor Herzl, líder inesquecível do povo judaico, em seguida, ao som da canção hebraica ‘seu tsiona noss cadegel’ desfilaram garbosamente os atletas do Macabi, carregando as bandeiras Nacional e Azul e Branca. O público prorrompeu em estrondosos aplausos, ao passarem pelo palco, onde se postou uma guarda de honra, com as bandeiras ladeando o enorme retrato. Neste momento entrou a Comissão da Organização Sionista do Brasil, sendo delirantemente ovacionada pelo público.

O sr. Marcos Frankenthal, presidente em exercício, abrindo a sessão salientou que, no mesmo dia o povo de São Paulo estava ovacionando seus expedicionários que voltavam dos campos da luta na Europa, e que a tais entusiásticas manifestações associavam-se com todo o calor de seus sentimentos, os judeus paulistanos. As gloriosas vitórias da FEB significavam para todos eles, a vitória da justiça sobre a força, e, desta forma expressou a sua convicção de que também será feita justiça ao povo de Israel, reconhecendo-lhe e possibilitando-lhe o direito de formar o seu lar na terra dos seus antepassados, berço da civilização humana. Salientou também que, a solidariedade fraternal, foi selada com sangue vertido nos campos da Itália consagrando uma aliança entre brasileiros e judeus, uma aliança para todo o sempre. Interrompido varias vezes, por frenéticos aplausos do público, finalizou dando a palavra ao Dr. Rafael Markman, que leu a proclamação oficial da Organização Sionista (Setor São Paulo).

A proclamação frisou de início a catástrofe do povo judeu, que sobrepuja todos os padecimentos por toda a Diáspora. Indicou como solução única a idéia Sionista, a de

¹⁰⁹ Horácio Lafer nasceu na cidade de São Paulo em 3 de maio de 1900 e faleceu em Paris no dia 29 de junho de 1965; já Marcos Frankenthal, nasceu em Jerusalém, em 1º de dezembro de 1892 e faleceu em São Paulo, em 21 de novembro de 1967. Ver mais sobre Horácio Lafer em verbete biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

tornar a Palestina um estado judaico. Tornando-se assim uma nação igual as outras.
 [...] Passa o presidente a palavra ao Rabino Dr. Pinkuss, que numa exposição muito feliz, acentuou a atual situação do judaísmo, cuja única solução é converter a Palestina num Estado Judaico.¹¹⁰

No ano seguinte, em 23 de dezembro de 1946, ocorreu, na sede da Organização Sionista Unificada de São Paulo uma reunião para criação de uma Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), sendo a comissão organizadora presidida pelo sionista Moysés Kauffmann. Nesta reuniram-se em Assembleia Geral os delegados das associações israelitas de São Paulo para deliberar sobre as seguintes questões: a) aprovação do ante-projeto dos estatutos; b) eleição de uma diretoria provisória e c) assuntos diversos.¹¹¹ Em 15 de maio de 1947 o Conselho Geral da então criada FISESP, reuniu-se para tratar da campanha de emergência com a finalidade de arrecadar recursos financeiros para os fundos *Keren Kaiemet* e *Keren Haiessod*. No intuito de melhor controlar a ocorrência de campanhas para obtenção de recursos financeiros foi organizada pelo Conselho uma junta executiva, incumbida de, em nome da FISESP, arrecadar nos próximos dois meses recursos para os dois fundos sionistas citados.¹¹²

Em relação FISESP e as disputas entre diferentes grupos judaicos decorrentes de sua criação cabe registrar que “a memória sobre a Federação Israelita do Estado de São Paulo não registrou as divergências relativas à sua criação. Aqueles que a testemunharam, ou a conheceram pelo relato dos mais velhos, referem-se a ela como fruto de um consenso comunitário sobre a necessidade de centralizar e racionalizar a assistência beneficente, as campanhas de arrecadação de fundos para as entidades já existentes, de coordenar as atividades relacionadas à recepção dos refugiados de guerra e dos novos imigrantes” (SUNDFELD, 1996, p. 37).

A FISESP, dirigida por judeus sionistas em seu início, passou a coordenar diversas atividades de caráter comunitário, em relação ao ensino:

¹¹⁰ Inaugurou-se solenemente o setor paulista da Organização Sionista. *Aonde Vamos?*, n. 127, Rio de Janeiro, 6 set. de 1945, p. 30.

¹¹¹ Cf. Ata da Assembléia Geral dos Representantes das Associações Israelitas de São Paulo, 23 de dezembro de 1946. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

¹¹² De modo geral, as atas do ano de 1947 do Conselho Geral FISESP abordam basicamente a organização interna da entidade.

Cf. Ata da Reunião extraordinária do Conselho Geral da Federação Israelita do Estado de São Paulo, 15 de maio de 1947. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

a Federação tomou uma iniciativa de extrema importância, a criação do Conselho de Representantes das Escolas, *Vaad Hachinuch*, cujo objetivo era imprimir uma orientação uniforme quanto aos métodos e programas nos diversos estabelecimentos escolares, dentro de um espírito sadio nacional-judaico. O conselho estava então dividido em dois setores, o Pedagógico e o Administrativo, tendo participado ativamente do 1º Congresso territorial do Chinuch, realizado sob patrocínio da Organização Sionista Unificada, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1950.[...] Durante a gestão de Raphael Markman, de março de 1950 a abril de 1951, o trabalho da Federação orientou-se em duas direções, a do interior da comunidade e a da abertura desta para o conjunto da sociedade (SUNDFELD, 1996, p. 53).

O movimento sionista ao mesmo tempo em que se reorganizava em diversas capitais e cidades brasileiras permanecia politicamente próximo do governo brasileiro, mantendo simultaneamente uma posição acrítica, de distanciamento e de cooperação frente aos problemas e demandas políticas e sociais do país. O que de certa forma era bastante coerente com as proposições do movimento, para o qual a preocupação maior voltava-se para a criação de um Estado nacional em um território distante. Tal estratégia, de manter-se aliado ao governo brasileiro permitiu que o movimento manifestasse publicamente suas premissas em nome dos *judeus do Brasil*, antes, durante e depois do Estado Novo. Por sua vez, grupos judaicos de esquerda não-sionistas propunham, pelo menos teoricamente, uma atuação crítica e de contestação frente ao governo brasileiro, no que tange as demandas e questões sociais, políticas e econômicas do país. Dessa forma, o movimento sionista e as atividades comunitárias judaicas se desenvolveram de modo corriqueiro durante o Estado Novo, enquanto as atividades socialistas, comunistas e até mesmo sionistas-socialistas se depararam com restrições e dificuldades impostas pelo governo brasileiro.

No período do pós-guerra e ao final do Estado Novo com a redemocratização, o movimento sionista, em atividade desde a segunda década do século XX, retomou sua ação com mais intensidade em diversas regiões do Brasil, restabelecendo com maior força suas redes de contato, as quais possibilitaram um intercâmbio entre os judeus radicados nos estados brasileiros e destes com seus pares situados fora do país.

Feita esta abordagem sobre o antissemitismo e o sionismo no Brasil, durante os anos 1930-1945, resta-nos afirmar que, se por um lado é um exagero considerar Oswaldo Aranha como herói do povo judeu, por outro, também é exagerada a perspectiva que o classifica como antissemita. Afirmer que o antissemitismo não afetou o cotidiano da maioria das entidades e grupos judaicos, em hipótese alguma significa negar ou minimizar o antissemitismo no Brasil, mas sim referir que esse se restringiu basicamente a atuação de alguns grupos específicos e a segmentos do governo varguista durante um período determinado, bem situado historicamente. A abordagem do antissemitismo deve ser relativizada inclusive em relação a

outros grupos sociais e políticos, como o integralismo, por exemplo, neste o antissemitismo “em sua forma mais radical aparece somente na corrente do movimento liderada por Gustavo Barroso, que é seguido em suas análises por alguns autores integralistas, como Tenório D’Albuquerque, Oswaldo Gouveia e Anor Butler Maciel. Outras lideranças de grande expressividade na AIB, incluindo o líder máximo, Plínio Salgado e o jurista Miguel Reale, não demonstram aquiescência com o radicalismo da corrente barrosiana...” (CRUZ, 2009, p. 241).

A discriminação antissemita e o preconceito presente em esferas do governo, do Itamaraty, do corpo diplomático, da ação da polícia política dificultou a entrada de judeus no Brasil, por outro lado, o governo brasileiro perseguiu e extraditou comunistas, fossem eles judeus ou não, e viu com desconfiança grupos estrangeiros, principalmente aqueles ligados ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, sendo inserido nessa perspectiva o grupo de judeus-alemães, porém, isso não alterou significativamente o dia-a-dia ou o cotidiano das demais entidades e agrupamentos judaicos, os quais souberam se adaptar as exigências da lei e as suas contingências, o que em parte explica o grande *boom* de atividades comunitárias, a partir do ano de 1945.

Por fim, cabe ainda referir que abordar o tema do antissemitismo é uma tarefa bastante árdua por se tratar de um assunto complexo e sensível que envolve variáveis como racismo, discriminação, perseguição, massacres, holocausto, e assim por diante. Do ponto de vista historiográfico essa questão envolve diferentes correntes interpretativas, as quais maximizam e minimizam o assunto. Em nosso estudo nos filiamos à segunda, cientes de que identificar-se com determinada corrente historiográfica não nos imuniza de críticas e manifestações de contrariedade, porém, conforme dito aqui, afirmar isso não significa negar a existência de antissemitismo no Brasil, existem diversos registros de ocorrências antissemitas em diferentes localidades brasileiras, mas a questão que colocamos em nosso estudo é a seguinte: a sociedade brasileira é antissemita?

Assim, mesmo que haja discordâncias acerca de perspectivas historiográficas ou de autores e pesquisadores acerca deste assunto, a resposta sobre essa questão parece clara, isto é, não é possível caracterizar sociedade brasileira como antissemita. Desse modo, sabedores da complexidade que o assunto nos impõe e das diferentes variações interpretativas, seguimos no presente estudo um caminho que percebe com pontual e restrita as manifestações de antissemitismo no Brasil.

4. ATIVIDADES SIONISTAS NO BRASIL, REDES SOCIAIS E A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE JUDAICA BRASILEIRA.

Após a apresentação de importantes líderes e dirigentes do movimento sionista brasileiro desde a segunda década do século XX, o presente capítulo, utiliza parcialmente o método prosopográfico, ou das biografias coletivas, para analisar alguns traços comuns de uma amostragem do grupo aqui classificado como a elite do movimento sionista no Brasil, isto é, um conjunto formado por profissionais liberais e intelectuais judeus em sua maioria. A prosopografia enquanto método de análise enfoca características comuns de um grupo de indivíduos e as relações sociais entre estes, contribuindo para desvelar o sentido da ação política, bem como a identificar posições ideológicas, escritos, discursos e tomadas de posição pública.¹¹³

Para isso, a partir de uma pequena amostragem de setenta nomes de representantes sionistas distribuídos pelos estados do Amazonas, Minas Gerais, Paraná, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio Janeiro, onde, desde 1922, se localizava a sede da Federação Sionista do Brasil, nosso objetivo consiste em evidenciar a existência de um grupo articulado e reunido a partir de propósitos comuns, em torno do sionismo e do judaísmo, e o qual manteve um diálogo afinado, compartilhando por mais de uma geração objetivos, normas e procedimentos comuns, tecendo, dessa forma, uma consistente rede comunitária, através de um eficaz e permanente sistema de ação comum e de contatos entre seus membros.

O sionismo no Brasil, durante o período abordado, foi liderado majoritariamente por judeus imigrantes que se mantiveram a frente do movimento ocupando posições-chave e de domínio nesse campo político mesmo após o surgimento da primeira geração nascida no país. Era chefiado predominantemente por indivíduos do sexo masculino, por sua vez, as mulheres que participavam do movimento possuíam vínculos familiares, sendo que muitas delas eram esposas, filhas ou possuíam algum grau de parentesco com os dirigentes do sexo masculino. Tal análise também confirma o fato de que o sionismo era um movimento liderado majoritariamente por judeus asquenazim, embora a minoria sefaradim fosse bastante atuante.

¹¹³ Sobre o método prosopográfico ver entre outros, STONE, 1971; FERRARI, 2010.

Uma afirmação não tão evidente quanto às mencionadas acima, refere-se à ocupação profissional dos dirigentes. O grupo era formado em sua grande maioria por profissionais liberais como médicos, comerciantes, empresários, advogados, rabinos e professores. Em outras palavras, via de regra, ocupavam os cargos de chefia e liderança aqueles que detinham capital cultural, ou seja, prestígio, tanto dentro quanto fora dos agrupamentos judaicos espalhados pelo país, o que lhes possibilitava uma mobilidade social maior que os demais judeus. Além da trajetória e da militância no movimento, é possível supor que alguns líderes sionistas ocupavam cargos de chefia, sendo prestigiados e reconhecidos por seus pares comunitários pelo fato de possuírem projeção social, tanto dentro do agrupamento judaico, quanto na sociedade maior.

Além dessa mobilidade, o fato de muitos dirigentes serem profissionais liberais possibilitava aos mesmos, *autonomia*, *tempo* e até mesmo recursos financeiros próprios para se dedicarem a causa sionista. Conforme Pierre Bourdieu, na política o fator *tempo* é fundamental, pois o militante profissional é alguém que consagra o seu tempo àquilo que, para os outros é uma atividade secundária, “ele tem tempo; e tem o tempo a seu favor” (BOURDIEU, 2004, p. 205). Estes dirigentes conciliavam seu tempo e suas carreiras profissionais com a atuação nacionalista, e além dessa conciliação havia o cruzamento de interesses, como no caso dos professores, advogados e empresários, por exemplo. Professores ensinavam temas em consonância com a história do judaísmo sob o ângulo sionista, os advogados prestavam seus serviços às instituições comunitárias e os empresários faziam negócios, doações e financiavam entidades em conformidade com o discurso e os objetivos do nacionalismo judaico.

A citação abaixo, uma homenagem a Salomão Guelman (judeu radicado no Paraná e líder sionista) por seu auxílio às vítimas da Segunda Guerra Mundial, evidencia a mobilidade e a ação dos dirigentes sionistas presentes nas ações comunitárias e beneficentes:

O industrial paranaense, sr. Salomão Guelman, é um nome conhecido e admirado por suas obras de beneficência, as quais dedica grande parte de sua atividade construtiva. Agora mesmo, S. S. regressa do norte do país, onde organizou a campanha de socorro às vitimas da guerra, depois de ter realizado trabalho idêntico no sul. Aproveitando sua presença no Rio, o Comitê Central Pró-Vítimas da Guerra homenageou-o com um banquete, sábado, ao qual se associaram elementos dos mais destacados da coletividade israelita desta Capital. Neste, Salomão Guelman agradeceu o discurso proferido por Eduardo Horowitz, presidente do Comitê.¹¹⁴

¹¹⁴ Homenagem. *Aonde Vamos?*, n. 29, Rio de Janeiro, 23 set. de 1943, p. 13. Durante 1942 e 1945, período em que o Brasil esteve presente na Segunda Guerra Mundial, os dirigentes sionistas reuniram-se em torno do Comitê Central Pró-Vítimas da Guerra, no Rio de Janeiro.

As ideias proferidas e professadas pelas lideranças não eram ditas por jovens ou por simples militantes entusiasmados pela causa, mas sim por médicos, advogados, professores e/ou empresários, que ocupavam posições-chave no movimento e também na vida comunitária. Esse prestígio social pode ser observado através das palavras do repórter Fúlvio Bastos, do jornal *Diário de Notícias* de Porto Alegre, que em decorrência da Guerra árabe-israelense (1948-1949), entrevistou membros da coletividade israelita porto-alegrense, descrevendo uma de suas entrevistas da seguinte maneira:

A luz fluorescente deixava tudo com tons semi-azuis no “Bar Azul”, à avenida Osvaldo Aranha. E o proprietário, senhor Jaime Seligman, por detrás do balcão, ia atendendo a freguesia, com a sua imperturbável calma. Quando entramos, um menino apontava para uns doces de formato curioso, perguntando o que era. Calmamente o sr. Jaime Seligman respondeu: “são doces árabes, meu filho. E muito bons!”.

Por nós interpelado, esboçou um sorriso delicado, passou o pano no balcão, encostou-se na parede e fitou-nos com os seus olhos cinzentos e simpáticos. Achava que não deveria falar, pois *existiam outros, graúdos* [grifo meu], que poderiam dizer cousas interessantes. Insistimos, porém o proprietário do “Bar Azul”, que vende doces árabes disse:

- “A vitória da nossa causa depende da ONU. Não acredito que os judeus possam ganhar pela força, embora muitos patrícios não pensem assim. A diplomacia, apenas ela, poderá manter o Estado de Israel. Nada de violência. Somos poucos, um punhado, contra milhões. Parodiando Churchill direi: ‘nunca tantos lutaram contra tão poucos’...”¹¹⁵

Em suma, devido a sua formação/ocupação os líderes sionistas eram vistos pelos demais como representantes comunitários que sabiam o que estavam fazendo/dizendo. Vale aqui lembrar que “uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” de forma que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades” (HALL, 2002, p. 50-51).

Visto isso, cabe dizer que por parte dos dirigentes sionistas o uso de suas ocupações profissionais, prestígio social, bem como a ocupação de posições-chave em meio a seus pares, de líder comunitário, religioso e/ou sionista foi um recurso (não dito, mas visível) utilizado para integrar ao movimento os “demais judeus. Sobre isso, convém lembrar que segundo Pierre Bourdieu “o título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)” (BOURDIEU, 2000, p. 148). Em outras

¹¹⁵ BASTOS, Fúlvio da Silveira. “Nunca tão poucos lutaram contra tantos...” Os Israelitas de Porto Alegre Confiam Cegamente na Vitória de Israel Contra os Árabes. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 22 Maio, 1948. (Última pág. e continuação na p. 6) - Reportagem.

palavras pode-se dizer que o título, ou capital social, classifica e faz distinções, possibilita que seu detentor diga aos demais, ainda que não o faça de forma explícita: “você sabe com quem está falando”, além disso o capital social fornece chaves que habilitam seu detentor a adentrar em outros campos, principalmente o político.

Atividades sociais, atos públicos e políticos, realizados e organizados por esses dirigentes, envolviam e contavam com o apoio e a participação de convidados, judeus e não-judeus, prestigiados socialmente, como escritores, professores, políticos e intelectuais, sendo esta uma forma utilizada para dar visibilidade ao movimento. Atos sociais, reuniões, comícios e demais eventos eram muito noticiados, sendo promovidos com frequência pelo movimento, como o grande comício realizado no Pacaembu em São Paulo, em novembro de 1945.¹¹⁶ Na revista *Aonde Vamos?*, bem como em demais periódicos comunitários e da sociedade maior encontram-se publicadas muitas notícias informando sobre essas manifestações, as quais ocorreram de forma articulada em diferentes cidades brasileiras.¹¹⁷

Nesse sentido, pessoas ilustres como políticos e intelectuais, como por exemplo, Érico Veríssimo, Jorge Amado, Darcy Ribeiro, Sérgio Milliet e Caio Prado Júnior, entre outros, quando participavam das atividades promovidas pelas organizações sionistas, investiam de legitimidade, credibilidade e prestígio simultaneamente o movimento e suas lideranças. Cabe, porém, esclarecer que muitos convidados não-judeus que participavam das manifestações públicas, não faziam isso apenas por convicções pessoais, ideológicas ou humanitárias, mas também porque mantinham laços de amizade e/ou interesses políticos e/ou comerciais com as lideranças do movimento. Assim, a relação dos dirigentes sionistas com indivíduos ilustres, entre eles políticos e intelectuais, e a aproximação do sionismo junto aos órgãos governamentais revestiam de credibilidade e legitimidade ao movimento.¹¹⁸

Além da participação de indivíduos prestigiados socialmente, outra estratégia utilizada para formação do grupo judaico brasileiro e para difundir e integrar os judeus ao movimento foi o de organizar periódicos comunitários que emitiam opiniões sobre judaísmo e o sionismo no Brasil. Os eventos, atos públicos e a edição de periódicos judaicos de orientação sionista transmitiam a ideia de unidade cultural, a ideia de um grupo homogêneo, “nós os judeus”, “os judeus do Brasil”, mesmo que estes fossem bastante diferentes entre si.¹¹⁹ Os judeus, e em

¹¹⁶ Cf. O grande comício [da Organização Sionista] no Ginásio do Pacaembu. *Crônica Israelita*. n. 159, São Paulo, 29 nov. de 1945, p. 10 (AHJB).

¹¹⁷ Cf. O povo de São Paulo pede a criação do Lar Nacional Judaico na Palestina. *Aonde Vamos?*, n. 138, Rio de Janeiro, 22 nov. de 1945, p. 15; 19.

¹¹⁸ Mais sobre o assunto ver BARTEL, 2007.

¹¹⁹ Segundo Pierre Bourdieu, para o dirigente “poder se identificar com o grupo e dizer ‘eu sou o grupo’, ‘eu sou, logo o grupo é’, o mandatário deve de certa forma anular-se no grupo, doar-se ao grupo, clamar e proclamar: ‘Eu

especial, os líderes sionistas tinham consciência dessas diferenças sócio-culturais existentes entre os diversos agrupamentos judaicos, no entanto, entendiam que tais diferenças eram fruto de um processo histórico, uma distorção causada por séculos de exílio na diáspora – ainda que o fim da diáspora fosse professado mas não praticado por grande parte dos judeus. Dessa forma, e de acordo com o discurso sionista, os judeus, mesmo apresentando diferenças físicas e culturais, formavam um único povo com a mesma origem e o mesmo destino, sendo por isso necessário reuní-los novamente em um Estado judeu, sendo essa a premissa sionista por excelência.

Por fim, a escola judaica, bem como cursos e seminários visando difundir as diretrizes sionistas contribuíram também para produzir uma noção de unidade. Através dessas ações os dirigentes sionistas se faziam onipresentes em nome do judaísmo brasileiro, cabe lembrar que tais estratégias são comuns nas ideologias étnicas e nacionais, as quais são homogeneizantes. Assim, a partir do estabelecimento de contatos e da movimentação promovida em parte pelo movimento sionista e da interação entre os diferentes agrupamentos judaicos radicados no Brasil foi tecida uma rede social e uma comunidade judaica brasileira.

Não queremos com isso reduzir o assunto ou tornar simples um tema complexo, pois cabe lembrar que no judaísmo temos além das fronteiras lingüísticas (idischistas x hebraístas), fronteiras nacionais (poloneses, russos, alemães etc.), políticas (críticos ao sionismo x sionistas) e religiosas. De forma que as atividades desenvolvidas, programações, fatos históricos e personagens da comunidade são modos de construção de uma identidade, especialmente atribuindo a eventos históricos um grau de complexidade que vai além do evento histórico em si mesmo e o redimensiona com novos significados. Estes mostram não apenas a construção da identidade judaica em relação aos não judeus, mas especialmente marcando a existência de um grupo diferenciado internamente, isto é, a expressão de uma comunidade extremamente complexa e altamente diversificada (BAHIA, 2007, p. 3).

No Brasil a identidade judaica, de caráter étnico e religioso, mais étnico do que religioso, serviu como referência para guiar práticas sociais de judeus de diferentes origens, porém, talvez apenas o fato de ser judeu não seja suficiente para a formação de uma rede social, e muito menos para sua manutenção, ainda mais se levarmos em conta que “os contatos prévios entre os diversos grupos de imigrantes judeus que chegaram ao Brasil eram praticamente nulos, já que não havia Estado nacional e a religião judaica era praticada em

existir somente pelo grupo”. A usurpação do mandatário é necessariamente modesta, supõe a modéstia. Com certeza, é por isso que todos dirigentes partidários têm um ar de família. Existe uma espécie de má fé estrutural no mandatário, que para se apropriar da autoridade do grupo, deve se identificar com o grupo reduzir-se ao grupo que o autoriza” (BOURDIEU, 2004a, p. 194).

regime de autarquia das diversas sinagogas”. Visto isso, cabe também referir que guiados pela noção de “judeu”, enquanto categoria, tal encontro entre diferentes grupos judaicos nem sempre correspondia às expectativas dos respectivos grupos. As memórias dos primeiros imigrantes nas grandes cidades brasileiras “registram a estranheza com que os diversos grupos de judeus encaravam os indivíduos de mesma religião provenientes de outras regiões do Velho Mundo” (GRÜN, 1999, p. 363-365).

Dessa forma, a negociação entre a identidade judaica e brasileira foi permeada por conflitos e estranhamentos, sendo mediada por dirigentes – que se apresentavam como mediadores - comprometidos com os propósitos sionistas. Visto isso, cabe fazer a seguinte pergunta: a partir de quando e de que forma começou a ser tecida uma rede social entre os judeus no Brasil e quais os recursos utilizados para esta construção?

É corrente a afirmação de que os grupos, sejam eles étnicos ou não, são construções sociais. Sendo assim, é pertinente perguntar: quem constrói o grupo? Na obra *Etnicidade* (2003) o sociólogo inglês Steve Fenton refere que uma resposta simples a esta pergunta seria: “as próprias pessoas que pertencem ao grupo”. Segundo ele, “curiosamente, esta é frequentemente uma resposta enganadora, senão francamente errada”, pois há pelo menos outros três suspeitos. Para Fenton, além dos próprios membros do grupo, o mesmo pode ser construído pelos outros, isto é, os de fora do grupo, também “a formação de uma identidade de grupo pode ser não tanto obra de todos os membros do grupo, mas de uma elite no quadro do mesmo ou de um partido ou líderes organizacionais”, por fim, o grupo pode ser formado em consequência das ações do Estado (FENTON, 2003, p. 21). Sobre isso, como bem demonstrou Fredrik Barth, os grupos étnicos em um constante processo organizacional são construídos através da interação social entre os de dentro e os de fora do grupo (BARTH, 1998).

Em relação à esse processo de construção identitária, desde o final do século XIX, e mais fortemente no início do XX a imigração judaica para a América do Sul contou com o amparo de instituições organizadas para esta finalidade. Instituições como a JCA, que ao ver os judeus como uma categoria, transformava-os em um grupo homogêneo, tal classificação ia ao encontro dos anseios sionistas, pois o sionismo enfatizava que, independentemente das diferenças culturais, todos os judeus, sendo sionistas ou não eram vítimas potenciais do antissemitismo e por terem uma origem e um destino comum deveriam se engajar na construção do Estado judeu. A fim de equalizar as diferenças surgidas em função da vida na diáspora era necessário a criação de escolas judaicas para ensinar às novas gerações a cultura judaico-sionista.

O objetivo de criar uma comunidade judaica no Brasil, desde cedo, esteve presente entre os propósitos dos dirigentes sionistas. Nesse sentido, o interesse de Jacob Schneider, um dos principais líderes do sionismo brasileiro, “pela criação de uma comunidade organizada e em moldes mais avançados, além das tarefas imediatas no setor de beneficência, levou a participar de uma ideia que surgiu na segunda metade de 1915 – a criação de uma comunidade israelita (kehilá)” (DOLINGER, 2008, p. 305).

A ação dos dirigentes e militantes brasileiros contou também com o apoio de emissários sionistas estrangeiros. Esses emissários, representando organizações sionistas internacionais e diferentes tendências do movimento, visitavam o Brasil a fim de arrecadar recursos financeiros, propagar a causa sionista e cooptar para o sionismo os judeus radicados em diferentes regiões brasileiras. A presença dos emissários é lembrada através de fontes orais, bem como comprovada através de inúmeros documentos institucionais e fontes periódicas - revistas e jornais comunitários (BARTEL, 2006). Os emissários investidos de poder simbólico, mais especificamente o poder de nomear, percorreram cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, entre outras, ajudando a tecer uma rede social judaica, através de normas e códigos comuns compartilhados pelos diferentes agrupamentos judaicos. Ocorreu, dessa forma, “um longo processo de ensino/aprendizagem, que contou com o auxílio de uma extensa rede tecida por emissários estrangeiros [...] para criar uma consciência que se comprometesse com o Estado nascente” (GUTFREIND, 2004, p. 139).

A ideia sionista lentamente permeou diversas associações comunitárias e se acentuou após a Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu um *boom* de atividades sionistas no cenário internacional e brasileiro. No Brasil a atuação sionista seguiu um duplo objetivo, por um lado desenvolveu uma consciência nacional entre os judeus e, por outro, ajudou a criar um grupo auto-intitulado “comunidade judaica brasileira”. Conforme apontam alguns autores, a prática homogeneizante proposta pelo movimento ajudou a empobrecer a riqueza cultural do judaísmo, pois para formar a *comunidade imaginada*, fazia-se necessário destruir as construções - culturais e identitárias - que não estavam de acordo com o plano sionista. Segundo essa perspectiva:

O Estado de Israel representa um caso típico do esforço sistemático do estado nacional de destruir a diversidade cultural e a “memória da diáspora” de sua população. Sem dúvida foi um esforço que contou, pelo menos até 1948, com a colaboração ativa da sociedade. Ainda assim, não deixou de ser um esforço concentrado e sistemático de homogeneização cultural, de engenharia social para eliminar a diversidade e a riqueza cultural do judaísmo elaborado no longo percurso

diaspórico. A imposição de uma língua única, o empenho [...] de criação de uma cultura secular, o desapareço pela diáspora como fonte de valores e de vivência criativa foram elementos constitutivos do esforço normalizador e disciplinador da ideologia e do sistema educacional que se implantaram em Israel (SORJ, 2004, p. 78).

No Brasil muitos vínculos entre os judeus foram criados pelo movimento sionista, pois ao apresentar o “judeu” enquanto uma categoria pertencente há um grupo homogêneo, ao aproximar os agrupamentos em torno de um objetivo comum, ao criar canais de interação e contato por onde circulavam informações sobre os judeus radicados no país, ao manter contato com centros judaicos estrangeiros que professavam premissas semelhantes e ao defender a unidade do judaísmo e a solidariedade entre os judeus-brasileiros, e entre estes e seus *irmãos* espalhados pelo mundo, o sionismo criou vínculos comuns entre os judeus, contribuindo, dessa forma, para forjar uma identidade étnica judaico-brasileira.

Sobre a atuação do movimento no Brasil, cabe ainda dizer que campanhas para arrecadar recursos financeiros e materiais para a causa sionista eram freqüentes, e durante a guerra decorrente da criação de Israel, em 1948, ocorreram campanhas de solidariedade em diversas cidades brasileiras, com o propósito de construir o Estado judeu e auxiliar os combatentes judeus na Palestina. Conforme visto no capítulo anterior, as campanhas enviaram recursos financeiros e materiais, como ambulâncias e até mesmo doaram sangue para os soldados israelenses. Do ponto de vista das identidades e do ideário nacional a doação de sangue, além de ser um ato de solidariedade, possui um significado de grande valor simbólico.¹²⁰

Por fim, a análise de redes sociais foi utilizada aqui com o intuito de “reconstruir la articulación de actores pertinente para explicar la acción coletiva” (MOUTOUKIAS, 1995, p. 235). Nesse sentido, a rede social tecida de acordo com o projeto sionista se formou através da circulação de informações e ideias, do contato entre os judeus radicados no Brasil e desses com seus pares no cenário internacional, movimentação esta que se desenvolveu por mais de uma geração. Assim, os imigrantes que desembarcavam no Brasil eram incorporados há uma rede de vínculos que vinha sendo formada por judeus radicados no país. Uma filha de imigrantes judeus, em entrevista concedida ao ICJMC, cita que seu pai começou a trabalhar em uma fábrica de confecções de Porto Alegre, logo que chegou ao Brasil em 1934. Fábrica

¹²⁰ Cf. Organizado o banco de sangue para o Estado de Israel. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1948; Sangue para os judeus da Palestina. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1948 (a coleção do jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro se encontra micro-filmada no Acervo de Periódicos da Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro); Meeting do Comitê de Sangue Pró-Israel. *Aonde Vamos?* n. 264, Rio de Janeiro, 3 jun. de 1948, p. 9.

essa de propriedade de um militante sionista. Exemplos dessa natureza são correntes nas histórias de vida dos imigrantes.¹²¹

A constatação da existência de redes sociais judaicas sionistas e não-sionistas, criadas em meio há um intenso movimento demográfico, é bastante conhecida entre os pesquisadores. Os “relatos dos imigrantes judeus que se estabeleceram primeiramente nas diversas zonas do Oeste paulista entre o início do século XX e os anos 1950 afirmam sem exceção que a mudança para a cidade de São Paulo era uma necessidade imperiosa, devido ao compromisso, para eles evidente, de educar e casar seus filhos na rede comunitária” (GRÜN, 1999, p. 360).

A migração, bem como a mobilidade social dos judeus no Brasil são analisados, entre outros, nos trabalhos *Tradição e Mudança* (1977), do economista Henrique Rattner e *Identidade e Mudança* (1994), da socióloga Anita Brumer. A palavra “mudança” no título de ambas as pesquisas é bastante sugestiva e evidencia a mobilidade social e geográfica, e talvez, também cultural e econômica, dos judeus no Brasil. Os imigrantes recém chegados procuravam e eram recebidos por seus pares já estabelecidos e, dessa forma, teciam uma *rede social*, movidos e norteados por diferentes motivações, sociais, culturais, econômicas ou ideológicas, como o sionismo ou o socialismo não-sionista pautado na cultura íidiche. Essa mobilidade social, econômica e geográfica, igualmente, tem despertado o interesse por parte de geógrafos, sobre isso ver, entre outros, os recentemente trabalhos de pesquisa produzidos por Maria Medianeira dos Santos (2009) e Carlos Alberto Póvoa (2010).

Além do discurso e da ação sionista, outras formas e modelos de agregação social e comunitária, igualmente praticadas nos meios sionistas, contribuíram para a formação de uma comunidade judaica brasileira. O discurso que conclamava “todos” os judeus¹²² e homogeneizava este grupo étnico “nós os judeus” era acompanhado e ocorreu paralelamente com outras práticas conformadoras da identidade judaica, tais como a religião, mutualismo e assistência social, bem como por movimentos judaicos críticos ao sionismo. Por darem conta e suprirem necessidades espirituais, morais, políticas, culturais e matérias, tais práticas também devem ser consideradas nesse processo de construção identitária, pois são de fundamental importância no que tange a formação de uma comunidade judaica brasileira.

¹²¹ Cf. BERGER, Dora. Entrevista n. 400. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 21/06/1991.

¹²² René Rémond, referindo-se à ação política, menciona que praticamente não existe outra atividade que atinja um número maior de homens e mulheres, pelo menos nos países democráticos. Segundo ele, o princípio segundo o qual todos os cidadãos são iguais entre si e são chamados a participar das grandes escolhas políticas faz da política a coisa de todos. Mesmo que nem todos façam uso desse direito, todos são chamados, todos estão comprometidos (RÉMOND, 1994, p. 18).

A religião judaica, diferentemente de outras religiões, possui em sua essência um forte caráter comunitário. Conforme a tradição judaica, para a realização de qualquer ato religioso de caráter público faz-se necessário a formação de um *minian*, isto é, a reunião de no mínimo dez indivíduos do sexo masculino, maiores de treze anos, de forma que todo o ato litúrgico realizado no judaísmo constitui-se a partir da formação de quorum. O *minian* é indispensável para a leitura da Torá, para a bênção dos *kohanim*,¹²³ para as orações nas sinagogas, para a cerimônia dos casamentos, circuncisões, enterros e para a recitação do kadish (oração na qual são louvadas a Santidade de deus e seu Reino – há diferentes tipos de kadish), entre outras práticas (SCHLESINGER, 1969, p. 77; 87).

Em relação às atividades de caráter assistencial, conforme demonstrou Roney Cytrynowicz referindo-se inicialmente ao estado de São Paulo, entre as décadas de 1910 e 1930, foram fundadas várias instituições assistenciais ligadas à imigração judaica, que definiram, de certa forma, os contornos de uma ‘comunidade’. A primeira instituição assistencial foi a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas, fundada em 1915, e a ela se seguiram várias outras com diferentes perfis e modelos de atendimento, incluindo dois ‘lares’ de criança, uma policlínica e um sanatório para tuberculosos. Essas instituições ocuparam um espaço de assistência não preenchido pelo Estado, que começava a organizar estes serviços, até então dependente de instituições privadas de caridade, e sua atuação esteve na linha de frente das discussões e tensões em torno do modelo e da problematização do viver em ‘comunidade’ (entre a filantropia e o controle social) e de diferentes projetos de inserção social e cultural dos imigrantes no Novo Mundo (CYTRYNOWICZ, 2005, p. 169).

Paralelamente ao surgimento dos primeiros núcleos sionistas, a fundação das entidades assistenciais no Brasil a partir da Primeira Guerra Mundial, segundo Roney Cytrynowicz, “evidencia uma imigração contínua e, ao mesmo tempo, engendra os primórdios de formação de uma vida judaica institucionalizada em São Paulo”, conforme o historiador:

A ação das entidades assistenciais comunitárias (locais e internacionais, além de entidades como uma cooperativa de crédito), junto às habilidades e conhecimentos profissionais dos imigrantes e às oportunidades objetivas de trabalho na cidade, resultaram em uma combinação que definiu a inserção social e econômica. *O modelo de comunidade estabelecido em São Paulo é semelhante ao do Rio de Janeiro e ao de outras capitais* [grifo meu].

A primeira instituição assistencial fundada na capital paulista foi a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas, em 1915, que auxiliava mulheres grávidas e providenciava cuidados ao recém-nascido. A Sociedade Beneficente Auxílio aos Pobres Ezra, criada em 1916, providenciava cartas de chamada, recebia os

¹²³ O termo *kohanim* é o plural de *Kohen* ou *Kohain*, palavra hebraica usada na Torá para se referir aos sacerdotes, tanto judeus como não-judeus, assim como a nação judaica como um todo.

imigrantes no porto de Santos, mantinha pensões, ministrava aulas de português e ensino profissionalizante e encaminhava os imigrantes ao mercado de trabalho. Em 1924, a Ezra fundiu-se com a Sociedade Pró-Imigrante para tornar-se Sociedade Beneficente Israelita Ezra. Em 1929 foi fundada a Sociedade Beneficente Linath Hatzedek (auxílio santo, em idish), depois chamada Policlínica, um ambulatório para consultas e procedimentos como curativos e pequenas cirurgias. Estas entidades seguiam modelos comunitários da Europa Oriental e também padrões locais, como é o caso das Damas Israelitas (que, inclusive, apoiaram o esforço bélico paulista durante a chamada Revolução de 1932) (Ibidem, p. 170-171).

As entidades assistenciais vinculadas aos imigrantes e seus descendentes foram objeto de discussões, disputas e tensões em torno do modelo de ‘comunidade’. Sobre isso Roney Cytrynowicz escreveu que:

Enquanto entidades como a Sociedade das Damas Israelitas e a Ezra atuavam em um enquadre de caridade, o Lar das Crianças das Damas (depois Ofidas) e o Lar da Criança da CIP procuravam promover educacional e economicamente as crianças e os jovens, de forma a incluí-los na comunidade. Assim, o objetivo de ajudar o outro ultrapassa o marco de caridade para torná-lo um igual, um membro da comunidade. São dois modelos de assistência (e de comunidade) contrastantes, em que pesem os matizes intermediários apresentados pela multiplicidade de instituições. O estudo destas instituições pode combinar pelo menos duas diferentes perspectivas de interpretação do ponto de vista da história da imigração e da assistência social: a que valoriza o altruísmo e a filantropia, como valores de um grupo imigrante que se organiza de forma autônoma em ‘comunidade’, e a que segue uma trilha mais crítica dos processos de disciplina e de controle, no sentido de inserir e de enquadrar os imigrantes e não deixar que sua presença coloque em risco o status dos chegados há mais tempo e já integrados à sociedade. O próprio conceito de ‘comunidade’ pode ajustar-se a uma linha mais apologética ou a uma matriz mais crítica. Nos anos 1920, por exemplo, com o aumento da imigração, houve conflitos entre a Ezra, representando os interesses da comunidade ‘local’, em São Paulo e no Rio de Janeiro, e entidades internacionais, como a JCA... (Ibid., p. 172).

Durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra, várias campanhas assistenciais, muitas organizadas por entidades sionistas e lideradas por dirigentes sionistas e emissários estrangeiros contribuíram para a realização de um trabalho em conjunto entre diferentes entidades locais para auxiliar os sobreviventes e refugiados da Guerra. As comunidades judaicas do Rio de Janeiro e de São Paulo foram ativas em campanhas como a do Comitê Central Israelita de Socorro às Vítimas da Guerra, autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira, o Escudo Vermelho de David e o Comitê para Angariação de Roupas em Prol dos Israelitas Vítimas de Guerra, fundado em São Paulo em 1944. Além disso, várias Campanhas Unidas, tendo à frente dirigentes sionistas, centralizaram seus esforços para angariar recursos materiais e financeiros. “Em 1947, havia na Europa cerca de 250 mil sobreviventes do genocídio, incluindo milhares de crianças órfãs, vivendo em campos de refugiados, os

displaced persons camps, e as organizações de auxílio aos refugiados procuravam países e entidades para recebê-los” (Ibid. p. 181).¹²⁴

Em relação às práticas mutuais judaicas que funcionavam como entidades marcadas por laços horizontais de solidariedade, sendo, portanto, diferentes das associações assistenciais filantrópicas, cabe referir que estas se organizaram na primeira metade do século XX a partir de diferentes critérios, religiosos, entidades de classe, cooperativas, etc. e, igualmente, contribuíram para o estabelecimento de vínculos entre os imigrantes judeus radicados no Brasil.¹²⁵

Em muitos casos a prática de assistência social, a religião, o mutualismo e o nacionalismo judaico apresentavam-se amalgamados, como por exemplo, na criação de entidades comunitárias como cemitérios e escolas, na ação assistencial do rabino sionista Isaias Raffalovich, entre outros, e também em algumas campanhas de assistência organizadas por entidades sionistas, conforme visto, as quais se valiam também de espaços religiosos para propagarem seus propósitos.

Portanto, a *elite sionista*, assumiu a condição de porta-voz e a posição de representante dos judeus no Brasil, contribuindo tanto no processo de criação, quanto de transformação de uma rede social judaica e, por extensão, de uma comunidade judaica brasileira. De acordo com Roberto Grün “as organizações políticas sionistas ou não-sionistas, num primeiro momento, e principalmente os clubes recreativos e culturais, numa segunda fase, irão estourar as fronteiras das origens diversas e criar a arena efetiva de convivência que abriu a possibilidade de criação da identidade comum judaica (GRÜN, 1999, p. 366).

Afirmar que no Brasil o movimento sionista foi bem sucedido desde seu surgimento até a criação de Israel, não significa negar a ocorrência de conflitos, disputas e divergências dentro do judaísmo brasileiro, esses ocorreram tanto dentro do movimento, entre os adeptos

¹²⁴ Entre as décadas de 1950 e 1960, as entidades assistenciais em São Paulo passaram a contar com o trabalho profissional de assistentes sociais, que profissionalizaram e tecnicizaram o atendimento. Os conceitos de ‘serviço social’ tornaram-se diretrizes centrais nestas entidades, e também definiram uma crítica ao modelo de caridade, no qual os diretores filantropos recebiam pessoalmente os necessitados. O trabalho dos assistentes sociais foi induzido pela Federação Israelita de São Paulo, fundada em 1946, em parte motivado pelas correntes imigratórias que chegaram ao país nos anos 1950, originárias da Hungria, Egito e Líbano, e também de países da Europa Oriental e de Israel. Enquanto a Ezra, fundada em 1916, dizia respeito às necessidades iniciais de inserção no país, a Federação representava os ‘judeus-brasileiros’, com suas preocupações de imagem pública como grupo frente à sociedade. Entre esses dois momentos há certamente um processo no qual os imigrantes vão se tornando ‘brasileiros-judeus’, com uma identidade hifenizada. Cf. CYTRYNOWICZ, Roney. Instituições de assistência social e imigração judaica. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Abril 2005, vol.12, n.1, Rio de Janeiro, p. 169-184. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/09.pdf>> acesso em 24 de junho de 2011.

¹²⁵ Sobre o tema mutualismo, ver a Tese de doutorado em história de Adhemar Lourenço da Silva Jr., um consistente estudo sobre mutualismo no Brasil, intitulada: *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940* (2005).

das diferentes tendências sionistas, quanto entre estes e judeus ligados a movimentos não-sionistas. Também houve divergências entre judeus de diferentes origens nacionais como alemães e poloneses, bem como entre os subgrupos étnicos sefaradim e asquenazim. Assim, apontar as contribuições propiciadas pelo movimento sionista no processo de criação da comunidade judaica brasileira, bem como as transformações produzidas nessa comunidade pelo sionismo, não significa negar a contribuição de outros movimentos nesse processo.

Desse modo, interagir em um mesmo contexto não significa compactuar das mesmas ideias ou agir da mesma forma. Igualmente, evidenciar a existência de um grupo com objetivos e interesses comuns, não significa dizer que seus membros aceitavam as decisões de passivamente, ou ainda, que seguiam os mesmos caminhos para alcançar seus objetivos, pois a coesão do grupo é resultado de uma constante interação, de um processo de negociação e consenso entre seus membros. O nacionalismo judaico se fez presente e norteou sobremaneira a vida dos judeus radicados no Brasil na primeira metade do século XX em um processo dinâmico que envolveu judeus contrários e favoráveis ao projeto sionista. Em relação à inscrição e presença de um tema ou uma questão em uma agenda ou programa político, social, econômico ou cultural, a historiadora Cláudia Wasserman refere que:

O fato de uma geração inteira ser atraída por determinado assunto revela que o tema em questão compõe o mosaico de preocupações contemporâneas daquela sociedade. Quando a maior parte dos atores políticos, identificados com os aspectos ideológicos mais extremados da sociedade, pautam seus debates e diagnósticos sociais pelo mesmo tema, então esse predomínio tem um significado considerável e que deverá ser examinado racionalmente. Provavelmente, tratar-se-á do aspecto mais visível daquela sociedade, mais brutal, e que tornará possível uma maior proximidade entre discurso político e a sociedade civil. Geralmente, conjunturas críticas, causadas por grandes eventos político-militares ou catástrofes naturais, provocam o descortinamento dos problemas mais visíveis e que antes não eram suficientemente abordados (WASSERMAN, 2003, p. 305).

Dessa forma, a trajetória do sionismo no Brasil desde seu surgimento até os anos 1950, a formação de uma comunidade e a integração dos judeus na vida social brasileira são explicados por fatores que se encontram circunscritos a um determinado período histórico.¹²⁶ Em meio a essa conjuntura se destaca a atuação de um grupo formado por judeus prestigiados socialmente, dentro e fora do judaísmo, definido aqui como uma elite sionista. E, mesmo que a movimentação sionista tenha atravessado mais de uma geração, agregando novos membros e lideranças, muitos dos pioneiros do sionismo no Brasil nos anos 1910 e

¹²⁶ No que tange a integração social, conforme o historiador Boris Fausto, o ingresso na faculdade foi para os imigrantes também uma forma de inserção social (FAUSTO, 2010, p. 14), assunto muito bem analisado por Marcelo Gruman no texto *Ser doutor no país dos bacharéis: o papel da identidade étnica no processo de integração dos judeus à sociedade brasileira (1900-1940)* (2007).

1920, se mantiveram a frente do movimento quando se materializou o projeto sionista de criação do Estado de Israel, em 1948, e mesmo nas décadas seguintes. De forma que, a constituição de uma rede social judaica, estabelecida através da criação de instituições comunitárias, da ação das lideranças locais e de emissários estrangeiros foi o embrião da “comunidade judaico-brasileira”.

4. 1. Educação judaica

O campo da educação foi um dos meios e espaços, entre outros, mais profícuos para formação da nova identidade judaica vinculada ao estado imaginado e, igualmente, ajudou a criar o grupo denominado “judeus-brasileiros”. Ao estabelecer relações entre sionismo e educação judaica, nosso o objetivo consiste em evidenciar o discurso e as práticas sionistas voltadas para os judeus no Brasil. Porém, se faz necessário ressaltar que a presente abordagem não tem como propósito escrever a história da educação judaica no Brasil ou adentrar nos meandros dessa temática.

No próximo capítulo analisaremos o confronto entre grupos sionistas e não sionistas, por ora cabe referir que a disputa entre sionistas e progressistas visando à imposição ideológica, tornou-se mais evidente com a formação de uma rede escolar judaica. Representando correntes não sionistas foram criadas escolas progressistas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Segundo a pesquisadora Joana Bahia o Colégio Scholem Aleichem (CSA):

foi fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1928 por um grupo de ativistas da Biblioteca Scholem Aleichem (BIBSA) que visavam a um educandário que transmitisse, além das matérias obrigatórias do currículo oficial brasileiro, a perpetuação dos seguintes valores da cultura judaica: o idioma ídish, a história do povo judeu numa perspectiva histórica não religiosa, o laicismo, o humanismo e o progressismo. A perspectiva era de construir cidadãos capazes de perceber o judaísmo com identidade cultural e de se sentirem ao mesmo tempo agentes integrantes da cultura local a fim de participarem das lutas e das conquistas sociopolíticas das sociedades em que estavam inseridos.

O mesmo ideário estava presente no CSA de São Paulo, criado em 1949, isto é, buscavam a disseminação dos “ideais antifascistas e progressistas no cenário social brasileiro, por meio de uma educação pluralista e inovadora”, perfil que manteve até encerrar suas atividades em 1981 (BAHIA, 2009, p. 134).

Para os imigrantes judeus radicados no Brasil, fossem eles religiosos ortodoxos ou liberais, sionistas ou não, a sobrevivência e a preservação do judaísmo relacionava-se diretamente com a educação das novas gerações de acordo com os pressupostos do judaísmo. A questão central residia no fato de cada grupo conceber e definir o judaísmo de acordo com

suas convicções, compreensão, crenças e expectativas, de forma que as novas gerações deveriam seguir os preceitos e normas professadas pelos respectivos grupos. Os mesmos acontecimentos eram entendidos de modo diferente pelos grupos judaicos, de acordo com suas crenças e convicções ideológicas. Assim, o levante do Gueto de Varsóvia era comemorado por grupos progressistas como um ato impregnado pelos ideais antifascistas, ideais de liberdade, justiça e humanismo universais, enquanto que para o sionismo esse era o espírito do judeu colonizador do deserto, do construtor do Estado judeu.

Pelo viés sionista o propósito educacional abarcava questões como a transmissão da cultura e do civismo nacional, do idioma hebraico, a formação da identidade judaica e a preparação das novas gerações para a vida em Israel, bem como o que deveria ser ensinado e o que deveria constar em um currículo educativo/pedagógico. Tais questões fizeram parte do contexto social e cultural do judaísmo brasileiro, no que se refere tanto à educação formal, quanto informal.

Na década de 1950 essa preocupação ainda se fazia presente para os líderes sionistas brasileiros, para os quais a educação judaica era uma exigência primordial. Tal afirmação pode ser observada através das palavras de Yoshua Auerbach, um velho militante do movimento, vinculado ao sionismo revisionista, que ao referir sobre a necessidade e o caráter das escolas judaicas, tornou público através do periódico *A Voz Sionista* que “Escolas judaicas” e “Educação judaica” eram no momento “as exigências primordiais do sionismo herziliano”, segundo suas palavras eram necessárias Escolas onde os jovens adquirissem “a consciência do destino judeu” que ligassem os jovens “a esse destino”. Escolas que forjassem “o homem judeu – integrado em seu povo, integrado na história, no presente e no futuro de Israel. É a função primordial do novo sionismo – educação do judeu para Israel.¹²⁷

A preocupação com a educação se fazia de acordo com o que expressam e explicitam as obras que analisam e abordam teoricamente o tema dos nacionalismos. Sobre isso, cabe ressaltar que “a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional” (HALL, 2002, p. 49-50). Assim, a escola, um dos principais vetores para a manutenção e a propagação das identidades, sejam elas étnicas e/ou nacionais, serviu como um instrumento capaz de formar almas, de propagar, aprimorar e legitimar sistemas ideológicos. Conforme visto, os dirigentes sionistas dedicaram

¹²⁷ AUERBACH, Yoshua. In: A VOZ SIONISTA. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 01, Rio de Janeiro, 21 jul. de 1954, p. 8 (AHJB).

sua atenção ao tema da educação judaica, que esteve presente na pauta sionista pelo menos desde o início dos anos 1920, preocupação condizente com as cartilhas professadas pelos programas nacionalistas, pois, conforme apontou Eric Hobsbawm, a escola foi na Europa a principal fonte de formação da ideologia nacional (HOBSBAWM, 1990).

No Brasil, a educação judaica com o propósito de formar o novo judeu se tornou objeto de disputa entre diferentes grupos e seus respectivos modos de ver e definir o judaísmo. Enquanto sionistas desejavam criar uma identidade nacional vinculada ao Estado judeu imaginado, judeus de esquerda antissionistas, contrários ao estado nacional, desejavam manter a autonomia da identidade judaica na diáspora, baseada na cultura e na língua iídiche. Ambas as perspectivas partiam de uma concepção de judaísmo laico e secular e tinham como referência, respectivamente, a nação e a classe, porém não se pode desconsiderar que, em menor número, judeus religiosos circunscreviam o judaísmo à identidade religiosa, pautada na tradição da Torá.¹²⁸

A partir das três perspectivas de judaísmo citadas – nacional, religiosa e de classe social - inúmeras são as possibilidades de cruzamentos que, por sua vez, originam novas configurações, possibilitando encontrarmos judeus sionistas de esquerda, antissionistas de esquerda e conservadores de direita, judeus religiosos sionistas, religiosos antissionistas e assim por diante. Tais perspectivas foram citadas apenas para facilitar a análise, no entanto, em muitos casos apresentados pelos documentos elas aparecem entrelaçadas.

Visto isso, a escola judaica, maior expressão da educação judaica formal, foi objeto de atenção de diferentes grupos sendo vista como um meio e um campo fértil para a formação das novas gerações. Devido sua importância a Escola foi um dos meios de manutenção e transmissão do judaísmo para as estas gerações, exercendo o papel de fonte difusora da cultura e da identidade judaica, configurando-se, pela ótica sionista, como um espaço privilegiado para manifestações de caráter cívico.

Em relação às manifestações de caráter cívico no espaço escolar, a revista *Aonde Vamos?*, de 23 de maio de 1943, ou seja, ainda durante a vigência do Estado Novo, informou que o Colégio Israelita da Sociedade Cultura e Educação, de Porto Alegre, “promoveu a festa de *Lagboomer*. O Prof. Samuel Nasbaum, abrindo a solenidade, proferiu bela alocução, após a qual foram cantados o Hino Nacional e a *Hatikva*”, o hino judaico-sionista. A notícia ainda

¹²⁸ A identidade judaica é uma identidade étnica que, por sua vez, compreende aspectos como religião, classe e nação. Para ser compreendida a identidade judaica não pode ser limitada e nem reduzida a esses aspectos. Por outro lado, segundo Bernardo Sorj (2010) o fato das novas gerações desconhecerem a história, a cultura e a riqueza do judaísmo, os aproxima de movimentos religiosos ortodoxos e ultra-ortodoxos, os quais possuem um discurso e uma identidade judaica bem definida. Sobre o retorno de judeus à ortodoxia ver TOPEL, 2005.

refere que esteve presente em Porto Alegre o jornalista Darcy Ribeiro, “recém chegado dos Estados Unidos e da Inglaterra” o qual “realizou uma conferência a 25 de maio, sob o patrocínio do Circulo Social Israelita” com o título “Porque as Nações Unidas estão ganhando a Guerra?”¹²⁹

Por outro lado a educação judaica no século XX também se efetivou de modo informal, isto é, as diferentes formas de judaísmo e perspectivas políticas e culturais foram ensinadas para as novas gerações, por meio de seminários, grupo de estudos, cursos comunitários, palestras, debates, encontros, teatro, festividades e uma vasta gama de atividades lúdico-pedagógicas, ministradas por voluntários e lideranças comunitárias, rabinos, emissários sionistas, grupos juvenis e, conforme visto, muitos convidados judeus e não-judeus, como Érico Veríssimo e Darcy Ribeiro, por exemplo.

Desde seus primórdios o sionismo por meio de suas lideranças esteve intimamente vinculado à educação judaica no Brasil. Para a maioria dos imigrantes provenientes da Europa central e oriental, a imigração significou, além da descoberta e estabelecimento de um espaço geográfico diferente, também a inserção em um novo universo econômico, social e cultural. Por sua vez, as transformações ocorridas nas comunidades judaicas, radicadas no Brasil, em suas condições econômicas e sociais provocaram profundas alterações no estilo de vida e na própria estrutura comunitária (RATTNER, 1977.).¹³⁰ Em meio a esse movimento, a escola judaica se constituía como centro difusor da cultura judaica para as novas gerações, exercendo o papel de fonte mantenedora da cultura e da identidade judaica.

No Brasil a preocupação com a educação judaica esteve presente desde o estabelecimento dos primeiros imigrantes na colônia de Phillipson/RS. A tarefa de oferecer educação aos filhos dos imigrantes foi empreendida pela JCA, que por meio do seu projeto imigratório visava integrar os judeus na vida social brasileira. Conforme visto, em 1908 a JCA enviou o professor Léon Back - professor e subdiretor da “École Horticole et Professionnelle Du Plessis-Piquet” nos arredores de Paris - ao Brasil com o objetivo de fundar uma escola em Phillipson.

Segundo os escritos do próprio professor Back, os alunos da colônia quase todos nascidos na Europa, deviam ser educados como brasileiros (seguindo assim a perspectiva assimilacionista da JCA), por isso, a instituição seguia os programas e adotava os livros utilizados nos estabelecimentos escolares públicos. Na escola, só era admitido o uso da língua

¹²⁹ Notícias do Rio Grande. *Aonde Vamos?*, n. 14, Rio de Janeiro, 10 jun. de 1943, p. 10.

¹³⁰ Ver a obra *Tradição e Mudança. A Comunidade Judaica em São Paulo* (RATTNER, 1977), em especial os tópicos “estrutura ocupacional e nível sócio econômico”, p. 39-60 e “Educação judaica em São Paulo”, p. 61- 75.

vernácula, com exceção do hebraico ensinado nas aulas de instrução religiosa. Nas cercanias da escola moravam algumas famílias de “origem afro-negra”, que trabalhavam na Viação Férrea e as quais foram contatadas pelo professor Back, que ofereceu a elas a possibilidade de seus filhos estudarem junto com as crianças judias, onde receberiam instrução e material escolar gratuitamente, ficando dispensados, das aulas de religião mosaica. Os “colegas de cor” “viviam em boa camaradagem” com os demais e sua presença contribuía para que todos os alunos falassem, nas aulas e mesmo no recreio e durante os jogos, somente a língua portuguesa (BACK, 1958). Apesar de não mencionar nada a respeito do movimento sionista em seus escritos, é bastante plausível supor que Léon Back, devido sua instrução e por ter vivido na França, onde ocorreu o caso Dreyfus e uma discussão pública que mobilizou a população francesa em torno do antissemitismo, fosse já nessa época conhecedor das ideias professadas por Theodor Herzl.¹³¹

Após essa primeira experiência educacional em Phillipson/RS, a rede educacional judaica começou a se constituir na década de 1920 (FALBEL, 2008, p. 332), quando foram criadas escolas judaicas em diversas cidades brasileiras, algumas das quais serviram de instrumento para a difusão da cultura e do nacionalismo judaico. As escolas judaicas, por um lado atuaram como centros de difusão cultural e ideológica, e por outro ao ensinar o idioma português, ao receber em seus quadros alunos não-judeus, ao celebrar festas judaicas e datas cívicas brasileiras, entre outras, ajudaram a formar uma comunidade judaico-brasileira.

Ao se referir aos colégios Sholem Aleichem a pesquisadora Joana Bahia escreveu que o “Colégio era judaico. Entretanto, por ter um alto nível educacional, era composto também por alunos de diferentes origens”, no caso de São Paulo “possuía também judeus-alemães, descendentes de italianos moradores do Bairro Bom Retiro e brasileiros. Muitos procuraram o colégio por estar situado entre os melhores da época que concorria com as escolas consideradas de vanguarda e também pelas afinidades com o ideário do partido comunista (BAHIA, 2009, p. 136)

No início dos anos 1920 foi criada no Rio de Janeiro a escola *Maguen David* (Escudo de David), transformada posteriormente em Ginásio Maguen David. Cabe ressaltar que nesse período o processo imigratório de judeus para o Brasil encontrava-se em ascensão e que até 1919, doze mil judeus já haviam imigrado para o Brasil (DECOL, 2001). A escola foi criada com intenção de ministrar ensino oficial em português aliado a um currículo hebraico. O líder

¹³¹ Posteriormente, Léon Back transferiu-se para Porto Alegre, onde cursou odontologia, exercia paralelamente a profissão de dentista e professor de francês. Back participou durante os anos 1940 e 1950 constantemente de reuniões e demais eventos promovidos pela Organização Sionista local. Até sua morte, em 1967, em virtude de seu prestígio sócio-cultural, foi um dos porta-vozes da comunidade judaica sul-rio-grandense.

sionista Jacob Schneider foi um de seus fundadores, sendo David José Pérez o primeiro diretor da Escola, o qual imprimiu uma orientação nacionalista em relação ao estudo do hebraico e ao currículo judaico. Também fez parte do corpo docente da Escola o sionista Saádio Lozinski. A partir de 1924 a escola passou a denominar-se Colégio Hebreu-Brasileiro.

No Rio de Janeiro a constituição da vida comunitária dos judeus foi o resultado das diversas convicções políticas de judeus imigrantes do leste europeu, o que contribuiu para formação de “um universo comunitário dinâmico e plural, onde se recriava mimeticamente o espectro político das comunidades judaicas do Leste Europeu” (GRIN, 1997, p. 108). Tal exemplo pode ser aplicado também em outros centros onde se radicaram judeus, como Porto Alegre e Belo Horizonte. Dessa forma, a formação comunitária dos judeus no Brasil foi permeada pela ocorrência de disputas, conflitos e negociações, os quais ao invés de enfraquecerem o convívio comunitário, contribuíram para dinamizar vida e a cultura judaica no país, sobre isso convém dizer que:

O arranjo institucional da comunidade judaica no Brasil, tão diferenciado quanto eram as linhas político-ideologias dos seus membros, não sugere, contudo, cenário, caótico. Diria que o dinamismo comunitário, muitas vezes explicitado no conflito entre facções, foi rigorosamente fundamental para assegurar inicialmente a sobrevivência e a manutenção do grupo. A criação de diversas instituições e associações de natureza voluntária garantiram uma subestrutura complexa, quase alternativa à sociedade mais ampla. Com efeito as bases do conflito situavam-se no interior do grupo e operavam como mecanismos de fortalecimento e revitalização da comunidade judaica. É curioso observar que o conflito ideológico intra-comunitário que havia contribuído para o enfraquecimento das comunidades tradicionais do Leste europeu, no Brasil, era ao contrário, expressão de fortalecimento comunitário (GRIN, 1997, p. 108-109).

Em 1922 também foi criada a Escola judaica de Porto Alegre e no mesmo ano, no dia 21 de abril, uma data relacionada ao simbolismo cívico brasileiro, um grupo de judeus sionistas fundou na capital paulista Escola Renascença, criada “quando os imigrantes judeus de São Paulo perceberam a necessidade de proporcionar um ensino judaico formal a seus filhos”.¹³² Cabe mencionar que o civismo e datas brasileiras também eram apropriadas pelos referidos grupos, assim, enquanto o sionismo considerava Tiradentes como um líder patriótico o CSA

¹³² Cf. RENASCENÇA 75 ANOS (1992-1997). Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença: São Paulo, 1997, p. 15. (Biblioteca do AHJB). Na década de 1930 Jacob Klabin Lafer e Horácio Lafer compraram por 33 contos de réis os terrenos para construção do primeiro prédio próprio do Renascença, à Rua Prates, – fizeram isso em memória de seu pai Miguel Lafer, um dos fundadores do Renascença. No contrato de compra do terreno, foi acordado que a escola deveria lembrar e homenagear Miguel Lafer. Em 1945 Jacob Klabin e Horácio Lafer decidem construir um novo andar na escola e em novembro daquele ano Jacob Klabin Lafer foi reeleito presidente do Renascença. RENASCENÇA 75 ANOS (1992-1997). Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença: São Paulo, 1997, p. 53-54. (Biblioteca do AHJB).

de São Paulo associava “a ideia de libertação presente na história do Pessach ao papel libertador de Tiradentes” (BAHIA, 2009, p. 137).

Conforme o histórico da Escola Renascença, localizado no AHJB, em 1922 “uma comissão de israelitas e brasileiros, organizaram-se juridicamente em sociedade, sob a denominação de Sociedade Hebraico Brasileiro Renascença”, com o fim de manter uma escola primária gratuita. O prédio próprio da escola foi inaugurado em 1938, sob a direção do Sr. Moysés Weiner, professor israelita, residente no país desde 1924. Ao longo da primeira metade do século XX a Escola contou com a presença e o trabalho de muitos líderes sionistas em seu corpo diretivo, conforme atestam os documentos consultados no AHJB.¹³³

Em concomitância como o advento da rede educacional judaica, em novembro de 1922, ocorreu no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Sionista do Brasil que definiu como objetivo de primordial importância a criação de uma Federação Sionista, a qual deveria se ocupar da coleta de fundos para os israelitas vítimas dos *pogroms*, da criação de uma verdadeira escola judaico-brasileira e de uma biblioteca sionista, bem como da difusão do pensamento sionista no país, sendo assim traçadas algumas diretrizes do sionismo no Brasil (FALBEL, 2008, p. 397). A Conferência de 1922 dedicou boa parte de seu temário à questão da educação judaica, sendo este um dos primeiros encontros de abrangência nacional no qual a questão foi abordada de modo amplo.

A data de 1922 é muito significativa no Brasil se considerarmos que este foi um ano bastante movimentado, do ponto de vista histórico, político e cultural. Nesse momento, diferentes ideias, ações e encontros transitavam no cenário social brasileiro, como o movimento modernista de 1922, neste ano igualmente foi fundado no mês de março o Partido Comunista do Brasileiro (PCB), comemorava-se a centenário da Independência e ocorreu a primeira revolta tenentista. Acontecimentos estes que contribuíram para facilitar a inserção social dos judeus e demais imigrantes no Brasil, pois algumas dessas correntes, como o modernismo, por exemplo, consideravam como alternativa para construção da nação modelos estrangeiros de organização política e nesse contexto, o imigrante branco era bem vindo, pois

¹³³ No AHJB encontram-se 14 caixas de documentos sobre a escola Renascença, com datas limites de 1948 até 1981 – segundo informações dos funcionários do AHJB boa parte da documentação anterior a esse período foi incinerada por um dos diretores da escola, o qual, segundo informações, visava fazer uma limpeza e organizar a documentação e por tal motivo descartou os documentos mais antigos. Também é possível encontrar informações sobre a instituição na obra comemorativa em homenagem aos 75 anos da Escola e em relatórios anuais que abordam a história da Escola. Cf. Sociedade Hebraico Brasileiro Renascença. *Relatórios anuais* (Cód. F371) Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

ajudaria a construir a nação, assim, a discussão em torno de temas nacionais encontrava-se em estado latente.¹³⁴

No ano seguinte, em 1923, tanto o projeto sionista quanto o de criação de escolas judaicas ganhavam impulso com a chegada ao Brasil do rabino sionista Isaias Raffalovich, que teve atuação destacada em diversas cidades brasileiras criando estabelecimentos judaicos de ensino.¹³⁵ Em 1925, movimento sionista e a JCA se aproximam movidos por um interesse comum: a educação judaica. Tal associação teve Raffalovich como intermediário que, entre outras, presidiu em 1927 a reunião para a criação da Escola Israelita Brasileira de Curitiba. Em 1933, Baruch Bariach, judeu sionista de origem polonesa, assumiu o comando da Escola permanecendo em sua direção por mais de uma década.

Em 1947, conforme visto, o Professor Baruch, juntamente com sua esposa Esther Bariach, transferiu-se para capital gaúcha, a fim de dirigir o Instituto de Educação e Cultura (Colégio Israelita de Porto Alegre), ensinar a língua hebraica à juventude e desenvolver atividades de caráter sionista na comunidade local. Escolas judaicas foram criadas em diversas cidades brasileiras, as quais serviram de instrumento para a difusão da cultura e do nacionalismo judaico, contribuindo no processo de formação de uma comunidade judaico-brasileira. Segundo informações de um cronista da revista *Aonde Vamos?* das nove escolas judaicas existentes em São Paulo no ano de 1950, quatro eram explicitamente de orientação sionista, sendo que as demais seguiam orientação religiosa, *idishista*, geral (não constando qual a tendência seguida pela “Escola Eres”).¹³⁶

O interesse pela educação judaica no Brasil continuou mesmo após a criação de Israel, em relação a isso, professores eram enviados de Israel para lecionar em escolas judaicas brasileiras. No final dos anos 1940, Moysés Wainer diretor da Escola Renascença de São Paulo manifestava “a necessidade de contratação de professores novos, em especial vindos de Israel (...). Com o estabelecimento do Estado de Israel em 1948, consolidou-se a ideia de centralizar e unificar o ensino judaico, vinculando-os a uma central em Israel”.¹³⁷ Essa ação fazia “parte de uma estratégia do movimento sionista, no início dos anos 50, de aprimorar a

¹³⁴ Sobre esse assunto e a discussão dos temas nação, tradição e regionalismo no Brasil durante esse período histórico ver o livro *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação* (1992), de Ruben George Oliven, ver também *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil* (2001) de Jeffrey Lesser.

¹³⁵ Sobre o assunto ver o texto “Isaias Raffalovich e a educação judaica no Brasil” In: FALBEL, 2008, p. 335-368.

¹³⁶ ZITMAN, Idel. O Ensino judaico em São Paulo. *Aonde Vamos?*, n. 380, Rio de Janeiro, 9 set. de 1950, p. 9-10.

¹³⁷ Cf. RENASCENÇA 75 ANOS (1992-1997). Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença: São Paulo, 1997, p. 81. (Biblioteca do AHJB).

educação judaica com o auxílio do governo de Israel. Já naquela época o judaísmo brasileiro sofria os efeitos do isolamento cultural e de um ambiente político que pressionavam a assimilação”.¹³⁸

4. 2. O catecismo sionista

No Brasil a educação das novas gerações, durante o período abordado, ao se distanciar da religião e da tradição judaica, aproximou-se de movimentos seculares como o socialismo, o sionismo e do pensamento liberal, ocorreu assim um deslocamento da sinagoga para a escola, que passou a ser o principal meio difusor e mantenedor da cultura e da identidade judaica. Além da educação formal, outras formas de aprendizagem se impuseram sob as novas gerações com a finalidade de difundir e transmitir o judaísmo e o significado de ser judeu.

Do ponto de vista do pensamento sionista a ideia de criar o Estado imaginado era acompanhada pelo propósito de formar almas para esse Estado. No Brasil, seguindo as premissas internacionais do sionismo foram criadas organizações juvenis que seguiam diferentes linhas ideológicas e político-partidárias. Em sua origem, as organizações juvenis sionistas se inspiravam nos movimentos sociais surgidos na Alemanha e nos países nórdicos no final do século XIX, que preconizavam o retorno à natureza e se cristalizaram no escotismo. Os movimentos juvenis sionistas seguiram muitas de suas práticas, como as formas quase militares de organização, a distribuição em grupos de idade, com os mais velhos liderando os mais jovens, o tipo de uniforme, a realização de acampamentos e jogos ao ar livre, e a aquisição de conhecimentos que um jovem em contato com a natureza devia possuir: montar uma barraca, fazer uma fogueira e diferentes tipos de nós, orientar-se no mato (SORJ, 2012).

Conforme o sociólogo Bernardo Sorj “a principal diferença era que os grupos sionistas tinham como objetivo que o jovem, antes de chegar aos 20 anos, fosse viver em um *kibutz* em Israel. Em sua maioria tinham ideologias socialistas, e, se bem que houvesse grupos associados a partidos liberais e de direita, eles também tinham como meta ir viver em um *kibutz*, ou em cooperativas agrícolas com fortes componentes coletivistas” (Ibidem, p. 30-31).

Para o Betar, movimento juvenil sionista vinculado ao Partido Revisionista, o propósito de formar almas para o futuro Estado estava bem definido. Uma publicação, da década de

¹³⁸ Cf. GOLDSTEIN, Josef. O Estado de Israel, o movimento sionista e a educação judaica no Brasil, 1948-1955. Anuário do Instituto do Judaísmo Contemporâneo, da Universidade Hebraica de Jerusalém, n. 8, 1993, p 39-66 (em Hebraico traduzido por Paulo André Fridman) apud BRUMER In: LEWIN, 2005, p. 338-353.

1940, destinada a orientar a juventude referia o seguinte: “o objetivo do Betar é simples de definir: criar o tipo de judeu que a nação requer para melhor e mais rapidamente construir o Estado judaico. Em outras palavras, criar o cidadão *normal* [grifo meu] e saudável para a nação judaica [...], pois a vida na Diáspora afeta a formação de cidadãos normais e saudáveis”.¹³⁹

Essa afirmação, um importante objetivo sionista revisionista, era justificada da seguinte forma: “durante dois mil anos de exílio, a nação judaica perdeu o hábito de concentrar todas as suas forças numa obra suprema, perdeu o hábito de agir em comum, como um povo, perdeu o hábito de defender-se em caso de emergência. Em vez disso, os judeus se acostumaram a gritos e em vez de atos, à desordem e à desorganização”. Assim, “cada passo da educação betárica significa, portanto, alcançar esta ‘normalidade’, mesmo se for demorado para cada betari atingir o grau justo como viver e agir”.¹⁴⁰

Para o Betar, igualmente, estava claro qual deveria ser o idioma do novo Estado:

O Betar reconhece o Hebraico como a única e eterna língua do povo judeu. Na Palestina, deve tornar-se a língua em todas as fases da vida, na Diáspora deve, pelo menos, ser a linguagem do sistema educacional judaico, começando com o jardim de infância até o fim da escola secundária (mais tarde, talvez, na vida universitária também – se tivermos algum dia universidades judaicas na Diáspora). Na educação de cada criança judaica deve ser o começo e a base de tudo. Uma criança judaica que ignora o hebraico não é completamente judaica, mesmo se ela for Betari.¹⁴¹

De modo geral, para os sionistas de direita a língua iídiche apesar de não ser mais necessária, não era desprezada, sendo estimada pela “riqueza de sua literatura e imprensa”, da mesma forma também era estimado o idioma “ladino dos sefaradim (judeus de descendência espanhola) que servia como remédio excelente contra a assimilação”. Porém, de acordo com o propósito sionista “uma língua nacional, no entanto, é algo diferente e muito mais. Não pode ser uma língua que a nação adotou no percurso de sua história, derivada de um povo estranho [...]. Uma língua nacional é a que nasce simultaneamente com a nação, e depois a acompanha, seja de uma forma ou de outra, durante a sua vida inteira. Para nós, é esta o hebraico”.¹⁴²

Assim, grupos de esquerda e da direita sionista movimentavam-se visando unificar o judaísmo e formar o novo judeu vinculado ao Estado imaginado, seguindo esse propósito um

¹³⁹ A ideologia do Betar. In: *Isto é Betar!* Editado pela Netzivut Betar do Brasil, s/local: 1947, p. 13. Arquivo Josef Halpern (AJH) Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre/RS.

¹⁴⁰ A ideologia do Betar, 1947, p. 13.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 20.

¹⁴² *Ibid.*, p. 20. Sobre os vários problemas de caráter cultural, ideológico e étnico suscitados frente ao Estado judeu e relacionados à questões de idioma em Israel, ver o artigo: *Os sefaraditas em Israel: o sionismo do ponto de vista das vitimas judaicas* (2007), de autoria de Ella Shohat, Professora de Estudos Culturais da Universidade de Nova York.

periódico sionista da década de 1940, em consonância com o pensamento revisionista, mencionava que:

O Betar é a ‘escola’ onde cidadãos judeus e sionistas são educados, a fim de prepará-los para os deveres de pioneiros na Palestina. Estamos vivendo no período mais grave de nossa história. É sua tarefa, a tarefa da juventude judaica de agir agora, e agir imediatamente, depois pode ser tarde demais. Nosso futuro, nossa própria existência está em jogo e requer a nossa luta em conjunto ou a nossa destruição em separado.¹⁴³

Além dos sionistas revisionistas, o movimento sionista, de modo geral, se dirigia aos judeus brasileiros através de *meetings*, encontros e reuniões nas quais as lideranças do movimento e emissários sionistas estrangeiros abordavam temas judaicos, principalmente relacionados à criação do Estado de Israel. Na edição de *Aonde Vamos?* datada de outubro de 1946 há um convite destinado aos judeus do Brasil para participarem da “noite comemorativa da Declaração Balfour”, evento promovido pelo *Keren Kaiemet Le Israel* no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Além de citar o nome dos oradores da noite o convite informava ainda que seria “ainda exibido um filme sobre a Palestina”.¹⁴⁴

Outra nota, publicada em janeiro de 1948 convidava os judeus para um “Grandioso Meeting” a ser realizado em 24 de janeiro também no Automóvel Clube do Brasil. Neste, falariam ao público a Sra. Ruth Kluger e Arie Chill, “delegados de Eretz Israel, especialmente chegados ao Brasil para esta solenidade”, além dos palestrantes no convite constava que seria exibido “um novo filme documentário sobre a Palestina”, por fim, o convite informava que a entrada era franca e que nenhum judeu deveria faltar.¹⁴⁵

Por sua vez, grupos sionistas de esquerda seguindo princípios socialistas, igualmente, realizavam atividades educativas de caráter proselitista, voltadas para a formação do novo judeu. Conforme relatos de ex-militantes e ativistas do movimento juvenil socialista sionista Dror, reunidos no livro: *Fragmentos de Memórias* (2010), organizado pelo historiador Avraham Milgram, grupos sionistas de esquerda tinham entre seus objetivos agregar novos membros em suas fileiras a fim de formá-los segundo seus princípios e postulados. Para atingir esse propósito, eram realizadas sessões de estudo nas quais os integrantes procuravam aproximar os ideais sionistas do socialismo. Segundo Carla Pinsky “no Dror, judaísmo não se confundia com religião. Danças judaicas religiosas, por exemplo, eram rejeitadas. Certas

¹⁴³ A ideologia do Betar. In: *Isto é Betar!* Editado pela Netzivut Betar do Brasil, s/local: 1947, p. 17.

¹⁴⁴ Os nomes citados são os seguintes: Dr. Jacob Helman, M. D. Benish, Leo Halpern, L. Levinson, Dr. Peretz e Dr. Poliakewicz Cf. Comemoração. *Aonde Vamos?*, n. 183, Rio de Janeiro, 31 Out. 1946, p. 10.

¹⁴⁵ Cf. *Aonde Vamos?*, n. 245, Rio de Janeiro, 22 jan. de 1948, p. 22.

tradições que, em sua origem, tiveram alguma ligação com a religiosidade, perdiam esse caráter quando retomadas pelo Dror, que procurava tratá-las como heranças culturais do povo judeu e, didaticamente, como meios de reforçar a coesão nacional” (PINSKY, 2000, p. 185).

Nas reuniões de estudo eram lidas obras sobre os respectivos temas, isto é, livros de autoria de Karl Marx e de pensadores do sionismo socialista como Dov Ber Borochoy, Aron David Gordon e Moses Hess, entre outros, os quais aproximavam e combinavam em suas análises um Estado judeu e socialista.

Em meados da década de 1950 o movimento juvenil *Dror* publicou no Brasil o livro *O Despertar de um Estado (1957)*, que reunia conferências e textos de autoria do líder político David Ben-Gurion, os quais foram escritos em sua grande maioria ao longo da primeira metade do século XX e possuem como datas limite os anos de 1918 e 1953. É possível classificar esse conjunto de escritos como uma síntese do arcabouço teórico e ideológico do sionismo e do sionismo socialista, em especial. Tais textos contribuem para que compreendamos com maior clareza o pensamento sionista socialista.¹⁴⁶

Nestes, ao explicar a noção de revolução judaica, Ben-Gurion referia que “os promotores da revolução judaica de nosso tempo dizem por sua vez: a insubmissão ao destino não basta. *É preciso dominar o destino; temos de tomar nossa sorte e nossas próprias mãos!* Eis o sentido da revolução judaica. Em outras palavras: não insubmissão no *galut*, mas antes anulação e liquidação do mesmo”. O líder sionista concluía seu pensamento afirmando que Galut significava dependência. “Dependência material, política, espiritual, cultural, moral intelectual; dependência resultante da vida entre estranhos, de um estado de minoria, da falta de uma pátria, do distanciamento das fontes da vida, da terra, do trabalho, da criação econômica. Devemos suprimir esta dependência e governar nosso destino” (BEN-GURION, 1957, p. 23-24).

Considerando tal assertiva o líder sionista socialista receitava três mandamentos básicos que deveriam ser seguidos por todos os sionistas: independência, unidade e *chalutzianismo* (pioneirismo). Conforme Ben-Gurion os judeus deveriam lutar pela independência de seu Estado nacional, o que representaria a ruptura com o *galut*, da mesma forma, os diferentes judeus deveriam se unir por um objetivo maior, deixando de lado suas distintas perspectivas e, por fim, para o sucesso do sionismo era de suma importância a ocupação e colonização de *Eretz Israel*.

¹⁴⁶ Em 1954 Ben Gurion afastou-se do governo israelense indo viver em Sdé Boker, em uma colônia situada ao sul de Israel. Dedicou-se nesse período à pesquisas filosóficas, reflexão e atividades literárias, possivelmente, alguns dos textos (não datados) reunidos na obra *O Despertar de um Estado (1957)*, foram escritos nessa época.

Em *O Despertar de um Estado* (1957), são encontrados ainda dois textos: *Os Trabalhadores e Eretz Israel*, escrito em 1918, e *O Trabalhador e o Sionismo*, de 1932. Nestes, Ben-Gurion, aprofunda as questões citadas acima, teorizando sobre o movimento sionista, tendo como perspectiva o viés socialista, nesse sentido, aproxima sionismo e socialismo, pois conforme suas palavras: “aparentemente encontramos-nos diante de duas esferas distintas e separadas: a sionista e a socialista. Contudo, isso não passa de ilusão de ótica” (BEN-GURION, 1957, p. 46).

Segundo Ben-Gurion os trabalhadores judeus seriam criados com o Estado de Israel, que serviria como ponto de partida para a formação de Estado revolucionário construído sob a bandeira do trabalho e da liberdade. Tratar-se-ia de um primeiro passo na abolição das classes sociais e demais sectarismos, assim,

Sionismo socialista não significa um sionismo mesclado de algo que não pertence organicamente ao mesmo. Pelo contrário, diferencia-se de todos os demais tipos de sionismo (o burguês, o clerical, o fascista, etc.), por estar livre de ingredientes estranhos que desvirtuam seu caráter, empanam seu brilho. Sionismo socialista significa sionismo integral, pleno, que expressa todo o conteúdo histórico da redenção do povo de Israel sem reserva, sem condição, hesitação ou compromisso. É um sionismo que não se contenta com a redenção de uma parte do povo, mas que deseja a redenção de todo o povo, redenção plena e absoluta. É um sionismo que não aspira a que Eretz Israel seja apenas a pátria de poucos, daqueles que desfrutam de privilégios e de meios, mas de todo judeu que volte à mesma, uma pátria que alimente e sustente, abrigue e redima com medida igual todos os seus filhos, sem discriminação e distinção (BEN-GURION, 1957, p. 48).

Em seus textos Ben Gurion criticava ainda outros caminhos seguidos pelo movimento sionista, como o sionismo geral e o revisionismo, considerados, respectivamente como burguês e fascista, por grupos judaicos socialistas. O líder sionista tendo essa perspectiva mencionava que o movimento trabalhista não tinha razão para admitir tal concepção “miope e estreita”. E segundo suas palavras, referia:

Nós não discriminamos entre pioneiros ou entre trabalhadores segundo o distintivo que usam, nem segundo o partido a que pertencem. O critério decisivo é: qual a meta do pioneiro? Qual o modo de viver do trabalhador? Qual a fonte da fé sionista da juventude? Um regime de lucro xenofobia e ódio ao trabalhador? Ou a vida de trabalho em prol da redenção do povo e da reconstrução do país, a preocupação fiel com todos os setores do ishuv, dentro da igualdade de direitos, sem privilégios de classe? Todo jovem judeu que aspira a trabalhar em Eretz Israel, todo chaltz e todo trabalhador, qualquer que seja sua concepção ideológica, é um participante fiel de nossa obra e de nosso movimento (BEN-GURION, 1957, p. 50-51).

Em consonância com a doutrina sionista e do ponto de vista educacional e formativo, vale ainda mencionar que visando à vida no futuro estado eram organizados *machanés*, ou

seja, acampamentos para a juventude que possuíam um caráter pedagógico, tendo por finalidade preparar os jovens para a vida em Israel e, em especial, a vida no kibutz.

Em 1956 um líder da juventude judaica brasileira, que fez *aliá* para o kibutz *Bror Chail*, relembrou a trajetória dos grupos judaicos sionistas de esquerda em meados da década de 1940, sobre isso ele escreveu:

Porto Alegre era uma cidade inteiramente dominada pelos revisionistas. Não obstante, reuniu o movimento em pouco tempo cerca de 300 *chaverim*, e representou o elemento mais dinâmico na campanha para eleição de candidatos ao congresso [22º Congresso Sionista].

O setor Porto Alegre surgira por contato e influência do movimento argentino. Pela proximidade geográfica, haviam os *chaverim* participando de acampamentos argentinos, e organizaram logo após o primeiro acampamento (machané) do movimento brasileiro em Quatro Irmãos.

No Rio de Janeiro, partindo de um grupo de estudos, que se reunia na Biblioteca Bialik, atingiu a juventude de todas as idades e pontos da cidade. O acampamento de verão realizado em Petrópolis (março de 48) veio fixar em bases mais sólidas o movimento.¹⁴⁷

A realização de acampamentos para a juventude (machanés) eram práticas tanto de grupos sionistas de esquerda, quanto revisionistas. Em relação a isso, em março de 1948 a revista *Aonde Vamos?* informava sobre a realização de *mochavot* por parte de grupos sionistas juvenis de distintas ideologias partidárias - Hachomer Hatzair, Betar, Hanoar Hatsioni e Dror. A *mochavot* do Hachomer Hatzair contou com a participação de 120 jovens, a do Betar, com a presença de 60 “betarim”, mesmo número de jovens presentes no acampamento do Hanoar Hatsioni, e o Dror, por sua vez, contou com a participação de 106 jovens.¹⁴⁸ As “mochavot” eram realizadas em cidades do interior de São Paulo e do Rio de Janeiro, como na fazenda do Sol, localizada em Inhaíba/SP, ou em Jundiá/SP e no município de Petrópolis/RJ. Em Porto Alegre, os exercícios ocorriam em zonas afastadas do centro da cidade, igualmente, foram realizados acampamentos, visando preparar os jovens para a vida no futuro Estado nacional, no interior do Rio Grande do Sul.

Além das atividades voltadas para a formação da juventude judaica visando à emigração para Israel, emissários sionistas, como o emissário kibutziano Schlomo Lipski, convocavam os judeus brasileiros para fazerem *aliá*. Lipski conclamava os judeus-brasileiros a emigrarem para Israel, cobrando destes uma “liquidação, tão rápida quanto possível da diáspora e imigração em massa para Israel”.¹⁴⁹

¹⁴⁷ FRIESEL, Sigue. *Bror Chail: História do movimento e do Kibutz Brasileiro*. Colaboração da Comissão do Movimento (Vaadat Hatnuá) do Kibutz Bror Chail. Jerusalém: Departamento da Juventude e do Chalutz da Organização Sionista Mundial, 1956.

¹⁴⁸ Os jovens regressam da “Mochavot”. *Aonde Vamos?*, n. 254, Rio de Janeiro, 25 mar. de 1948, p. 5.

¹⁴⁹ Cf. A primeira grande “Aliyá” do Brasil. *Aonde Vamos?*, n. 304, Rio de Janeiro, 17 Mar. de 1949, p. 6.

Berta Siminovich, uma liderança feminina do sionismo sul-rio-grandense durante os anos 1940 e 1950, em entrevista concedida ao Instituto Marc Chagall, lembra que seu irmão “foi um dos primeiros *Chalutzim* [pioneiros] que saíram daqui. Porque aqui, o movimento sionista quando começou, com o renascimento do Estado de Israel começou um movimento muito grande da juventude sionista chalutziana e o meu irmão foi com os primeiros para o “kibutz” Bror Chail”.¹⁵⁰

Visando a preparação dos jovens para a vida em Israel, igualmente, eram corriqueiras, por parte dos movimentos juvenis, a realização de simulações visando criar o modo de vida que os jovens encontrariam em seu novo país, tal preparação denominada *Harshará* é assim lembrada por um entrevistado:

A comunidade comprou um pedaço de terra em Jundiaí, em São Paulo. E lá estabeleceu um modelo, uma caricatura do que seria um “kibutz”, passar pela “harshará”, era obrigatório. Era obrigatório. Mas é que, como todo o modelo recriado aqui, sob as condições brasileiras, com a proximidade de São Paulo e as mães fornecendo as comidas e os quitutes e os agasalhos. Então, não era, não funcionou, não funcionou. E foi uma experiência desastrosa, tanto no sentido da própria organização como da própria “aliá”. Porque deu uma idéia errada pra todos. O movimento juvenil sionista naquele período, o “Dror”, era a minha vida, era a minha casa, era o meu dia-a-dia, era minha noite, era tudo. Eu viajava, eu ia a São Paulo, para as grandes reuniões. Os nossos congressos eram qualquer coisa assim de assustador, pelo número de jovens do Brasil inteiro.¹⁵¹

Nos arquivos judaicos é possível encontrar muitos depoimentos e documentos contendo informações de judeus que emigraram para Israel e de outros tantos que, após emigrarem, posteriormente retornaram ao Brasil. Nos arquivos, igualmente, são encontrados relatos sobre as estratégias utilizadas para preparar os judeus para a vida em Israel, em relação a isso, além dos acampamentos, eram feitas palestras, reuniões, brincadeiras, festividades, peças teatrais, etc., conforme pode ser visto através das palavras de um depoente:

...na rua judaica, tava bem claro que o objetivo do Dror era tirar as pessoas do Brasil e levar para Israel e botar, em Israel, morar num “kibutz”, ir morar num kibutz que era um lugar que a pessoa não podia ter nada, que era absolutamente socialista. (...) Todos freqüentavam os movimentos que eram muito bacanas. É difícil para o jovem de hoje imaginar o que era aquilo. Teve um cara em Israel, que pertenceu ao movimento, que me disse uma frase que eu acho que resume tudo: “quem não viveu, quem não passou por um movimento juvenil, não teve juventude. Quem seguiu o caminho do movimento juvenil e foi para o “kibutz”, não teve mais vida”. Uma coisa assim. Mas o movimento juvenil, olha, os “iéques” [judeus alemães] não iam (...) ...a disciplina da família alemã era mais forte, o pai dizia não, era não. Era difícil um jovem não participar do movimento juvenil. Era uma coisa assim, ele ia na

¹⁵⁰ Cf. SIMINOVICH, Berta. Entrevista n. 334, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 03/11/1990.

¹⁵¹ Cf. MILMAN, Gildo. Entrevista n. 404, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 26/09/1991.

sexta-feira, se ele não fosse na semana. Durante a semana tinha “sichá”, era uma palestra que o “madrich” [dirigente, orientador] dava. Aí tinha jogos, tinha brincadeiras, mas às sextas-feiras, às sextas-feiras era o “Cabala Shabat” [Chegada do sábado na sexta à noite]. O Dror chamava de “Cabala Shabat”, o Hashomer chamava de “Oneg Shabat”, “Oneg Shabat”. E no “Cabala Shabat” era todo mundo reunido, brincando, jogando, dançando, uma palestra...¹⁵²

Nesse processo de formação de almas para o estado imaginado que basicamente se estendeu dos anos 1920 até a década de 1970, muitos jovens, líderes e militantes do movimento iam à Palestina para participar de cursos sobre o sionismo, retornando ao Brasil a fim de formar e orientar a juventude judaica-brasileira. Sobre isso a revista *Aonde Vamos?* publicou, em fevereiro de 1948, a seguinte nota:

No dia 30 [de janeiro] realizou-se em nossa sede um “Oneg-Shabat” de despedida aos “chaverim” que seguiram para Eretz-Israel.

O “chaver” Jayme Kaufman iniciou a solenidade, convidando sentarem à mesa as “madrichat” Miriam Chalfin, Sulamita Kopelman e Maryam Genauer, todas do Rio e o “madrich” de Porto Alegre, o “chaver” [Frederico] Bariach.

Em seguida o “chaver” Jayme explicou que o “Oneg-Shabat” promovido tinha por fim homenagear os “madrichim”, que foram escolhidos por exames de seleção, e historiando a campanha promovida no Rio de Janeiro para a realização de viagem, agradeceu a todas as instituições e pessoas que colaboraram para o seu êxito.

Expressou ainda, a confiança de que os “oleg” “madrichim” do Brasil, ora enviados, saberão assimilar todos os conhecimentos práticos e teóricos que lhe serão proporcionadas em Eretz-Israel, e porão esses conhecimentos, quando retornarem, ao serviço do Sionismo no Brasil. [...]

PARTIDA PARA ERETZ – Depois de vencidos todos os obstáculos e empecilhos, embarcaram finalmente as 23h:45min. de domingo, 1 do corrente, os “chaverim” que irão freqüentar o curso para “madrichim” em Eretz-Israel. [...]

Já passava de meia noite quando o navio começou a se afastar e, entre canções hebraicas, os últimos lenços acenaram.

Eis a lista dos “chaverim” que embarcaram e que dentro de um ano aqui estarão para trabalhar com a nossa juventude: de Porto Alegre: Frederico Bariach, do Rio: Maryam Genauer, Sulamita Kopelman e Miriam Halfin, de São Paulo: Fiszl Czeresnia, Josef David Sztulman, Naftula Czeresnia, Aron Talenberg, Etlá Stajnbaum e Pola Scuarctuch.¹⁵³

No entanto, mesmo com a realização de diversas atividades visando preparar os judeus para a vida no futuro Estado judeu, o trabalho dos sionistas brasileiros esteve mais diretamente voltado para a criação de Israel e para a construção da nova identidade judaica vinculada a esse Estado, do que para o fim da diáspora, questão que encontrou enorme resistência, em meio aos judeus fossem eles sionistas ou não. Nas comunidades espalhadas pelo Brasil são correntes os relatos, comprovados através de inúmeras fontes orais, de

¹⁵² Cf. STEIN, Carlos. Entrevista n. 370.0, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 10/04/1991.

¹⁵³ “Madrichim” para a Juventude Sionista do Brasil. *Aonde Vamos?*, n. 247, Rio de Janeiro, 5 fev. de 1948, p. 22.

conflitos entre gerações envolvendo pais e filhos sobre a emigração para Israel. Os registros observados indicam e demonstram que os pais eram contrários a ida dos filhos para Israel, para eles era mais importante que seus filhos concluíssem os estudos, obtendo assim uma boa formação, para somente depois decidir “o que fazer da vida”, em contraposição ao que era proposto pelo movimento. Em um destes relatos o entrevistado menciona o seguinte:

O meu plano era fazer “aliá” (...) Eu me lembro que uma vez, eu e o Moacyr Scliar, estávamos falando com meu pai, não sei o que que nós estávamos pedindo... E o meu pai disse: “Olha, eu vou dizer uma coisa pra vocês. Vocês, dentro desse movimento [do Hashomer], vocês estão que nem gado entrando numa mangueira, dentro de um brete para ser marcado. Primeiro é largo, depois é... No final, não consegue nem virar a cabeça, porque vão empurrando um ao outro, vai indo, vai indo, que no final tem que passar por ali”. Eu me lembro, que nós olhamos para ele: “Ah, que besteira, não é nada disso!” Mas, em parte, até que ele tinha razão. Realmente o grupo levava, tinha força. Às vezes, a gente queria cair fora, não é? E não tinha essa... Era o caso, por exemplo, o Moacyr Scliar queria estudar, ele vibrava com estudar. Ele tinha que fazer Medicina, aquilo era vital para ele, e o movimento dizia: “Não, ele tem que abandonar os estudos!”¹⁵⁴

.....

Houve muitos, da minha época, que fizeram a “aliá”, muitos. Fundou-se “Bror Chail”, que é o “Kibutz” brasileiro, fundado por nós brasileiros com um contingente de Porto Alegre. (...) Mas a “aliá” começou a ser transformar num problema sério na vida das famílias, conflitos terríveis. Com os pais, que ambicionavam para os filhos uma segurança, uma vida e tal... havia uma máxima que perpassava pelas famílias aí, da nossa coletividade, que dizia assim: “Primeiro te forma, e, depois, decide a tua vida”. Era uma, uma, não vou chamar de... chantagem, que seria uma grosseria, não era o caso. Havia, realmente, uma preocupação de que se fizesse uma “aliá” completamente despreparado. E a pergunta que se fazia era se não der certo, o que vai ser da tua vida? Então, houve, realmente. Aí, nesse período, vários se definiram pela universidade, a maioria se definiu.¹⁵⁵

Por fim, outro depoente, militante sionista de grupos de esquerda recorda que os pais com receio que seus filhos fossem para Israel, não deixavam que os mesmos participassem de grupos juvenis, segundo suas palavras:

Nos chamavam de comunistas (...) e muitos não permitiam que os filhos participassem. Mas é que havia na verdade esse medo que os filhos fossem para Israel, isso era o grande temor dos pais, que os filhos largassem as universidades, esse era o grande temor dos pais. E as pessoas começaram a se dar conta aqui, se o Ichud era um problema nesse sentido, o Hashomer Hatzair era... Então não é tanto pelo comunista, sabe? É que de repente um jovem aí, desses aí, tinha uma vida normal, terminava o negócio, entrava em universidades, conhecia uma moça. Isso que eles queriam, né? Um jovem do Hashomer não fazia isso. Um jovem do

¹⁵⁴ Cf. SCHAMES, Léo. Entrevista n. 365.0, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 18 e 25/03/1991.

¹⁵⁵ Cf. MILMAN, Gildo. Entrevista n. 404, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 26/09/1991.

Hashomer ele vivia viajando, trabalhando para o movimento, se vestia mal, comia mal, né? Tava sempre em atrito com o pai, atritos muito fortes. Isso era uma coisa que chegou a ser satirizada: o atrito de um filho com o pai, um filho do Hashomer com o pai.¹⁵⁶

Conforme visto, métodos e estratégias formais e informais foram utilizados para integrar os judeus ao movimento sionista e da mesma forma foram utilizadas para integrar os judeus em movimentos judaicos não sionistas. Caminhos esses que igualmente ajudaram criar uma nova identidade judaica, secular e, posteriormente, vinculada, de um modo ou de outro, ao Estado de Israel. Tais questões se desdobraram em outras frentes que, por sua vez, encontraram resistência tanto entre os judeus não-sionistas, quanto sionistas. Tal resistência moldou um judaísmo contrário ao que desejava o sionismo, criou um judaísmo desvinculado e independente do movimento que, por sua vez, contribuiu para a crise do movimento em termos internacionais e, em especial, no Brasil.

Vimos nesse capítulo, às estratégias de propagação, isto é, as formas e meios de difusão das ideias sionistas, e de formação do novo judeu pela perspectiva da ideologia sionista, dirigidas para os judeus em geral, e em especial para a juventude. Tal análise nos conduz necessariamente para o tema que abordaremos no capítulo a seguir, visto que outros caminhos e alternativas foram também apresentados e oferecidos aos judeus radicados no Brasil, algumas das quais frontalmente contrárias ao nacionalismo judaico.

¹⁵⁶ Cf. STEIN, Carlos. Entrevista n. 370. 0, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 10/04/1991.

5. SIONISTAS VERSUS PROGRESSISTAS - ENCONTROS E CONFRONTOS: DOIS PROJETOS PARA O JUDAÍSMO BRASILEIRO (1901-1956)

Os diferentes grupos de imigrantes judeus que desembarcaram no Brasil durante a primeira metade do século XX organizaram-se socialmente de inúmeras formas e de acordo com critérios culturais específicos como o local de origem, idioma, ritos religiosos e posições político-ideológico-partidárias, entre outros aspectos. Assim, junto com suas bagagens esses imigrantes trouxeram também visões de mundo que se inscreviam em diferentes matizes ideológicos, entre elas as ideias socialistas e nacionalistas. O nacionalismo judaico ou sionismo, ao propor a criação do Estado Judeu conclamou “todos” os judeus a se engajarem nesse movimento, porém existiam dentro do judaísmo outras perspectivas também universais e, algumas delas frontalmente contrárias a criação de Israel, as quais vislumbravam outros caminhos para solucionar *a questão judaica*. No Brasil tais ideias e suas variações se polarizaram entre grupos favoráveis e contrários ao projeto sionista. A partir dessa perspectiva, pretendemos aqui evidenciar e analisar o confronto entre dois grupos: *sionistas* e *progressistas* (ou judeus de esquerda contrários ao sionismo), tendo como objetivo identificar e caracterizar suas proposições, bem como verificar as possíveis contribuições de ambos, e desse confronto, para a formação de uma comunidade judaica brasileira.

Visto isso, convém antes que esclareçamos dois pontos. Primeiro que a abordagem sobre os temas *sionismo* e/ou *progressismo* no Brasil não é novidade no que tange aos estudos judaicos, de forma que os pesquisadores e estudiosos do assunto já estão familiarizados com esses termos, os quais traduzem ideias e noções específicas e diametralmente opostas. Por outro lado, é importante ressaltar que não temos aqui a pretensão de esgotar o assunto, pois seria impossível dar conta do tema, de suas variáveis e sua complexidade apenas neste capítulo, bem como tal tarefa fugiria ao propósito do presente trabalho.

Por sua vez, o recorte temporal aqui proposto, que circunscreve o tema a primeira metade do século XX, se justifica por diferentes razões, ou seja, em função das fontes pesquisadas, da proposta apresentada e dos marcos temporais que compreendem datas simbólicas que apontam para importantes acontecimentos do judaísmo brasileiro e universal. Cabe assim referir que do ponto de vista temporal, o assunto poderia ser estendido, abarcando

todo o século XX, pois ambos os temas extrapolam o período aqui abordado por nós, porém não é esse o caso. Por fim, não se trata meramente de uma abordagem sobre sionismo ou progressismo judaico, mas sim de verificar o contraste entre ambos os projetos e suas conseqüências para o judaísmo brasileiro.

Trata-se de analisar um movimento dialético de duas correntes espelhadas, ainda que ideologicamente muito distintas – que possuíam práticas semelhantes para atingir seus objetivos como a fundação de instituições diversificadas, escolas, clubes, bibliotecas, movimentos juvenis, bem como a criação de periódicos, seminários, grupos de estudo, reuniões, etc. Através de uma cômoda leitura retrospectiva de um observador do século XXI, esse movimento dialético, em combinação com o esvaziamento ideológico de ambos os movimentos (sionismo e progressismo), irá gerar uma comunidade, que não foi idealizada nem por um, nem por outro.

Dito isso, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, no livro *Vidas desperdiçadas*, ao analisar dois grupos sociais distintos mostra como ambos se percebem, conforme o sociólogo, provavelmente a visão destes seria manifestada da seguinte forma: “Sempre há um número demasiado deles. ‘Eles’ são sujeitos dos quais deveria haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são as pessoas das quais deveria haver mais” (BAUMAN, 2005, p. 47). Tal frase se encaixa muito bem em nossa perspectiva para retratar a relação dos grupos aqui analisados. Ainda, segundo Bauman, em termos globais vivemos hoje o que parece ser uma “cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento”, na qual se usa “a identidade atual como se usa uma camisa que pode ser prontamente trocada quando em desuso ou fora de moda” e se rejeita as lições do passado sem inibição nem remorso (Ibidem, p. 144).

O período abordado se caracterizou de modo diferente da assertiva de Bauman, a primeira metade do século XX foi regida de acordo com uma cultura do *engajamento, da continuidade e da memória*. Se hoje, por toda parte graceja a descrença no progresso da humanidade e a revolução socialista é vista como algo utópico, improvável e fora do cenário político internacional, pelo menos até o último quartel do século XX a crença nessas perspectivas que vislumbravam uma mudança radical das sociedades pautou a agenda política e econômica de diferentes Estados nacionais, governos e movimentos sociais, normatizando e investindo de sentido a ação coletiva e a vida sócio-cultural de milhares de indivíduos, fossem eles favoráveis ou contrários a ela.

Tendo em vista este panorama, este capítulo ao analisar o confronto entre sionistas e não-sionistas de esquerda, aborda as divergências transcorridas dentro do judaísmo no Brasil,

com o objetivo caracterizar ambos os grupos e seus sistemas ideológicos, bem como as disputas e conflitos decorrentes desse confronto.

Considerando aqui ideologia como um conjunto de convicções e convenções filosóficas, jurídicas, sociais ou políticas, como propostas e visões de mundo formadas por um conjunto de ideias, tais movimentos formavam assim, diferentes sistemas ideológicos. Segundo o historiador Georges Duby “os sistemas ideológicos não se inventam. Existem difusos, aflorando apenas a consciência dos homens. Nunca imóveis. Elaborado na memória dos homens, intrinsecamente, através de uma lenta evolução, imperceptível, mas cujos efeitos se descobrem de longe em longe, efeitos que no conjunto se deslocam e que podemos reconstruir” (DUBY, 1994, p. 80).

O fato de classificarmos sionismo e progressismo como programas ou sistemas ideológicos e movimentos políticos não significa deixar de lado seu viés cultural, pois “não podemos compreender as nações e o nacionalismo apenas como uma ideologia ou forma de política, mas devemos antes considerá-lo também como um fenômeno cultural”, pois “o nacionalismo, enquanto ideologia e movimento, deve ser intimamente relacionado com *identidade nacional*, um conceito multidimensional, e alargado de forma a incluir sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica” (SMITH, 1997, p. 9-10).

Devemos considerar ainda que ao abordar dois grupos distintos é pertinente levar em conta que sionistas e progressistas travaram lutas simbólicas, concorrendo para cooptar novos adeptos para suas fileiras, disputando o reconhecimento público e o poder de nomear a si mesmos e, por extensão, os outros, inscrevendo-se assim naquilo que Pierre Bourdieu chamou de *lutas de classificação*, ou seja, “o poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade” (BOURDIEU, 2004a, p. 167).

Por outro lado, cabe referir que ao classificarmos ou enquadrarmos os atores sociais, sejam eles dirigentes ou militantes, em diferentes correntes político-partidárias, não pretendemos reproduzir uma visão determinista, definindo suas ações meramente por meio do grupo ao qual eles estão vinculados, ou seja: se fulano é de tal corrente agirá desse ou daquele modo. Primeiro, porque em política as alianças, acordos, consensos e conflitos são provisórios, isto é, se fazem e desfazem de acordo com as circunstâncias, inscreve-se em um determinado período temporal, e, modificam-se conforme os cruzamentos de interesses e de objetivos dos grupos, dos indivíduos e de acordo com o contexto em que se inscrevem. Segundo, porque a movimentação dos indivíduos é dinâmica e fluída, visto que um mesmo

militante pode pertencer a múltiplas organizações, produzindo assim diferentes relações sociais. O pesquisador em história, a fim de não cair em armadilhas anacrônicas deve ainda estar atento para a projeção, a trajetória e as transformações dos indivíduos e dos grupos ao longo do tempo.

Ambos os movimentos – sionismo e progressismo - voltados para o judaísmo, possuíam divergências em termos culturais e, seguindo caminhos opostos, inscreviam seus projetos em diferentes concepções políticas. O sionismo tinha como proposta a criação de um Estado nacional judaico e, por sua vez, os judeus socialistas, almejavam o internacionalismo como seu objetivo maior, sendo por isso, contrários ao projeto de formação de um estado nacional, o que *a priori* representava um retrocesso para as correntes vinculadas ao marxismo.

Ao analisarmos estes dois movimentos seculares, polarizados através de grupos guiados por diferentes sistemas ideológicos, um priorizando o viés nacional e o outro a consciência de classe, o propósito deste capítulo é verificar as fraturas e oposições existentes dentro do conjunto, isto é, do judaísmo. Se, por um lado, ambos os sistemas são por vezes excludentes, por outro, podem também se completar, visto que as ideias e suas representações se modificam e apresentam variações em suas trajetórias, se vinculando aos contextos em que estão inscritas. Assim, “cada geração traz consigo uma certa definição do homem, simultaneamente descritiva e normativa, ao mesmo tempo que se dota, a partir dela, de uma determinada ideia da imaginação, daquilo que ela é ou daquilo que deveria ser” (BACZKO, 1985, p. 309). De outra forma, e conforme visto “o fato de uma geração inteira ser atraída por determinado assunto revela que o tema em questão compõe o mosaico de preocupações contemporâneas daquela sociedade” (WASSERMAN, 2003, p. 305).

Segundo a historiadora Anne-Marie Thiesse a oposição entre nacionalismo e socialismo “constitui um dos principais eixos da história europeia do século XX. Entretanto freqüentemente identidade de classe e identidade nacional coexistiram: a preferência por uma delas em determinada conjuntura política não significa, necessariamente, a rejeição da outra” (THIESSE, 2001/2002, p. 19). Retomando nosso foco, e a fim de ordenar a abordagem dos dois grupos, serão utilizados ao longo do capítulo os termos “sionistas” para caracterizar os judeus favoráveis a criação de um Estado nacional judaico na Palestina, segundo o modelo professado por Theodor Herzl, e “progressistas”, “judeus de esquerda contrários ao

sionismo”, “judeus vermelhos”,¹⁵⁷ “judeus antissionistas” ou “judeus socialistas não-sionistas”, para caracterizar os judeus de inspiração marxista contrários ao projeto sionista.

Utilizaremos de modo mais corrente neste capítulo os termos “progressistas” e “esquerda judaica não sionista” para classificarmos de modo amplo um conjunto formado por judeus não sionistas vinculados a movimentos comunistas, socialistas e humanistas, pois conforme visto, “a palavra ‘progresso’ nos conduz àquela que foi claramente a grande matriz intelectual dos pensadores, socialistas e comunistas, que analisaram a sociedade no começo da era moderna, ou seja, ao Iluminismo setecentista” (HOBSBAWM, 2011, p. 26).

Tendo em vista tal classificação, cabe esclarecer que a utilização dos termos “judeus de esquerda contrários ao sionismo” ou “progressistas” se faz necessário a fim de realçar o contraste, visto que o sionismo abarcava igualmente em suas fileiras agrupamentos de esquerda, bem como partidos e movimentos de inspiração marxista. Por outro lado, o termo “antissionista” não nos remete necessariamente e apenas a grupos judaicos de esquerda, visto que dentro do judaísmo também podem ser classificados dessa forma alguns grupos não-sionistas formados por religiosos liberais, reformistas, religiosos ortodoxos e ultra-ortodoxos.¹⁵⁸

Formado por diferentes tendências políticas, grupos sociais e culturais, que seguiam diferentes perspectivas, as quais produziam nuances e conflitos dentro do movimento, o sionismo proposto por Theodor Herzl tinha como objetivo criar um Estado nacional para solucionar o antissemitismo.¹⁵⁹ Enquanto a esquerda judaica não-sionista vislumbrava outras perspectivas para resolver tal questão, como uma transformação social mais ampla e a assimilação, entre outras, pois segundo essa perspectiva, e grosso modo, a questão judaica e o antissemitismo não seriam resolvidos apenas com a criação de um Estado nacional judaico.

A esquerda judaica antissionista também apresentava divisões, abarcando grupos que defendiam a criação de uma região autônoma judaica (RAJ), aproximando, assim, socialismo e nacionalismo, e outros que defendiam a assimilação dos judeus nos países onde estes estivessem radicados. Conforme Dina Kinoshita a Declaração Balfour (1917) dividiu a esquerda judaica, visto que “parcelas significativas da juventude judaica mostravam simpatia pela nova sociedade que estava sendo construída” na Rússia. Uma parte destas massas

¹⁵⁷ Termo corrente encontrado na literatura referentes as judeus de esquerda. Ver FELDMAN, 2001; BAHIA, 2009. Igualmente, o termo “*roitzers*” (vermelhos) aparece em documentos e fontes orais, referindo-se aos judeus progressistas, socialistas, comunistas, etc.

¹⁵⁸ Sobre a oposição de grupos religiosos judaicos ao sionismo ver RABKIN, 2009.

¹⁵⁹ O sionismo de Theodor Herzl era formado por um conjunto de ideias, as quais não se resumiam meramente na criação de um Estado nacional. Sobre isso ver a obra fundadora do movimento, *O Estado Judeu* (1998), em especial as páginas 57 até 63, as quais abordam “a questão judaica”, “das causas do antissemitismo” e “conseqüências do antissemitismo”, entre outros temas.

tornara-se comunista ou socialista porque vislumbrava aí um caminho possível para aquisição da cidadania embora pretendesse preservar prioritariamente sua cultura e tradição. Outros mais próximos do pensamento marxista entenderam que a questão judaica não poder-se-ia resolver de forma particular, que fazia parte da solução dos problemas universais (KINOSHITA, 2000, p. 379).

De forma resumida, a esquerda judaica antissionista era formada por grupos comunistas, socialistas, correntes assimilacionistas e a ligada ao Bund (*Algemeiner Yidisher Arbeterbund In Lite, Poilen Un Rusland* ou Sindicato Geral dos Trabalhadores judeus da Lituânia, Polônia e Rússia).

Sobre a assimilação, cabe aqui abrir parêntesis para referir que no “início do século XIX a palavra assimilação começou a se popularizar, entre os falantes de língua inglesa, para descrever um particular de mudança e modificação entre os povos recém-emancipados: um tipo que indicava a transformação dos emancipados no sentido da ‘cultura’ dominante e sua incorporação no que esse grupo reconhecia como sendo a vida social e política da corrente principal”. No entanto, “o sentido e a realidade da assimilação foram muito mais complexos do que indicaria seu uso popular”, pois em vez do processo absoluto, inclusivo e unidirecional de transformação cultural e integração societária implícito nessas definições, o termo foi mais exatamente indicativo de um processo de adaptação e ajustamento *num continuum*. Tal como a emancipação, a assimilação abrangeu uma gama variada de respostas (SPITZER, 2004, p. 34-35).

Assim, durante as primeiras décadas do século XX as teorias assimilacionistas dominaram os estudos étnicos. Em linhas gerais o termo assimilação significa o processo de se tornar similar. O sentido original dessa palavra emergiu na sociologia por conta de um de seus sentidos secundários, denotando a absorção de nutrientes por um organismo vivo – assim como corpo assimila comida. A popularidade da analogia orgânica na sociologia do século XX aumentou a tendência de dar ao termo o seu segundo sentido. Foi o que ocorreu com o conceito principalmente nos Estados Unidos, à época do afluxo de imigrantes vindos da Europa oriental e dos países mediterrâneos, suspeitando-se serem eles de um padrão inferior e menos facilmente assimiláveis do que os imigrantes do nordeste da Europa. Para fins sociológicos, são necessárias maiores distinções, pois a assimilação pode ser vista como um tipo de mudança étnica pela qual os indivíduos se tornam parecidos. Assim, os processos de assimilação são muito complexos e necessitam ser estudados, levando-se em consideração as formas específicas de comportamento analisadas em seus contextos - social e político (BANTON, 2000, p. 84-86).

Pelo viés da perspectiva assimilacionista vale citar como exemplo o caso dos Rothschild, família internacional de judeus assimilados, com ramificações de parentesco distribuídas pela França, Alemanha, Inglaterra e Áustria. Os Rothschild propunham a inserção e a integração social dos judeus nos países onde estes estivessem radicados, porém, em relação aos judeus russos, no final do século XIX, os Rothschild propuseram transferí-los para Israel, nesse sentido, estimularam e financiaram colônias agrícolas e assentamentos judaicos em Israel, sem, no entanto, possuir compromissos ideológicos com o movimento sionista ou com pretensões de caráter nacionalista.

É necessário ainda mencionar que assimilação e integração social não são ideias exclusivas de grupos de esquerda, pois judeus, da Europa ocidental e central, contrários ao socialismo e ao sionismo, visavam solucionar a *questão judaica*, através da integração social e econômica dos judeus no país onde estivessem radicados, sendo este o caso da Jewish Colonization Association e dos judeus reformistas.¹⁶⁰

Por fim, em suas origens, ambos os sistemas ideológicos, socialismo e nacionalismo judaico, obtiveram grande recepção e êxito no Leste europeu.¹⁶¹ Em relação ao surgimento e os caminhos percorridos pelo sionismo, Chaim Weizmann escreveu em sua autobiografia que “mais profundo nos seus efeitos sobre o movimento sionista foi a criação de Herzl do Congresso Sionista. Tendo fracassado em suas gestões com as notabilidades e os filantropos judeus, voltou-se para as massas judias” (WEIZMANN, 1969, p. 61).¹⁶² Também em relação a isso, o historiador Léon Poliakov mencionou que:

Os Rothschilds, o Barão de Hirsch e outros magnatas, que gastavam bilhões no auxílio à instalação dos judeus em outros locais, não queriam nem ouvir falar de ‘Estado judeu’, ideia a seus olhos utópica e perigosa. [...] o projeto de Hezl teria mergulhado rapidamente no esquecimento, não fosse o concurso entusiasta e maciço dos judeus do Leste, que se sentiam judeus, não em virtude do decreto antisemita, mas espontânea e ingenuamente, como os franceses se sentiam franceses, e os tchecos, tchecos. Especialmente no império czarista, é a mesma geração que, em face de uma miséria material e moral sem solução, pontilhada por *pogroms* cada vez mais freqüentes, viu erguerem-se os grandes paladinos de uma mudança radical, os

¹⁶⁰ O “judaísmo reformista é um movimento que pretende harmonizar os costumes e os rituais judeus com o meio protestante alemão que, para muitos, serve-lhe de modelo. Entre as reformas propostas por esse movimento, que tem suas origens na Alemanha do norte, no começo do século XIX, encontra-se o enfraquecimento da dimensão étnica do judaísmo, cujos adeptos transformam-se assim, em *alemães de confissão mosaica*” (RABKIN, 2009, p. 41).

¹⁶¹ “Leste europeu” é o termo com o qual o historiador, informado pelos acontecimentos da história européia contemporânea, designa populações emigrantes cujas nacionalidades tornam-se imprecisas em virtude de disputas políticas (WEBER, 2006, p. 246).

¹⁶² A autobiografia de Chaim Weizmann, líder do movimento sionista e primeiro presidente de Israel, intitulada: *Trial and error. The autobiography of Chaim Weizmann* (1949) (Tentativa e erro. A autobiografia de Chaim Weizmann), foi traduzida para o português em 1969 com o título: Israel: do sonho à realidade. Autobiografia de Chaim Weizmann.

Weizmann, e os Ben Gurion – ao mesmo tempo que os Trotski e as Rosa Luxemburgo, arcanjos do internacionalismo integral. [...] As relações entre o sionismo e o socialismo, menos distantes no passado do que comumente se acredita, foram marcadas por inúmeras tentativas de conciliação, e por passagens de um campo para outro.¹⁶³

Dessa forma, as ideias socialistas e sionistas foram trazidas para a América por imigrantes, ou seja, não foram criadas no Brasil, mas sim reelaboradas de acordo com as circunstâncias encontradas, havendo por parte de ambos os grupos uma tentativa de reproduzi-las no novo contexto, o qual se mostrava bastante diferente do qual haviam emigrado.

5. 1. Sionismo e socialismo

O sionismo provocaria um deslocamento na identidade judaica, tendo como base o território e o idioma como suportes fundamentais da nova identidade, que se distinguia da identidade judaica tradicional alicerçada por uma consciência religiosa desprovida de uma língua e de um território comuns. Nesse contexto, a religião judaica foi ressignificada de acordo com as premissas do movimento, que, igualmente se apropriou dos símbolos religiosos como a Estrela de David, os quais serviram de substrato e alicerce do civismo judaico, de modo que o passado foi escrito de acordo com as necessidades presentes. Sobre isso, o historiador israelense Sholomo Sand ao analisar a escrita da história de acordo com os propósitos sionistas escreveu o seguinte:

Constata-se que, desde o início, existe um vínculo estreito entre a concepção da Bíblia como documento histórico confiável e a própria tentativa para definir a identidade judaica moderna em termos pré-nacionais ou nacionais. Forçosamente, quanto mais um autor é afetado por um sentimento nacional, mais ele adere à concepção da bíblia como documento histórico, pois as Escrituras Sagradas se tornam assim a fonte de origem comum do “povo”. No entanto, um segmento do “judaísmo reformado” se interessa pela Bíblia por razões completamente diferentes, seja por oposição ao apego dos rabinos ortodoxos ao Talmude, seja por imitação dos métodos protestantes. [...]... o Livro dos Livros se tornou o ponto de partida das primeiras tentativas historiográficas que levariam à invenção da noção de “nação judaica”. Invenção que, de fato, só se desenvolveria na segunda metade do século [XIX] (SAND, 2011, p. 133-134).

O antissemitismo serviu como fundamento para criação da identidade proposta pelo movimento sionista, tal ideia posteriormente adquiriu maior força e projeção devido ao Holocausto. O sionismo apresentava-se assim como baluarte detentor, mantenedor e difusor da cultura e da identidade judaica. Porém, em sua fase inicial a pretensa simplicidade do

¹⁶³ No que tange as origens e a recepção das ideias sionistas no leste europeu ver também PINSKY, 1978.

projeto apresentado por Theodor Herzl, através do livro *O Estado judeu*, encontrou inúmeros obstáculos quando confrontado com a realidade, devido à rejeição encontrada primeiramente entre muitos grupos judaicos, os quais para resolver a questão judaica, seguiam ideias assimilacionistas ou os caminhos apontados pelo socialismo ou pela tradição judaica vinculada a Torá.

Conforme Poliakov, parte dos obstáculos encontrados pelo sionismo em sua fase inicial se deve à dimensão do projeto e alguns detalhes e ilusões de Theodor Herzl, para o qual o Estado judeu “deveria constituir-se através de uma decisão das grandes potências, e ser financiado pelos judeus ricos” (POLIAKOV, 2000, p. 16-17). O desenvolvimento do movimento sionista em diferentes países e contextos sociais e políticos também produziu uma série de nuances que modificaram a maneira de ser e a ação do movimento.

Internamente, se havia consenso no movimento em relação à criação do Estado judeu na Palestina, o mesmo não acontecia acerca dos meios para ser alcançado tal objetivo, pois, correntes partidárias de esquerda, de direita e religiosas, divergiam acerca de quais caminhos deveriam ser seguidos para atingir esse fim. Também havia discordância a respeito do modelo político e econômico a ser implantado no futuro Estado. Assim, conforme visto, na década de 1930 houve uma divisão/fragmentação no movimento, promovida por grupos de extrema-direita que fundaram a Nova Organização Sionista, por discordarem dos métodos empregados para se criar o Estado judeu.

As conseqüências e os conflitos gerados em decorrência das propostas de Theodor Herzl são resumidos naquilo que o historiador Peter Burke chamou de “o problema dos fundadores e seguidores”. Conforme Burke:

A mensagem do fundador bem-sucedido de um movimento, filosofia ou religião raramente é simples. Ela atrai muitas pessoas porque tem muitos aspectos. Alguns seguidores enfatizam um aspecto, alguns enfatizam outro segundo seus próprios interesses ou a situação em que se encontram. Ainda mais fundamental é o problema do “conflito interior das tradições”, a disputa inevitável entre regras universais e situações específicas sempre em transformação.
Em outras palavras, o legado muda – na verdade deve mudar – no decorrer de sua transmissão para uma nova geração (BURKE, 2005, p. 40).

A ideia sionista, permeada por diferenças, discussões e divergências internas, se manteve coesa tendo como núcleo central a criação de Israel, o fim da diáspora e a erradicação do antissemitismo. Essa proposta foi incorporada por alguns judeus nascidos em terras brasileiras e por imigrantes no início do século XX, desenvolvendo-se com mais intensidade de acordo com a imigração para as regiões sul e sudeste nos anos 1920 e 1930,

quando desembarcam grandes levas de judeus no país. Nesse aspecto, *sionismo* e *progressismo* apresentavam semelhanças, pois ambos foram gerados no exterior e, de modo geral, implantados no Brasil por meio da imigração proveniente do leste europeu.

Se por um lado, os grupos de imigrantes ampliavam e incrementavam, de modo quantitativo e qualitativo, o sionismo brasileiro, as novas levas de imigrantes atualizavam suas fileiras de acordo com as novidades trazidas do velho continente, onde se localizava a sede da OSM e a matriz dos principais partidos sionistas. Por outro lado, também da Europa vieram as fontes de oposição e contestação ao movimento, entre estas algumas versões de inspiração marxista. Conforme visto, no Brasil se destacaram duas, entre as principais concepções defendidas pela esquerda judaica antissionista: a assimilacionista e a perspectiva da autonomia cultural dos judeus, visão defendida pelo Bund e a mais difundida entre os judeus radicados no país.

Em linhas gerais, a primeira referia que os problemas relacionados aos judeus seriam resolvidos pela *ditadura do proletariado*. Para estes, em uma sociedade igualitária sem exploração, onde todos tivessem acesso aos meios de produção e os lucros fossem coletivizados não haveria espaço para o antissemitismo, por isso, os judeus deveriam se assimilar em termos sociais e culturais às sociedades hospedeiras e se engajar na *luta de classes* enquanto parcela explorada do capitalismo, procurando apagar as diferenças sociais existentes. “Como os operários não têm pátria, era evidente que o proletariado judeu, da mesma forma que os outros, se quisessem romper seus grilhões, devia lutar, pelo advento de um mundo melhor e mais racional, sem nações e sem classes” (POLIAKOV, 2000, p. 13-14).

Em relação à situação do comunismo e do proletariado judaico no Brasil, Dina Kinoshita menciona que:

Não se pode esquecer que nos fins dos anos 20 e até meados dos anos 30 a Internacional Comunista havia dedicado uma atenção especial ao Brasil, na medida em que Luiz Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança, líder máximo da Coluna Prestes, havia ingressado no PCB e vinha-se preparando o Levante de 35. Há um número significativo de judeus envolvidos, com figuras de projeção no Movimento Comunista Internacional como Olga Benário, Guralski, Nute e Liuba Goifman, outras de projeção no PCB como Noé Gertel, José Gutman, Jacob Wolfenson e muitos militantes de quem se toma conhecimento através dos arquivos policiais (KINOSHITA, 2000, p. 381).

.....

Seria difícil dividir a esquerda judaica de forma reducionista entre os que militam na “rua judaica” e os que militam pela causas nacionais e internacionais. O processo é muito mais complexo e as situações se entrelaçam e interpenetram. A cultura da

clandestinidade que impera, muitas vezes, camufla este fato. É preciso considerar que a maioria dos partidos comunistas foram criados nos anos 20. [...] No caso brasileiro, parte dos comunistas judeus nascidos no Brasil ou que chegaram aqui muito jovens, entre os quais poder-se-ia citar Leôncio Basbaum, Hersch Schechter, Sara Becker (mais tarde Sara de Mello), Felícia Itkis (mais tarde Schechter), os já citados Gertel, Wolfenson e Gutman, abraçavam em primeiro lugar, as lutas gerais do povo brasileiro... (Ibidem, 2000, p. 382).

Por sua vez, o Bund ao aproximar teoricamente nacionalismo e socialismo, visava aproximar o judaísmo do socialismo russo, sem, no entanto, ser assimilado por este em termos culturais. Vislumbrava uma sociedade socialista, porém, não desconsiderava a particularidade histórica, social e cultural judaica. Seus membros pleiteavam reconhecimento de direitos de autonomia cultural para os judeus e defendiam a manutenção da cultura iídiche, inscrevendo-se assim, também na já citada questão dos “fundadores e seguidores”, proferida por Peter Burke. O Bund representou um papel importante no Primeiro Congresso do Partido Social-Democrata Russo (POS DR), onde defendeu a fórmula federativa – a mesma que foi adotada pela União Soviética. Conforme escreveu um renomado historiador “de seu lado, Lênin propugnava um partido fortemente centralizado: as discussões polêmicas que decorreram daí colocaram a “questão nacional” no primeiro plano, coisa com que os teóricos do marxismo quase não se haviam preocupado no início” (POLIAKOV, 2000, p. 18).

No Brasil, as principais diferenças entre judeus sionistas e antissionistas de esquerda podem ser resumidas da seguinte forma: “para os sionistas a ‘normalização’ do povo judeu se daria através da criação de um Estado nacional que reuniria os judeus dispersos num território próprio, e para os idichistas (geralmente associados ao Bund) pelo reconhecimento de direitos de autonomia cultural – baseada na língua iídiche para as minorias nacionais nos respectivos países onde morassem” (BONDER; SORJ, 2001, p. 116). Assim, tanto no Brasil, quanto no cenário internacional “enquanto uns se propunham transformar totalmente a condição dos judeus; outros desejavam metamorfosear a sociedade em seu todo” (POLIAKOV, 2000, p. 17).

De modo geral, para o movimento sionista, juntamente com a criação de Israel se fazia presente a ideia de fim da diáspora. Já os antissionistas de esquerda mostravam-se favoráveis a diáspora, pois defendiam a integração dos judeus na sociedade brasileira resguardando a autonomia cultural judaica com base na cultura iídiche. Por fim, Bernardo Sorj ao mencionar que “o Bund, ao centrar sua identidade na cultura iídiche, desconhecia os laços que uniam os judeus do mundo, excluindo aqueles que só falavam ladino, árabe ou outra língua local” (BONDER; SORJ, 2001, p. 130). Sorj, igualmente, aponta para outro problema, conhecido

como o conflito entre “hebraístas” e “idichistas”, que dinamizou e permeou divergências entre sionistas e progressistas no Brasil.

5. 2. Sionistas e progressistas: origens e divergências no Brasil

As origens do movimento sionista no Brasil remetem à criação da associação Tiferet Sion em 1913, no Rio de Janeiro e demais núcleos em São Paulo, Curitiba e Belém do Pará entre os anos de 1916 e 1917. Conforme visto, além das associações sionistas, em 1916 também surgiu no Rio de Janeiro o jornal judaico-sionista *A Columna*, que tinha “por finalidade defender os interesses dos israelitas no Brasil”. O periódico provocaria o interesse de toda a comunidade judaico-brasileira, “atraindo leitores de todos os estados, sendo um de seus principais objetivos a aglutinação e o despertar de consciência dos imigrantes para uma comunidade organizada e sua integração na sociedade brasileira” (FALBEL, 2005, p. 16). A *Columna* pode ser visto como uma das primeiras manifestações públicas, por parte do movimento sionista no sentido de unificar e representar os judeus radicados no Brasil.

Os primeiros agrupamentos progressistas também surgiram no Rio de Janeiro. A Biblioteca Israelita Scholem Aleichem (BIBSA) fundada em 1915 por imigrantes judeus deu origem no início dos anos 1920 a Associação Scholem Aleichem (ASA) que, segundo a historiadora Esther Kuperman se configurou como o “principal espaço de reunião da esquerda judaica carioca desde o começo de sua existência”. Kuperman esclarece que a BIBSA não era dominada “pelos progressistas no início dos anos 1920 e somente “a partir de 1928 ficou sob hegemonia dos judeus comunistas, sendo a primeira instituição da comunidade a ter esta característica” (KUPERMAN, 2004, p. 227; 233).

Tal assertiva é reforçada por Samuel Malamud, líder sionista e memorialista étnico do judaísmo brasileiro, que, em 1927, fez parte “da diretoria da Biblioteca Scholem Aleichem como secretário”. Nessa época, conforme escreveu o memorialista, “a luta em torno dessa entidade ainda não havia começado”, pois o acirramento das divergências entre sionistas e não-sionistas de esquerda disputando este espaço social teve início no ano seguinte, em 1928, “quando os progressistas tomaram conta da Biblioteca Scholem Aleichem” sendo, então “fundada a Hatchya (Renascença). Instituição que concentrava os adolescentes identificados com o movimento sionista chaltziano [pioneiro], “vários de seus membros fizeram a aliá [emigração] para Eretz [terra] Israel, como pioneiros a partir dos anos 1930” (MALAMUD, 1983, p. 33; 32).

Dessa forma, para se evitar e não se cometer equívocos, principalmente os de caráter anacrônico, a análise do confronto entre sionistas e progressistas deve ser inscrita em seu contexto temporal. Nesse sentido, é questionável a afirmação do pesquisador Sydenham Lourenço Neto, quando ele refere: “é um fato instigante que Samuel Malamud, provavelmente o principal líder sionista brasileiro, tenha se tornado secretário da BIBSA em 1927” (NETO, 2008, p. 231). Nesse período, o imigrante Malamud, era um jovem militante do sionismo brasileiro, de forma que o prestígio adquirido e atribuído a Malamud como líder sionista é posterior ao período em que ele foi secretário da BIBSA, e, conforme esclarece o próprio Malamud em seu livro de memórias, em 1927 ainda não havia um conflito aberto entre sionistas e progressistas.

A Biblioteca Davi Frischmam (BDF), fundada em outubro de 1922 em Niterói/RJ, mesmo ano da fundação do PCB no Brasil, configurou-se como outro agrupamento que reunia judeus de esquerda não-sionistas. A mesma teve forte atuação progressista e “nunca foi uma entidade sionista” (TELO DA CÔRTE, 2007, p. 126). A BIBSA, a BDF, o Colégio Israelita Sholem Aleichem (CSA), a Escola Israelita Eliezer Eteinberger, o Centro Hebreu Brasileiro, o Clube Cabiras, a cozinha popular da Praça Onze (a Ábeter Kich – cozinha do trabalhador), o Socorro Vermelho Judaico (BRAZCOR), o Centro Obreiro Brasileiro Morris Wintschevsky e a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas Froien Farain formavam a frente de esquerda não-sionista do Rio de Janeiro.¹⁶⁴

Também no início da década de 1920 o sionismo brasileiro ampliou seus horizontes, sendo em 1921, representado pela primeira vez, em um Congresso Sionista Mundial. No ano seguinte foi realizada no Rio de Janeiro a 1ª Conferência Territorial Sionista, sendo neste encontro traçadas as diretrizes do sionismo no Brasil. A Conferência de 1922 teve como objetivo maior a criação de uma Federação Sionista.

A preocupação com educação e atuação pedagógica, tanto para sionistas, quanto progressistas se fazia coerente com suas respectivas propostas. Nessa conjuntura, a escola desempenhava um papel de órgão difusor da cultura e dos valores de cada grupo, construindo e mantendo coesa a identidade judaica considerada ideal por ambos. Em outras palavras a escola servia como um instrumento capaz de formar almas, de propagar, aprimorar e legitimar seus respectivos sistemas ideológicos. Na revista *Aonde Vamos?* são freqüentes notícias sobre a celebração de datas cívicas brasileiras em escolas judaicas, nestas, antes ou após o hino nacional brasileiro era também cantada a *Hatikva* [esperança], que desde o primeiro

¹⁶⁴ Sobre comunismo, progressismo judaico e judeus de esquerda ver, em especial, KINOSHITA (2000), IOKOI (2004), KUPERMAN (2004), TELO DA CORTÊ (2007), BAHIA (2007, 2009) e AGUIAR (2009),

Congresso Sionista Mundial, em 1897, passou a ser o hino nacional do Estado judaico imaginado. Assim, de um lado, eram enfatizados símbolos da cultura nacional brasileira e, de outro, aspectos da nacionalidade judaica, ambos eram juntados em um mesmo contexto de modo coerente, produzindo a sensação de união – Brasil e Israel, judeu e brasileiro.¹⁶⁵

No contexto aqui analisado, as divergências entre progressistas e sionistas se intensificaram no final da década de 1920, porém algumas discordâncias já são constadas no início desse período, visto que de acordo com a afirmação de Nachman Falbel desde o início dos anos 1920, os judeus radicados no Brasil já se encontravam divididos entre as tendências sionistas e progressistas (FALBEL, 2008). Em relação a tais divergências, na quarta sessão, da Conferência Sionista, ocorrida em 20 de novembro de 1922, foi apresentado um relatório sobre a educação judaica em geral e no Brasil, em seguida algumas resoluções foram propostas, conforme pode ser verificado ao se consultar os protocolos do encontro:

O senhor Lozinski apresenta um relatório profundo sobre a educação judaica em geral e em particular sobre a educação judaica no Brasil. O orador é a favor de uma educação judaica tradicional com o hebraico como única língua reconhecida nos estudos judaicos.

O senhor Stolzenberg recebe a palavra e apóia as recomendações do senhor Lozinski e apresenta as seguintes resoluções:

Uma vez que a questão da educação judaica é uma das mais importantes no Brasil, resolve o Congresso Sionista recomendar a comunidade judio-brasileira criar escolas, onde além de uma cultura universal, recebam as crianças judias uma educação moderna nacional-hebraica e religiosa. A proposta recebe apoio de outros (FALBEL, 2008, p. 403).

O representante da BIBSA se absteve da votação das resoluções, referindo que a Biblioteca apoiava toda a iniciativa voltada para a educação judaica e que não se ocuparia de outras questões que não fossem de sua competência (FALBEL, 2008, p. 404). Seria uma demasia afirmar que a Biblioteca já possuía um viés inteiramente progressista e antissionista, (até mesmo porque um dos fundadores da Biblioteca o líder sionista Saadio Lozinski era favorável ao ensino do hebraico), assim tal atitude por parte do representante da BIBSA pode sugerir que, nesse período, não havia consenso entre os membros da Biblioteca acerca deste tema, pois como deixar de lado o idioma iídiche que representava uma cultura e tradição? O fato é que a atitude do representante sugere alguma contrariedade.

Ainda que em meio a contestações, para o sionismo a língua das futuras gerações e do Estado imaginado deveria ser o hebraico, idioma visto como primordial e o qual agregaria os judeus dispersos. Porém a situação além de não ser tão simples quanto parece, apresenta

¹⁶⁵ Tais celebrações encontram-se em diversas edições da revistas *Aonde Vamos?*, em especial as edições dos anos de 1944 e 1945, localizadas no Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), em São Paulo.

inúmeras nuances e contradições. Primeiro porque muitos sionistas, para não dizer a maioria, provinham da cultura iídiche e por tal motivo os debates da Conferência Sionista brasileira de 1922 na qual se votou a favor do idioma hebraico, foram realizados em língua iídiche. Situação que gerou protestos por parte dos sefaraditas presentes, que não compreendiam o idioma e, portanto, teriam dificuldade em acompanhar as discussões. O “debate gerado por essa última questão foi o suficiente para que se aprovasse uma resolução indicando o Delegado Miguel Lafer como tradutor, para resumir em português os assuntos tratados” (FALBEL, 2008, p. 400). Igualmente, muitos emissários sionistas estrangeiros, que defendiam o hebraico como idioma judaico, utilizavam entre outros idiomas (como o francês e o espanhol), também o iídiche para se comunicar com os judeus radicados no Brasil. Por fim, o próprio teatro iídiche serviu como instrumento de propagação do ideário sionista, ao abordar em suas peças temas referentes ao nacionalismo judaico.¹⁶⁶

Por outro lado, segundo Nachman Falbel (2009, p. 26) se no Brasil, assim como em outros países, o iídiche “era uma bandeira, entre outras, dos movimentos de esquerda, do velho Bund e dos adeptos das múltiplas nuances do progressismo”,

Devemos observar que nem sempre essa divisão lingüística era estrita se levarmos em conta que a subcorrente do sionismo-socialista (“Poalei Tzion”) e outras, reconheciam que ídiche era uma língua instrumental para a difusão de suas doutrinas uma vez que o hebraico não era acessível à todas as camadas da populares que compunham a população judaica do leste europeu. Possivelmente foi essa a razão que levou a Nathan Birnbaum, que cunhou o termo “sionismo” para o movimento nacionalista judaico, ainda no século XIX, propugnar que o ídiche fosse a “língua do renascimento nacional” para todos os judeus! De todos os modos a propaganda sionista dirigida ao público originários da Europa Oriental naturalmente se fazia em ídiche, mesmo quando se definia o hebraico como língua histórico-tradicional da criatividade cultural judaica desde os tempos bíblicos [...] (FALBEL, 2009, p. 25).

Porém, se muitos sionistas não viam problema em ensinar tanto o hebraico, quanto o iídiche, outros partidários do movimento não se mostravam tão tolerantes e conciliadores em relação ao assunto. Assim, o uso de uma das línguas judaicas era um ponto, entre vários, no que tange ao conflito entre sionistas e progressistas, pois a opção por um idioma “expressava o embate entre duas perspectivas políticas distintas” (KUPERMAN, 2004, p. 231). Conforme escreveu Léon Poliakov “a querela - Revolução ou Sião?” era acompanhada “de uma querela lingüística entre iídiche e o hebraico, querela que dessa forma adquiria tintas políticas, ou mesmo de luta de classes”. A afirmação de Poliakov, que ajuda a caracterizar o conflito entre sionistas e progressistas no Brasil, se refere ao conflito entre sionistas e não-sionistas no Leste

¹⁶⁶ Sobre a apresentação de peças teatrais como instrumento de propagação do ideário sionista ver GUTFREIND, 2004.

européu. Sobre o confronto entre ambos os grupos nessa região o historiador refere ainda que “os comunistas judeus da Ievsektzia já em 1919 trombeteavam contra o sionismo burguês, e proclamavam a guerra civil entre judeus” (POLIAKOV, 2000, p. 33). Dessa forma, a discussão que permeava o judaísmo em âmbito mundial, igualmente, incidia sobre os judeus radicados no Brasil.

No Brasil a identificação dos judeus de esquerda com o iídiche, não era apenas uma forma de reavivar a língua, mas de se contraporem ao segmento sionista da comunidade, digamos “*mais a direita*”, que desvalorizava o iídiche como língua morta, reafirmando a necessidade de se aprender o hebraico, a língua do futuro, a língua de Israel. Este segmento era representado pela revista *Aonde Vamos?* publicada por Aron Neumann na cidade do Rio de Janeiro e apoiado pelo empresariado local (BAHIA, 2007, p. 3).

As discussões transcorridas na Conferência Sionista de 1922 em torno da educação e do idioma inscreviam-se em um debate maior que se desdobrava em questões repletas de meandros e nuances as quais, por sua vez, abriram caminhos para novas discussões. Entre estas, foi discutido se a educação deveria ser ou não religiosa, e se a mesma deveria ter um caráter cívico-nacional, bem como sobre qual idioma deveria ser ensinado além do português, o iídiche ou o hebraico? Sobre isso, o senhor Schechter, um dos debatedores referiu que as crianças judias no Brasil falavam o português e por isso ele não achava conveniente exigir um esforço adicional com a aprendizagem do iídiche, para ele o hebraico deveria ser ensinado, pois era a língua nacional judaica, enquanto o iídiche não tinha importância sobre o aspecto nacional para que se sobrecarregasse as crianças com seu ensino (FALBEL, 2008, p. 403-404).

As combinações possíveis entre estes e outros temas forneciam inúmeras variações que iam ao encontro dos anseios individuais de cada judeu e de seu respectivo grupo, fosse ele sionista, progressista ou religioso. Entretanto, se da perspectiva individual parecia possível unir e conciliar ideias divergentes, o mesmo não ocorria do ponto de vista ideológico. Assim, a ideia de uma educação judaica a serviço da causa sionista entrou em rota de colisão com as proposições progressistas dos judeus de esquerda, conforme visto no capítulo anterior.

A implantação de um projeto educacional judaico no Brasil de acordo com o projeto sionista aproximou o sionismo e a *Jewish Colonization Association* (JCA), vista pelos primeiros como um movimento de caráter assimilacionista. A partir dessa aproximação, no Rio de Janeiro os socialistas iídichistas passaram a encontrar maior resistência por parte dos hebraístas. Segundo Kuperman, “desde 1925 o apoio dado pela ICA à formação de uma rede escolar judaica provocava um confronto entre sionistas/hebraístas e antissionistas/iídichistas,

o que torna evidente que as diferenças política/lingüísticas/ideológicas já eram latentes dentro da comunidade naquele ano” (KUPERMAN, 2004, p. 230).

A discussão envolvendo educação e idioma se inscrevia e fazia parte de projetos político-ideológicos mais amplos. Entre divergências e convergências, sionistas e progressistas acenavam com projetos distintos para os judeus no Brasil. Os primeiros pleiteavam a criação de um Estado nacional judaico em *Eretz Israel*, tendo o hebraico como idioma, o fim da diáspora e a erradicação do antissemitismo. Por sua vez, seguindo perspectivas marxistas, ideais socialistas e alinhados ao regime comunista soviético, os progressistas defendiam a autonomia cultural judaica baseada na cultura iídiche, e por extensão a permanência e manutenção da diáspora. Tal confronto permeou o judaísmo em diversas regiões do país.

Enquanto os sionistas se movimentavam para criar um Estado nacional, os progressistas lutavam pela autonomia da cultura judaica no país onde estivessem radicados. Ideia que se mostrou viável desde 1929, quando a União Soviética de Stálin acenou com a criação de uma região autônoma judaica (RAJ) na Sibéria, designando Birobidjan como local destinado aos judeus. Segundo Samuel Malamud, “convictos desta última ideia, os adeptos de Moscou na comunidade judaica do Brasil desencadearam no fim dos anos 1920 e início dos anos 1930 uma luta ferrenha contra o sionismo, enquanto promoviam campanhas financeiras em prol da colonização judaica na Criméia e em Birobidjan” (MALAMUD, 1983, p. 31).¹⁶⁷

5. 3. Sionistas e progressistas: breve panorama dos conflitos e divergências no Brasil

No final dos anos 1920, “as instituições judaicas do Rio e São Paulo, assim como as de outros estados brasileiros, passavam por um processo de consolidação, o que é confirmado pelo número de edifícios comunitários que se construíram ou alugaram com esta finalidade” (FALBEL, 2005, p. 126). Visto isso, cabe lembrar, que as cidades ou determinadas regiões de uma cidade não podem ser concebidas apenas por meio de seus aspectos edificadas e arquitetônicas, os quais ajudam a caracterizar seus ocupantes, devem, igualmente, ser percebidas e pensadas a partir dos processos sociais e da vida cotidiana de seus membros, os quais pertencem a um determinado local onde suas práticas sociais são exercidas.

No caso dos imigrantes judeus, ao chegarem ao Brasil no final do século XIX e início do XX, não encontraram nada que se assemelhasse aos seus países de origem; assim, através

¹⁶⁷ Sobre esse tema ver em especial BRAUN; SANITAS (1989) e WEINBERG (2000).

de uma ocupação considerada espontânea, começaram a produzir um modo de moradia e um estilo de vida característico das localidades de onde eram provenientes. Aos poucos reuniram-se e formaram organizações espaciais de caráter étnico, o que de certa forma, contribuiu para a preservação e a manutenção de suas culturas e identidades no país para o qual emigraram. Sinagogas, escolas, clubes, vendas, restaurantes, consolidaram essa ocupação, tornando o espaço representativo de uma determinada cultura (RIBEIRO, 2008, p. 30). De modo simultâneo e em meio a esse processo,

se desenvolveu uma luta entre sionistas e esquerdistas anti-sionistas pelo controle das entidades comunitárias. Os esquerdistas compareciam mobilizados às assembleias-gerais das principais entidades filantrópicas, culturais, sociais e mesmo de caráter religioso como a Sociedade do Cemitério Israelita, para provocar conflitos, estabelecer confusão e apoderar-se das diretorias. A primeira entidade no Rio que ficou inteiramente sob controle dos chamados progressistas foi a Biblioteca Scholem Aleichem. Nos anos 20 já existia no Rio um clube denominado Centro Operário Morris Vintschevsky de tendência absolutamente esquerdista. A sociedade dos Judeus Poloneses fundada no fim da terceira década também passou a ser controlada pelos esquerdistas até encerrar sua atividade (MALAMUD, 1983, p. 32).

Samuel Malamud em suas recordações lembra que “em meados dos anos 1920, a vida judaica no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, fervilhava em todos os sentidos. Surgiram entidades religiosas, sociais, culturais, juvenis, filantrópicas, além das já existentes diante dos problemas do dia-a-dia e se ampliou com o aumento demográfico” (MALAMUD, 1983, p. 29). Ainda conforme o memorialista “a absoluta maioria da comunidade, tanto no Rio como em São Paulo e nas cidades do interior, identificava-se mais com o movimento sionista, dentro do qual a força predominante era o partido Poalei Sion moderado, ou seja, o que se orientava por uma linha semelhante ao Partido Trabalhista inglês”.¹⁶⁸

Em São Paulo a primeira entidade progressista também remete a década de 1920, em 1928 foi fundado o *Jugend Club* (Clube da Juventude), posteriormente denominado Centro de Cultura e Progresso. Fundado “por imigrantes judeus vindos da Europa, e com clara posição socialista (...). Este clube caracterizava-se por uma posição de esquerda não-sionista na coletividade judaica paulistana” (KLEINAS, 2004, p. 247).

O confronto que se desdobrava na região sudeste do país, se fazia também presente em outros estados brasileiros. A partir de 1933 surgiram as primeiras manifestações da comunidade judaica de Belo Horizonte frente a alguns problemas nacionais e, principalmente, frente ao antissemitismo europeu. E, junto com a politização e o crescimento da comunidade

¹⁶⁸ Poalei Sion que depois transformou-se no Partido MAPAI (Mifleght Poalei Eretz Israel Partido dos Trabalhadores de Eretz Israel) (MALAMUD, 1983, p. 32).

judaica mineira, acirraram-se as divergências internas que provocaram a “divisão e o aparecimento de duas comunidades (a sionista e a progressista)”. As disputas ideológicas, que no período anterior estavam em um estado de latência, tornaram-se “complexas, e o consenso não pode ser mais atingido. Além da cisão ideológica, havia ainda “o grupo sefaradita” que se esforçava “para manter suas tradições particulares” (PFEFFER, 2003, p. 18).¹⁶⁹ Segundo o pesquisador Renato Somberg Pfeffer, com a criação do Estado de Israel, os progressistas de Belo Horizonte “deixaram de ser antissionistas. Por sua vez, muitos jovens sionistas se diziam de esquerda, defendendo a tese de Israel como país socialista, com base na experiência dos Kibutzim (comunidades agrárias socialistas) (Ibidem, p. 107).

No sul do país ocorreram fatos e acontecimentos similares, pois a existência de judeus progressistas em Curitiba “é percebida pelo menos desde os anos trinta”. Os quais “apenas nos anos cinquenta se organizam de maneira institucionalizada”. No Paraná, os judeus inicialmente freqüentavam “o Centro Israelita do Paraná (CIP)”, mas adotaram uma conduta “crítica à postura da comunidade de não se posicionar de maneira atuante diante dos problemas políticos e sociais do Brasil, para não gerar animosidade das autoridades” (FELDMAN, 2001, p. 139).

No Rio Grande do Sul o sionismo teve uma forte presença no que tange a vida comunitária, neste estado o movimento sionista revisionista se organizou com bastante força e intensidade, por sua vez, o progressismo surgiu mais tardiamente quando comparado à outros estados brasileiros, sendo formado através de iniciativas individuais de judeus que não participavam das campanhas e nem do movimento sionista. Em 1950 o grupo que reunia os judeus progressistas se estruturou institucionalmente em torno do Clube de Cultura.¹⁷⁰

Conforme visto, com o advento do Estado Novo (1937-1945), em 1938 o sionismo foi proibido de exercer abertamente suas atividades, porém continuou sua militância através de diferentes estratégias. Nesse sentido, não houve perseguição contra o movimento sionista e a discriminação contra os judeus entre os anos 1920 e 1930, se deu por meio de movimentos conservadores e de cunho fascista como o catolicismo e o integralismo, personificado no discurso de Gustavo Barroso. Em relação à discriminação, tanto sionistas, quanto progressistas, eram classificados por grupos antisemitas apenas como judeus, porém o fato

¹⁶⁹ Segundo o depoimento de Marcos Somberg, citado por Renato Pfeffer, os progressistas achavam-se “inteligentes só porque leram alguns livros do Karl Marx... (...) Eles começaram a abusar demais. Abusar contra os sionistas. Eram contra Israel. Falando abertamente”. O depoimento citado permite-nos vislumbrar parte das desavenças ocorridas entre sionistas e progressistas em Minas Gerais (PFEFFER, 2003, p. 105).

¹⁷⁰ Sobre o movimento progressista judaico no Rio Grande do Sul ver AGUIAR, 2009.

de serem judeus e também comunistas agravava a situação, de forma que, segundo o discurso integralista era possível se falar em uma conspiração, em um “complô judeu comunista”.

Por outro lado, os movimentos e de esquerda, judaicos ou não, foram vigiados e perseguidos pela ditadura varguista, e mesmo antes e depois do período Estado novista. Documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), localizados no Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro (APERJ) confirmam essa afirmação. Um parecer do MJNI sobre o “judaísmo brasileiro”, abordando as diferentes tendências judaicas, refere:

A outra parte dos judeus, mais fiel à suas opiniões políticas, do que as tradições religiosas, divide-se em duas partes: as de tendências comunistas e a outra, a maior, de tendências sionistas.

A de tendências marxistas, ou melhor comunistas, é constituída por um grupo de judeus, na maioria dos que não tiveram o êxito financeiro que os outros tiveram no Brasil, ambulantes fracassados, pequenos artesãos, empregados, etc. que de um modo geral são tidos em pouco apreço pelos demais. De modo geral já vinham do seu país de origem com idéias comunistas, embora, aqui, no Brasil, se abstivessem de participar das atividades do PCB. São, de um modo geral, elementos que fizeram parte da antiga organização comunista russa MOPR ou em russo Nejdunarodnoie Obshtchestvo Pomoshtechi Rabotchim [sic] ou em português, Sociedade Internacional de Auxílio aos Trabalhadores ou como é mais conhecida “Socorro Vermelho Internacional”. Estes elementos, são, de um modo geral, concentrados na Biblioteca Israelita Brasileira “Scholom Aleichem”, mantendo ainda, a Escola Israelita Brasileira “Scholom Aleichem”. Suas atividades consistem em promover conferências, festas, manter e ampliar a biblioteca, sendo que de vez em quando, elementos pertencentes a este grupo são vistos angariando dinheiro para fins ignorados. O seu jornal expoente é, atualmente, o “Unzer Shtime” (Nossa Voz).

Apóiam o ideal judaico de um Estado próprio, porém de cunho marxista e satélite da Rússia e rejeitam o hebraico, adotado pelos sionistas e Estado de Israel, como língua unificadora, admitindo, somente o “idisch” por ser o idioma popular por excelência.

Em 1934-35, organizaram uma cosinha [sic] proletária, na Praça 11, que era o ponto de reunião de todos os elementos comunistas da coletânea e que posteriormente, foi fechada pelas autoridades brasileiras.¹⁷¹

No livro *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)* (2004), a autora Zilda Márcia Gricoli Iokoi analisa a relação entre judaísmo e comunismo no Brasil. Ao considerarmos a abordagem proposta pela historiadora e a consistência documental do livro, é possível dizer que o mesmo trata-se de um dos melhores e mais elucidativos estudos no que se refere à pesquisa em história sobre o tema. Ao abordar a atuação de grupos judaicos de esquerda não-sionistas no país, a pesquisadora menciona que:

¹⁷¹ O relatório não precisa sua data, visto que a pasta intitula “Setor Israelita” contendo documentos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, apresenta duas datas: 06 de fevereiro de 1953 e outra, que acredito que seja a data do documento, de 20 de outubro de 1954. “Setor Israelita”, Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro (APERJ).

Em relação aos comunistas, pudemos constatar que mesmo quando citados, interrogados pelas forças da repressão, não aparecem indícios de anti-semitismo oficial. Havia por parte das autoridades um forte empenho em evitar que as forças dissolventes se instalassem, corrompendo a sociedade e a ordem familiar. Criou-se em articulação com forças policiais, um aparato de segurança, de infiltração e de preparação de supostos militares capazes de penetrar na hierarquia das organizações de esquerda e delas obter informações para a repressão. Desse processo, um forte mecanismo de falseamento ideológico, de traição e corrupção foi sendo criado, com profundas conseqüências (IOKOI, 2004, p. 379-380).

Nesse contexto, o sionismo entre as décadas de 1930 e 1950, ao atuar em nome dos judeus do/no Brasil procurou demonstrar uma imagem positiva dos judeus brasileiros, desvinculando-os de movimentos de esquerda e se aproximando do governo brasileiro. Entre essas aproximações é bastante conhecido entre os pesquisadores o episódio ocorrido em 1942, no qual líderes comunitários e sionistas em nome da comunidade judaica do Brasil doaram aviões ao governo brasileiro.

Após a Segunda Grande Guerra Mundial aconteceu o *boom* do movimento que contou com a presença constante de emissários da OSM em território brasileiro,¹⁷² os quais falavam em nome do judaísmo mundial, havendo, assim, com a presença dos emissários uma ligeira modificação nas relações entre sionistas e progressistas, pois no período pós-guerra aumentou a pressão do sionismo perante os demais grupos judaicos, conforme pode ser verificado por meio de uma nota da revista *Aonde Vamos?*:

A Organização Sionista do Brasil conta com plena certeza, com o apoio de toda a coletividade israelita de São Paulo e expressa a confiança de validamente contribuir para estreitar cada vez mais os laços entre os judaísmos, para chegar ao único judaísmo, o de um povo em marcha ascensional para o próprio bem e o bem da humanidade.¹⁷³

Em outras palavras, a afirmação do movimento ao manifestar seu desejo de “estreitar os laços entre os judaísmos” com o objetivo de se “chegar ao único judaísmo” evidencia, e pode muito bem ser entendida como um estreitamento de laços entre os judaísmos com a finalidade de se chegar ao único judaísmo, isto é, o judaísmo proposto pelo movimento sionista.

Os movimentos de esquerda alinhados com Moscou agiam e modificavam sua ação de acordo com as normas e diretrizes emitidas pelo governo soviético. Seguindo essa linha, ao término da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética (URSS)

¹⁷² Em minha dissertação de mestrado analisei a presença e a atuação dos emissários sionistas estrangeiros no Brasil, e em especial, no Rio Grande do Sul (BARTEL, 2006).

¹⁷³ Inaugurou-se solenemente o setor paulista da Organização Sionista. *Aonde Vamos?*, n. 127, Rio de Janeiro, 6 de set. de 1945, p. 30.

permitiu a criação do Comitê Judaico Antifascista e a adesão das comunidades judaicas dos países comunistas ao Congresso Judaico Mundial. As organizações chamadas progressistas passaram a participar, então, do trabalho de mobilização de recursos em prol das vítimas da guerra, em cooperação com o Comitê Hebreu-Brasileiro, e posteriormente também da campanha em prol da Haganá, o exército de defesa judaico em Eretz Israel... (MALAMUD, 1983, p. 59).

A União Soviética foi um dos primeiros países a reconhecer diplomaticamente o Estado de Israel, advindo, inclusive, do bloco soviético grande parte do armamento que ajudou a garantir a vitória de Israel na Guerra árabe-israelense de 1948-1949. Visto isso, em São Paulo “o Centro de Cultura e Progresso também se deixou levar pela onda internacional de comoção e apoio para a criação do novo Estado Judeu...” (KLEINAS, 2004, p. 247). Dessa forma, cabe ressaltar que o imediato pós-guerra:

constituiu um momento em que por um lado a comunidade judaica engrossou sua simpatia pela esquerda e por outro, é um momento de grande unidade do povo judeu. Sionistas e comunistas apóiam a criação do Estado de Israel – se para os primeiros essa criação simboliza a realização de um sonho milenar de volta a “terra prometida”, para os segundos, trata-se de um movimento de libertação nacional em que o apoio soviético para um estado judeu, afetaria os interesses imperialistas numa região altamente estratégica como tem sido ao longo deste século, o Oriente Médio. Por outra parte [...], a atitude dos comunistas sempre foi matizada por um outro sentimento: havia a esperança de um reflorescimento das comunidades judaicas no Leste Europeu, que seria a experiência socialista, e não sionista, de solução da “questão judaica” (KINOSHITA, 2000, p. 385).

Nesse sentido, um militante da esquerda antissionista no Brasil definiu a situação do seguinte modo: “uma vez que o Estado de Israel se tornou uma realidade e foi reconhecido desde logo pela União Soviética, eu nunca pus em dúvida o direito de Israel de existir como Estado. Mas, nunca considerei que o Estado de Israel era a solução da chamada questão judaica”.¹⁷⁴ Outro militante da esquerda antissionista analisa a criação de Israel da seguinte forma:

Outra coisa foi o fato de nós não sabermos vir a eles e dizer que erramos. O que marcou uma época foi quando se constituiu o Estado de Israel e houve a guerra para a criação do Estado de Israel; nós até participamos de algumas reuniões. Eu mesmo participei de uma reunião e fui eleito responsável para levantar fundos para a Haganah. Mas foi uma presença formal. Nós não tivemos realmente uma militância. Agora, qual é o judeu que não se sente mais seguro com a criação do Estado de Israel? O Estado de Israel criou, convenhamos um direito de fato a um povo que tem um Estado e que responde pelo povo judaico. Não respondem em todos os sentidos porque nem todos os judeus da Diáspora aceitam como sua pátria o Estado de Israel. Mas a criação do Estado de Israel foi muito importante para a segurança do povo judeu. Tenho a impressão de que isso nós não soubemos compreender. Achávamos que isso era coisa só de sionista e que ia ser um estado dependente do imperialismo

¹⁷⁴ Depoimento de Jacob Gorender na sala de reuniões do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), concedido em 4 de setembro de 1995, apud IOKOI, 2004, p. 350.

norte-americano, como de fato foi durante muito tempo, e que nós não aceitamos a criação do Estado de Israel de fato. Só da boca para fora. Isso também foi um dos fatores que levou a esse afastamento.¹⁷⁵

A Segunda Guerra Mundial, o sucesso do projeto sionista cristalizado na criação de Israel e o reconhecimento deste Estado nacional por parte da URSS atenuaram o confronto entre sionistas e progressistas. Porém tal aproximação não fez com que desaparecessem as divergências, o sionismo ainda fazia sentido, visto que a chamada Guerra árabe-israelense, ou Guerra de Independência (1948-1949), exigia a mobilização constante dos judeus da diáspora em torno da manutenção e da existência do Estado judeu.

Nosso estudo sugere que o apogeu do sionismo foi também o início de sua crise, visto que muitas questões professadas pelo movimento, como o fim da diáspora, por exemplo, mostraram-se inviáveis, ainda que militantes e líderes sionistas mais exaltados como o emissário kibutziano Sholomo Lipsky, fundador de diversos núcleos das Pioneiras no Brasil, ordenasse aos judeus brasileiros uma “liquidação, tão rápida quanto possível, da diáspora, e aliá em massa para Israel”.¹⁷⁶ A questão da diáspora, presente no plano discursivo do movimento, nunca chegou a ser de fato uma questão central entre os sionistas brasileiros, pois muitos dirigentes do movimento continuaram vivendo no Brasil, depois de efetivada a criação do Estado judeu.

Por sua vez, o progressismo judaico e suas visões de mundo, que deram origem aos *kibutz* israelenses, sofreram duros golpes. O fracasso do projeto Birobjian, a perseguição aos comunistas por parte do governo brasileiro, a criação de Israel, o desinteresse das novas gerações pelo iídiche, estimulado em parte pelo sionismo, que propunha o português no Brasil e o hebraico em Israel, e por fim as denúncias de Nikita Krutchev, em 1956, na XX Conferência do Partido Comunista sobre os crimes e o antissemitismo do regime soviético sob a liderança de Stálin, colocaram sob suspeita e em posição constrangedora os movimentos de esquerda, fazendo com que seus intelectuais e militantes repensassem seus rumos, ainda que fosse dado por parte destes um voto de confiança ao comunismo soviético, fazendo-se assim a distinção entre comunismo e stalinismo.

Entre estas demandas merece maior cuidado a que remete a criação do Estado de Israel, questão que dividiu e promoveu intensos debates entre os membros da esquerda judaica não-sionista. Às vésperas da criação do Estado judeu, entidades como as bibliotecas Sholem Aleichem e Davi Frischmam, do Rio de Janeiro, aderiram, temporariamente, aos propósitos

¹⁷⁵ Entrevista concedida a Dina Lida Kinoshita por Carlos Frydman, em 10 de dezembro de 1996, apud IOKOI, 2004, p. 351-352.

¹⁷⁶ Cf. A primeira grande “Aliyá” do Brasil. *Aonde Vamos?*, n. 304, Rio de Janeiro, 17 mar. de 1949, p. 6.

sionistas. Nas edições de *Aonde Vamos?*, são encontradas notícias e informações que evidenciam o apoio de entidades da esquerda judaica não-sionista ao movimento, as quais, visando a criação de Israel, através de campanhas arrecadavam recursos financeiros e materiais para a Haganá, o exército judaico que lutava em *Eretz Israel*.¹⁷⁷

Anos mais tarde, conforme notícia editada em *Aonde Vamos?*, em novembro de 1956, também é possível verificar uma tentativa de aproximação entre sionistas e progressistas, desta vez a tentativa de aproximação se deu em torno da Crise de Suez. A nota da revista, inicialmente faz menção sobre a crise do comunismo soviético, para posteriormente manifestar o desejo de unidade:

Há tempos, como, aliás, em várias ocasiões aqui registramos, fizeram-se sentir também no meio dos judeus progressistas de nosso país, as conseqüências do abalo ocasionado pelas revelações de um anti-semitismo que vitimou, de maneira cruel, não apenas judeus como tais, mas a fina flor dos comunistas judeus que atuaram nas artes, nas letras e que ocuparam tantas posições de destaque na Rússia e nos países atrás da Cortina de Ferro.

No fim de semana passada, finalmente, teve lugar uma Convenção do “IKUF”, espécie de entidade-teto de associações culturais, educacionais, recreativas e filantrópicas dos elementos progressistas. Estavam representados todos os Estados, menos Rio Grande do Sul e Pernambuco. O Objetivo principal desse conclave foi definir, a altura dos acontecimentos que abalam o mundo judeu, a posição dos progressistas em face de Israel. As discussões foram veementes. As opiniões, grosso modo, dividiam-se da seguinte forma: os que se manifestaram contra Israel; os que eram contra o Estado Judeu, mas não o admitiam publicamente e, finalmente, o grupo, em grande maioria, que se colocava ao lado de Medinah.

Interpelamos o sr. Aron Schenker a respeito, tendo-nos o antigo ativista confirmado, em princípio, o que acima informamos, declarando, porém, que, mesmo tendo havido divergências na discussão, uma vez que a maioria resolvera a questão, todo setor progressista, inclusive de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, estava decidido a levar avante o seu apoio moral e material a Israel, nesta hora de perigo.

Perguntamos ao sr. Schenker como se iria concretizar esta manifestação de princípios. Conforme sabem (foi a resposta), estamos em entendimentos a respeito.

De fato, conta-nos estar o Comitê de Emergência estudando a eventualidade de uma cooperação. Resta saber se estes entendimentos se concretizarão com a desejada urgência e no clima de sinceridade e unidade de propósitos que o momento exige. Aqui sempre esperamos que algo assim se desse.¹⁷⁸

Através de outro texto, bastante extenso, intitulado *Em que sentido evoluirão os progressistas do Brasil?*, publicado também em *Aonde Vamos?* é possível perceber a difícil situação imposta ao judeus não-sionistas diante das contingências sofridas pelo Estado israelense. Dessa forma, se exigia um posicionamento do *setor progressista* sobre seu apoio

¹⁷⁷ Ver entre outras, as seguintes notas: Noite de arte na Biblioteca Sholem Aleichem. *Aonde Vamos?*, n. 249, Rio de Janeiro, 19 fev. de 1948, p. 10; O “Clube dos Cabiras” se movimenta em prol da Haganá. *Aonde Vamos?*, n. 250, Rio de Janeiro, 26 fev. de 1948, p. 14.

¹⁷⁸ Cf. Importante decisão do setor progressista. *Aonde Vamos?*, n. 699, Rio de Janeiro, 15 nov. de 1956, p. 10.

ou não ao Estado judeu, situação que provocava dissenso e intensos debates no seio da esquerda judaica não-sionista:

Apenas encerrado o conclave do IKUF – entidade-teto dos progressistas do Brasil, de cujas decisões da semana passada nos ocupamos em nossa edição anterior, entrou este setor em polvorosa. Com efeito, uma forte crise manifestou-se em torno da maneira de efetivar-se a decisão, independentemente de reservas ideológicas, já que Israel está em perigo, de apoio moral e material à Medinah. Como na convenção dos dias 10 e 11 havia grandes divergências e os porta-vozes das várias tendências a este respeito participaram da redação da resolução positiva, incluindo no texto alguns elementos contrários à própria resolução aprovada por maioria de votos, era de prever que haveria, após a redação da resolução, novo choque em torno da interpretação de como pô-la em prática.

Não possuímos neste momento o texto integral desta resolução, mas somente alguns de seus trechos, aliás bem significativos das várias tendências em choque no setor progressista.¹⁷⁹

Tal resolução, desconhecida na íntegra pelos grupos sionistas, foi interpretada por estes, independente de qualquer ponto de vista político, como uma manifestação de apoio a Israel por parte dos grupos progressistas. Conforme os editores de *Aonde Vamos?*, Israel estava em perigo, sendo, portanto, preciso “apoiá-lo moral e materialmente”. E por tal motivo “em todas as cidades do Brasil, começou uma fermentação do diabo” com a realização de reuniões de grupos de esquerda não-sionistas “para discutir de novo sobre o que já fora resolvido”. Segundo a revista, havia duas tendências progressistas “em choque, uma pró, outra contra Israel” sendo por isso necessário aguardar “outra reunião do IKUF na Capital Federal”, na qual o assunto deveria ser esclarecido “e estabelecido qual das duas tendências” prevaleceria.¹⁸⁰

Após a criação de Israel foi possível perceber na prática a viabilidade ou não de algumas preposições sionistas. Igualmente, atenuou-se a oposição da esquerda judaica não-sionista ao sionismo, visto que o Estado judaico tornou-se uma realidade e, a partir de então, a discussão não se restringia apenas ao plano das ideias e dos projetos. O sionismo brasileiro, em função dessa disputa e almejando a condição de representante da comunidade que ajudava a construir, afastou-se de alguns postulados professados internacionalmente pelo movimento, como a *aliá*, restrita aos movimentos juvenis, e o fim da diáspora, propósito este que de certa forma nunca foi um ponto crucial para os judeus do Brasil. E ainda que muitos tenham ido

¹⁷⁹ Participaram da reunião no “Comitê Central da União Cultural Israelita Brasileira IKUF”, representantes dos comitês progressistas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Niterói, Curitiba, Bahia e Santos. Cf. Em que sentido evoluirão os progressistas do Brasil? *Aonde Vamos?*, n. 700, Rio de Janeiro, 22 nov. de 1956, p. 5-7.

¹⁸⁰ Cf. Em que sentido evoluirão os progressistas do Brasil? *Aonde Vamos?*, n. 700, Rio de Janeiro, 22 de Nov. de 1956, p. 5-7.

para Israel outros tantos após emigrarem para lá retornaram ao Brasil, isso sem falar naqueles sionistas que jamais cogitaram emigrar para o país judeu.

A questão de como desenraizar ou transplantar a comunidade judaica do Brasil para Israel foi um ponto pouco analisado e pouco debatido pelos sionistas brasileiros, os quais estavam voltados e envolvidos para questões relacionadas ao cotidiano dos judeus radicados no país e que ao defenderem suas ideias em nome dos *judeus do Brasil* ajudaram a criar a categoria *judeus-brasileiros*. Em outras palavras, esses judeus envolvidos com os judaísmos e a cultura judaica, buscavam integrar-se na sociedade majoritária, sem, no entanto, serem assimilados por ela, tornaram-se brasileiros mantendo suas especificidades culturais. Dessa forma, tal processo ainda que parcialmente e mesmo às avessas, foi ao encontro daquilo que era proposto por grupos assimilacionistas e progressistas. Para os primeiros os judeus deveriam se assimilar à cultura majoritária professando a fé mosaica e para os segundos eles deveriam integrar-se na vida do país mantendo sua cultura, ou seja, a tradição íídiche. No caso brasileiro não aconteceu uma coisa e nem outra. Os judeus integraram-se na sociedade majoritária, porém, não foram assimilados por ela, preservaram sua cultura, mantendo traços culturais e sua identidade étnica em detrimento da tradição íídiche, de modo que a comunidade judaica brasileira formada constituiu-se de modo diferente do que esperavam assimilacionistas, progressistas e sionistas.

Do ponto de vista do movimento sionista, se por um lado à recriação, ou invenção, do hebraico como língua nacional do Estado judeu se efetivou, o mesmo não ocorreu com o ideal de imigração em massa para Israel e, conseqüentemente, o fim da diáspora judaica.

Em relação ao fim da diáspora e a respeito do “desinteresse” dos judeus brasileiros em emigrar para Israel, merece destaque uma palestra ocorrida, em março de 1948, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Proferida pelo jornalista Murilo Marroquim, a mesma foi assim descrita por *Aonde Vamos?*:

Murilo Marroquim parece conhecer os judeus destas bandas e com certo ar de quem sabe a resposta, perguntou à assistência: “Estarão os senhores dispostos a ir à Palestina? A deixar este país, seu conforto e interesses, para participar daquela gloriosa aventura? A solidarizarem-se de fato com os lutadores?”

E acrescentou: Srs: os judeus de Eretz Israel sabem de vosso auxílio, mas também de vosso desinteresse. Não estranheis, pois, que eles vos considerem de fato desinteressados.

Murilo Marroquim conheceu e ficou profundamente impressionado com o poder da Histadruth. Contou que, em entrevista com David Ben Gurion, este lhe respondeu que, uma vez fundado o Estado Judeu e no caso de haver uma perseguição aos judeus em determinado país, o Estado Judeu não podia fazer nada politicamente em

favor dos perseguidos, pois estes terão a oportunidade de optarem pela cidadania judaica e, uma vez que recusem, divorciam-se do Estado Judeu.¹⁸¹

Em relação ao trabalho e atuação de jornalistas brasileiros frente ao nacionalismo judaico e ao processo de criação do Estado de Israel convém referir que grandes jornais brasileiros designaram repórteres para acompanhar o caso da Palestina às vésperas da criação do Estado judaico. Entre os jornalistas enviados para cobrir o caso da Palestina, Samuel Weiner e Murilo Marroquim mostraram-se favoráveis ao projeto sionista e defenderam publicamente sua proposta, por outro lado, Carlos Lacerda promoveu no Brasil uma fervorosa campanha antissionista.

A relação entre Carlos Lacerda e a *questão Palestina*, é analisada na obra biográfica *Carlos Lacerda: a vida de um lutador* (1992) de autoria do brasilianista John W. F Dulles. Nesta, o autor menciona que Lacerda combatia em sua coluna, *Na Tribuna da Imprensa*, as autoridades brasileiras, e que em relação a esse tema, em janeiro de 1948, censurou Oswaldo Aranha, presidente da Assembléia Geral da ONU por concordar com os Estados Unidos na partilha da Palestina, argumentando que o Brasil deveria ter-se absterido ao invés de participado na votação para a criação de Israel. Carlos Lacerda condenou a propaganda sionista e disse que a votação da ONU contrariava os verdadeiros interesses dos judeus ao beneficiar a opressão sionista sobre os árabes da Palestina.

Em fevereiro de 1948, enquanto a questão era debatida vigorosamente, Lacerda visitou o Oriente Médio como correspondente do *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Comércio* de Pernambuco e *Rádio Mayrink Veiga*. Passou a maior parte do tempo no Egito, onde na sede da recém-formada Liga Árabe, localizada na cidade do Cairo, entrevistou o secretário-geral Abdur Rahman Azzam Pasha, um egípcio que compartilhava das suas opiniões. A entrevista forneceu material para muitas colunas e ideias que ele constantemente repetia.

Ao voltar para o Brasil, em março de 1948, Carlos Lacerda publicou seus artigos, escritos no exterior, no livro *O Brasil e o mundo árabe* (1948). No prefácio escreveu que suas conclusões eram resultado de investigações e raciocínio, e que a imparcialidade não era possível “em face da conquista da Palestina pelo sionismo, apoiado no dinheiro americano e na política russa”. Carlos Lacerda, igualmente, percorreu algumas cidades brasileiras proferindo palestras contrárias ao movimento sionista e a criação de Israel. No *Correio da Manhã*, ele afirmou aos brasileiros que as agências de imprensa dominantes nos Estados

¹⁸¹ Significativo ato público da Poalei-Sion Histadruth (Mapai). *Aonde Vamos?*, n. 255, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1948, p. 15;18.

Unidos “envenenam sistematicamente” as notícias a fim de agradar os grupos sionistas. Mas estas não foram apenas as únicas agências a discordar dele sobre a questão. Assis Chateaubriand, decidindo publicar reportagens favoráveis à criação de Israel, enviou vários repórteres para a região. Entre eles Murilo Marroquim e Samuel Wainer que ao retornarem do Oriente Médio, proferiram discursos e conferências que contradiziam e combatiam a posição de Carlos Lacerda (DULLES, 1992, p. 109-111).¹⁸²

Visto isso, cabe referir que o processo de formação comunitária e organização institucional dos judeus no Brasil, em paralelo com a chegada dos imigrantes judeus e sua integração social, cultural e econômica no país, ocorreu seguindo como referência propostas universais e seculares para o judaísmo. Nesse sentido, podemos afirmar que ao longo da primeira metade do século XX o nacionalismo judaico desempenhou um importante papel no que tange à formação da comunidade judaica brasileira. A tentativa de impor seu projeto, no sentido de enquadrar/normalizar os judeus e o judaísmo de acordo com suas normas, desencadeou acirrados debates que impulsionaram a vida comunitária e institucional dos judeus. Em contrapartida, judeus progressistas, antissionistas de esquerda, imbuídos de seus ideais também possuíam um projeto universal para os judeus e por isso combateram abertamente as ideias sionistas no Brasil. Assim, em relação à formação da comunidade judaica brasileira não podemos desconsiderar outros acontecimentos, perspectivas, programas e variáveis, todavia nossa abordagem se limita a analisar a contribuição do movimento sionista nesse processo de construção comunitária e/ou reelaboração identitária.

Assim, ambos os grupos, aqui abordados, tentaram impor suas visões de mundo aos judeus radicados no Brasil, bem como seus distintos projetos políticos e ideológicos. Por outro lado, a vida comunitária e institucional dos judeus brasileiros, seguiu, igualmente, outros parâmetros e referências políticas, culturais e ideológicas, de modo que o grupo étnico judaico, ainda que em menor escala, seguiu como referência também a religião/tradição judaica, que inserida no contexto abordado se amalgamou, em meio ao confronto, aos dois movimentos seculares, representados por judeus sionistas de um lado e progressistas de outro. Conforme podemos concluir, o confronto aberto entre os dois grupos, cada qual defendendo seu projeto “de” e “para” o judaísmo brasileiro, permeou praticamente todos os setores das coletividades judaicas brasileiras, fazendo com que seus membros se movimentassem para colocar em prática seus ideais. Esse movimento dialético em meio aos judeus do Brasil teve o

¹⁸² Abordei essa questão de modo mais específico e aprofundado em minha dissertação de mestrado (BARTEL, 2006, p. 101-140), Sobre o tema confira também: WAINER, Samuel. *Minha razão de viver; memórias de um repórter*. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1987, em especial as páginas 107-112.

efeito de formar uma comunidade, que não foi idealizada/projetada nem por sionistas, nem por progressistas, com valores e práticas comuns e universais entre a grande maioria dos judeus-brasileiros, ainda que houvesse resistências e dissidências provenientes de grupos minoritários radicais e religiosos ortodoxos.

6. A CONSOLIDAÇÃO DA COMUNIDADE JUDAICA BRASILEIRA E A CRISE DO MOVIMENTO SIONISTA

Neste capítulo, através de um estudo de caso de uma pequena comunidade da diáspora instalada no sul do Brasil, inicialmente, evidenciamos algumas formas pelas quais as ideias sionistas permearam diferentes entidades judaicas, por meio da ação individual ou coletiva de seus dirigentes, militantes e simpatizantes. Ao retomarmos algumas questões desenvolvidas ao longo dos capítulos anteriores analisamos aqui as relações entre os imigrantes judeus-alemães e o movimento sionista no Rio Grande do Sul durante as décadas de 1930 e 1950, período no qual o nacionalismo judaico, através da presença e atuação de simpatizantes e de ativistas sionistas em diversas instituições, se propagou por entidades judaicas brasileiras, entre estas a Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência de Porto Alegre (SIBRA).¹⁸³ Após caracterizar brevemente a trajetória dessa imigração, do grupo de imigrantes judeus-alemães no estado sulino e algumas ideias e práticas sionistas, a presente abordagem consiste em identificar aspectos que permitam aproximar o movimento sionista do grupo analisado, tornando assim possível, a partir deste estudo de caso, visualizar uma das formas pelas quais o sionismo permeou diferentes setores do judaísmo no país.

Em seguida é analisado o processo de agregação comunitária e a ocupação do espaço social e político, pretendido pelo movimento sionista desde suas origens, por outras entidades representativas do judaísmo brasileiro, em detrimento de um projeto comunitário de caráter sionista voltado para os judeus do Brasil. Assim, ao tratarmos da temática identidade étnica e do processo de formação identitária e comunitária é importante ressaltar que os resultados dessa construção não são meramente fruto de manipulação dos atores sociais envolvidos ou se constituem apenas em decorrência dessa ação, além destes há o contexto e as circunstâncias políticas, econômicas e sócio-culturais nas quais esses atores estão submersos, isto é, o trânsito, ou a trajetória dos indivíduos e dos grupos em meio a esse conjunto de variáveis fomenta uma dinâmica própria, onde, por vezes, fatores imponderáveis acrescentam sua contribuição.

¹⁸³ Entidade fundada em Porto Alegre em agosto de 1936 por imigrantes judeus de origem alemã. A história dos judeus-alemães no Rio Grande do Sul está diretamente relacionada com a SIBRA.

Por fim, são analisados o início da crise do movimento sionista¹⁸⁴ e os rumos seguidos pelo movimento após a formação de Israel, pois a criação do Estado judaico representou simultaneamente o auge do sionismo e o início da crise latente no movimento que, durante a primeira metade do século XX, e mais especificamente na década de 1940, conseguiu - ainda que em meio a restrições, disputas e resistências - eclipsar o judaísmo com o propósito de transformá-los em sinônimo de sionismo, sofrendo, no entanto, pressões inerentes desse processo. Além das dificuldades enfrentadas pelo sionismo, no sentido de redefinir seus rumos, a criação de Israel seguida pela crise do movimento, representou um momento de transformação para judaísmo em termos amplos, tal transformação foi também sentida pela comunidade formada no Brasil.

Nesse ínterim, cabe referir que essa conjuntura de transformação do judaísmo, surgido com a criação de Israel, compreende também o desaparecimento dos principais centros culturais judaicos da Europa devido a Segunda Guerra Mundial e genocídio perpetrado aos judeus pelo nazi-fascismo, através do Holocausto (o maior de todos os *pogroms*). Com isso, após a década de 1940, o eixo referencial - político, cultural e identitário - do judaísmo sofreu um deslocamento da Europa para o Estado de Israel e os Estados Unidos que, por sua vez, antes mesmo dos anos 1940 concentrava e recebia grande contingente de imigrantes judeus no seu *fazer a América*.

6. 1. Sionismo e entidades comunitárias. Um estudo de caso: judeus alemães e o movimento sionista no Rio Grande do Sul

A escolha de analisar o grupo judaico-alemão não se deve ao acaso, pois entre os grupos que emigraram para o Brasil esse era considerado, por seus pares judeus, o mais assimilado, não sendo, portanto, exagerado afirmar que este era visto pelos demais como o grupo “menos judeu”, entre os imigrados. Antes da emigração este agrupamento encontrava-se integrado na sociedade alemã, de tal modo que muitos por sentirem-se plenamente alemães recusaram-se a abandonar o país quando da ascensão nazista ao governo alemão. Assim, poderia nos chamar a atenção o fato das ideias sionistas encontrarem ressonância e respaldo nesse agrupamento devido o surgimento do nazismo, dessa forma, a adesão dos judeus-alemães ao sionismo estaria associada ao antissemitismo e ao fascismo alemão. Tal perspectiva não pode ser

¹⁸⁴ O movimento sionista, bastante discutido e contestado dentro do judaísmo, atingiu seu ápice no período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e a vitória na primeira guerra árabe-israelense (1948-1949), que paradoxalmente marcou o apogeu e o início da crise do movimento.

desconsiderada, porém, é necessário ressaltar que desde os primórdios do sionismo de Theodor Herzl, e mesmo antes do conclave sionista de 1897, as ideias do nacionalismo judaico se desenvolveram com muita intensidade na Alemanha, onde, de maneira geral, a tradição inventada e a cultura emanada pelo nacionalismo se enraizaram incidindo sobre a forma de agir e de pensar de seus cidadãos. Após a morte de Herzl, em 1904, a OSM teve sua sede transferida de Viena para a Alemanha, localizando-se primeiramente na cidade de Colônia, e posteriormente em Berlim, onde permaneceu até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914.¹⁸⁵

Na Alemanha, país permeado por um intenso debate sobre nacionalidade, nações e nacionalismo, foi publicado em Berlim, em 1902, o livro *Altneuland* (Velha Nova Pátria). Escrito por Theodor Herzl nos três anos anteriores, o livro trata-se de uma obra fictícia, uma novela visionária que descrevia a vida no futuro estado judaico a ser criado na Palestina, “Altneuland desata uma emoción perdurable, y el lema del libro se transforma pronto en um eslogan: ‘Si lo queréis, esto no será um sueño’ (CULLA, 2009, p. 64).

Com o propósito de estabelecer um Estado nacional pela via diplomática e visando conquistar apoio para executar seu plano, Theodor Herzl aproximou-se do Kaiser alemão Guilherme II, que mantinha interesse geopolítico e estratégico na região do Oriente próximo, e de Adbul Hamid II, Sultão do Império Turco-Otomano.¹⁸⁶ Porém, tal aproximação não surtiu os efeitos esperados por Herzl, assim, segundo o historiador catalão Joan Baptista Culla, o fundador do sionismo, “desengañado de Constantinopla y de Berlín” reorientou “su estrategia hacia Londres, que se convierte desde 1902 en el nuevo epicentro de la diplomacia sionista” (CULLA, 2005, p. 46). Mesmo tendo Londres como referência, a OSM não se distanciou da Alemanha, que, conforme visto, possuía interesses expansionistas, políticos e econômicos na região da Palestina, de forma que o nono Congresso Sionista foi realizado na cidade de Hamburgo, em dezembro de 1909.

A situação política internacional e a cartografia mundial (em especial da Europa, África e Oriente Médio) sofreram reconfigurações após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918),

¹⁸⁵ Até a criação de Israel em 1948, as mudanças de sede da OSM seguiam orientações pessoais de seus presidentes e, principalmente, questões estratégicas de acordo com as modificações políticas que ocorriam do cenário internacional. Os presidentes da Organização Sionista durante o período abordado nesse estudo foram: Theodor Herzl, que presidiu a Organização desde sua criação, em 1897, até o ano de seu falecimento, sendo sucedido por Davi Wolffsohn que permaneceu no cargo de 1905 a 1911. Entre 1911 e 1921 a OSM foi presidida pelo judeu-alemão Otto Warburg, o qual foi substituído por Chaim Wiezmann que presidiu a Organização por duas vezes, no período compreendido entre 1921 e 1931, e, 1935 e 1946; Nahum Sokolow assumiu a presidência durante o interregno de Wiezmann, no período de 1931 a 1935; David Ben-Gurion sucedeu interinamente no lugar de Wiezmann em 1946, permanecendo no cargo até 1956.

¹⁸⁶ O Império Turco-Otomano incorporou, desde 1517, as terras do Oriente próximo, entre estas a região que compreende a atual Palestina.

momento no qual a Alemanha perdeu espaço político no cenário internacional. Em relação a esse período histórico e considerando o interesse e a interferência dos países europeus na região do Oriente Médio e da Palestina, em especial, Joan Culla escreveu que a rápida mundialização de uma guerra que a princípio era européia e, em especial, a beligerância turca converteram-se desde finais de 1914 o futuro dos territórios otomanos em uma questão de máximo interesse estratégico e geopolítico para os governos aliados e em objeto de uma intensa diplomacia secreta, da qual derivaram muitos compromissos contraditórios. Compromissos, convém sublinhar, que se projetavam sobre um Oriente Próximo todavia amorfo, sem fronteiras internas, nem denominações políticas ou identitárias precisas, onde conceitos como Síria, Palestina ou províncias árabes tinham um significado vago (CULLA, 2005, p. 72).

Em meio a esse contexto, as estratégias da OSM para atingir seu objetivo variavam de acordo com as alterações geopolíticas ocorridas em termos globais. Até 1914 a OSM teve sua sede em Berlim, sendo a mesma composta por um executivo formado por judeus de origem alemã, de modo que a capital da Alemanha continuou sendo para o movimento sionista “el centro neurálgico” do movimento sionista “y el gobierno del Káiser, el interlocutor privilegiado”. Os dirigentes sionistas do *Reich* procuram persuadir a diplomacia imperial argumentando que o movimento poderia ser um fator determinante para a política alemã no oriente próximo, o sionismo poderia “apuntalar el tambalante dominio otomano y extender en la región la influencia germánica... a condición, claro está, de que Berlín consiga arrancar de Constantinopla concesiones políticas sobre Palestina” (Ibid., p. 75-76). Seguindo ainda o historiador catalão, cabe dizer que:

Cuando el estalido de la Gran Guerra, dejó a la cúpula de la OSM paralizada a medio camino entre el neutralismo y la germanofilia, Weizmann fue una de las pocas figuras de origen oriental – otra es Nahum Sokolov, llegado a Londres a fines de 1914 – que solo considero estratégico apostar por la causa aliada, sino que también vislumbró el conflicto mundial como una gran oportunidad abierta a los objetivos políticos sionistas [...]. Paralizada por la Gran Guerra, la Organización Sionista se reactiva y se amolda a las nuevas realidades; en marzo de 1919, en Londres, una conferencia de los sionistas de los países aliados ha acordado domiciliar el cuartel general del movimiento en la capital británica; es también allí donde, en julio de 1920, la Conferencia Sionista Mundial oficializa el liderazgo de Haim Weizmann... (Ibid., p. 77; 96)

Dessa forma, nas duas primeiras décadas do século XX a Alemanha se constituiu como um importante pólo de referência política para a diplomacia sionista, sendo o local, por excelência, onde se localizava o centro da ação sionista no continente europeu. Seguindo essa perspectiva, os imigrantes judeus-alemães que vieram para o Brasil estavam inseridos em um

contexto internacional que aproximava o movimento sionista dos interesses políticos e econômicos das grandes potências européias. Muitos desses imigrantes, se por um lado não possuíam vínculo ou proximidade com a tradição iídiche, por outro, estava imersos em um contexto que respirava o nacionalismo e, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, o nacionalismo judaico, em especial. Em relação a isso vale referir que em 1860 havia sido fundada em Frankfurt a *Sociedade Alemã para Colonização da Palestina*. Por outro lado, muitos desses imigrantes possuíam uma visão cosmopolita e uma formação intelectual acima da média de seus pares no Brasil, em especial, se compararmos esse grupo com os judeus provenientes do leste europeu. De certa forma, tal formação dos judeus-alemães contribuiu para que ocupassem em terras brasileiras cargos e espaços de liderança dentro do movimento sionista.

A imigração dos judeus de origem alemã constitui um capítulo à parte no que tange a história dos judeus no Brasil contemporâneo, tal fato se deve, em parte, ao advento do Estado Novo (1937-1945) que criou para este grupo uma situação paradoxal, pois eram tratados como judeus na Alemanha e como alemães no Brasil. Esses judeus, por vezes, foram vistos no caso alemão, pelo Estado e por parte da sociedade majoritária como estrangeiros e inimigos da nação e pelo governo brasileiro, durante o Estado Novo, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, como inimigos ou ameaças presentes em território nacional. De outra forma, a identidade judaica-alemã tornava-se ainda mais complexa quando acrescida de outras variáveis, como o adjetivo “comunista”, por exemplo.¹⁸⁷

Assim, em um espaço de tempo inferior ao de uma geração, de exatamente quinze anos, de 1933, quando o nazismo ascende ao poder na Alemanha, passando pelo estabelecimento e adaptação em terras brasileiras até a criação de Israel, em maio de 1948, os judeus-alemães vivenciaram experiências e vicissitudes que diferenciaram sua trajetória dos demais grupos judaicos, caracterizando-os com traços bastante específicos e peculiares.

O grupo formado por judeus de origem alemã vinculou-se e ajudou a compor o mosaico denominado “comunidade judaica brasileira”, formada por meio do encontro de diferentes agrupamentos de imigrantes, que desembarcaram no país desde o século XIX e com maior intensidade a partir do início do século XX. Esses imigrantes identificados genericamente como “judeus” e vistos pela sociedade majoritária, do ponto de vista social e cultural, como um grupo homogêneo, possuíam características próprias, relacionadas ao local de origem, idioma e classe social, por exemplo. Diferentemente de muitos países europeus, no Brasil o

¹⁸⁷ Sobre o assunto ver IOKOI, 2004, p. 181-182.

judaísmo abarcava inúmeras variações identitárias compostas por diversas e por distintas concepções políticas, sociais e culturais, o que contribuiu para que os próprios grupos se definissem como “mais judeus” ou “menos judeus” do que os outros. Para os religiosos, judeus eram aqueles que seguiam preceitos religiosos, para muitos judeus eram aqueles que pertenciam à tradição iídiche, da mesma forma os sefaradim se consideravam mais judeus que os demais, e assim por diante.

Dessa forma, conforme visto, entre os judeus que desembarcavam no país, havia imigrantes originários de diferentes localidades que falavam diferentes idiomas e dialetos de seus pares, religiosos que praticavam diferentes ritos litúrgicos, judeus assimilados que redescobriram seu judaísmo no Brasil, bem como socialistas e sionistas, entre outros, os quais integravam a coletividade e o mosaico judaico no país.

Assim, cabe dizer que os diferentes judaísmos que se encontraram no país, segundo Roberto Grün (1999), tornam bastante instigante a história dos judeus no Brasil contemporâneo quando analisada pelo viés de sua formação comunitária. Seguindo esse caminho, a partir de um estudo de caso, ou seja, da análise da relação entre judeus-alemães e movimento sionista no Brasil, pretendemos aqui vislumbrar uma perspectiva pela qual as ideias sionistas permearam os agrupamentos judaicos ajudando a enfraquecer as fronteiras existentes entre estes grupos permitindo, com isso, o trânsito de uma identidade maior, a identidade hifenizada judeus-brasileiros, que compreendia judeus de origem alemã, italiana, sefaradim, polonesa, etc..., possibilitando assim a formação de uma comunidade judaica brasileira. Portanto, é importante considerar os modos de elaboração destas identidades em contextos que, por não serem de isolamento, são bastante dinâmicos de forma que as identidades em construção ou não, por vezes abarcam variáveis identitárias menores e, por vezes, são englobadas por outras maiores.

Distintos internamente entre si e iguais para os outros, para “os de fora” de suas fronteiras, cabe dizer que invariavelmente, após a formação identitária, os próprios grupos sociais reproduzem a ideia de homogeneidade cultural. Também é importante referir que no processo de negociação da identidade, mesmo depois de perdidos a língua, alguns costumes e culturas distintivas, os grupos étnicos são continuamente recriados, garantindo a sobrevivência das identidades étnicas (FENTON, 2003, p. 115).

O movimento sionista de Theodor Herzl, mesmo não concebendo o judaísmo de forma monolítica propagava a ideia de homogeneidade cultural entre os judeus, a qual seguindo os nacionalismos do século XIX justificava-se através de sua “origem comum”. De modo geral, tanto a nacionalidade, quanto a etnicidade possuem em comum com a religião um aspecto de

transcendência, de modo que “quanto mais distante e nebulosa é a origem de um grupo mais eficaz é seu efeito simbólico” (WEBER, 2008, p. 244). O movimento sionista justificava-se por um lado, através do passado distante e, por outro, através do antissemitismo como uma referência que apontava para o futuro, tal perspectiva transformava os judeus em um grupo de origem e destino comum. Desse modo, o nacionalismo judaico seguiu como modelo a noção de nacionalidade européia, que privilegia aspectos étnico-culturais; e tendo como referência tanto um passado remoto e mítico, quanto o futuro, conclamava a *comunidade judaica imaginada*, segundo a definição de Benedict Anderson (2008), para se engajar no projeto de construção do *Estado judeu*, o qual de uma só vez promoveria a redenção judaica ao reunir os judeus em um mesmo território, que por consequência e de acordo com o plano/expectativa sionista contribuiria para a finalização da diáspora e do antissemitismo.

O sionismo também trouxe para dentro do judaísmo uma nova ideia identitária, segundo a qual a formação de Israel reabilitaria os judeus no mundo, ao substituir “a representação sórdida e desprezível do antissemitismo por outra bela e orgulhosa imagem” introduzindo-a “no âmago da identidade judaica”. O judeu não seria mais o “comerciante sobrecarregado de negócios, nem do ser submisso do gueto”, mas sim “o combatente vencedor”, o pioneiro desbravador do deserto, o “Davi vencendo Golias” (MORIN, 2007, p. 120). Também, do ponto de vista sionista, judaísmo e sionismo eram sinônimos, essa correspondência foi utilizada pelo movimento, com relativo sucesso na década de 1940, fazendo com que qualquer crítica ou ataque dirigido ao sionismo fosse transferido para o judaísmo. Ideia que, por um lado, colocou os judeus não-sionistas em uma posição de constrangimento e desconforto e, por outro, contribuiu para exacerbar o confronto entre sionistas e judeus não-sionistas.

Com o objetivo de difundir e integrar os judeus ao movimento e criar a noção de um grupo homogêneo o sionismo utilizou diversas estratégias de caráter coletivo, visando à agregação dos judeus. Entre estas ações, cabe destacar a organização e a proliferação de uma série de festividades e comemorações, peças teatrais e projeção de filmes sobre Israel, bem como a produção de boletins e periódicos comunitários que tinham como público alvo os “judeus do Brasil” e os quais emitiam opiniões/notícias/informações sobre sionismo/judaísmo. Esses meios de comunicação serviam de canais de contato entre a proposta proferida e o grupo almejado, o qual se desejava formar.

De modo geral, os grupos sociais e étnicos, em especial, possuem seus próprios periódicos, tais como folhetos, jornais, informativos, almanaques ou revistas, os quais “constituem uma das primeiras formas de materialização da identidade étnica e certamente tratam-se de um meio bastante eficaz de mobilização dos membros do próprio grupo”

(WEBER, 2008, p. 240). Tais estratégias, comum no que tange às ideologias étnicas e nacionais, além de mostrar os judeus como iguais e promover a sensação de agregação grupal, do ponto de vista político, social e cultural, legitimava o movimento perante judeus e não-judeus, propagando assim o ideal sionista.¹⁸⁸

Nas palestras, cursos, seminários e demais eventos promovidos pelo movimento sionista, eram utilizadas de forma recorrente, por militantes e líderes sionistas, expressões como “os judeus da diáspora”, “nós os judeus”, “israelitas do Brasil” e “os judeus do Brasil”, encontradas nos periódicos sionistas e as quais reforçavam a noção de grupo. Tais expressões, proferidas desde as primeiras décadas do século XX, são encontradas em diferentes periódicos judaicos e sionistas, entre outros, nos seguintes periódicos consultados para esta pesquisa: *Aonde Vamos?*, *A Voz Sionista*, Boletim HATIKVA (editado em Porto Alegre na década de 1940), *Crônica Israelita* (periódico editado em São Paulo pela Congregação Israelita Paulista (CIP) no ano de 1940 e entre 1941 e 1945), jornal *KOL HAMAGBIT*, (editado em Porto Alegre no início dos anos 1950) *MENORÁ* (publicação mensal editada em Curitiba, no Paraná, por grupos sionistas de direita, na década de 1940), jornal *Observador Sionista*, e *Boletim Informativo da ORGANIZAÇÃO SIONISTA DO BRASIL* (editados em Porto Alegre também na década de 1940).

No Brasil a realização de eventos e atos públicos organizados pelo movimento sionista desde os anos 1920 e, principalmente, nos anos 1940, em favor da criação de Israel, contavam com a presença e a participação de políticos e intelectuais não-judeus.¹⁸⁹ Estas atividades transmitiam e produziam a sensação de unidade cultural ao apresentarem os judeus como um grupo homogêneo, nesse sentido, do ponto de vista teórico cabe referir que “os grupos tendem a formalizar, a institucionalizar algumas de suas práticas, garantindo, internamente ao grupo, uma organicidade, e projetando para fora uma imagem que almeja reconhecimento” (WEBER, 2008, p. 252).

¹⁸⁸ Como exemplo de periódicos que mostravam os judeus como iguais, promovendo assim a agregação do grupo, vale citar a revista *Aonde Vamos?* e o periódico a *Voz Sionista* (localizado no AHJB). Dirigido aos judeus do Brasil, a *Voz Sionista* foi criada na Capital Federal em setembro de 1947 e extinta dois anos depois, voltando a ser editada novamente em 1954. Tal afirmação sustenta-se, entre outras, através das seguintes notícias: Keren Kaiemet Leisrael – A todos os judeus do Brasil. In: *A Voz Sionista*. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 10, Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1948, p. 13; Deveres que cabem aos Judeus do Brasil. In: *A Voz Sionista*. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 5, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1948, p. 4, 5; 16; Departamento de Educação. In: *A Voz Sionista*. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 1, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1947, p. 4, 5; 16. Também como exemplo do papel de transmitir a sensação de agregação, vale citar a reportagem intitulada “Baile da Unidade”, (baile realizado no Rio de Janeiro no dia 8 de maio), localizada na revista *Aonde Vamos?*, n. 261, Rio de Janeiro, de 13 de Maio de 1948.

¹⁸⁹ Em um destes atos, entre outros, encontravam-se presentes Sergio Milliet, Jorge Amado, Caio Prado Júnior e Horácio Lafer. Cf, O povo de São Paulo pede a criação do Lar Nacional Judaico na Palestina. In: *Aonde Vamos?*, n. 138, Rio de Janeiro, 22 de Nov. de 1945. p. 15;19.

Um destes eventos - muito lembrado por memorialistas étnicos do centro do país e referido em algumas obras - que contou com a presença e a participação de vários emissários, ocorreu em São Paulo, em julho de 1946. Denominado pela revista *Aonde Vamos?* de “Comício Monstro”, o mesmo foi assim apresentado pelo periódico: “Vinte mil judeus reuniram-se terça-feira 9 do corrente, no Ginásio do Estádio Municipal do Pacaembu, a fim de manifestar a sua indignação pelos últimos acontecimentos na Palestina”.¹⁹⁰

Da mesma forma e através de ações articuladas, em 1946, a OSU/RS, seguindo orientações do Rio de Janeiro, formou no Rio Grande do Sul um *Comitê de Propaganda de Emergência*, a fim de representar a comunidade judaica sul-rio-grandense nos protestos contra o governo britânico, devido à limitação da entrada de judeus na Palestina. Um destes atos/manifestações públicas se deu através de um comício realizado em 8 de julho daquele ano, nos salões do Círculo Social Israelita (CSI). Na ocasião, Maurício Seligman, presidente da OSU/RS, em seu discurso de abertura do evento mencionou o seguinte: “Nós queremos que 100 mil judeus da Europa, sejam admitidos imediatamente na Palestina. É um direito que nos assiste. Os ingleses reforçam seus destacamentos militares, levam crianças e velhos para os campos de concentração, fazendo reviver o malfadado nazismo, que eles combatiam há pouco”.¹⁹¹ E, ao encerrar seu discurso, Seligman referiu:

Aqui estamos hoje reunidos, respirando liberdade e conforto, amparados por leis amigos que, não fazendo parte da comunidade judaica, vem nos dar seu apoio de homens amantes da liberdade, tolerantes e cheios de solidariedade humana neste momento decisivo para o povo judeu. *Nós também somos brasileiros, estamos integrados nos problemas brasileiros. Queremos ver o Brasil cada vez mais próspero e respeitado.* [grifo meu] Nós queremos que a Palestina seja um lar nacional para os judeus que para lá queiram ou se vejam obrigados a ir.

Creio supérfluo apresentar-lhes Érico Veríssimo e o Dr. Coelho de Souza, nossos, amigos e vossos conhecidos, que nos honram com sua presença e cuja palavra ouviremos esta noite.

Também agradeço o comparecimento de representantes da imprensa e dos nossos amigos não judeus que aqui se encontram, cuja presença nos honra e nos conforta.¹⁹²

Além da presença dos dois intelectuais que “dispensavam apresentações”, palestraram no evento o jovem líder revisionista Yoschua Auerbach, judeu nascido na Palestina e radicado

¹⁹⁰ Cf. Comício Monstro no Estádio Municipal do Pacaembu, em S. Paulo. *Aonde Vamos?*, n. 169, Rio de Janeiro, 18 Julho de 1946, p. 17.

¹⁹¹ Cf. Atividades Comunitárias Judaicas – Discursos e Pronunciamentos. Porto Alegre/RS. Sub-série II. (AMS). No Rio Grande do Sul a relação de Érico Veríssimo, J. P. Coelho de Souza e também de Manoelito de Ornellas com o movimento sionista é de fácil constatação, visto que seus nomes aparecem em diversas entrevistas do Acervo de História Oral do ICJMC, além de livros, periódicos e documentos.

¹⁹² Atividades comunitárias Judaicas – Discursos e Pronunciamentos. Porto Alegre/RS. Sub-série II. (AMS)

em Curitiba, o acadêmico Salus Laks, o advogado Isaac Siminovich, dirigente da Organização Sionista local, Jacob Kutz e Sidor Belarsky, apresentado como “cantor de fama mundial”.¹⁹³

Em Porto Alegre, assim como em outras capitais brasileiras, às vésperas da criação de Israel, os jornais publicavam quase que diariamente notícias sobre as atividades sionistas e a presença de visitantes estrangeiros na cidade. Uma longa notícia intitulada: “Os Judeus Procuram a Compreensão do Mundo para a Luta em Prol de Sua Pátria: a Palestina”, publicada no *Diário de Notícias*, apresentava a visita do emissário sionista Moshe Gross-Zimmerman à capital gaúcha, neste sentido, o jornal referia:

Encontra-se há vários dias nesta capital em missão de esclarecimento sobre os assuntos relacionados com a Palestina, o sr. Moshe Gross-Zimmerman, um dos mais destacados porta-vozes do ishuv de Eretz Israel. Brillhante escritor e jornalista, encara simultaneamente a figura do orador e combatente a de moderno ensaísta em ídich e hebraico e membro influente do Pen Club Internacional.

Nascido e criado num ambiente tradicionalmente judaico Gross-Zimmerman estudou filosofia e literatura na Universidade de Viena, dando os primeiros passos no seu caminho de escritor colaborou e dirigiu diversos periódicos importantes na Europa e América, como “Wiener”, “Morgenzeitung”, “Die Stime”, “Hajnt”, “Der Tog”, etc. [sic]

Há 12 anos foi convidado a ingressar, como membro, no Bureau Central do Keren Haïssod de Jerusalém, e desde então tem dirigido campanhas nos diversos países da Europa e América. Em todos países onde Gross-Zimmerman realizou suas conferências sobre os mais diversos assuntos de caráter cultural ou judeu-literário, a opinião foi unânime em classificar estas conferências de admiráveis sínteses dos problemas israelitas.

Ontem fomos procurá-lo. Nosso objetivo era obter uma versão sobre a situação em que se debatem os judeus de todo mundo. O Sr. Gross-Z. não relutou em falar não somente sobre o panorama geral como também sobre os diversos aspectos da questão, hoje um tema político de magna importância para o mundo civilizado.

Abordando primeiramente o Estado em que se encontra a campanha e as conquistas já obtidas o Sr. Zimmerman disse-nos o seguinte: “Estamos encontrando um grande apoio em todas as coletividades Israelitas do mundo e é principalmente das Américas de onde vem o apoio mais positivo [...] com referência ao apoio recebido, temos que ressaltar a valiosa cooperação dos países sul-americanos e especialmente do Brasil. Nunca, em nenhuma fase da história, um povo tomou sobre si tarefa tão árdua e grandiosa, como nós judeus desta geração, eleitos para sofrimentos sobre-humanos e também para uma luta de libertação. O mundo inteiro é testemunha da heróica vontade de vida, que novamente renasceu em nosso povo, após a horrível desgraça que nos sucedeu e julgamos que não há tarefa mais nobre e bela para os homens, mesmo os não judeus, que estender a mão da solidariedade humana há um povo que luta tão desesperadamente por sua existência nacional”.¹⁹⁴

¹⁹³ Sobre este encontro um periódico judaico noticiou o seguinte: “A coletividade israelita de Porto Alegre, em protesto às brutais atitudes britânicas em Eretz Israel, assim como, não judeus conscientes, participaram no dia 8 de julho, num grande comício, no amplo salão do C.S.I onde se fizeram ouvir diversos oradores, destacando-se o Dr. J.P. Coelho de Souza, escritor Érico Veríssimo e o acadêmico Pinheiro Machado, que vieram dar sua solidariedade aos judeus, participando nestes protestos. Neste dia, o comércio israelita de Porto Alegre cerrou os seus expedientes às 16 horas, participando no grande protesto”. Cf. Protesto. HATIKVA. Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, n. 12, ano II, Abril-Junho de 1946. (AJH).

¹⁹⁴ Cf. Os Judeus Procuram a Compreensão do Mundo para a Luta em Prol de Sua Pátria: A Palestina. *Diário de Notícias*. Porto Alegre, 4 Nov. 1947. p. 7; 14.

Visto essa movimentação que além de demonstrar a capacidade mobilizadora do sionismo, transmitia a noção de força do movimento e de unidade entre os judeus. Cabe mencionar que no Rio Grande do Sul os judeus-alemães, da mesma forma que outros agrupamentos judaicos radicados nas grandes cidades brasileiras, se formou a partir do contato com a sociedade local e com outros grupos judaicos, bem como do encontro entre diferentes judeus que saíram da Alemanha em direção ao Brasil, muitos dos quais redescobriram e se aproximaram do judaísmo e do sionismo a partir de sua emigração e do encontro com seus pares no Brasil. Outros, por sua vez, já vivenciavam o judaísmo na Alemanha, entrando, dessa forma, em contato com o sionismo ainda no Velho Continente. Convém lembrar que “as identidades não são transportadas e reimplantadas em outros lugares, mas estão sempre sendo reconstruídas em função das novas circunstâncias e dependem muito das circunstâncias do contato estabelecido com outros grupos no novo contexto” (WEBER, 2008, p. 238).

No Brasil, a identidade hifenizada judeu-alemão formou-se a partir de condições específicas, fomentadas pelo novo contexto social no qual se inscreveram estes imigrantes, de modo que diversos e diferentes caminhos foram percorridos para isso, os quais contribuíram para a construção dessa identidade no contexto do judaísmo brasileiro. Entre os judeus-alemães muitos se identificavam tanto com a cultura alemã, quanto a cultura judaica, outros, já assimilados identificavam-se apenas com a primeira. Se, por um lado a assimilação afastava muitos desses imigrantes do judaísmo, por outro, o sionismo os aproximava. De forma que muitas das atividades sionistas citadas acima - as quais convocavam “todos os judeus” - contaram com a participação de judeus-alemães.

No Rio Grande do Sul, que desde o século XIX recebeu grande contingente de imigrantes germânicos, esses judeus por vezes transitavam por dois espaços, integrando-se ou assimilando-se a sociedade majoritária, apresentando-se como alemães e distinguindo-se de seus pares judeus ou, por outro lado, atuando como judeus, professando diferentes judaísmos, religioso, progressista e sionista, entre outros. O trânsito destes judeus em espaços relacionados ao judaísmo e/ou vinculados a cultura alemã não é observado com a mesma intensidade em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, onde talvez tenha havido um menor estímulo da cultura alemã, o que contribuiu para que esses judeus se aproximassem com maior ênfase do judaísmo. Em relação aos judeus-alemães radicados no Rio de Janeiro, um memorialista étnico lembra que “os judeus que vieram da Alemanha para o Rio

instintivamente se posicionaram assim: rezar e estudar, era na ARI. Beneficência, era na União” (LEMLE, 1998, p. 59).¹⁹⁵

Há que se ressaltar que seguindo diferentes caminhos, também outros grupos judaicos, como os sefaradins ou com aqueles provenientes da Rússia ou Bessarábia tiveram sua identidade ressignificada no Brasil, não sendo esse um fenômeno ocorrido apenas com os judeus de origem alemã. Da mesma forma, tal ressignificação identitária ocorreu com demais grupos imigrantes como os sírios e libaneses, por exemplo, percebidos no Brasil como turcos ou, pela identidade hifenizada, sírio-libanesa. No caso dos judeus, além da reelaboração identitária fomentada no contexto do país hospedeiro, havia a nova identidade judaica proposta pelo sionismo que atravessava de modo transversal o judaísmo, atingindo, de uma forma ou outra, a todos os agrupamentos judaicos.

De modo geral, os judeus alemães estavam integrados na sociedade alemã, assimilados à cultura local, de forma que muitos se depararam com sua condição judaica por meio da perseguição nazista que, por sua vez, promoveu uma ruptura bastante brusca destes judeus e o meio sócio-cultural ao qual estavam inseridos. Em relação a isso, Herbert Caro, imigrante que chegou ao Brasil em maio de 1935, referiu: “o judaísmo não fazia parte de minha vida, mas Hitler mostrou a todos, rapidamente, o caminho de volta a ele. Eu me filiei à SIBRA, inicialmente, por simples solidariedade, ...aos poucos, posso dizer, me tornei realmente judeu”.¹⁹⁶

A afirmação de Herbert Caro denota que alguns destes imigrantes sentiam-se mais alemães do que judeus e se aproximaram ou reencontraram o judaísmo no Novo Mundo, seja devido o Nazismo ou em função do contato com seus pares. Por outro lado, muitos imigrantes alemães trouxeram suas raízes judaicas da Alemanha, como o rabino Henrique Lemle, por exemplo. Da mesma forma não podemos esquecer que, pelo menos até o final da Primeira Grande Guerra, se localizavam na Alemanha importantes centros sionistas da Europa.

Os grupos judaicos de origem alemã, de maneira geral, chegaram ao Brasil três décadas após a primeira leva de imigrantes, em 1904. Diferentemente destes, a maioria dos judeus-

¹⁹⁵ A União Associação Beneficente foi criada no Rio de Janeiro, em 1941, tendo entre seus propósitos atuar como uma organização beneficente, sem fins religiosos, tinha assim como objetivo atender aos imigrantes judeus alemães que chegavam em número cada vez maior, semana após semana ao Brasil. Por sua vez, a Associação Religiosa Israelita (ARI) foi fundada por imigrantes judeus alemães no dia 13 de Janeiro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro, na então sede da União, na Rua Alice em Laranjeiras.

¹⁹⁶ Disponível em: <<http://www.sibra.org.br/historia.htm>> Acesso em: 21 fev. 2009. No livro organizado em homenagem Herbert Caro, no artigo, de autoria de Peter Naumann, intitulado “Sete fragmentos para um retrato”, o autor menciona que “o exílio e as notícias do holocausto despertaram nele a consciência da sua origem, da existência de algo que ultrapassa os limites da construção autônoma da sua identidade. Pouco a pouco ele passou a frequentar a sinagoga. Foi um dos fundadores da SIBRA (Sociedade Israelita de Brasileira de Cultura e Beneficência), que congregava judeus de origem alemã” In: CANDELORO, 1995, p. 17-22.

alemães não emigraram para o Brasil por meio de uma agência imigratória ou empresa colonizadora, sendo o processo caracterizado por uma imigração individual, avulsa. Porém as correntes imigratórias dos judeus do leste europeu e dos judeus da Alemanha assemelham-se no que tange as razões da emigração, visto que ambas saíram do local onde estavam radicados devido o antissemitismo na Europa.

Os primeiros judeus-alemães refugiados do nazismo chegaram ao Rio Grande do Sul entre 1934 e 1937, nesse período aportou no estado gaúcho um grande contingente de imigrantes provenientes da Alemanha.¹⁹⁷ No final dos anos 1930 e no início da década seguinte continuaram chegando ao estado imigrantes judeus de origem alemã, embora com menos intensidade (BERDICHEVSKI, 2001, p. 39-59). No período que estes imigrantes desembarcam no sul do Brasil já havia uma rede comunitária judaica estruturada. No final dos anos 1920, de acordo com a afirmação do historiador Nachman Falbel, “as instituições judaicas do Rio e São Paulo, assim como de outros estados, passavam por um processo de consolidação, o que é confirmado pelo número de edifícios comunitários que se construíram ou alugaram com esta finalidade” (FALBEL, 2005, p. 126). No Rio Grande do Sul a trajetória dos diferentes agrupamentos judaicos assemelha-se com os caminhos percorridos por grupos judaicos do centro do país.

No Brasil os imigrantes judeus de origem alemã eram percebidos como diferentes pelos demais agrupamentos judaicos e após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, os judeus-alemães foram vistos com desconfiança pelo governo brasileiro.¹⁹⁸ Tais afirmações que auxiliam a compreender a formação da identidade judaico-alemã no Brasil são verificadas através dos relatos do imigrante Bernhard Wolff.¹⁹⁹ Este, ao referir-se aos *outros judeus* de Porto Alegre (aqueles que não eram de origem alemã) lembra o seguinte: “nós, da SIBRA, fomos olhados como judeus que não eram bem judeus” (CANDELORO, 1995, p. 43).²⁰⁰ Apesar de serem vistos como judeus que “não eram bem judeus” fundaram a SIBRA, uma entidade hifenizada judaico-brasileira, ou melhor, israelita-brasileira, em consonância com o que propunha o judaísmo reformista. O depoimento de Bernhard Wolff também é

¹⁹⁷ Sobre a imigração de judeus-alemães para o Rio Grande do Sul um estudo de autoria de Klaus Becker indica a presença de judeus em meio à imigração alemã para o estado gaúcho no século XIX. Ver BECKER, Klaus. Apontamentos sobre os judeus alemães no Rio Grande do Sul no tempo do Império (1822-1889). In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermund, 1974.

¹⁹⁸ A identidade social é formada relacionalmente em função dos “outros”, sobre isso ver Pollak (1989; 1992), Todorov (1993) e Bauman (2005) e sobre identidade étnica ver Barth (1998) e Fenton (2003).

¹⁹⁹ Judeu de origem alemã, Bernhard Wolff radicou-se em Porto Alegre em 1937, participando ativamente das ações realizadas pela SIBRA.

²⁰⁰ Entrevista de Bernhard Wolff concedida a Ida Berger e Rosana J. Candeloro, publicada no livro *Herbert Caro* (CANDELORO, 1995, p. 41-46).

bastante revelador acerca da situação paradoxal com a qual se defrontaram os judeus-alemães no Brasil:

Nós éramos considerados iguais aos alemães não-judeus, pelo governo brasileiro. Mais tarde, o governo getulista declarou que nós éramos iguais a qualquer alemão nazista. Eu vivi na própria pele a proibição de se falar alemão. Minha esposa alertava meu filho, de três anos, a não falar alemão publicamente. Nunca me senti um alemão. Nasci no norte da Alemanha. Vivi, desde pequeno, o extremo anti-semitismo da região em que morava. Hitler cassou nossa cidadania alemã, portanto não éramos alemães. Judeus perseguidos na Alemanha; alemães perseguidos no Brasil. É incrível reviver isso! (CANDELORO, 1995, p. 45).

Essa diferença e estranhamento entre os judeus estabelecidos e os judeus-alemães *Outsiders* que chegaram ao Brasil (em alusão a obra de Norbert Elias),²⁰¹ não se deve meramente a razão destes serem de origem alemã, ou por terem vindos de cidades cosmopolitas e centros mais desenvolvidos do continente europeu, mas também devido seguirem preceitos liberais e reformistas, fato que os diferenciava muito de seus pares radicados no país, seja dos grupos sefaradim ou daqueles provenientes do leste europeu. Diferenças relativas ao modo de ser e agir, da prática dos preceitos religiosos, sociais e culturais dos demais grupos judaicos radicados no Brasil.

Tais diferenças remetem à emancipação que os judeus da Europa Ocidental conheceram a partir do final do século XVIII e início do XIX. Pois, desde a Idade Média, e ao longo da maior parte da história europeia, os judeus foram sujeitos a uma série de restrições impostas principalmente pelo cristianismo europeu. Vale, assim, lembrar que, segundo René Rémond, “a Igreja católica como princípio de intolerância é uma constatação histórica” (RÉMOND, 2000, p. 82). No final do século XVIII surgiu o processo denominado *Haskalá* ou Iluminismo Judaico que marcou o início da integração dos judeus no mundo secular europeu (Europa Ocidental e Central). A *Haskalá* adotou valores iluministas, incentivando a integração dos judeus na sociedade europeia e a valorização da educação secular, aliada ao estudo da história judaica e do hebraico. Esse movimento contribuiu para o processo de *emancipação judaica*, que permitiu aos judeus o reconhecimento de seus direitos como cidadãos iguais e a concessão formal de sua cidadania como indivíduos.

Do ponto de vista conceitual, cabe referir que a noção de emancipação, antigo concomitante da escravidão humana e de outros tipos de subordinação, não foi inventada no século XIX. Nos tempos antigos e medievais, até a Revolução Francesa, a emancipação costumava ser um ato relacionado aos indivíduos. No direito romano clássico, referia-se à

²⁰¹ ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

libertação dos filhos varões adultos do controle paterno e a alforria pública e voluntária dos escravos. Embora esses atos individuais -‘particulares’- de alforria tenham continuado a ocorrer no fim do século XVIII e durante grande parte do XIX, a emancipação durante a era de modernização, foi tipicamente um ato coletivo, aplicado a grupos subordinados jurídica, política e socialmente por alguma autoridade governamental pública, em geral externa a situação social envolvida (SPITZER, 2004).

A emancipação do século XIX foi um processo enraizado nas ideias racionalistas do iluminismo e possibilitado pelos avanços econômicos promovidos pela era da industrialização. Sua energia proveio do vigoroso impulso em favor das liberdades civis e políticas, por parte de classes liberais-burguesas cada vez mais poderosas – da articulação de uma opinião pública que, vez por outra, opunha-se à servidão legal e se solidarizava com as queixas dos oprimidos. Esse processo foi fortalecido pela ascensão de uma nova ordem econômica à condição de hegemonia, ordem essa que questionou os arranjos sociais estáticos do Antigo Regime, contrários às novas ideias de “crescimento” e “progresso” (Ibidem, 2004).

O processo emancipatório, ocorrido de modo gradual entre o final do século XVIII e o início do século XIX, contribuiu para a participação dos judeus na sociedade civil europeia e permitiu a emigração de judeus, oferecendo a estes melhores oportunidades, especialmente, na Grã-Bretanha e nas Américas. O movimento emancipatório, igualmente, contribuiu para a abolição das leis discriminatórias que eram aplicadas aos judeus em várias regiões da Europa, os quais viviam apartados da sociedade europeia. Em 1791, a França tornou-se o primeiro país a emancipar sua população de judeus e por volta de 1796, França, Grã-Bretanha e Holanda já haviam concedido aos judeus direitos iguais em relação ao restante da população. Napoleão Bonaparte (1769-1821) também concedeu a emancipação aos judeus nos territórios conquistados por ele, processo este intensificado com a onda revolucionária ocorrida em meados do século XIX, ocasião na qual a política judaica começaria a influenciar os governantes do leste e centro europeu para que estes também garantissem direitos iguais aos judeus radicados naqueles países.

No contexto emancipatório europeu, o judaísmo liberal ou reformista, que se desenvolveu com bastante intensidade na Alemanha, foi um movimento secular que incorporou elementos do iluminismo do século XVIII e do liberalismo do século XIX. O mesmo tinha como propósito reformar a religião judaica, distanciando-se do judaísmo tradicional, para isso propunha integrar valores modernos ao judaísmo. O movimento reformista defendia a introdução de novos conceitos e ideias nas práticas judaicas, com o fim de adaptá-las ao momento presente e ao contexto sócio-cultural em que viviam os judeus.

Nesta perspectiva o Talmude e a Torá são tratados em seus contextos históricos e o judaísmo moderno é explicado a partir da ação humana e não da vontade divina.²⁰² Esse movimento ocorreu em especial, na Inglaterra, Áustria e Alemanha (onde incorporou aspectos da Reforma Luterana) e procurou transformar o judaísmo em uma religião, desprovida de seu caráter místico e de regras como puro/impuro, descanso sabático, orações, etc. A essência do judaísmo estaria nos valores éticos expressados na Torá, e seu papel deveria ser o de contribuir para a melhoria da humanidade. Entre os objetivos do judaísmo reformista destacam-se a espiritualização de toda a humanidade, independentemente de crenças, nações ou etnias, o liberalismo judaico propõe valores como a tolerância, a autonomia individual e a flexibilidade nos modos comportamentais (como vestimentas). Tal proposta prevê o convívio de judeus e não-judeus nos países onde estes se encontram radicados. De modo geral, para os judeus liberais, os judeus são classificados como “alemães de fé mosaica” ou “franceses de fé mosaica”, “dinamarqueses...”, e assim por diante.

O movimento reformista atingiu seu ápice na Alemanha em meados do século XIX e nos Estados Unidos algumas décadas depois. No século XX o judaísmo reformista modificou seu caráter, assumiu dimensões étnicas e apoiou o sionismo, integrou novas tendências culturais formando mulheres rabinas e aceitou o homossexualismo. Atualmente é a principal corrente religiosa nos Estados Unidos, configurando-se como a corrente judaica com o maior número de adeptos em todo o mundo. A emancipação produziu inúmeras reformas no judaísmo relativas à religião e educação judaica, entre outras instâncias do judaísmo.²⁰³

No Brasil entre as décadas de 1930 e 1940 foram criadas entidades de caráter reformista e liberal como a *União Associação Beneficente* e a *Associação Religiosa Israelita* (ARI), do Rio de Janeiro, a *Congregação Israelita Paulista* (CIP) e a *Sociedade Israelita Brasileira* (SIBRA), de Porto Alegre, as quais mantinham grande intercâmbio entre si. Assim, o fato de muitos filhos de judeus liberais não freqüentarem escolas judaicas não significa abandonar o judaísmo, mas sim outra forma de ver, praticar e se relacionar com o judaísmo.

²⁰² O Talmude é considerado um livro sagrado para os judeus, trata-se de um registro das discussões rabínicas relacionadas à lei, ética, moral, costumes e história do judaísmo. O Talmude é um dos textos fundamentais para o judaísmo rabínico. Por sua vez, o termo Torá refere-se aos cinco primeiros livros que constituem o texto central do judaísmo. Contém relatos sobre a criação do mundo, a origem da humanidade, o pacto entre Deus, Abraão e seus filhos, a libertação dos filhos de Israel do Egito e sua peregrinação de quarenta anos até a terra prometida. Inclui também os mandamentos e leis que teriam sido recebidas por Moisés. Por vezes o termo Torá é utilizado pelo judaísmo rabínico para designar todo o conjunto da tradição judaica, que inclui a Torá escrita, a Torá oral (ou Talmude) e os ensinamentos rabínicos. O cristianismo, baseado na tradução grega, denomina a Torá como Pentateuco, que constitui os cinco primeiros livros da Bíblia cristã.

²⁰³ Sobre emancipação judaica ver BARON (1974), em especial os capítulos 7 e 9, intitulados: “A dinâmica da Emancipação” e “Do Caderno de um Historiador/O judaísmo Europeu antes e depois de Hitler”, páginas 127-152 e 179-236 respectivamente. E sobre judaísmo liberal ou reformista ver SORJ, 2010, mais especificamente o tópico “As correntes do judaísmo moderno”, páginas 75 até 84.

Seguindo essa análise e ainda em relação ao processo emancipatório, cabe enfatizar que “o desenvolvimento das escolas judaicas era totalmente diferente nos países onde a emancipação havia produzido seus efeitos. Na França, na Bélgica e Países Baixos, a enorme maioria das crianças judias em idade escolar freqüentava as escolas gerais tanto particulares como públicas” (BARON, 1974, p. 206). Todavia, a reforma seguiu diferentes ritmos e sua intensidade não foi a mesma por toda a parte, em alguns lugares a reforma foi mais acentuada que em outras localidades, sob essa perspectiva convém salientar que reformadores extremistas “como os membros da Sociedade Reformista de Frankfurt, na década de 1840, e mais tarde Felix Adler, em Nova York, chegaram inclusive a rejeitar a circuncisão” (Ibidem, p. 282).

Por sua vez, para o movimento sionista “por paradójico que parezca, el sionismo mayoritario considera a Hitler la prueba suprema del fracaso de la emancipación y de la asimilación del judaísmo europeo – la tesis de Herzl, al fin y al cabo -, y no halla ningún inconveniente moral en hacer del afán nazi por dejar Alemania ‘limpia del judíos’ um factor de reforzamiento del Hogar Nacional en Palestina” (CULLA, 2009, p. 156-157). Portanto, o nacionalismo judaico em seus meandros, foi resultado de uma confluência surgida em decorrência de movimentos sociais, culturais e políticos, entre estes o antissemitismo e a emancipação, porém devemos considerar que, por vezes, o antissemitismo e a emancipação conduziram os judeus para a ideia de assimilação, noção diametralmente contrária as premissas sionistas.

Retomando nossa análise em relação à imigração judaico-alemã, e ainda conforme o relato de Bernhard Wolff, o senhor Kurt Weill foi um dos primeiros judeus-alemães a se radicar em Porto Alegre, engenheiro de profissão ele veio para o Brasil em 1929 não como imigrante, mas na condição de funcionário de uma empresa de moinhos alemã (CANDELORO, 1995, p. 43). Em um dos primeiros registros da história da SIBRA, escrito em alemão por um de seus sócios, em 1961, consta que Kurt Weil, colocou-se à disposição dos imigrantes recém chegados, “auxiliando-os a acostumar-se e a instalar-se, podendo ser considerado quase como um tipo de consulado judaico” em Porto Alegre.

Em julho de 1936 dois judeus, Joseph Neumann e Erich Levy, se dirigiram ao senhor Kurt Weil, externado sua vontade de criar uma associação para os judeus-alemães, sendo criada no mês seguinte a SIBRA.²⁰⁴ Antes da fundação da SIBRA, os compromissos

²⁰⁴ O texto intitulado: “O primeiro registro”, de autoria do imigrante Bruno Philippi, encontra-se publicado em português no livro *Em Terras Gaúchas: a história da imigração judaico-alemã* (2001), organizado por Gladis W. Blumenthal.

religiosos desses judeus “eram realizados em outras sinagogas de Porto Alegre, porém suas singularidades os levaram a criar [...] um espaço religioso, social e cultural próprio” (GUTFREIND, 2004, p. 96). Em relação a isso, o próprio Kurt Weill, em entrevista concedida ao Instituto Marc Chagall esclarece que os judeus de origem alemã realizavam suas cerimônias religiosas na sinagoga do *Poilisher Farband* (literalmente associação dos poloneses), alugada junto aos judeus-poloneses.²⁰⁵

Assim, em 1936 foi fundada a SIBRA e no ano seguinte decretado o Estado Novo. A análise da nacionalização do ensino no período Estado-novista fornece indícios que auxiliam a caracterizar a experiência singular pela qual passou o grupo de imigrantes judeus provenientes da Alemanha. Sobre isso, a historiadora Cristine Fortes Lia, ao abordar a escola judaica de Porto Alegre, esclarece que:

O Colégio Israelita precisou “abrasileirar-se”, ficando proibidas as aulas em iídiche. A comunidade judaica, no entanto, ao contrário de outros grupos étnicos do período, não impôs resistência à nacionalização da escola. Coelho de Souza, secretário de educação durante o período do Estado Novo no Rio Grande do Sul, várias vezes, nos seus discursos, tecia elogios à conduta da comunidade judaica com o compromisso de nacionalizar seu estabelecimento de ensino.

A proibição do iídiche na escola causou dificuldades para o aprendizado dos alunos, muitos dos quais especialmente os recém chegados na cidade, não falavam outra língua. Joana Gitz relata que, quando chegou em Porto Alegre em 1937, vinda da Alemanha junto com seus pais, não falava outro idioma senão o iídiche e o alemão. No ano seguinte, quando ingressou no Colégio Israelita, e ainda não dominava a língua portuguesa, o iídiche foi proibido na escola. Joana passou a não compreender mais as aulas, o que acarretou sua retirada do Colégio, não podendo mais estudar.

A história das atividades escolares de Joana Gitz em Porto Alegre é muito interessante. Chegados à cidade, seus pais (que vieram da Alemanha junto com a filha, percebendo o perigo iminente da guerra) tentaram matriculá-la na escola Bom Conselho (de tradição alemã, com a qual a família de Joana se identificava), na qual não foi aceita por ser judia. No Colégio Israelita não pode permanecer por não falar português; a professora da escola, então, com pena da menina, prontificou-se a dar aulas em alemão, em sua casa, em um horário alternativo ao do colégio. Entretanto, esse horário era incompatível com as atividades domésticas de Joana – que precisava cuidar da casa enquanto os pais trabalhavam no comércio – que acabou por desistir das aulas particulares e abandonou os estudos.²⁰⁶

Convém referir que se os judeus recém chegados encontravam alguma dificuldade por não falar o português, por outro lado, o iídiche além de não ser falado por alguns grupos judaicos radicados no Brasil, não era aceito por todos como “a língua dos judeus”, sendo inclusive, conforme visto, tanto defendido, quanto combatido por alguns grupos sionistas que desejavam impor o hebraico como idioma judaico. O iídiche, língua falada majoritariamente

²⁰⁵ Cf. WEILL, Kurt. Entrevista n. 96.0, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 01/06/1989.

²⁰⁶ Entrevista de Joana Gitz concedida a Cristine Fortes Lia em 26 de outubro de 2002, a citação expressa acima foi retirada da tese de doutorado entrevistadora, ver LIA, 2003, p. 308-309.

por judeus do leste europeu, não era utilizada em muitas regiões da Alemanha, de forma que grande contingente de imigrantes judeus de origem alemã não sabia falar o dialeto, todavia é importante esclarecer que na Alemanha alguns grupos judaicos falavam essa língua.²⁰⁷

No Brasil, de modo geral, os judeus possuíam uma série de vínculos dentro da rede social judaica, tendo em vista que participavam simultaneamente de diversas entidades como a sinagoga, clubes sociais, escola e grupos sionistas, entre outras associações. Dessa forma, judeus defensores da causa sionista transitavam por diferentes instituições e distintos meios sociais e culturais, tal mobilidade contribuiu para que as ideias sionistas permeassem diferentes instituições.

Entre as décadas de 1940 e 1950, Josef Neumann²⁰⁸, um dos idealizadores e fundadores da SIBRA, atuou ativamente em favor da causa sionista. Na campanha de arrecadação financeira para o movimento sionista, realizada em Porto Alegre em 1950, ele lamentava o fato de alguns judeus não contribuírem com a mesma, referindo as seguintes palavras: “infelizmente não possuímos meios de obrigar nossos irmãos a contribuírem, e só o que nos resta, é apelar para seus sentimentos”.²⁰⁹

A afirmação de Neumann abre espaço para outra discussão relacionada à crise do movimento sionista no Brasil, assunto que abordaremos mais à frente neste estudo, pois a arrecadação de recursos materiais e, principalmente, financeiros para as campanhas do movimento sionista nem sempre foram realizadas de forma pacífica, ainda que seus dirigentes afirmassem o contrário, isto é, que eles apelavam apenas para os sentimentos ou à conscientização de seus pares.

Klaus Oliven, outro imigrante de origem alemã, chegou ao Brasil em 1939, sendo recebido juntamente com sua família por Kurt Weill no porto da cidade de Rio Grande. Desde sua chegada, Oliven militou no movimento sionista, freqüentou a SIBRA e transitou em meio aos seus pares judeus fossem eles de origem alemã ou não. Após a criação da Organização Sionista do Rio Grande do Sul ele ocupou diferentes cargos na direção da entidade, atuando como porta-voz dos judeus sul-rio-grandenses em diferentes oportunidades. Em entrevista concedida ao Instituto Marc Chagall, no final da década de 1980, Oliven lembrou que na Alemanha ele já atuava no movimento sionista:

²⁰⁷ Mais informações sobre o assunto e a trajetória da língua iídiche na Alemanha ver GUINSBURG 1996, p. 25-37.

²⁰⁸ Imigrante alemão e dirigente sionista no Rio Grande do Sul, Josef Neumann nasceu em 1910 na Alemanha e faleceu em 22 de outubro de 1969 em Porto Alegre. A certidão de óbito encontra-se no Arquivo Institucional da SIBRA, caixa 24, maço V, Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre/RS.

²⁰⁹ Cf. Contra os não contribuintes. Deve-se ou não adotar medidas? *KOL HAMAGBIT*. Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950. (Arquivo Josef S. Halpern – ICJMC, Porto Alegre/RS).

Me filiei ao movimento juvenil. Primeiro Habonim e depois Hashomer Hatzair, que era mais radical de esquerda. Discutíamos e aprendíamos sobre sionismo, sobre socialismo, sobre a vida no kibutz e toda essa problemática nos vivíamos intensamente. E depois de 1933 começou a *aliá* [emigração para Israel] em maior escala.²¹⁰

A atuação dos dois judeus-alemães Klaus Oliven e Josef Neumann é verificada através de uma nota publicada na edição especial, em homenagem ao décimo aniversário da Organização Sionista do Rio Grande do Sul, nesta, o movimento demonstrava sua gratidão e reconhecimento aos dois líderes sionistas. A nota intitulada “honra ao mérito” informava que no período de 1945 até 1955 ambos participaram de “todas as diretorias, nos mais variados postos, nos mais difíceis cargos” e “em todas ocasiões, ofertaram o seu tempo livre e um pouco de si próprios, ao ideal renascentista judaico, em prol do sionismo”. Em 1955, ano da publicação, Josef Neumann era presidente da Organização Sionista do Rio Grande do Sul, cargo para o qual foi eleito em novembro de 1954.²¹¹

Josef Neumann e Klaus Oliven eram dirigentes atuantes que dedicavam seu tempo e esforço em favor do judaísmo, do sionismo e em prol aos judeus radicados no Rio Grande do Sul. Em relação a isso, Bernhard Wolff ao recordar algumas atividades desenvolvidas por Oliven, mencionou que na SIBRA Max Blumenthal e Klaus Oliven “davam aula sobre judaísmo às crianças (...) aula de hebraico, aula de história judaica, sempre tinha algumas horas em determinados dias”.²¹²

Também de origem alemã e militante sionista Zeldi Oliven igualmente transitava em meio aos judeus-alemães de Porto Alegre. Nascida em Berlim em 1919, ela emigrou para o Brasil em 1941, quase dois anos depois de Klaus Oliven, seu futuro esposo, ambos se conheceram ainda na Alemanha e se casaram no Brasil. Na Alemanha Zeldi Oliven, assim como Klaus, igualmente participava de atividades sionistas e mais tarde já no Brasil, em 1948,

²¹⁰ Cf. OLIVEN, Klaus. Entrevista n. 109.0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 20/09/1988. Klaus Oliven nasceu em Berlim em 20 de janeiro de 1918 e emigrou para o Brasil em 1939, chegando ao Rio Grande do Sul no mês de março deste ano, no estado sulino Oliven manteve estreitos laços com o sionismo e com a comunidade judaica local, laços estes tecidos e mantidos desde sua chegada ao Brasil até seu falecimento, em setembro de 2010.

²¹¹ PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DA ORGANIZAÇÃO SIONISTA UNIFICADA. Edição especial em Homenagem ao 10º Aniversário da O.S.U. 10 Anos de Organização Sionista Unificada: 1945-1955. Porto Alegre, Dez. 1955. p. 25. (AJH - ICJMC, Porto Alegre/RS). Juntamente com Neumann e Oliven também foram homenageados pelo mesmo motivo, Samuel Goldfeld, Abraão Milman e Isaac Siminovich.

²¹² Cf. WOLFF, Bernhard. Entrevista n. 264, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 17/05/1989.

ela ajudou a fundar na capital gaúcha o grupo feminino sionista de esquerda *Na'amat Pioneiras*.²¹³

Assim, o casal Oliven já atuava e participava do movimento sionista na Europa, mais especificamente na Alemanha da década de 1930, em relação a isso ao lembrar de sua atuação no movimento Klaus Oliven recorda que:

Naquela época, a nossa vida, a minha, girava em torno do movimento juvenil sionista e eu era um líder do Hashomer Hatzair, fui mandado para diversas cidades, como Frankfurt, Dresden, para dirigir o grupo local daquele movimento juvenil. Eu era o responsável, antes em Berlim também, e eu era o único judeu alemão do Hashomer Hatzair, e a Gestapo, que tinha que receber uma cópia de todos os programas, todas as conferências de todos os grupos exigia sempre que o responsável fosse um judeu-alemão e não um judeu-polonês.²¹⁴

Por sua vez, o advogado Miguel Weisfeld, um dos fundadores da SIBRA, foi, durante as décadas de 1940 e 1950, um dos principais líderes sionistas no estado gaúcho, chama a atenção e contribui substancialmente para nosso estudo o fato de Weisfeld não ser de origem alemã. De forma que ele se aproximou deste grupo de imigrantes devido sua profissão e pelo fato de ser judeu. De acordo com Moysés Eizirik, memorialista étnico e dirigente sionista no período estudado, “a partir de 1933, com a vinda dos judeus da Alemanha, fugindo do terror nazista [Weisfeld] começou a ser procurado e foi atendendo um grande número de imigrantes, orientando-os e regularizando sua situação e permanência no país” (EIZIRIK, 2007, p. 116). A afirmação do memorialista corresponde às informações de muitos imigrantes judeus de origem alemã, conforme depoimentos concedidos ao Departamento de Memória Instituto Cultural Judaico Marc Chagall.

Através de sua atuação junto aos judeus de origem alemã que Miguel Weisfeld conheceu sua esposa, a Senhora Ida Weisfeld, nascida na cidade de Colônia (um importante centro sionista na Alemanha), ela militava no grupo feminino sionista *Women International Zionist Organization* (WIZO). Ida e Miguel Weisfeld se casaram no Brasil em 1938, dois anos após se conhecerem.

Em novembro de 1949 Miguel Weisfeld foi eleito Presidente da Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul (OSU/RS), em substituição ao médico, da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Maurício Seligman, que ocupava o cargo de presidente da Organização desde 1946. Conforme a edição comemorativa dos dez anos da OSU/RS,

²¹³ Cf. OLIVEN, Zeldi. Entrevista n. 110. 2, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 07/11/1990.

²¹⁴ Cf. OLIVEN, Klaus. Entrevista n. 109.0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 20/09/1988.

Weisfeld teve uma gestão profícua, marcada por um trabalho persistente em prol da causa sionista, “justamente num período, em que arrefeceu o entusiasmo do *ishuv* (comunidade), depois de saturado o entusiasmo provocado pela criação de Israel e das vitórias da *Haganá* contra os exércitos árabes”. Dentre outras realizações, durante sua gestão foi criada em outubro de 1950 “a Hora Cultural Hebraica, que se tornaria o órgão oficial de rádio-difusão da Organização Sionista Unificada de Porto Alegre”, programa transmitido pela Rádio Difusora de Porto Alegre.²¹⁵

Em meados da década de 1940, contando com a participação e militância de muitos judeus de origem alemã, o sionismo encontrava-se em plena ascensão no Brasil. Em meio a isso, o político Oswaldo Aranha, antes de presidir a Sessão de 29 de novembro de 1947, que seria realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) e a qual definiria a partilha da Palestina, foi recebido em Porto Alegre por “amigos e admiradores”. Assim, no dia 9 de setembro de 1947, amigos e admiradores de Aranha lhe ofereceram um banquete no Salão de festas do Clube do Comércio, banquete este presidido pelo governador do Estado Sr. Walter Jobim. Em relação à homenagem a ser recebida por Oswaldo Aranha o jornal *Correio do Povo*, de 7 de setembro, informava que “mais de quatrocentas pessoas subscreviam a lista para participar dessa homenagem”. Falava em nome dos “homenageantes” o Sr. J. P. Coelho de Souza, e os discursos seriam transmitidos pela Rádio Difusora.²¹⁶

Ainda sobre o evento, o jornal *Diário de Notícias*, de 3 de setembro, relatava que também Mem de Sá, outro apoiador da causa sionista, seria um dos oradores da noite e que os ingressos para o evento encontravam-se à disposição na Livraria do Globo, tradicional livraria de Porto Alegre. O jornal, igualmente, apresentava uma lista com a nominata dos inscritos, na qual é possível verificar o nome de muitos sionistas da coletividade judaica sul-rio-grandense, entre estes o nome de Miguel Weisfeld, amigo de Oswaldo Aranha.²¹⁷

Em relação ao sionismo no período pós Estado Novo, cabe referir que a partir de 1945, emissários sionistas novamente passaram a vir ao Brasil com o objetivo de difundir o movimento, encontrando entre as comunidades judaicas brasileiras e a sociedade maior um ambiente receptivo e bastante favorável para a propagação de suas ideias. Uma estratégia utilizada frequentemente pelos agentes e demais militantes do movimento para difundir a

²¹⁵ Cf. Novas realizações da Organização Sionista Unificada. In: PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DA ORGANIZAÇÃO SIONISTA UNIFICADA. Edição especial em Homenagem ao 10º Aniversário da OSU 10 Anos de Organização Sionista Unificada: 1945-1955. Porto Alegre, Dez. 1955, p. 15-17. (AJH - ICJMC)

²¹⁶ Cf. O Sr. Oswaldo [sic] Aranha chegará amanhã a Porto Alegre. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 Set. 1947, Noticiário, p. 14.

²¹⁷ Cf. Cerca de 400 pessoas já se inscreveram no grande Banquete a ser oferecido ao Sr. Oswaldo Aranha, no dia 8 do corrente. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 Set. 1947, p. 3.

causa nacional, foi a realização de atos públicos (palestras, conferências, encontros, festas e comícios), que ocorreram em diversas cidades brasileiras, tais atos contavam com a presença de intelectuais, políticos e demais cidadãos, judeus e não-judeus, conforme visto.²¹⁸

A partir do que discorremos é possível verificar que os militantes sionistas que transitavam pela SIBRA eram indivíduos bastante atuantes do ponto de vista comunitário, eram portadores de capital cultural, isto é, possuíam prestígio social e cultural tanto dentro, quanto fora da coletividade judaica sul-rio-grandense. Por outro lado, essa rede de contatos e relações formada na SIBRA mantinha intercâmbio com judeus-alemães de outros estados brasileiros. Em relação a isso, vale citar que o rabino liberal e líder sionista Henrique Lemle, radicado na Capital Federal, que mantinha intenso intercâmbio também com judeus de São Paulo, por mais de uma vez esteve em Porto Alegre visitando seus pares judeus e sionistas.²¹⁹

Contando com uma enorme capacidade de mobilização e mesmo com a grande adesão de judeus na década de 1940, o sionismo internamente nunca foi um movimento monolítico e muito menos granjeou unanimidade entre os judeus, de forma que as ideias sionistas, desde que formalizado o movimento no final do século XIX, dividiram espaço com outras propostas para solucionar a questão judaica, entre elas as ideias assimilacionistas, comunistas e a concepção de autonomia cultural judaica nos países onde estes estivessem radicados. Assim, a década de 1940 foi de fundamental importância para a história do judaísmo contemporâneo devido os dois grandes acontecimentos ocorridos neste período: o holocausto e a criação do Estado judeu. Nessa conjuntura houve a ascensão do sionismo que vinha sendo difundido entre as comunidades judaicas da diáspora, desde finais do século XIX, enquanto projeto para solucionar o problema judeu, solução que se apresentava viável tanto do ponto de vista político-jurídico, quanto moral. O cenário político mundial no contexto do pós-guerra contribuiu para que esse modo de solucionar a questão judaica se efetivasse, sendo, portanto, favorável à propagação do movimento sionista e a criação do Estado de Israel.

No Brasil, país periférico seja em relação ao sionismo ou ao judaísmo, o sucesso do movimento se explica devido à mobilização internacional promovida pelos judeus da diáspora, a qual incidiu também sobre os judeus do Brasil. Atividade essa que contou com a presença e o trabalho intenso de emissários sionistas, representando diferentes tendências da OSM e da NOS, os quais vinham ao Brasil com o objetivo de impulsionar o movimento entre os judeus. Por outro lado, a organização de diversos grupos sionistas formado por judeus-

²¹⁸ Além dos exemplos citados no presente trabalho, sobre o assunto veja também a dissertação de mestrado *Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952* (BARTEL, 2006), em especial o capítulo 2, p. 54-100.

²¹⁹ Cf. Arquivo Institucional SIBRA, caixa 23, maço II – série imprensa e impressos. ICJMC.

brasileiros inscrevia a questão nacional judaica no cotidiano das coletividades judaicas radicadas no país. Além disso, o apoio de não-judeus ao sionismo legitimava o movimento tanto dentro, quanto fora das coletividades judaicas.

Por fim, militantes sionistas desenvolvendo atividades em prol da vida comunitária faziam o trabalho de corpo-a-corpo, convencendo, envolvendo e conclamando seus pares a se engajar no projeto sionista de construção do Estado judeu, contribuindo assim para a propagação do movimento entre os judeus-brasileiros, nos anos 1940 e 1950. Dessa forma, o sucesso do movimento sionista no Brasil foi também resultado de uma construção efetivada através do trabalho de líderes locais e de atores anônimos que atuaram no sentido de construir Israel em terras brasileiras, os quais propuseram e agiram visando à agregação dos judeus em torno do objetivo nacional. No Brasil, por meio dessa movimentação, que visava reunir os judeus a partir de uma nova concepção identitária, o sionismo contribuiu para a formação de uma comunidade organizada através de novos postulados, por outro lado, a negociação e a adaptação das ideias sionistas no Brasil, igualmente, contribuíram para a integração dos grupos judaicos na sociedade majoritária.

O caso aqui abordado, isto é, a relação entre judaísmo liberal, judeus-alemães e movimento sionista, nos possibilita verificar como as ideias sionistas permearam de variadas maneiras os diferentes grupos e as entidades judaicas sediadas no Brasil. Resguardando as especificidades de cada situação é possível referir que o caso dos judeus-alemães assemelha-se ao de outros agrupamentos judaicos – imigrantes judeus que em meio ao processo de integração social, de uma forma ou outra, se depararam com o movimento sionista. Desse modo, ainda que persistam diferenças sócio-culturais, políticas ou de origem nacional e/ou étnica, tais grupos reduziram suas diferenças aproximando-se de um judaísmo vinculado ao nacionalismo judaico, ao Estado de Israel e ao combate permanente do antissemitismo, reforçando e sustentando assim a noção de comunidade judaica. Processo esse iniciado no início do século XX, e bem caracterizado por uma depoente que ao analisar o perfil do judaísmo brasileiro na década de 1980 referiu as seguintes palavras: “a SIBRA é uma comunidade dos judeus alemães. Mas hoje também esta misturada. Hoje isto não é mais importante, se são da Alemanha ou da Polônia ou de onde quer que sejam. Hoje é a nova geração, e os jovens não se importam de onde se vem”.²²⁰

²²⁰ Cf. OLIVEN, Zeldi. Entrevista n. 110, Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 20/09/1988.

6. 2. Agregação comunitária: do sionismo ao judaísmo

A religião judaica, do ponto de vista social e cultural, possui um caráter coletivo, comunitário e agregador, sendo necessário para efetivação de atividades religiosas a formação de um *minian*, isto é, a reunião de no mínimo dez judeus maiores de treze anos e do sexo masculino. Durante o período medieval e moderno os judeus foram afastados, pelo catolicismo e, posteriormente, por demais religiões cristãs, do contato com a terra e a agricultura²²¹ sendo por vezes excluídos do convívio junto aos cristãos. Assim, através de um antissemitismo de caráter religioso, os judeus viviam reunidos nos guetos ou nas judiarias, conforme a denominação destes redutos em Portugal. Tal forma de exclusão social não permitia a assimilação cultural e contribuía para a manutenção da identidade judaica e para coesão comunitária. A segregação dos judeus no velho continente manteve o judaísmo religioso em uma situação de tensão durante a modernidade. De outra forma, internamente muitas questões relacionadas ao judaísmo religioso entraram em confronto com outras formas de judaísmo, surgidas ao longo dos séculos XVIII e XIX, influenciadas por movimentos revolucionários de caráter liberal, socialista e nacionalista.

No Brasil, ou seja, na nova terra, os judeus fossem eles sefaradim ou asquenazim, poloneses, eslavos ou alemães, religiosos ortodoxos, laicos ou liberais, ricos ou pobres, comunistas ou sionistas, e assim por diante, se organizaram socialmente através do local de origem, de seus costumes e ritos religiosos, entre outros critérios. Ao desembarcarem na América mesmo que se associassem inicialmente entre si tais encontros promoveram o afastamento dos diferentes grupos, porém, mesmo que estes resguardassem suas identidades específicas, acabavam de um ou outro modo, por interagir socialmente com os demais judeus em um mesmo contexto social, através de entidades como a escola, o cemitério, a sinagoga, o clube, etc. Em relação a isso, no que tange a história dos judeus no Brasil, são bastante conhecidos casos de disputas simbólicas entre grupos judaicos pelo mesmo espaço social.

No território brasileiro o sionismo ajudou a construir e se deparou com uma rede de entidades judaicas separadas por distintas fronteiras sócio-culturais, rede está consolidada ao

²²¹ Conforme Herbert Lottman “por não terem permissão de possuir ou usar terras, os judeus da Europa pré-revolucionária podiam lidar com *dinheiro*, trocando ou emprestando, e comercializar metais preciosos; quando eram considerados úteis por um príncipe, tornavam-se fornecedores da corte, administrando os negócios do patrão (e, as vezes, suas propriedades também). Poucas famílias reinantes na Europa pós-feudal deixavam de ter em sua entourage um judeu que emprestasse dinheiro; não é para menos que, quando a época dos bancos chegou, os judeus estavam preparados para ela (juntamente) com outra minora desprezada, a dos protestantes)” (LOTTMAN, 2011, p. 6).

longo dos anos 1920 e 1930. Em vista disso, através do discurso e da ação sionista, agentes, dirigentes e militantes do movimento reforçaram no judaísmo a ideia de unidade e homogeneidade. Em meio à encruzilhada de diásporas e o estranhamento causado devido esse encontro entre diferentes judaísmos, o sionismo ao pronunciar termos como “nós os judeus” e ao promover a divisão do mundo social em termos de “nós” e os “outros”, isto é, judeus sionistas e os não-judeus, produziu ou reforçou uma sensação de unidade e de vínculos por meio de símbolos materiais e imateriais comuns como o passado e, principalmente, o destino comum, a terra prometida, o antissemitismo, o hebraico, a diáspora, entre outros artefatos simbólicos.

Essa fórmula quase mágica, definida por Pierre Bourdieu na obra *O Poder Simbólico* (2000), como “o poder de nomear”, embora se mostrasse eficaz não eliminou todas as arestas existentes entre os diferentes grupos, de forma que o discurso sionista, bastante afinado do ponto de vista de sua teoria geral, encontrou dificuldades quando colocado em prática. Não era condizente com o movimento o discurso “nós os judeus-poloneses” e “eles os judeus-alemães”, “nós os judeus asquenazim” e “eles os sefaradim”, visto que, do ponto de vista teórico, os adjetivos que acompanhavam a noção de judeu possuíam uma ideia de desagregação. Porém, seguindo essa mesma lógica, e de forma contraditória, ao falar/nomear “nós os judeus-brasileiros” o movimento encontrou ressonância tanto entre os judeus nascidos no Brasil, quanto entre os imigrantes radicados no país, atingindo assim um duplo e ambivalente objetivo, pois tal nomeação vinculava simultaneamente esses judeus com Israel e com o Brasil, de forma que diferentemente de muitos países europeus, esses potencialmente futuros cidadãos do Estado judeu não eram considerados estrangeiros no Brasil.

Embora ainda persistam diferenças entre judeus-brasileiros de origem polonesa, origem alemã, origem sefaradita, entre outros, tais barreiras foram ultrapassadas, ou atenuadas, em função de um projeto maior e de cunho universal, devido também a integração dos judeus na sociedade brasileira, sociedade acolhedora aos grupos imigrantes e estrangeiros. De forma que o maior obstáculo encontrado pelo movimento sionista no Brasil foi outra proposta universal para os judeus, encabeçada por grupos da esquerda judaica não-sionistas, denominados progressistas. Conforme visto, a disputa entre sionistas e progressistas permeou diferentes entidades e serviu como o motor para impulsionar ambos os grupos, a fim destes colocarem em prática seus respectivos projetos, e por consequência a vida comunitária judaica.

A disputa entre sionistas e progressistas, por espaços sociais, por membros para seus respectivos grupos e pelo poder de nomear, ou seja, de impor sua visão de mundo sobre os demais, revestiu de importância os judeus, o judaísmo e seus respectivos movimentos

ideológicos. Tais práticas ao serem colocadas em evidência, negociadas e/ou confrontadas com os demais judeus fizeram com que os movimentos ideológicos, no que tange a negociação e a dominação simbólica cedessem espaço, tornando-se mais flexíveis e ajustando-se a realidade social em que estavam inscritos.

Por outro lado, esse poder de definir o mundo social e impor suas divisões, não pode ser dito por qualquer um, sendo para isso necessário estar investido de capital social, ou possuir concessão/autorização do grupo ao qual se fala e pelo qual se fala (BOURDIEU, 2000). Dessa forma, judeus bem sucedidos dentro e fora das coletividades judaicas, que ocupavam postos-chave e possuíam trânsito entre diferentes instituições, foram investidos deste poder. O confronto entre diferentes grupos judaicos, evidenciado pelos discursos de suas lideranças, que, por sua vez, eram sustentados por seus respectivos grupos, os quais serviam como base social de apoio para seus dirigentes, dinamizou a relação política, social e cultural do judaísmo no Brasil, fazendo com que tais grupos se aproximassem, ao disputarem temas de interesse comum.

Em suma, o movimento sionista, através de seus dirigentes e militantes, visando reunir os judeus radicados no Brasil criou/reforçou a ideia de judeu-brasileiro. Seguidamente esses judeus eram convocados/conclamados a auxiliar seus irmãos da diáspora e, posteriormente, de Israel, conforme atestam inúmeras notas e artigos publicados ao longo dos anos na revista *Aonde Vamos?* e demais periódicos judaicos e sionistas. Além de falar em nome dos judeus (“nós os judeus-brasileiros”), e de apresentar um projeto universal para o judaísmo, o sionismo desde seu início teve como propósito criar uma entidade representativa que falasse em nome dos judeus radicados no Brasil, uma *Kehillá*, isto é, “uma forma de organização comunitária altamente centralizada que possui um corpo executivo que assume a responsabilidade pela manutenção das instituições comunitárias. Nenhuma dimensão da vida comunitária fica fora de sua supervisão. Seu controle é evidente nas atividades econômicas, nas relações com o mundo não judaico, na família, na vida social e em matérias religiosas e educacionais” (GRIN, 1997, p. 106).

O projeto de criação da *Kehillá* colocado em prática pelo sionismo, desde a década de 1920, não se efetivou na prática devido à resistência encontrada entre alguns grupos radicados no Brasil, muitos dos quais se por um lado aceitavam/incorporavam uma nova identidade, por outro, desejavam autonomia para suas instituições. No entanto, a ideia de *kehillá* ia ao encontro de muitos agrupamentos judaicos e, dessa forma, em muitos casos o ponto que gerava maiores discussões e polêmicas se referia a qual grupo/entidade iria coordenar essa instituição majoritária. Em relação a esse movimento de uma entidade que abrangesse as

demais e as disputa de poder causadas em função disso, Monica Grin ao analisar a formação da Federação Israelita no Rio de Janeiro nos anos 1940, menciona que:

a dinâmica institucional que se instaura na comunidade do RJ, a partir da criação da Federação Israelita, representou por um lado, razoável tentativa de “proteger” o pluralismo comunitário orientado por um judaísmo de tipo moderno, contra os rompantes normativos tanto do sionismo, fortalecido com a criação de Israel, quanto da ala conservadora da liderança que tentava impor, desde a década de 20 o modelo da Kehillá (Ibidem, p. 106).

A criação de Israel representou simultaneamente o auge e o início da crise do sionismo, que gradualmente perdeu sua força de agregação e ideológica entre os judeus da diáspora,²²² junto a isso a ideia de uma Federação era aceita, sendo vista com bons olhos pelos judeus brasileiros, e mais do que isso, tal a ideia era vista como uma necessidade. Em São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul o início das Federações esteve a cargo do sionismo, por meio de suas lideranças, os quais de modo gradual perderam espaço enquanto líderes sionistas, através de concessões que foram obrigados a fazer em prol de interesses comunitários mais amplos.

O debate acerca da criação de federações esteve na ordem do dia durante os anos 1940. Um artigo, entre vários outros, publicado em *Aonde Vamos?*, escrito por Eduardo Horowitz, líder histórico do sionismo brasileiro, retratava a preocupação com o papel das federações. No texto, Horowitz ao referir-se a comunidade judaica brasileira e a função das instituições, entre outros assuntos, afirmava que “tem-se discutido entre nós de sobejo o problema de organização e representação”. No mesmo texto, intitulado sugestivamente: “Dentro e fora do nosso pequeno mundo” é possível perceber o caráter ambivalente do sionismo brasileiro, visto que ao analisar questões de âmbito local como a “incapacidade do sionismo oficial no Brasil” e o papel das federações, o líder sionista também discorreu sobre o aumento da violência na Palestina.²²³

²²² Cabe esclarecer que a noção de crise apresentada neste trabalho está em consonância com o que demonstram as fontes pesquisadas, bem como os debates transcorridos internamente no movimento sionista no final da década de 1940 e inícios dos anos 1950. Assim, tanto as discussões analisadas, quanto o próprio uso da palavra crise, que aparece nos documentos referindo-se por vezes ao sionismo e ao governo constituído em Israel após 1948, remetem a essa noção, conforme encontramos nas edições de *Aonde Vamos?*, dos anos 1948, 1949 e 1950. Como exemplo disso, vale referir que, no segundo semestre de 1950, o editor da revista publicou uma série de artigos, assinados por ele, sob o título “Panorama Sionista da atualidade no Brasil”, nos quais é possível verificar o dissenso entre as diferentes correntes sionistas. Cf. NEUMANN, Aron. Panorama Sionista da atualidade no Brasil. *Aonde Vamos?*, Rio de Janeiro, n. 390, 23 nov. de 1950, p. 5; 8. A crise do movimento sionista será analisada a seguir, no próximo subcapítulo deste trabalho.

²²³ HOROWITZ, Eduardo. Dentro e fora do nosso pequeno mundo. *Aonde Vamos?*, Rio de Janeiro, n. 253, 18 mar. de 1948, p. 6.

Como exemplo da criação de federações regionais pelo movimento sionista vale ainda citar o caso de São Paulo, onde em 23 de dezembro de 1946, ocorreu, na sede da Organização Sionista Unificada do Estado de São Paulo, a reunião para criação da Federação Israelita do Estado de São Paulo. A comissão organizada para criar a Federação foi presidida pelo dirigente sionista Moysés Kauffmann. Assim, com essa finalidade reuniram-se em Assembleia Geral os delegados das associações israelitas de São Paulo para deliberar sobre as seguintes questões: “a) aprovação do ante-projeto dos estatutos”; “b) eleição de uma diretoria provisória”; “c) diversos”[sic]. Na Assembleia, Horácio Lafer, dizendo não representar nenhuma instituição, mas na condição de Deputado Federal referiu que o ideal seria a criação de duas Federações, uma das Associações Benéficas e outra a “Federação dos Brasileiros Israelitas” que poderia “falar em nome dos judeus brasileiros, defenderia os interesses da coletividade do ponto de vista interno do país sem que elementos estrangeiros nos tragam problemas políticos de fora”.²²⁴

Na ata da reunião consta que Horácio Lafer julgava “ser esta segunda Federação muito conveniente pra organizar a vida judaica e prestigiá-la junto às autoridades competentes, quando necessário, pois poderia falar de igual para igual por ser constituída por brasileiros”. Podemos pressupor que a proposta de Lafer era contrária aos propósitos sionistas, que desejava abarcar todos os setores da vida judaica, pois em seu âmago já se encontrava uma divisão, o que de certa forma contribuía para o esvaziamento do sionismo enquanto instância mediadora e normativa da vida social. Moysés Kaufmann salientou que os atuais estatutos deveriam ser considerados provisórios e referiu que: “a constituição da Federação é assunto urgente, por não existir nesta capital órgão que tenha voz representativa de nossa coletividade” e por tal motivo discutir a proposta de Lafer seria “adiar ainda mais sua realização”. Por fim, a proposta acabou sendo acrescentada no estatuto provisório para ser discutida na próxima reunião do Conselho Geral, decisão aprovada por 33 votos favoráveis, 4 votos contrários e uma abstenção.²²⁵

Assim, em São Paulo, onde o projeto de criação de uma Federação foi, igualmente, capitaneado pelo movimento sionista e seus dirigentes, não foi muito diferente do que ocorreu em outros estados, sendo o processo de criação da entidade permeado por disputas,

²²⁴ Cf. Ata da Assembleia Geral dos Representantes das Associações Israelitas de São Paulo, 23 de dezembro de 1946. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

²²⁵ Ata da Assembleia Geral dos Representantes das Associações Israelitas de São Paulo, 23 de dezembro de 1946. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

negociações, conflitos, consensos e discussões. Sobre esse processo a obra comemorativa aos 50 anos de criação da FISESP menciona que:

A idéia de Federação era cara aos sionistas de diversos matizes, concentrados em torno do Centro Hebreu Brasileiro, que tomaria a iniciativa de criação da nova entidade. A Congregação Israelita Paulista, porém, oferecia grande resistência a idéia, pois pretendia que da centralização de entidades estivessem excluídas quaisquer injunções políticas. Este ponto era polêmico e sua discussão foi prolongada. Em 1940, ela está registrada nas páginas da Crônica Israelita, em um artigo no qual Fernando Levisky elogiava a Congregação, ao mesmo tempo que conclamava a unidade e defendia a idéia de uma nova entidade [...] ...após, inúmeras conversações e acertos que mobilizaram reconhecidos líderes comunitários, no dia 23 de dezembro de 1946, na sede da Organização Sionista Unificada do Estado de São Paulo, situada à Avenida Ipiranga, n. 652, 10 andar, reuniram-se os representantes das associações israelitas para fundar e aprovar o anteprojeto do estatuto da Federação Israelita do Estado de São Paulo [...].

A discussão da Federação como órgão representativo de todos os judeus de São Paulo estaria presente durante o longo período de sua construção, entre 1947 e 1965. Envolveu muitas questões, dentre as quais a disputa entre posturas políticas divergentes, a própria redefinição da comunidade diante da criação de Israel e a cidadania dos judeus, portadores de tradição religiosa e cultural particulares [...]. Internamente, a Federação continuava a enfrentar dissensões resultantes das posições ali representadas, em especial a dos sionistas. Entre 1947 e 1949, período crucial da instalação de Israel, estão registrados em ata protestos e observações acerca das disposições desfavoráveis aos interesses dos fundos sionistas, as iniciativas da CIP ou dos progressistas.²²⁶

Se em diferentes estados brasileiros ocorreu um processo semelhante, o de criação de entidades maiores que abarcassem as demais, chama a atenção as diferentes razões e as formas de resistência e contestação à ideia da criação de federações. Enquanto no Rio de Janeiro, a ideia por ser liderada por sionistas encontrou forte resistência entre grupos da esquerda não-sionistas, no Rio Grande do Sul a formação de uma federação, inicialmente, encontrou resistência por parte de grupos sionistas revisionistas, os quais ao se apresentarem como porta-vozes da comunidade judaica sul-rio-grandense desejavam plena autonomia para atuar em meio a comunidade.²²⁷

Assim, havia o desejo por parte do movimento sionista e das coletividades judaicas para criação de federações em diferentes estados brasileiros, há que se ressaltar que por vezes esse desejo era permeado por diferentes propósitos e diferentes foram os caminhos seguidos para sua efetivação. Para os sionistas representava um movimento de homogeneização e domínio político, isto é, a unificação dos judaísmos em torno de sua ideologia e sob sua coordenação; por outro lado, a proposta de federação visava agregar as entidades judaicas preservando suas

²²⁶ Cf. SUNDFELD, Roberta Alexandr (Coord.). FISESP 50 ANOS: uma trajetória coletiva. São Paulo: R.A. Sundfeld, 1996, p. 37; 39; 41; 49.

²²⁷ Tema abordado na dissertação de mestrado “Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952”, BARTEL (2006).

heterogeneidade, ou seja, as diferenças, inclusive ideológicas, entre os diversos grupos judaicos. Assim, seguindo essa segunda perspectiva, para agregar “todos os judeus”, conforme o desejo sionista, não se fazia necessário que as entidades estivessem vinculadas ao sionismo que, por sua vez, não abria mão de seu projeto comunitário. Após a criação de Israel, conforme atestam diferentes documentos, atas e relatórios localizados no Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), diferentes grupos judaicos não-sionistas lembravam nas reuniões que o Estado de Israel era uma conquista judaica e não sionista, desvinculando assim judaísmo e sionismo.²²⁸

A desvinculação ou a distinção entre judaísmo e sionismo foi intensamente debatida ao longo da década de 1940, ou seja, antes mesmo da criação de Israel. Nesse sentido, em 1947, uma notícia sob o título “Distinção entre Judeu e Sionista” publicada em *Aonde Vamos?*, abordava essa questão referindo que:

Uma resolução que pede ao governo dos Estados Unidos e ao povo americano que “tenham presente que não existe nenhuma organização que possa, com qualquer autoridade, falar em nome de todos os judeus e que é necessário fazer uma distinção clara entre judeu e sionista entendendo que eles não são sinônimos” – foi adotada na sessão de encerramento da conferência nacional do Conselho Americano de Judaísmo, realizado nesta cidade [Filadélfia].²²⁹

Dessa forma, as discussões entre os grupos judaicos brasileiros em torno do processo de criação de federações eram permeadas por melindres gerados pela política sionista no plano internacional e, igualmente, por questões locais condizentes as necessidades e interesses dos judeus brasileiros. Dois episódios ocorridos em São Paulo, no ano de 1947, retratam bem esse contexto de disputas e concessões, no primeiro “a Organização Sionista entregou à Federação o comando do protesto público contra a violência dos britânicos no caso dos refugiados do Exôdus” e no segundo, “em novembro, por ocasião dos festejos do reconhecimento do território judeu pela ONU, embora a Federação insistisse em liderar o evento, foi impedida pela Organização Sionista e se manteve em segundo plano”.²³⁰

O dissenso entre sionistas e não-sionistas em torno da representação política dos judeus brasileiros é percebido e pode ser verificado através de muitos documentos. Em um destes, Moysés Kauffman, presidente da comissão executiva da Federação Israelita de São Paulo, apresentou um relatório das atividades desenvolvidas no ano de 1947, sendo interrompido em

²²⁸ Cf. Ata da Sessão do Conselho Geral da Federação Israelita do Estado de São Paulo, 22 de dezembro de 1947. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

²²⁹ Cf. Distinção entre Judeu e Sionista. *Aonde Vamos?*, Rio de Janeiro, n. 198, 27 fev. de 1947, p. 11.

²³⁰ FISESP 50 ANOS, 1996, p. 43-44.

sua explanação por pedidos constantes de aparte dos presentes, os quais manifestavam sua satisfação pelo dia 29 de novembro de 1947, data na qual a ONU decidiu pela criação do Estado judeu. Entre estes o senhor Salomão Zinguerovitz, um crítico da Organização Sionista Unificada de São Paulo, mencionou que tal data “não é doravante motivo de regozijo para a Organização Sionista, mas sim de todo *ishuv*” (comunidade).²³¹

Também foi de iniciativa sionista a ideia de um projeto maior do que a criação de federações regionais, qual seja, o de criação de uma Confederação Israelita Brasileira, iniciativa que, por sua vez, também encontrou resistência em diferentes setores do judaísmo, pois em 30 de maio de 1948, as Federações do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Recife e de Porto Alegre realizaram uma Convenção que, encerrada após os participantes haverem externado irrestrito apoio e solidariedade ao Estado de Israel, “decidiu pela fundação da Confederação das Sociedades Israelitas do Brasil e reconheceu o Congresso Judaico Mundial como representação da comunidade israelita e defensor de seus interesses; isto, porém, não implicaria a cooperação com outras instituições judaicas”. Em 1952, foi decidido que

a Federação agiria quando e onde houver ameaça à existência de judeus, quando e onde os nossos correligionários forem vítimas da discriminação ou de política antijudaica. Segundo esse princípio, a Federação assumia o papel político de defesa dos judeus, reforçando o já estabelecido para a Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil – CERCIB, denominação adotada pela entidade formada em 1948, que esposava o princípio do Congresso Judaico Mundial: assegurar a existência e estimular a unidade do povo judaico.²³²

A partir da criação de uma Confederação judaica brasileira, em 1948, denominada inicialmente como Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil (CERCIB), “convenções territoriais” periódicas passaram ser realizadas com o objetivo abordar assuntos gerais e de interesse comum, relacionados aos judeus do Brasil, bem como estabelecer normas e diretrizes visando ações coordenadas de caráter coletivo para a comunidade judaica e a cooperação entre os judeus brasileiros e destes com judeus de outros países. A segunda e a terceira convenções da CERCIB foram realizadas, respectivamente, nos anos de 1953 e 1956.

A terceira convenção territorial, organizada pela FIPESP, realizada em São Paulo no início de novembro de 1956, abordou temas de interesse da “coletividade israelita do Brasil”. Nesta, os debates e os temas foram divididos e organizados através de comissões: Comissão

²³¹ Cf. Ata da Sessão do Conselho Geral da Federação Israelita do Estado de São Paulo, 22 de dezembro de 1947. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

²³² FISESP 50 ANOS, 1996, p. 51, 55.

Econômica e Social, Comissão de Cultura, Educação, Religião e Juventude, Comissão de Credenciais, Comissão Jurídica e de Relações Públicas. O Encontro, que contou com representantes de cinco estados brasileiros, debateu importantes questões do judaísmo no Brasil, sendo o início do encontro assim registrado pela Comissão de Credenciais:

Aos três dias do mês de novembro de 1956, reuniu-se na sede social da Federação das Sociedades Israelitas Brasileiras do Estado de São Paulo, sita à alameda Barão de Limeira, 270 São Paulo, a Comissão de Credenciais da Terceira Convenção Territorial da CERCIB (Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil), criada durante a sessão plenária realizada no dia dois de novembro constituída por indicação dos convencionais²³³. A participação no 3º encontro se fez através da presença de delegados de cinco federações São Paulo (20 delegados), Rio de Janeiro (9 delegados), Porto Alegre (4 delegados) Curitiba (4 delegados) e Pernambuco (1 delegado).

Dentre as comissões citadas, a “Comissão de Cultura, Educação, Religião e Juventude”, em seu parecer, datado de quatro de novembro, definiu três pontos considerados como importantes para a educação judaica brasileira, são eles: 1) organização do ensino; 2) contratação de professores e 3) criação de seminários visando formar professores para as escolas judaicas. Para estas questões foi deliberado o seguinte:

1. Organização do ensino: a) a Comissão recomenda ao Colendo Plenário da Convenção a unificação quanto a orientação de todos os organismos centrais de ensino, nacional e nacional-religioso, do Brasil, à Moatsá Lechinuch Uletarbut Bebrasil, a este se agregando no que concerne a seu programa e a seus trabalhos de coordenação e organização; b) Esta Moatsá tem por dever cuidar do bom andamento e desenvolvimento de todas as escolas do Brasil; c) Recomenda-se ao executivo da Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil (CERCIB) que se mantenha em estreito contato com a Moatsá, auxiliando-a moral e financeiramente. 2. Professores: A Comissão recomenda que, em virtude de ser necessário para o bom andamento do Chinuch no Brasil, a contratação de certo número de professores de Israel. As escolas que necessitarem desses professores, deverão providenciar sua vinda através da Moatsá. 3. Seminários: a) A Comissão recomenda a criação de Seminários nas cidades que deles necessitarem, para a formação e preparo de professores para escolas judaicas locais, bem como de intelectuais judeus; (...).²³⁴

²³³ Terceira Convenção Territorial, São Paulo, 01 a 05 de novembro de 1956. *Atas e relatórios*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB). Conforme correspondências enviadas à CERCIB no Rio de Janeiro, datadas de 10 de outubro e 01 de novembro de 1956, que confirmava a presença da Delegação porto-alegrense no encontro de novembro, é possível verificar que os delegados de Porto Alegre falando em nome da Federação das Sociedades Israelitas de Porto Alegre eram membros da Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul OSU/RS. A primeira carta é timbrada com o termo “Organização Sionista Unificada do Rio Grande do Sul (Rua Venâncio Aires, 1001)” e a segunda, enviada para São Paulo, com o timbre: “Federação das Sociedades Israelitas” (Rua Oswaldo Aranha, 1064), ambas são assinadas por Valdemar Cantergi, então presidente da OSU/RS. Parecer da Comissão de Cultura, Educação, Religião e juventude. Terceira Convenção Territorial, São Paulo, 01 a 05 de novembro de 1956. *Atas e relatórios*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

²³⁴ Terceira Convenção Territorial, São Paulo, 01 a 05 de novembro de 1956. *Atas e relatórios*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

Contando com a participação de cinco estados a Terceira Convenção Territorial abordou e discutiu importantes questões sociais e culturais relacionadas ao judaísmo brasileiro, sendo que entre as questões abordadas muitas decisões foram deliberadas pela CERCIB, mesmo assim a revista (sionista) *Aonde Vamos?* descreveu o encontro como melancólico e desolador:

Frio semelhante ao que assolou a capital paulista no último weekend reinou na assim chamada Convenção Territorial da assim denominada ‘Confederação das Entidades Representativas das Coletividades Israelitas do Brasil’. Inaugurada num ambiente melancólico, foi concluída num clima de total desolação e interesse.²³⁵

A informação e, principalmente, os comentários publicados em *Aonde Vamos?* podem ser entendidos e interpretados como um sinal de descontentamento, como um sentimento de contrariedade de alguns setores do movimento sionista, visto que o projeto de criação de federações e de uma confederação judaica havia sido desde seu início uma proposta do movimento sionista. Entretanto, no projeto de federação que se delineava o sionismo ocupava uma posição secundária e não central. Assim, o movimento era colocado de lado e perdia espaço como porta-voz e representante dos judeus do Brasil, e mediador das relações entre estes e o Estado de Israel. A Confederação discutiu assuntos importantes como educação e colocou o movimento sionista sob sua guarda como mais uma corrente do pensamento judaico, promovendo e reforçando assim a dissociação, - não desejada pelo movimento sionista - entre sionismo e judaísmo. Dessa forma, o sionismo, enquanto movimento institucionalizado e entidade representativa dos judeus brasileiros, perdeu grande parte de sua força política e viu o espaço político e comunitário ocupado por ele, sendo ocupado por uma instituição que abrangia o judaísmo em sua pluralidade, abarcando sob sua guarda diferentes associações, independentemente de suas ideologias.

6. 3. Movimento sionista: crise, novos rumos, perspectivas e indefinições

Antes de abordarmos de modo específico a crise do movimento sionista convém, inicialmente, enfatizar que o conceito de crise pode referir-se a uma situação ou período de decadência, caracterizada, entre outros fatores, por dificuldades, conflitos, carestia, penúria, etc., assim, é possível falarmos em crise do Império Romano, crise da Idade Média, crise de 1929, crise do petróleo, entre outras. Do ponto de vista sócio-político, a noção de crise pode ser analisada como uma desorganização da ordem social, daquilo que está posto, estabelecido,

²³⁵ Convenção territorial da CERCIB. *Aonde Vamos?*, n. 698, Rio de Janeiro, 08 de novembro de 1956, p. 12-13.

do *status quo*, portanto, através desta perspectiva a noção de crise é vista como um momento de fragmentação e ruptura. Por outro lado, tal noção pode remeter há um movimento transformador, isto é, uma situação de transição de uma determinada configuração para outra, seja ela política, social ou econômica.

Considerando tais apontamentos, a noção de crise é entendida no presente trabalho tanto como um momento de decadência e fragmentação, quanto de transformação, porém não de ocaso do sionismo, pois a criação de Israel se configurou como um paradoxo para o movimento sionista. A formação do Estado nacional judaico foi simultaneamente o auge e o início da crise latente no movimento sionista que, durante a primeira metade do século XX, de certa forma conseguiu, ainda que em meio a restrições e resistências, eclipsar sionismo e judaísmo, em vista disso, o sionismo sofreu pressões inerentes a esse processo. Além das dificuldades enfrentadas pelo sionismo, no sentido de redefinir seus propósitos, a criação de Israel seguida pela crise do movimento, representou um momento de transformação para judaísmo em termos amplos, tal transformação incidiu e foi também sentida pela comunidade judaica formada no Brasil, que de modo idiossincrático acrescentava a esse contexto suas necessidades e contingências locais.

O surgimento de Israel representou também um momento de crise para o sionismo no Brasil e o início do processo de ocupação do espaço social, político e cultural por entidades não-sionistas representativas do judaísmo, bem como a substituição, ao longo dos vinte anos seguintes, das organizações sionistas por federações regionais e de uma confederação representativa das entidades judaicas do Brasil, criada em 1948, atualmente denominada Confederação Israelita do Brasil (Conib), a qual se autodefine da seguinte forma:

a Conib - Confederação Israelita do Brasil é o órgão de representação e coordenação política da comunidade judaica brasileira, cuja população é estimada em 120 mil pessoas. São filiadas à instituição comunidades organizadas em catorze unidades da federação.

A Conib é uma associação sem fins lucrativos, atuando com base em princípios como paz, democracia, combate à intolerância e ao terrorismo, justiça social e diálogo inter-religioso.

A entidade enfatiza seu caráter apartidário e de representação dos mais diferentes setores da comunidade judaica brasileira, independentemente de sua vertente religiosa ou política.

Nestas mais de seis décadas, a Conib vem desempenhando, sobretudo, o papel de um canal de diálogo entre a comunidade e os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no nível federal. Empenha-se também no estreitamento dos laços com diversos organismos da sociedade civil brasileira.

A Conib estimula e dá suporte a ações nos campos social, político, cultural e educacional, reforçando o sentido comunitário e a identidade judaico-brasileira. Apoia o Estado de Israel, o movimento sionista e o diálogo pela paz no Oriente Médio.

Posiciona-se na linha de frente do combate ao antissemitismo e à intolerância de todos os matizes.²³⁶

Dessa forma, no mesmo ano em que foi criado o Estado judeu, foi igualmente, criado a Conib, o que de certa forma demarca a preocupação dos judeus radicados no Brasil com questões referentes ao seu cotidiano e a Israel. Assim, é possível perceber que a ideologia sionista tão em voga na primeira metade do século XX e a qual pautou o judaísmo nesse período, atualmente não faz mais parte da agenda do judaísmo brasileiro, ainda que alguns judeus se identifiquem de modo enfático com o sionismo. O movimento e a ideologia sionista gradualmente perderam seu espaço social e de atuação política, sendo gradualmente esvaziados de significado, de modo que hoje em dia seus vínculos com o passado não são mais do que artefatos simbólicos, permeados de anacronismo, nostalgia e ressignificações. Movimentos juvenis sionistas ainda existentes como o Dror e o Betar, por exemplo, são hoje grupos promotores de sociabilidade entre a juventude judaica, como foram outrora, porém destituídos, do ponto de vista sionista, de sua ação e cabedal ideológico.

Por outro lado, é possível dizer também que o sionismo apenas modificou seus rumos e propósitos, nesse sentido, entidades como a WIZO ou as Pioneiras, entre outras, mantêm estreito vínculo com o Estado judeu, contribuindo no intercâmbio entre o Brasil e Israel. Igualmente, a observância por parte de entidades judaicas acerca de práticas antissemitas, de intolerância ou de atitudes contrárias ou hostis ao Estado israelense, bem como a defesa dos judeus brasileiros e a manutenção da cultura judaica fazem parte do cotidiano e do rol de ações das instituições judaicas no Brasil. Mesmo com isso, fica a pergunta que tanto desconforto causou ao movimento no final da década de 1940: “qual o propósito da Organização Sionista?”, ou para que serve o sionismo?

Seguindo esse raciocínio, no final da referida década é possível perceber um esforço, por parte de dirigentes e militantes sionistas, para justificar a existência e a importância do sionismo. Em relação aos novos propósitos do sionismo, a revista *Aonde Vamos?* informava que a Organização Sionista do Brasil, seguindo o que professava a OSM, orientava seus militantes que estes deveriam conduzir seus trabalhos sob o seguinte lema: “aliá, plantação de árvores e construção de casas” em Israel, concluindo que além disso “tudo mais é politicagem”.²³⁷

²³⁶ Ver site da CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/sobre-a-conib.ASP>> Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

²³⁷ A primeira grande “aliyá” do Brasil. *Aonde Vamos?*, n. 304, Rio de Janeiro, 17 mar. de 1949, p. 6.

Em 1948, a mesma revista apresentou diversas notas abordando diferentes tópicos, sob o título: “Relações entre o movimento sionista e o Governo de Israel”, uma destas informava que “a tese dos delegados norte-americanos, que pedem a imediata separação entre o movimento sionista e o governo de Israel, vem recebendo forte apoio do Partido Trabalhista Unido, que é o grupo de oposição dentro da Histadut, bem como do Partido Revisionista e da maioria dos sionistas gerais. O Mizrachi ainda não tomou nenhuma posição a respeito”.²³⁸

Em outra edição da revista, de 19 de maio de 1949, um extenso artigo, assinado por Eliezer Schneider, também dedica atenção ao tema, com o texto “O Estado de Israel, o sionismo e o KKL”, que inicia questionando: “que caráter tomará o movimento sionista com a criação do Estado de Israel?”. O autor esclarecia que a pergunta “tem sido feita com freqüência ultimamente e reflete uma curiosidade muito natural. Os problemas de um estado são da alçada de seus dirigentes e cidadãos, não de estrangeiros mesmo que de origem étnica e cultural comum”. O autor ainda mencionava que o sionismo havia ocupado o lugar da religião judaica e com a fundação de Israel, a importância do Keren Kaiemet aumentaria, ao invés de diminuir.²³⁹

Outro extenso artigo, intitulado: “Israel precisa do movimento sionista”, assinado por Peretz Bernstein, membro do alto escalão do governo israelense, publicado também em *Aonde Vamos?*, em agosto de 1950, ao fazer a afirmação enunciada acima abordava novas questões que norteavam o movimento, sendo neste proposta a redefinição de sua ação e a prática política. Segundo o texto, o Estado judeu, embora estabelecido após uma luta gigantesca, exigia um esforço incomparavelmente maior para se consolidar. Assim, o autor, ao abordar um assunto “de interesse de todos os judeus”, afirmava que “...o estabelecimento do Estado judeu longe de por termo ao sionismo, ao contrário tornou o sionismo de interesse de todos os judeus, uma necessidade para todos os judeus, quer o judeu individualmente goste ou não”.²⁴⁰

Visto isso, cabe lembrar que se o sionismo, em alguns momentos fazia-se confundir com o judaísmo, seja ao sobrepujar, eclipsar ou permear vários setores deste, isso não significa que ele fosse unânime entre os judeus, conforme desejavam as lideranças do movimento.²⁴¹

²³⁸ Cf. Relações entre o movimento sionista e o Governo de Israel. In: *Aonde Vamos?*, n. 276, Rio de Janeiro, 26 ago. de 1948, p. 4. Ver também Distinção entre “judeu” e “sionista”. *Aonde Vamos?*, n. 198, Rio de Janeiro, 27 fev. de 1947, p. 11.

²³⁹ SCHNEIDER, Eliezer. O Estado de Israel, o sionismo e o KKL. In: *Aonde Vamos?*, n. 313, Rio de Janeiro, 19 maio de 1949, p. 18.

²⁴⁰ BERNSTEIN, Peretz. Israel precisa do movimento sionista. In: *Aonde Vamos?*, n. 375, Rio de Janeiro, 3 ago. de 1950, p. 9.

²⁴¹ Em vista disso, é pertinente mencionar, parafraseando Roney Cytrynowicz quando este, referindo-se a história do antissemitismo, afirma “que a história dos judeus no Brasil é muito mais complexa e multifacetada do

Com a criação de Israel, a OSM e o movimento sionista de modo geral passaram a ocupar uma posição de aparelho administrativo e burocrático paralelo ao Estado de Israel e, na visão de muitos, como o movimento já havia cumprido sua missão, deixava de ter razão para existir. O período pós-1948 se caracterizou como uma fase de transição, ou seja, como um momento de redefinição da política e dos propósitos do sionismo, pois a arena política ou o lugar das disputas, conflitos, ideias e decisões, passava da OSM ao Estado israelense, a partir de então cabia ao governo deste, sionista ou não, ocupar a posição de porta-voz e representante dos judeus e do judaísmo.

E, ainda que o esforço de guerra tenha mobilizado judeus no final dos anos 1940 e meados da década de 1950, e que ocorresse um contínuo processo de *aliá* entre as décadas de 1950 e 1960, fomentado pelo sonho comunista materializado nos *kibbutz* israelenses,²⁴² tal processo de encolhimento do movimento sionista foi gradual, tendo, grosso modo, conforme visto, como primeiro ato a criação do Estado de Israel, em 1948, seguido da Resolução número 3.379 da Assembléia da ONU, em 1975. Contexto esse, permeado por pressões internas e externas, entre as primeiras situam-se críticas a atual política de Israel, provinda de grupos israelenses organizados e de intelectuais judeus e israelenses, radicados tanto em Israel, quanto em outros países, bem como práticas e ideias que valorizam a pluralidade do judaísmo. Entre as pressões externas encontram-se movimentos múltiplos, entre os quais alguns percebem os nacionalismos como modelos e sistemas políticos esclerosados que nada, ou muito pouco tem a contribuir com as relações internacionais, com a paz mundial e com o atual *modus vivendi* pautado pelo avanço de regimes democráticos e por um sistema político e econômico globalizado.

Em relação a isso vale lembrar aqui duas obras, entre outras, são elas: *Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina* (2005), de autoria de Norman G. Finkelstein, e *A História oculta do sionismo. A verdadeira história da formação do Estado de Israel* (2008), escrita por Ralph Schoenman. As quais, ainda que possuam um caráter panfletário, contribuem para o debate e a reflexão através da análise do Estado de Israel, criticando a atual situação e as manobras políticas e a militarização do Estado israelense no cenário político internacional.

Internamente a crise do movimento sionista pode ser percebida desde o final dos anos 1940 e início da década seguinte. A boa situação econômica e social vivenciada pelos judeus

que a história do antissemitismo no país e não se pode subordinar a primeira a segunda”, vale dizer que, igualmente a história do judaísmo abarca o sionismo e não o contrário. Ver CYTRYNOWICZ, 2005, p. 287-314.

²⁴² O livro *Fragmentos de memórias* (2010), organizado por Avraham Milgram aborda o movimento de grupos judaicos brasileiros em torno dessa ideia.

no Brasil, bem como sua inserção, cada vez maior, na vida política do país foi percebida por um analista estrangeiro, em 1950, o qual entre outras questões descreveu essa inserção social, política e econômica da seguinte forma: “Os judeus, atualmente, sentem-se seguros, economicamente e politicamente... é significativo que pela primeira vez na história do Brasil, todos os partidos políticos colocaram anúncios eleitorais nos jornais judaicos, buscando os votos dos judeus”.²⁴³ A integração social, bem sucedida dos judeus no Brasil contribuía para o enfraquecimento do sionismo, que após a criação de Israel e a Guerra de Independência teve de rever seus pressupostos, em outras palavras, a preocupação dos judeus brasileiros dirigia-se primeiramente para questões relacionadas ao país onde estavam radicados.

Outro fator que talvez deva ser considerado para explicar a bem sucedida integração social dos judeus no Brasil seria a pequena e frágil presença de uma comunidade judaica religiosa bem estruturada para reforçar a obediência aos rituais, de forma que os judeus brasileiros podiam ser judeus sem observar as leis do judaísmo tradicional. Entretanto há que se ressaltar que tal hipótese trata-se mais de uma especulação, do que de uma constatação amparada documentalmente.

Por outro lado, muitos indícios de enfraquecimento do movimento encontram-se publicados nas páginas da revista *Aonde Vamos?*. Em um texto de responsabilidade de seu editor, Aron Neumann, ele fornece explicações sobre um artigo de sua autoria, publicado anteriormente, e o qual havia obtido grande repercussão. Sobre isso, Neumann refere: “Soubemos que teve ampla repercussão a nossa nota que dava como sionisticamente estagnada, ainda que econômica e socialmente próspera, a WIZO de São Paulo. Enquanto algumas diretoras estavam muito indignadas com nossa opinião, fomos felicitados por vários elementos que achavam já ser tempo de se abrir um segundo capítulo no progresso da WIZO de S. Paulo”.²⁴⁴

Por fim, um analista da mesma revista ao fazer um balanço retrospectivo das atividades sionistas em São Paulo no ano de 1950, constatava que muito pouco havia feito no decurso daquele ano, escrevendo o seguinte:

²⁴³ SMOLAR, Boris. Reflexões sobre o judaísmo sul-americano. *Aonde Vamos?*, n. 386, Rio de Janeiro, 26 out. de 1950, p. 13. Boris Smolar, jornalista e editor-chefe emérito da Agência Judaica telegráfica, autor de livros infantis, faleceu em 31 de janeiro de 1985 no Hospital Roosevelt aos 88 anos, morava em Manhattan, nos Estados Unidos. Nascido em Rovno, Ucrânia, no ano de 1897, entrou para a Agência Judaica telegráfica em 1924, aposentando-se como seu editor em 1967. A agência era uma organização de coleta de notícias em todo o mundo que servia jornais comunitários judaicos em diferentes países. Entre as décadas de 1920 e 1930 Smolar escreveu diversos textos alertando para a ascensão de Adolf Hitler. Boris Smolar mantinha contato frequente com os judeus no Brasil e visitou o país no início dos anos 1950. Cf. Boris Smolar no Brasil. *Aonde Vamos?*, n. 384, Rio de Janeiro, 12 Out. de 1950, p. 3.

²⁴⁴ Indignação de algumas diretoras da WIZO de S. Paulo. *Aonde Vamos?*, n. 386, Rio de Janeiro, 26 Out. de 1950, p. 4.

Primeiro, temos a lamentar a indolência e a politicagem no seio das instâncias sionistas, pois vimos que a maior parte das poucas iniciativas foram deixadas de lado sem serem efetivadas. A não ser os Movimentos Juvenis e a “Magbit”, muito pouco se realizou no decurso de 1950.

Os muitos “schilichim” que nos procuraram foram logo esquecidos. Por outra, os “Onegui Shabat” banquetes, festividades e homenagens ficaram por isso mesmo. E não podemos culpar o “ishuv” de todo. Os dirigentes sionistas nunca pensaram em procurar os judeus a não ser para angariar dinheiro. Ainda não tivemos, por assim dizer, uma campanha que abrangesse a grande massa e que visasse difundir o sionismo no âmbito cultural e informativo. Tal política tornou-se bastante perigosa, principalmente nos dias atuais, quando a propaganda vermelha expande-se por todos os recantos. – Nem se procura neutralizar a propaganda anti-sionista, e nem se afasta o “ishuv” do perigo iminente.

Estamos no limiar de um novo ano. Que nossos dirigentes sionistas usem de um pouco de circunspeção e ponderem no muito que deixaram de realizar. É imprescindível arrancar o judaísmo bandeirante da inépcia e do provincialismo. Façam a auto-promessa que em 1951 envidarão todos os seus esforços no sentido de mudar esse estado de coisas. Os judeus de São Paulo lhes ficarão gratos, podem crer.²⁴⁵

Em outra oportunidade na mesma revista, reclamava-se acerca da demora do Brasil e Israel em efetivar relações diplomáticas. Nesta, a revista de modo irônico criticava a atuação do líder sionista Samuel Malamud, cônsul de Israel no Brasil e questionava sua atuação nesse sentido, mencionando:

Tivemos a oportunidade de registrar a presença do Senhor Cônsul Honorário em muitas festas onde S.S. adquiriu invejável porte no cortar de fitas e bolos. Em nenhuma dessas ocasiões, porém, pôde-nos o Dr. Samuel Malamud informar quando, após 29 meses de inexistência de intercâmbio e relações diplomáticas entre Israel e o Brasil, estas finalmente se consubstanciarão.²⁴⁶

Em um contexto caracterizado por divergências e dissensos, o sionismo no Brasil, no final da década de 1950, necessitava rever seus rumos, tal desorientação tornava-se explícita através do seguinte questionamento “qual o propósito do movimento sionista?”, pergunta constantemente presente nas reflexões dos militantes e líderes sionistas, bem como de seus críticos e opositores. Em vista disso, talvez não tenha sido por acaso que tardiamente na década de 1980, surgiu um periódico sionista latino-americano denominado *Rumbos!*²⁴⁷

Sinais da crise do movimento são percebidos com maior ênfase no Brasil desde meados da década de 1940. Um, entre outros episódios, ocorrido em 1946, ajuda a reconstituir esse cenário, neste o médico Máuricio Seligman, há pouco tempo ocupando a presidência da

²⁴⁵ MEGRICH, José. Visão retrospectiva do judaísmo paulista em 1950. *Aonde Vamos?*, n. 395, Rio de Janeiro, 28 dez. de 1950, p. 20.

²⁴⁶ “Cadê” Relações Diplomáticas com Israel. *Aonde Vamos?*, n. 390, Rio de Janeiro, 23 nov. de 1950, p. 3.

²⁴⁷ As edições deste periódico, consultadas para esta pesquisa, encontram-se devidamente citadas ao final deste trabalho junto às fontes de pesquisa.

Organização Sionista do Rio Grande do Sul OSU/RS, já sentia as dificuldades de seu cargo. Ao se analisar os discursos de Máuricio Seligman, muitos evidenciam a relação conturbada entre sua Instituição e os demais grupos sionistas. As vicissitudes sofridas por ele e seus companheiros são verificadas em um discurso, datado de 8 de outubro de 1946, no qual Seligman referiu:

Não precisamos hoje repetir aqui a nossa orientação apartidária. Na nossa comissão se encontram pessoas que não estão filiadas a partidos e as que o estão não fazem política no nosso meio. Temos também um revisionista na diretoria. Se o seu papel é de ser fiscal ele poderá atestar a nossa orientação apolítica e o nosso desejo de realizar trabalho construtivo, do interesse de *toda* a coletividade [grifo meu]. Se recebemos apoio de outros partidos e não dos revisionistas isto talvez signifique que eles estão interessados em realizações que a estes não interessa. Nós, porém, pensamos que devemos manter uma atitude de moderação por ser do interesse do futuro da nossa coletividade aqui. Pensamos que todo exibicionismo de força, que lembra sempre agressão, é profundamente prejudicial em nosso meio.²⁴⁸

Investindo ainda contra seus concorrentes pela condição de porta-voz da comunidade judaica sul-rio-grandense, Seligman afirmava: “O brasileiro é calmo, tolerante, [...] e não vê com bons olhos essa algazarra que levantamos em torno de nós mesmos”. Dessa forma, solicitava que seus pares tivessem “calma e ponderação com a publicidade. Tenhamos juízo... Não nos deixemos levar pelo entusiasmo de certos jovens fogosos que poderão estar com a razão, mas as suas atitudes só são justificadas na Palestina e não aqui [...] fuja dos fanáticos da força, dos que se julgam únicos detentores da razão”.²⁴⁹ A busca de sentido e de novos rumos para o movimento é percebida também nas páginas de *Aonde Vamos?*. Em uma de suas edições, de 26 de agosto de 1948, aparecem diversas notas abordando diferentes tópicos, sob o título “Relações entre o movimento sionista e o Governo de Israel”.²⁵⁰

Sobre a relação entre sionismo e judaísmo, para os sionistas, um ex-jovem militante durante o período estudado, em entrevista concedida ao ICJMC em 1988, avançando a discussão iniciada na conjuntura da criação de Israel, possibilita-nos verificar como alguns sionistas percebiam essa relação, ao citar o seguinte:

Agora existem duas categorias: os sionistas e os não sionistas, como se [houvesse] distinção de um ou outro.

Porque os árabes estão empregando uma filosofia que tá vingando: judeu é amigo deles, os sionistas são inimigos. Então deve se exterminar e combater o Sionismo como a própria ONU, deu o voto favorável do sionismo ser sinônimo de racismo.

²⁴⁸ Cf. Atividades comunitárias Judaicas – Discursos e Pronunciamentos 8 de Outubro de 1946. Porto Alegre/RS. Sub-série II. (AMS)

²⁴⁹ Ibidem, Discursos e Pronunciamentos 8 de Outubro de 1946. (AMS). Provavelmente o líder sionista estava se referindo a grupos sionistas revisionistas, muito ativos no estado sulino durante este período.

²⁵⁰ Cf. *Aonde Vamos?*, n. 276, Rio de Janeiro, 26 Agosto de 1948.

Então se o sionismo é similar ao racismo, o judeu em si é também, porque não há judeu que não seja sionista. Só o assimilado. Qualquer judeu que se negar a dizer que é sionista ele é um judeu assimilado, ele não é judeu.

Se tu diz que tu é judeu tu é sionista. Se tu diz que é sionista tu é judeu, porque não existe sionista sem ser judeu e judeu sem ser sionista. Porque o sionismo é uma estrutura para fortalecer o judeu. Sem o Sionismo não era possível ter o Estado de Israel. É através do sionismo... O que é o sionismo? É ser judeu militante. Então isto é o sionismo. Agora aquele que brada, que assina documentos que ele não é sionista, que ele é contra o sionismo, não é judeu, é um elemento assimilado como qualquer outro.

Não se iluda, esse aí é o pior inimigo que o judeu tem. Aquele que brada: sou judeu, mas não sou sionista, esse é o pior elemento, é o pior inimigo, porque é um inimigo dentro da tua trincheira.

Então aquele judeu que grita que não é sionista, que ele é um judeuzinho bom, que está de acordo com a política de nossos adversários, que é contra Israel, o que está fazendo, é uma mentira! É um inimigo! É um indivíduo já assimilado. Não há duas categorias de judeus. Tu podes ser judeu sionista sem ser atuante! Tu podes ser um judeu sionista sem fazer nada também! Porque em todo setor tem o atuante e o não atuante, não é?

Porque até agora, o mal nosso da comunidade é não saber o que é a palavra sionismo. Esse é um termo que surgiu no século passado com os judeus atuantes. Porque antes só havia a vida religiosa. Hoje nós temos além da vida religiosa, temos a vida social-política, que é uma identidade do indivíduo, não só religiosa.²⁵¹

Em relação à discussão semântica, que se estendia do campo político, cultural e ideológico para o campo social e jurídico, surgida a partir da criação de Israel na edição de *Aonde Vamos?*, de 28 de dezembro, de 1950, encontra-se um artigo, escrito por um líder sionista da América Latina, intitulado: “Israelis, Israelitas, Israelenses”, com o seguinte enunciado: “como devem se chamar os cidadãos do novo Estado judeu”. Junto ao texto encontra-se uma nota da revista esclarecendo: “Neste semanário, preferimos a forma israelense, para designar os cidadãos de Israel ao termo geralmente usado de israelis, que nos parece cópia servil do espanhol”.²⁵² O artigo iniciava explicando que,

Com o Estado de Israel surgiram também algumas confusões que, embora de vocabulário, não deixam de ter suas simplificações de ordem política e cível. Até 15

²⁵¹ O depoente ainda fornece informações de sua atuação quando jovem no movimento, conforme suas palavras: “...eu sempre desenvolvi uma atividade muito intensa desde jovem. A minha vida ao sionismo vem desde a juventude. No interior [Passo Fundo] onde eu vivia, eu já exercia minhas atividades sionistas. Com a vinda a Porto Alegre ela se tornou mais intensa quando eu assumi uma entidade política, filiando-me a Organização Sionista, que era um partido, que era vinculado a todas as sociedades sionistas e dali venho desenvolvendo muito intensamente isso, com viagens a Israel também baseado nisso. Fazendo congressos da minha associação e até a data presente venho sempre desempenhando papéis muito importantes dentro da Organização Sionista, porque através de mim e mais um grupo, nós é que estamos movimentando a comunidade no setor sionista. Quer nas presidências, quer nos conselhos, nas diretorias, eu tenho dado meu apoio, tenho indicado nomes, tenho trabalhado, e nas campanhas, também eu tenho agido muito intensamente. Tenho me dedicado intensamente ao setor sionista, sou um sionista convicto”. Cf. WAINSTEIN, Boris. Entrevista n. 046.1. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 30/03/1988.

²⁵² Cf. WEISER, Benno. *Israelis, Israelitas, Israelenses*. *Aonde Vamos?*, n. 395, Rio de Janeiro, 28 Dez. de 1950, p. 11; 18. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, outro artigo publicado anteriormente, e o qual ao lembrar o genocídio nazista, igualmente fez considerações acerca das relações entre os judeus e Israel. Cf. LASCHIMSKY, Yacov. *Estrangeiro ou “Galuth”?* *Aonde Vamos?*, n. 307, Rio de Janeiro, 7 Abril de 1949.

de maio de 1948 os habitantes da área em que se estabeleceu o Estado eram palestinos e árabes palestinos. Ao ser dado o nome de Israel ao novo Estado, surgiu a necessidade de se criar o adjetivo correspondente. A primeira vista isso não constituía problema algum, já que a palavra Israel não era nova. Porém o adjetivo israelita, que deriva desse antigo vocábulo, havia chegado a caracterizar mais a referência a uma religião do que a um povo.

Israelitas eram, e são, tanto os judeus que vivem em Israel como os que vivem no resto do mundo como cidadãos de outros países. Surgiu, pois a necessidade de dar um nome diferente ao cidadão de Israel e se optou pelo de israelí.

Israelí é o cidadão de Israel que pode por sua vez, ser israelita mas não o é forçosamente, já que também é israelí o mulçumano e o cristão, cidadãos do Estado. Quanto à confusão que prevalece no terreno civil e político, talvez existisse mesmo se não houvesse surgido essa dificuldade terminológica. Muitos não-judeus e judeus acreditaram que ao ser criado o Estado de Israel cada judeu, onde quer que vivesse, se converteriam automaticamente em cidadãos do Estado.²⁵³

Se por um lado, era necessário encontrar novos conceitos para definir os cidadãos de Israel e outras questões relacionadas a esses, o mesmo acontecia também com os judeus dispersos. Sobre isso o artigo, esclarecia:

É importante estabelecer uma diferença entre os termos com que o Estado de Israel se refere aos judeus dispersos pelo mundo. O primeiro deles é o de galut, que poderíamos definir com a dispersão involuntária, forçada e combinada com perseguição. O segundo, é diáspora, e se refere aqueles que vivem nos países livres do mundo, por vontade própria e com pleno uso de seus direitos humanos. O principal objetivo do estado de Israel é melhorar a situação dos judeus do galut por meio da imigração para Israel.²⁵⁴

O texto esclarecia ainda que “Israel considera israelí unicamente ao cidadão que habita seu território. Qualquer judeu que imigre em Israel tem direito de se converter em cidadão do país. Porém o judeu que vive fora de Israel não goza desse direito. Dele Israel espera simpatia e auxílio, porém seus deveres cívicos e sua lealdade política são exclusivamente devidas ao país ao qual é cidadão”.²⁵⁵ E, encerrava com a seguinte afirmação:

A eliminação do judeu errante libera por si o argentino israelita, ou o norteamericano israelita, das dificuldades psicológicas que favoreciam certa desagregação e isolamento, que eram produto de um círculo vicioso de discriminação de uns e isolamento voluntário de outros. O fato de um judeu viver no *galut* ou na *diáspora* depende em última instância de seus concidadãos não-judeus. É de se presumir que a existência de *israelis* normalizará a situação dos israelitas, reforçando, ao invés de debilitar, seu enraizamento nos países do mundo.²⁵⁶

²⁵³ Cf. WEISER, Benno. *Israelis, Israelitas, Israelenses. Aonde Vamos?*, n. 395, Rio de Janeiro, 28 Dez. de 1950, p. 11; 18.

²⁵⁴ *Ibidem*.

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ *Ibidem*.

Embora o artigo esclarecesse algumas dúvidas surgidas em decorrência da fundação do novo Estado, cabe referir que nem sempre o ponto de vista dos judeus da diáspora foi bem aceito por emissários sionistas mais exaltados. E, por vezes, igualmente, a posição destes, também gerou divergências entre os *dispersados*. Ainda sobre a relação entre judaísmo e sionismo, Ieda Gutfreind refere:

O sionismo paradoxalmente atraía e repelia, encantava e assustava, propunha uma outra travessia migratória, intrometia-se nas transformações identitárias, indicava outra maneira de viver. Ao mesmo tempo em que galvanizava as atenções da coletividade, levando um número cada vez maior de pessoas a engajarem-se em prol de sua concretização, o novo Estado provocava restrições à sua última proposta, a aliá (GUTFREIND, 2004, p. 164).

Sobre isso, um depoente, ao ser perguntado se em sua juventude se preparou para ir morar em um kibutz, respondeu o seguinte: “a palavra sionismo gerou um trauma em Porto Alegre. Ainda é um tabu, posso dizer isso pela minha vivência. É que o Dror desestimulava a opção pela vida universitária. Nós tínhamos de nos proletarizar. Tínhamos de abandonar o estudo para ser agricultores, marceneiros, sapateiros. Não fosse a interrupção causada pelo estudo, no mínimo o dobro de jovens teria ido para Israel, na minha época. Atualmente o movimento juvenil não é assim”²⁵⁷

Os conflitos que permearam a relação entre o sionismo e os judeus da diáspora também pode ser vista por meio da visita de emissários do Estado israelense ao Brasil. Em outubro de 1950, o agente estatal Major Israel Ner, veio a Porto Alegre para coordenar a “Campanha do Fundo Comunitário para Israel” (*Magbit*) daquele ano. Da campanha, participaram dirigentes e ativistas de diferentes organizações e correntes político-partidárias, demonstrando o novo arranjo político entre as diferentes tendências sionistas do Rio Grande do Sul.²⁵⁸ O emissário foi entrevistado pelos líderes sionistas revisionistas José Halpern e Davi Henrique Segal, sendo a matéria publicada no *Kol Hamagbit*, periódico que, contendo textos escritos em português e hebraico, tinha por objetivo fornecer informações da *Magbit* à comunidade sulina, bem como notícias de Israel.²⁵⁹

²⁵⁷ FILKELSTEIN, 2002, p. 89.

²⁵⁸ No entanto, cabe destacar conforme visto anteriormente, que, segundo a publicação em homenagem aos dez anos da OSU/RS, somente em 1953, seria “alcançada a pacificação da família sionista [no Estado], com o reingresso ao seio da Unificada da Organização Sionista Revisionista, que passa a prestar sua colaboração decidida e valiosa”. Cf. O ministro Moshé Sharet em Porto Alegre In: *Publicação Periódica da Organização Sionista Unificada*. Porto Alegre, Dez. 1955. p. 20-22. (AJH)

²⁵⁹ Cf. Lutaremos, caso formos agredidos. Importante entrevista com o Major ISRAEL NER. In: *KOL HAMAGBIT*. Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950, p. 4. (AJH)

Na entrevista, o emissário foi apresentado ao público judeu como “integrante do mais jovem exército do mundo que graças ao seu heroísmo e decisão derrotou sete potências agressoras”. Antes de discorrer sobre diversos assuntos o Major referiu que nasceu em Tel Aviv, onde cursou “a Escola elementar e o ginásio” e concluiu “a Escola Superior da Administração e finanças”. Conforme suas palavras “Em 1937, com 14 anos de idade, ingressei na Haganá, não para fazer carreira, mas por que considere necessário defender o país. Desde então minhas atividades concentram-se em Tel Aviv e seus arredores”. Perguntado sobre seu posto, Ner respondeu: “Servi na Haganá [...] até o início da guerra de Libertação. Nós durante todo o mandato Britânico, fazíamos manobras militares secretas, em diversos pontos do país. Quando fomos agredidos, todos grupos guerrilheiros ficaram automaticamente incluídos na [Haganá]”.²⁶⁰

O Major israelense informou ainda que não havia partidarismos dentro do exército judeu, o qual estava a serviço da nação. No entanto, a pergunta mais importante para este estudo, que contribui com a caracterização do contexto de crise do movimento no Brasil, foi a seguinte: “Qual é a sua opinião sobre o *Ishuv* (comunidade) local? - O Major sorriu e respondeu”:

Os *Ischuvim* do Rio e São Paulo, tem as mãos mais abertas. Aqui a situação já é diferente. Quis me parecer, que certos membros da coletividade local, possuem um pequeno árabe no bolso [...], e, quando eles querem atender ao apelo, o árabe morde-lhes a mão e exclama “não auxilie os olim”. É preciso desalojar os árabes dos bolsos.²⁶¹

Consta ainda na mesma edição que o Major Ner visitaria comunidades judaicas em diversas localidades do interior do Rio Grande do Sul, para as quais relataria o “desenrolar da luta e a realidade de Israel”.²⁶²

A arrecadação de recursos materiais e principalmente financeiros para as campanhas do movimento sionista por diversas vezes foram objeto de disputa e discórdia, seja entre os diferentes grupos sionistas ou entre estes e os demais judeus não militantes do movimento. Assim, as campanhas nem sempre eram realizadas de modo pacífico, ainda que seus

²⁶⁰ Cf. “Lutaremos, Caso formos Agredidos”. *KOL HAMAGBIT*. Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950, p. 4. (AJH)

²⁶¹ *Ibidem*.

²⁶² Cf. Major Ner visitará o interior. *KOL HAMAGBIT*. Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950. Na mesma edição consta ainda que Israel Ner proferiu uma conferência para os judeus sefaradim no Centro Hebraico Rio-Grandense, dirigindo-se ao público num fluente francês. Cf. Conferência no CHRG. In: *KOL HAMAGBIT*. Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950. (AJH)

dirigentes afirmassem o contrário, isto é, que apelavam apenas aos sentimentos ou à conscientização dos judeus em relação aos seus “irmãos” de Israel.

Maurício Rosenblatt (1906-1988), judeu nascido em Moisés Ville, na Província de Santa Fé, na Argentina, e radicado em Porto Alegre, em depoimento concedido ao ICJMC, em 1987, recorda que certa vez fora visitado pelos senhores do *Magbit*. Sobre esse episódio ele narra o seguinte:

Mais tarde, já quando declarado o Estado Israel, um dia fui procurado por uma comissão de três senhores, três pessoas bem educadas, bem postas na vida, empresários. Era a primeira “Magbit” [Fundo comunitário]. Se eu poderia contribuir? Sim vou, é para ajudar um Estado Novo. Com quanto o senhor ajuda?

Eu ganhava na época, entre cinco e seis mil cruzeiros por mês, era o meu salário, eu era um assalariado, não era empresário, não tinha indústria, eu não tinha economias, eu não vacilei muito, não pensei muito, eu vou contribuir com um ordenado de um mês meu. Eu não me lembro se eram cinco mil ou seis mil, não me lembro. Eu pretendia contribuir com o correspondente a um mês de salário. Entrelharam-se com um sorriso irônico e disseram: “Não de modo nenhum! O senhor vai contribuir com muito mais!” “Não – Vou contribuir com aquilo que eu posso”.

“- Não, o que o senhor pode é cômodo, eu quero ver é o sacrifício, tem lá gente morrendo, dando a vida. O senhor apenas vai dar um auxílio econômico, não faria nenhum sacrifício, só isso. De modo nenhum, nós temos aqui outro número, nós prevíamos que o senhor poderia dar”...

Eu fiz um olhar interrogativo. – “Está aqui, tomamos nota aqui para o senhor, trinta mil!”

“- Não, não vou dar e vou dizer uma coisa: eu não vou dar nada! - Me considero um cidadão livre e dono da minha cabeça. Eu me prontifiquei a dar o correspondente a um mês meu de trabalho de salário. Evidentemente, isto não significa nenhum sacrifício para os senhores, nem é um sacrifício excepcional para mim, mas me pesa, um mês de salário me pesa. Mas em face da atitude dos senhores, eu não vou contribuir com nada.”

“- O senhor tem certeza?”

“- Não, eu não vou contribuir com nada.” Então, nós vamos embora. Um ou dois dias depois eu recebi um telegrama pelo telégrafo nacional, escrito em português, endereçado a mim: “Face o seu comportamento, face a sua atitude negando-se a contribuir para o auxílio do novo Estado de Israel, o seu nome será indicado a execração pública”.²⁶³

Muitas passagens demonstram que as campanhas de arrecadação, entre outras questões relacionadas ao sionismo, geraram conflitos e divergências, não apenas entre seus proponentes (que desejavam fazer campanhas exclusivas para suas tendências partidárias), mas também envolviam membros da coletividade judaica, simpatizantes ou não do sionismo. Julgamentos simbólicos, exposição pública e outras sanções eram perpetradas aos “não contribuintes”.

Em relação a isso eram feitas enquetes sobre o que fazer com os não contribuintes, listas com o nome daqueles que contribuíam eram publicadas em periódicos, etc. Em Porto Alegre

²⁶³ Cf. ROSENBLATT, Maurício. Entrevista n. 079.0 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, Novembro de 1987.

o periódico sionista KOL HAMAGBIT, entre outras questões, perguntava o seguinte: “como considerar aos que fogem ao apelo [da Magbit]”? Um dirigente sionista da Unificada do RS respondeu ao periódico o seguinte: “devemos considerá-los como trãsfugas, que abandonaram seus irmãos num dos momentos mais críticos de sua existência, portanto, devemos ignorá-los”.²⁶⁴ Na revista *Aonde Vamos?*, de 9 de setembro de 1948, encontra-se uma coluna assinada por Marcos Nestrovski, denominada “Quinzena Porto-Alegrense”, nesta consta que:

- Dia 20, quinta-feira, foi feito o julgamento simbólico dos que não contribuíram para a Campanha de Emergência. O júri foi composto de um representante de cada sociedade e mais nove pessoas escolhidas por aclamação pela assistência. Presidiu o julgamento o Dr. Maurício Steinbruch.

Primeiro o Dr. Maurício Seligman, presidente da campanha, apresentou um relatório da mesma, e explicou como a prejudicaram os que não atenderam ao apelo. Depois, os senhores Sioma Breitman e Paulo Bonder, arrolados como testemunhas, expuseram a matéria, que conseguiram juntar, das desculpas e esquivas apresentadas para não contribuir. Muitas das desculpas parecerem casos cômicos, que excitaram a hilariedade do público.

Atuou então como promotor, em nome de Israel, o delegado Josef Tchornitsky, que falou por largo tempo, justificando as sanções.

Reuniu-se o júri para deliberar se aqueles que haviam apresentados tais desculpas para não contribuir eram culpados ou não.

Seu veredicto foi unânime, considerando todos como faltosos e, portanto, passíveis de punição.

Estes tais não contribuintes, cujos nomes ainda não foram divulgados serão chamados a uma sessão secreta com um “Bet Din” [tribunal] de 10 pessoas, a fim de se justificarem pessoalmente. O “Bet Din” julgará, em última instância, da inocência ou culpa dos acusados, e neste último caso, deliberará da aplicação de que sanções, dum total de 10 já pré-estabelecidas.²⁶⁵

Igualmente, em duas edições do periódico *Kol Hamagbit*, entre outras consultadas, ambas de outubro de 1950, encontram-se notas referentes às contribuições. Uma destas ao enunciar que “O Ishuv cumpre o seu dever”, mencionava que “durante a semana corrente notou-se maior afluência dos membros de nossa Coletividade, à sede da Magbit para cumprir suas obrigações”.²⁶⁶

No início da década de 1950 dirigentes e militantes sionistas, bem como demais membros da comunidade judaica brasileira já mostravam sinais de descontentamento com a presença de emissários sionistas que vinham constantemente ao Brasil para realizar campanhas de arrecadação. Uma nota publicada em *Aonde Vamos?*, de 24 de agosto de 1950,

²⁶⁴ Cf. Contra os não contribuintes. Devem-se ou não adotar medidas? In: KOL HAMAGBIT. Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950, p. 2. (AJH)

²⁶⁵ Cf. NESTROVSKI, Marcos. Quinzena Porto-Alegrense. *Aonde Vamos?*, n. 278, Rio de Janeiro, 9 Setembro de 1948, p. 16.

²⁶⁶ Cf. KOL HAMAGBIT. Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950, p. 1. (AJH)

com o enunciado “Shelichim Mais Shelichim”, permite-nos observar parte desse descontentamento:

Não há dúvida de que nossa comunidade lavra um descontentamento geral pela grande quantidade de “Shelichim” que atualmente se encontra por aqui. A média vai pelos trinta. Alguns deles são necessários, sem dúvida, diante do nosso panorama desorganizado e frouxo de sionismo verdadeiro. Outros, porém, são supérfluos. Deve-se compreender, tanto em Israel como em Nova York, que as despesas gastas com ordenados de viagens e manutenção dos delegados são desencorajadoras para todos aqueles que desejam contribuir para as causas com as quais sentem ter responsabilidades.²⁶⁷

Em outra matéria realizada pela revista e de autoria de seus editores, sob o título “Mais um ‘Sheliah’ no Brasil” (publicada na edição seguinte, de 31 de agosto de 1950), seguindo a mesma linha da anterior, contendo críticas dirigidas às entidades sionistas e a atuação dos emissários no país, os editores escreveram:

...recebemos a visita do jovem Matias Drasnin que vem, como nos declarou, na qualidade de delegado do KKL para a juventude. Contou o visitante ter nascido na Lituânia, tendo vivido desde os 12 anos, na Argentina e passado os últimos cinco em Israel.

Palestramos longamente com o visitante expressando nossa surpresa por ter o KKL e não a Organização Sionista Mundial para cá enviado um delegado a fim de organizar a juventude. Afinal, o KKL não é formado por pessoas qualificadas em matéria pedagógica e dificilmente poderão dirigir os passos de um jovem delegado encarregado de tarefa de tal índole. Achamos por bem advertir de princípio que a nossa juventude está um tanto alérgica a delegados que vem falar de educação, cultura e organização... pensando sempre numa coleta. Que já é tempo de encarar o sionismo da nossa juventude mais seriamente do que através de uma caixinha de coleta.²⁶⁸

Identificar estes conflitos, não significa referir que os mesmos se constituíram como regra dentro do movimento, visto que diversos fatores, desde questões de ordem política, ideológica e partidária ou até mesmo uma desavença pessoal, poderiam originá-los. Assim, nosso objetivo ao mostrar as contestações dos dirigentes e militantes sionistas do Brasil frente aos demais grupos sionistas, entidades e emissários significa evidenciar problemas e discussões que até então apareciam em menor escala nos periódicos pesquisados. A matéria “Mais um ‘Sheliah’ no Brasil”, referia ainda que o KKL,

que recebe uma grande parte dos recursos da Campanha Unida (Magbit) não precisaria mais coletar ininterruptamente como vem fazendo, fora da campanha. Mas, seja qual for o ponto de vista sobre essa questão uma coisa é certa: mais importante, muito mais importante do que fazer coletas é cuidar dos doentes dos desamparados dos “olim” que precisam de proteção. Afim de que para cá não

²⁶⁷ Shelichim Mais Shelichim. In: *Aonde Vamos?*, n. 378, Rio de Janeiro, 24 Agosto de 1950, p. 5.

²⁶⁸ Mais um ‘sheliah’ no Brasil. In: *Aonde Vamos?*, n. 379, Rio de Janeiro, 31 Agosto de 1950, p. 4.

venham, envergonhando os sionistas, esmolar dinheiro para os cegos, para os doentes, para os mutilados, dizendo que os fundos sionistas e o governo israelense deles não podem tratar. A nossa juventude [...] é uma juventude muito pobre.²⁶⁹

Por fim, depois das duras críticas, a revista amenizava seu tom, fazendo a seguinte menção: “Mas parece que o escritório do KKL, conta é com a figura simpática do jovem Matias Drasnin. E ele é, em verdade um rapaz simpático. Oxalá para cá viesse em outra missão”.²⁷⁰

Tais apontamentos se inscrevem em um contexto maior, o de crise e reorientação do movimento sionista, assim, mesmo considerando que a Guerra dos Seis Dias, em 1967, contribuiu para certo ufanismo nacional e patriótico entre os judeus-brasileiros, ou um “delírio nacionalista”, conforme palavras de Bernardo Sorj (2012, p. 102), no Brasil o golpe fatal no movimento adviria de fora das fronteiras do judaísmo, sendo desferido na década seguinte, visto que em novembro de 1975 o sionismo foi equiparado ao racismo pela Resolução número 3.379 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), decisão apoiada pelo governo militar brasileiro que, entre outros fatores, em função de interesses econômicos relacionados ao petróleo dos países árabes, flertava relações diplomáticas com estes, os quais, por sua vez, eram contrários a existência de Israel.

Por fim, cabe, entretanto, lembrar a trajetória da Resolução 3.379 aprovada em 10 de novembro de 1975 pela Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas (por uma votação contendo 72 votos a favor, entre estes o voto do Brasil), 35 contrários e 32 abstenções) a qual considerou o sionismo como uma, entre outras, forma de racismo.²⁷¹ Tal decisão foi revista de modo que, em dezembro de 1991, a Resolução 4.686 da Assembleia Geral da ONU anulou a decisão de 1975, sendo este um dos raros casos em que uma Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas foi revogada.

²⁶⁹ Ibidem, p. 4.

²⁷⁰ Cf. *Aonde Vamos?*, n. 379, Rio de Janeiro, 31 Agosto de 1950, p. 16. Entretanto, nas fontes pesquisadas não localizei indícios sobre a presença deste emissário em atividades no Brasil.

²⁷¹ Sobre o pragmatismo do Estado brasileiro na política internacional e as relações diplomáticas entre Brasil e Israel, ver os textos de autoria de SANTOS, Norma Breda dos. *O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel, ao pós(?) sionismo*, p 19-70. In: _____. (Org.). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/UnB, 2000, e SOCHACZWSKI, Monique. O veto brasileiro ao sionismo e o “pragmatismo responsável” do governo Geisel, p. 559-575. In: LEWIN, Helena (Org.). *Identidade e cidadania: como se explica o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a criação de Israel significou o início de uma crise nos meios sionistas,²⁷² foi simultaneamente um momento de grande euforia e regozijo entre os judeus da diáspora, muitos dos quais se dirigiram para o novo Estado, a fim de conhecê-lo ou fixar nele residência. Ieda Gutfreind, ao abordar a internalização de símbolos identitários relacionados com o Estado israelense no judeu da diáspora, menciona:

Gradativamente, eles se multiplicam; nas expressões lingüísticas, pois muitas palavras anteriormente faladas em *idiche* agora são pronunciadas em hebraico; no uso da indumentária, como um típico boné dos habitantes dos *kibutzim* israelenses; objetos/símbolos nacionais vão se tornando comuns. Inicialmente eram visualizados em imagens, em fotos de jornal, de revistas, mas, aos poucos, Israel torna-se mais íntimo, seja através das narrativas dos emissários e políticos em visita a Porto Alegre ou pelos relatos dos visitantes que de lá retornam. Tais (re)conhecimentos já não se delimitam aos sionistas, alcançando a população judaica mais ampla. Tais símbolos são trazidos para junto dos corpos e das mentes [...]: bandeiras, estrelas de Davi e outros adornam lapelas, tornam-se ornamentos identificadores em homens e mulheres e logo Israel torna-se tangível e experiências com o país passam a ser vividas (GUTFREIND, 2004, p. 165).

O movimento sionista durante a primeira metade do século XX, desempenhou um importante papel no que tange a formação e representação política do agrupamento judaico no Brasil. Visto que propôs reunir todos os judeus em torno de um projeto coletivo de construção do Estado judeu por meio de um discurso unificador e homogeneizante, de caráter nacionalista, que defendia a ideia de unidade cultural, tendo como pressupostos a origem e o destino comum dos judeus e a ligação destes com *Eretz Israel*, a terra ancestral dos judeus. Ao tentar agregar sob sua égide os judeus radicados no país com um discurso normatizador da vida comunitária, bem como ao atuar como porta-voz desses judeus para defender os “interesses ou a boa imagem dos israelitas” frente às autoridades, a ação sionista contribuiu para a formação de uma comunidade organizada, inscrevendo em sua agenda política a

²⁷² Após a *Guerra de Independência* muitos judeus, sionistas e não-sionistas afirmavam que o movimento passava por um período de reorientação e transformação, denominado a crise do sionismo. Sobre o assunto ver, entre outros, FRIESEL, Sigue. *Bror Chail: História do movimento e do Kibutz Brasileiros*. Colaboração da Comissão do Movimento (Vaadat Hatnuá) do Kibutz Bror Chail. Departamento da Juventude e do Chalutz da Organização Sionista Mundial. Jerusalém, 1956.

discussão de temas comuns entre os judeus radicados no país, dinamizando, assim, o processo de formação comunitária.

Procuramos assim demonstrar que não havia uma simetria exata entre as premissas do sionismo internacional e o movimento praticado no Brasil, ainda que fossem seguidas as premissas gerais do movimento, de forma que a prática, por vezes, não correspondeu ao discurso, processo que juntamente com pressões do interior do grupo deu margem para formação de outra identidade que não aquela proposta pelo movimento. Analisar o sionismo no Brasil trata-se de uma questão de suma importância que possui implicações sobre parte da historiografia e dos estudos judaicos produzidos, pois, como vimos aqui, se por um lado a produção em relação ao tema sionismo é pequena, por outro, o tema aparece aqui e ali em desdobramentos de estudos que abordam assuntos judaicos – com certo exagero o tema é um pouco de ironia, abordado da seguinte forma – “é também existiam os sionistas”. Fica no final deste trabalho a pergunta: como e por que um tema central que movimentou intensamente o judaísmo brasileiro no período em que os imigrantes judeus desembarcavam no país e se integravam à sociedade brasileira é tão tangenciado? O sionismo, pelo menos durante toda primeira metade do século XX, perpassou de modo paralelo e transversal o judaísmo, com cruzamentos, aproximações e distanciamentos e os judeus não ficaram indiferentes ao movimento, seja para defendê-lo ou criticá-lo, sendo assim, em meio há conflitos, disputas, negociações e consensos, formatada uma comunidade. Contribuímos aqui para explicar em parte essa pergunta, visto que o tema sionismo, causa mal-estar, sendo apresentado e percebido hoje como sinônimo de intolerância, militarização, intransigência e opressão.

A comunidade judaica brasileira se formou, como vimos, contando com o esforço agregador e a capacidade mobilizadora do sionismo, a qual se tornou modelo e referência para outros movimentos desejosos de sua independência, bem como por meio de outras variáveis e circunstâncias específicas, delimitadas ao território brasileiro. Um antissemitismo pontual desprovido de base social, a *aliá* atraía parte da juventude, sendo quase que majoritariamente repelida pelas gerações mais velhas. Soma-se a isso o desenvolvimento do país no período que estes imigrantes chegaram ao Brasil, a receptividade que os estrangeiros brancos de modo geral foram acolhidos e o esforço do grupo de imigrantes judeus, que se integraram à nova sociedade, preservando sua cultura e tradições. Tal processo também se deve ao estudo, o trabalho, a organização social através de associações beneficentes, mutualistas, religiosas, educacionais, fatores que possibilitaram a ascensão socioeconômica de muitos membros do agrupamento judaico e permitiram que estes aproveitassem as oportunidades oferecidas pelo no país.

Em meio a esse contexto o sionismo mostrou-se ambivalente, pois seu discurso, por um lado, voltava-se à criação de um Estado nacional que reuniria os judeus da diáspora e, por outro, ao invés de reunir esses judeus em torno da ideia de fim da diáspora (que se desfez naturalmente com a criação de Israel), propôs a normatização da vida comunitária dos judeus brasileiros, reunidos sob a tutela do movimento. Durante o período de mais de uma geração, transcorrido entre o início e o final da primeira metade do século XX, esse trabalho aparentemente paradoxal, de engenharia social – de criação de Israel e formação de uma nova comunidade diaspórica - contou com o esforço muito bem articulado por parte de um grupo de judeus, que com uma enorme capacidade de mobilização formou uma rede de contatos com seus pares em outras regiões do Brasil e até mesmo de outros países, rede que manteve entre si intenso intercâmbio sócio-cultural e político, com a finalidade de atingir seus propósitos.

A ideia proposta pelo sionismo, através da atuação política de seus dirigentes e entidades, voltadas para os judeus do Brasil valendo-se e utilizando diferentes estratégias, permeou diversos setores e instituições judaicas. A movimentação sionista fez com que judeus contrários às premissas sionistas não ficassem imunes ou indiferentes ao movimento. Esses questionaram o sionismo e apresentaram outras propostas e projetos de judaísmo, criando e formando entidades e grupos organizados não-alinhados com o nacionalismo judaico, tendo, por vezes, um posicionamento bastante crítico frente ao sionismo, no entanto, ao invés de enfraquecer o judaísmo tais confrontos contribuíram para impulsionar a vida comunitária judaica no Brasil.

Nesse processo, os dirigentes sionistas desenvolveram uma pedagogia nacional judaica, permeando diferentes setores do judaísmo através de sua ação política, inserindo a temática do sionismo no cotidiano e na vida sócio-cultural dos judeus brasileiros. Nas ruas, nas casas, nas sinagogas e nos salões, em bailes ou festividades religiosas, bem como no teatro ou nas escolas, o sionismo se fazia presente. Por sua vez, tanto novos, quanto velhos adeptos, além de militarem no movimento eram vistos simultaneamente como potenciais cidadãos do *Estado imaginado*, bem como colaboradores de recursos financeiros para a manutenção do movimento e para a criação deste Estado nacional. No entanto, o sucesso deste processo evidenciado pelo engajamento da coletividade judaica em um primeiro momento e, posteriormente, pela execução do objetivo sionista, não ocorreu de forma pacífica ou linear, visto que o campo político é o lugar por excelência onde se travam as discussões, os debates e conflitos, onde os ressentimentos irrompem, as propostas divergem ou convergem, se

complementam ou se repelem; é o local das alianças, dos acordos, das dissensões, dos debates, consensos, das rupturas e das continuidades, de múltiplos pontos de vista.

O conflito entre judeus contrários e favoráveis ao sionismo, durante o período abordado, criou uma arena comum de debate e interlocução, formada por diferentes setores e agrupamentos judaicos, nesta arena por um lado eram reproduzidas visões de mundo, trazidas do velho continente, e, por outro, criadas novas situações e configurações sociais em consonância com as demandas locais. Em suma, organizados em torno de diferentes ideologias esses grupos defendiam suas respectivas ideias de judaísmo e seus respectivos projetos políticos e comunitários para os judeus brasileiros.

De modo geral, os agrupamentos contrários ao sionismo mesmo que arrefecessem suas investidas contra o sionismo a partir da criação de Israel, mantiveram uma postura crítica, porém, igualmente perderam espaço social para uma entidade representativa maior, com o poder de falar em nome dos judeus e defender seus interesses, uma entidade com o poder de reunir sob sua guarda grupos judaicos antagônicos preservando e respeitando suas diferenças, mantendo a pluralidade do judaísmo, entidade que ao agregar grupos não-sionistas em torno de um objetivo maior – o judaísmo e os judeus do Brasil – enfraqueceu tanto o movimento sionista, quanto seus opositores, que por sua vez veriam seus movimentos se esvaziarem ideologicamente nas décadas seguintes.

O nacionalismo judaico foi bem sucedido ao projetar sobre o passado distante demandas e questões oriundas dos séculos XIX e XX, e ao concretizar seu objetivo maior originando novas questões que transformariam o judaísmo através da identificação dos judeus da diáspora com um Estado judeu. Entretanto, a impossibilidade de efetivar outras premissas, como o fim da diáspora, bem como questões relacionadas à política internacional israelense contribuíram para que o movimento se deparasse com inúmeras dificuldades no que tange a sua razão de ser. Após o entusiasmo das décadas de 1950 e 1960, a *aliá* real foi substituída por uma *aliá* temporária e/ou por viagens de turismo a Israel, de forma que, por vezes, a identidade judaica se aproxima muita da noção de “etnicidade simbólica”, de Herbert Gans. Tal afirmação não exclui o caso daqueles judeus que de fato se radicaram e continuam se transferindo para em Israel, entretanto, nosso foco aqui são os judeus da diáspora.

No Brasil, o enfraquecimento do movimento e a pressão de diferentes judaísmos, fez com que outras entidades – Federações regionais e uma Confederação dos judeus brasileiros – ocupassem seu lugar, sendo estas vistas com maior legitimidade e em consonância com os propósitos e interesses destes judeus. Devemos ter cuidado ao analisar tal questão, pois ao afirmar que outras entidades ocuparam o lugar pretendido pelo sionismo não significa dizer

que a partir de então os judeus se transformaram em um grupo homogêneo, sem divisões, ou que os dissensos intra-grupo foram pacificados.

Visto isso, a comunidade judaica em formação durante a primeira metade do século XX consolidou-se em meio à movimentação sionista. No Brasil, alguns postulados sionistas foram modificados e ressignificados, outros foram incorporados antes da criação de Israel. Tal processo de formatação identitária, continuou após a criação deste Estado nacional, visto que o antissemitismo e o Estado de Israel passaram a ser os novos baluartes da identidade judaica. Assim, após os primeiros anos de criação do Estado de Israel os judeus-brasileiros minimizaram sua participação no movimento sionista, porém, alguns elementos simbólicos e significados propostos pelo sionismo foram utilizados e ressignificados para caracterizar o judaísmo e a identidade judaica no período pós-guerra. Aproximou-se o vínculo entre os judeus e o Estado formado, sem, no entanto, a mediação do movimento sionista. Dessa forma:

Estabelecendo seu Estado sobre uma terra saturada de história e de símbolos, os responsáveis sionistas também sabem que se religam com um passado plurimilênar. Assim, desde sua criação, Israel sabe-se chamado a ter um lugar à parte na existência e consciência judaicas modernas. Mas a resposta que se dá ao insolúvel “problema judeu” suscita, por sua vez, novas interrogações, a começar pela do futuro da diáspora. Face Israel, a diáspora não pode mais perceber-se nem ser percebida como antes. Todo judeu se vê chamado a esclarecer sua relação com Israel porque, desde que existe um estado judeu aberto a todos os judeus, de exílio forçado, a diáspora torna-se objeto de escolha voluntária. [...] Face a essa escolha nem todos os judeus optam pelo retorno à terra dos ancestrais. Muitos imigraram para lá, mas é muito maior o número dos que preferem o conforto de seus países de residência. Embora se alegrem sinceramente com o fato, nem todos vêem nisso o cumprimento da promessa e consideram que uma vida judaica autêntica é possível e legítima mesmo em uma diáspora é a melhor oportunidade que o judeu dispõe para assumir sua identidade e que só na diáspora o judeu pode realizar sua vocação de ser o que passa e que lhe é possível promover o elo entre a especificidade de Israel e a aspiração judaica ao universal (AZRIA, 2000, p. 178-179).

Para muitos sionistas o projeto se encerrou com a criação de Israel, ideia que pode ser traduzida da seguinte forma: “o Estado foi construídos, Israel é uma realidade, fizemos a nossa parte, contribuindo assim para a preservação/manutenção do judaísmo”.

Ao darmos um salto cronológico de mais de meio século, é possível perceber a intensa movimentação da comunidade judaica brasileira em consonância com o judaísmo surgido da conjuntura da década de 1940. Vale assim, referir que no início do século XXI, os atuais porta-vozes do judaísmo brasileiro, mantendo um vínculo de caráter étnico-cultural com o Estado israelense, representam politicamente e falam em nome dos judeus brasileiros sobre assuntos relacionados ao judaísmo, principalmente, no que tange a memória e proteção do agrupamento judaico e de sua cultura, celebrações e comemorações sobre a imigração judaica

para o Brasil, o Levante do Gueto de Varsóvia, datas religiosas, bem como solenidades a respeito do Holocausto e do Estado de Israel, entre outros temas que fazem parte deste contexto.

Assim, se o movimento sionista propugnava o fim da diáspora e do antissemitismo, atualmente o discurso do judaísmo brasileiro, em consonância com o judaísmo mundial, valoriza a vida na diáspora, a qual passou a ser um dos principais pilares de sustentação política, financeira e moral do Estado israelense. Nessa conjuntura situam-se, igualmente, o combate ativo do antissemitismo, sendo a memória do Holocausto e o Estado de Israel os principais eixos da identidade judaica no início do século XXI.

A atuação da comunidade judaica brasileira e de seus representantes pode ser percebida através de um intenso movimento político, social e cultural, que se torna visível por meio de protestos, passeatas e manifestações públicas, de eventos, da edição de periódicos comunitários impressos e on-line, artigos publicados em jornais, entre outras formas de mobilização, as quais dão visibilidade a essa comunidade e a opinião de seus representantes, demonstrando uma movimentação intensa e articulada, com posições bem definidas acerca de temas variados.²⁷³

Um exemplo dessas mobilizações pode ser vista por meio de uma notícia publicada no jornal *Zero Hora*, em 2009, que anunciava a visita do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil. A provável visita do presidente iraniano, sob o título “Judeus, gays e mulheres protestam”, foi assim noticiada pelo jornal porto-alegrense:

A quantidade e a variedade de ONGs que protestarão contra a visita do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad, ao Brasil foi aumentando a cada dia na última semana.

A comunidade judaica gaúcha promoveu abaixo assinado. Em São Paulo, a juventude Judaica Organizada, como homossexuais e entidades defensoras das mulheres, fará um ato, neste domingo na Avenida Paulista. [...]

O presidente da Confederação Israelita do Brasil (CONIB), Cláudio Lottenberg, manifestou sua contrariedade. - Repudiamos a presença de Ahmadinejad em um país como o nosso, democrático e hospitaleiro...²⁷⁴

A visita indesejada, por muitos segmentos sociais, judaicos e não-judaicos, e os protestos surgidos em torno dessa visita foram amplamente noticiada em todo o Brasil, por

²⁷³ Conforme visto, através da relação entre dirigentes sionistas e o governo Vargas, é bastante visível atuação política dos judeus brasileiros junto a diferentes níveis governamentais, pelo menos desde a década de 1940. Outro exemplo dessa atuação se deu em outubro de 1950, quando um grupo de lideranças sionistas recebeu para uma visita o governador eleito de São Paulo, Sr. Lucas Nogueira Garcez. Cf. Recepção ao governador eleito em São Paulo. *Aonde Vamos?*, n. 385, Rio de Janeiro, 19 out. de 1950, p. 21.

²⁷⁴ Cf. Judeus, gays e mulheres protestam. *Zero Hora*, Porto Alegre, 3 de maio de 2009, p. 26.

meio da mídia impressa, radiofônica e televisiva, etc.²⁷⁵ Sobre o assunto, um velho ativista comunitário e dirigente do movimento sionista no Rio Grande do Sul fez o seguinte comentário:

A vinda dele ao Brasil é muito infeliz, é extremamente inconveniente. Ele quer a destruição de um Estado legítimo e democrático, progressista. Ele nega o Holocausto de 6 milhões de judeus massacrados pelos nazistas. É um inimigo da humanidade, é um perigo, uma ameaça, é desprezível. É um novo Adolf Hitler. Temos de cuidar muito, a visita dele é incompreensível. [...] o anti-semitismo anda se mostrando em todo o mundo. Vejo coisas pelo mundo que são inacreditáveis. Há coisas que deveriam ter sido aprendidas.²⁷⁶

Conforme dito, também é possível perceber a atuação dos judeus brasileiros por meio de celebrações comunitárias, que contam com a presença de intelectuais, artistas, políticos e chefes de Estado, judeus e não-judeus, celebrações as quais projetam e dão enorme visibilidade a esta pequena comunidade étnica. A presença da presidente Dilma Rouseff, juntamente com os governadores Tarso Genro, do Rio Grande do Sul, e Jaques Wagner, da Bahia, em um desses eventos, mais especificamente na cerimônia que celebrava o “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto”, exemplifica essa afirmação:

Seguindo uma tradição inaugurada por Lula, Dilma participou da cerimônia anual, pela primeira vez realizada em Porto Alegre, na sua primeira agenda oficial no Estado desde a posse. [...] No saguão, esperavam por ela autoridades como o governador baiano Jaques Wagner, de origem judaica, e sobreviventes do massacre imposto aos judeus pelos nazistas.²⁷⁷

Assim, conforme abordado, a formação comunitária iniciou em meio do processo imigratório dos judeus para o Brasil e o movimento sionista, ao longo da primeira metade do século XX. O discurso sionista, dirigido para esses imigrantes e seus descendentes desde o início do século passado atuou no sentido de criar um estado nacional e uma comunidade judaico-brasileira. O surgimento de Israel representou a crise do sionismo no Brasil e o início do processo de ocupação do espaço social, político e cultural por entidades não-sionistas representativas do judaísmo, bem como a substituição, ao longo dos vinte anos seguintes, das organizações sionistas por federações regionais e de uma confederação representativa das

²⁷⁵ Cf. Protestos antecipam visita incômoda. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 nov. de 2009, p. 21.

²⁷⁶ Há coisas mais importantes que comércio. Entrevista Klaus Oliven. *Zero Hora*, Porto Alegre, 3 de maio de 2009, p. 26.

²⁷⁷ Holocausto. Dilma rememora vítimas do horror. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 de Janeiro de 2011, p. 8. O “Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto” é celebrado em 27 de janeiro. Estabelecida em 2005 pela ONU, a data para lembrar o Holocausto coincide com o dia em que o campo de extermínio de Auschwitz foi liberado pelo Exército Soviético, em 1945.

entidades judaicas do Brasil, fundada no mesmo ano da criação de Israel, em 1948. Dessa forma, no mesmo ano que foi criado um Estado nacional para os judeus foi criada uma Confederação para os judeus-brasileiros.

Com a criação de Israel, a OSM e o movimento sionista passaram a ocupar uma posição secundária, de aparelho administrativo e burocrático paralelo ao Estado de Israel e, na visão de muitos, como o movimento já havia cumprido sua missão, deixava de ter razão para existir, de modo que o período pós-1948 se caracterizou como uma fase de transição, ou seja, como um momento de redefinição da política e dos propósitos do sionismo, pois a arena política ou o lugar das disputas, conflitos, deliberações e decisões, passava da OSM para o Estado israelense, a partir de então cabia ao governo de Israel ocupar a posição de porta-voz e representante dos judeus.

E, ainda que o esforço de guerra tenha mobilizado judeus no final dos anos 1940 e meados da década de 1950, e que ocorresse um contínuo processo de *aliá* entre as décadas de 1950 e 1960, fomentado pelo sonho comunista materializado nos *kibbutz* israelenses,²⁷⁸ tal processo de encolhimento e esvaziamento ideológico do movimento sionista foi gradual, tendo, grosso modo, conforme visto, como primeiro ato a criação de Israel, em 1948, seguido da Resolução da Assembléia da ONU, em 1975. O contexto de criação deste Estado nacional, foi permeado por pressões internas e externas, entre as primeiras situam-se críticas à atual política de Israel, provinda de grupos organizados, formados por intelectuais judeus e israelenses, radicados tanto em Israel, quanto em outros países, bem como práticas e ideias que valorizam a pluralidade do judaísmo.

No que tange ao Brasil e sua relação com Israel, o envolvimento do país, representando por Oswaldo Aranha, na partilha da Palestina, em novembro de 1947, a campanha de reconhecimento do governo brasileiro ao Estado de Israel, promovida por agrupamentos judaicos e pela sociedade cível em diversas localidades brasileiras, causou na comunidade judaica a expectativa de que o governo brasileiro reconhecesse o Estado de Israel, o que ocorreu após quatro anos de sua criação, em 1952. Tal aproximação entre os dois países – Brasil e Israel -, não deixou de ratificar também o vínculo estabelecido entre os judeus-brasileiros e o Estado israelense, os quais se reconheciam como brasileiros, nutrindo simpatia por Israel, sentimento latente em meio à comunidade judaica brasileira até os dias de hoje.

Ao tornar visível a presença e a prática política sionista, a relação entre dirigentes e militantes sionistas e destes com a comunidade que ajudaram a criar, não nos detivemos

²⁷⁸ O livro *Fragments de memórias* (2010), organizado por Avraham Milgram aborda o movimento de grupos judaicos brasileiros movidos por esse ideal.

apenas ao ponto de vista do grupo judaico, bem como não nos limitamos a consultar apenas as fontes produzidas no interior deste grupo; buscamos assim através da verificação das fontes, analisar a interação destes agrupamentos com a sociedade civil, valendo-se igualmente de perspectivas exteriores a este grupo étnico. Considerando essa interação, demonstramos, por um lado, que os judeus brasileiros não ficaram equidistantes em relação aos conflitos ocorridos na Palestina, pois acompanhavam os acontecimentos seja através das informações de seus pares, do noticiário de periódicos comunitários, de jornais de grande circulação e de transmissões radiofônicas, ou seja, de uma rede de contatos e informação. Por outro lado, ao mesmo tempo em que incorporavam a identidade nacional judaica,²⁷⁹ igualmente, buscavam sua inserção na sociedade maior, apresentando-se também como brasileiros, solidificando uma identidade hifenizada - conforme a expressão do historiador Jeffrey Lesser (2001) judaico-brasileira.

O sionismo no Brasil foi aqui analisado através das relações entre o movimento, capitaneado por uma elite de judeus prestigiados socialmente e sua base de apoio, os imigrantes judeus radicados no Brasil na primeira metade do século XX, sendo evidenciado a uniformização de procedimentos, os projetos e a ação sionista no país, no período anterior e posterior à criação de Israel, bem como os diferentes caminhos seguidos pelo movimento no Brasil. Conhecer esse tema não significa apenas compreender o sionismo por si só, ou uma faceta do judaísmo brasileiro, envolve também o transcurso e o conhecimento da história contemporânea do Brasil, pois ao abordar temas como imigração, Era Vargas, etnicidade, bem como a circulação de diferentes ideias, conceitos e pensamentos exportados da Europa para o país, entre outros, é possível aprofundar a análise frente a diferentes perspectivas sócio-culturais e políticas, bem como nuances, contradições e idiosincrasias extintas e ainda existentes no Brasil.

A guisa de conclusão, vale mencionar que se atualmente o sionismo, entre outros nacionalismos existentes, é considerado como um movimento esclerosado e anacrônico, para não dizer indesejado por grande parte de judeus e israelenses. Cabe referir que no Brasil ainda existe uma enorme carência de estudos e pesquisas sobre essa temática, lacuna que tentamos mostrar ao abordar a recente historiografia sobre judaísmo no Brasil, no primeiro capítulo deste trabalho. Igualmente, procuramos enfatizar que a criação de arquivos nas últimas

²⁷⁹ Cabe lembrar que em 1948 ainda não havia uma exata definição sobre quem eram os cidadãos de Israel. Em relação ao surgimento deste Estado nacional e a partir das questões e problemas surgidos, novos rumos e perspectivas foram traçados, sendo necessário se criar novos conceitos e termos para dar conta, organizar e definir questões de âmbito semântico que, por sua vez, incidiam sobre demandas sócio-culturais e jurídicas.

décadas, contendo documentação e demais fontes sobre judeus e judaísmo tem incrementado diferentes estudos e pesquisas, os quais muito têm contribuído para trazer a luz novas questões sobre judeus no Brasil. Porém, mesmo com muitos avanços e excelentes estudos, pesquisas e produções surgidas nos últimos anos, ainda faltam pesquisas analisando os documentos relacionados ao judaísmo e sionismo no Brasil durante o século XX, muitos deles localizados no Arquivo Central Sionista, em Jerusalém, por exemplo. Por outro lado, existe uma carência de obras traduzidas para o português sobre o assunto *sionismo*, e livros clássicos sobre o tema como as obras de Walter Laqueur e David Vital, entre outros autores, e até mesmo textos do próprio Theodor Herzl como, por exemplo, o livro *Altneuland* (Velha Nova Pátria), os quais ainda não foram traduzidos e publicados no Brasil.

De forma que o conhecimento dessa temática restringe-se apenas aos poucos iniciados no assunto e aos pesquisadores que se aprofundam no tema através de inúmeras publicações em língua estrangeira, principalmente, nos idiomas francês, inglês e espanhol, pois países que falam estas línguas, além de produzirem inúmeras obras sobre o assunto, traduzem e publicam diversos textos, muitos traduzidos do hebraico para estes idiomas, em especial, países como Estados Unidos e França produzem, traduzem e publicam muitas obras sobre essa temática. Assim, no Brasil essa carência de publicações sobre o movimento sionista contribui para o desconhecimento do assunto e para o surgimento de visões distorcidas e mistificadoras sobre o nacionalismo judaico.

Em relação a isso, cabe relatar que apesar da proliferação de locais de pesquisa, ao participarmos de seminários e demais eventos na área de história, é possível verificar o enorme desconhecimento desta temática no meio no meio acadêmico, e se até mesmo estudantes de história e historiadores profissionais desconhecem o assunto o que esperar da sociedade em geral? Porém, o mais preocupante, conforme dito, é a distorção que o tema é abordado por estudantes, por vezes, através de percepções mistificadoras, simplistas, generalizantes, muitas vezes envenenadas por juízos morais e de valor que nada contribuem para o conhecimento histórico. A pesquisa aqui proposta, tendo em vista estas questões, teve por objetivo, entre outros, preencher parte desta lacuna. Assim, abordar esse tema mostrando o desenvolvimento e as especificidades do movimento sionista no Brasil e suas relações e distanciamentos com o sionismo em termos internacionais talvez tenha sido sua maior contribuição.

ACERVOS, ARQUIVOS E LOCAIS DE PESQUISA CONSULTADOS:

Acervo do Jornal Correio do Povo. Porto Alegre/RS.

Acervo de Entidades Judaicas (AEJ) - ICJMC. Porto Alegre/RS.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ.

Arquivo Herbert Caro (AHC) - ICJMC. Porto Alegre/RS.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRG. Porto Alegre/RS.

Arquivo Histórico Judaico Brasileiro – AHJB. São Paulo/SP.

Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco – AHJP. Recife/PE.

Arquivo Josef S. Halpern (AJH) - ICJMC. Porto Alegre/RS.

Arquivo Maurício Seligman (AMS) - ICJMC. Porto Alegre/RS.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Rio de Janeiro/RJ.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APRS. Porto Alegre/RS.

Arquivo Virtual - ARQSHOAH. Holocausto e Antissemitismo. Brasil/BR.

Biblioteca e Hemeroteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre/RS.

Biblioteca das Faculdades Porto-Alegrenses – FAPA. Porto Alegre/RS.

Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte/MG.

Biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro/RJ.

Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre/RS.

Biblioteca da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Canoas/RS.

Biblioteca da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo/RS.

Biblioteca do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro - AHJB. São Paulo/SP.

Biblioteca Érico Veríssimo (BEV) – Casa de Cultura Mario Quintana. Porto Alegre/RS

Biblioteca Manuel Marques de Souza (BMMS) – Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria/RS

Biblioteca Nacional - BN. Rio de Janeiro/RJ.

Biblioteca Particular do ICJMC. Porto Alegre/RS.

Biblioteca Particular Ieda Gutfreind. – BPIG. Porto Alegre/RS.

Centro de Pesquisa e Documentação da FGV/RJ – CPDOC. Rio de Janeiro/RJ.

Centro Israelita do Pará - CIP. Belém/PA.

Escola Israelita Brasileira Salomão Guelmann – EIBSG. Curitiba/PR.

Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - FBNRJ. Rio de Janeiro/RJ.

Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ. Rio de Janeiro/RJ.

Federação Israelita do Rio Grande do Sul - FIRGS. Porto Alegre/RS.

Instituto Cultural Judaico Brasileiro Bernardo Schulman - ICJBS. Curitiba/PR.

Instituto Cultural Judaico Marc Chagall - ICJMC. Porto Alegre/RS.

Instituto Histórico Israelita Mineiro – IHIM. Belo Horizonte/MG.

Museu da Academia de Polícia - ACADEPOL. Porto Alegre/RS.

Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa - MCSHC. Setor Imprensa. Porto Alegre/RS.

Núcleo de Estudos e de Integração em História Oral – NEIPHO (Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS). São Leopoldo/RS.

Núcleo de Estudos Judaicos da Universidade Federal de Minas Gerais. NEJ/ UFMG. Belo Horizonte /MG.

Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiro. NETB (UNISINOS). São Leopoldo/RS.

Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – NIEJ/UFRJ. Rio de Janeiro/RJ.

REFERÊNCIAS DE PESQUISA:

A) BIBLIOGRAFIA:

A HISTÓRIA do CIB – O início. *Jornal Copacabana Zona Sul*, ano VIII, n. 96, maio-junho, 2003. Disponível em: <<http://www.jornalcopacabana.com.br/ed96/frames/comunidade.html>> Acesso em: 04 fevereiro 2008.

ABRAHAM, Ben. *Holocausto. O massacre de 6 milhões*. São Paulo, WG Comunicações e Produções, 1976.

ABRANCHES, Sérgio Henrique. Nem Cidadãos, Nem Seres Livres: O Dilema Político do Indivíduo na Ordem Liberal-Democrática. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 28, n. 1, p. 5-25, 1985.

ABULHAWA, Susan. *A cicatriz de David*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2009.

AGUIAR, Airan Milititsky. *Saudações para um mundo novo: o Clube de Cultura e o progressismo judaico em Porto Alegre (1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Curso de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre, 2009.

AKCELRUD, Isaac. *O Oriente Médio*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1986.

ALEXANDR, Frida. *Filipson: Histórias da Primeira Colônia Judaica no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Fulgor, 1967.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenadoras). *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO: história, memória e identidade. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro; Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 2004.

ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO: história, memória e identidade: 300 anos de nascimento de Antônio José da Silva, o judeu. São Paulo: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 2008.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 7-22, 2000.

_____. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2005.

_____. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

_____. *A Dignidade da Política. Ensaios e Conferências*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

AUSUBEL, Nathan. Conhecimento Judaico II. In: *BIBLIOTECA DE CULTURA JUDAICA*. vol 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan Editor, 1989.

AVIGDOR, Renée. *O judaísmo não-ortodoxo em São Paulo: Estudo de caso da comunidade Shalom*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2004.

_____. *Judeus, sinagogas, e rabinos: o judaísmo em São Paulo em mudança*. (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2010.

AVINERI, Shlomo. Sionismo como uma revolução. In: MILGRAM, Avraham (Org.). *Fragmentos de memórias*. Rio de Janeiro: Imago, 2010. p. 11-19.

AVNI, Haim. *Argentina y la Historia de la Inmigracion judia. 1810-1950*. Editora Universitária Magnes, Universidade Hebrea de Jerusalém: Jerusalém, 1983.

_____. *Judíos en América*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi* (Ed. Portuguesa), Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. vol. 5, p. 296-331.

BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude. *O Mundo em Viragem: Sociologia da Cena Internacional*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

BAHIA, Joana. De como os Ethnic Brokers fabricam seus demarcadores históricos e identitários? História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamento. In: ANAIS XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Associação Nacional de História – ANPUH -, 1 disco óptico (CD-ROM) org. por Elisabete Leal, São Leopoldo/RS: Unisinos, 2007.

_____. O “espírito do comentário” – a idéia de educação e de cultura como demarcadores étnicos. In: *Revista do centro de educação da UFSM. Dossiê: Antropologia da Educação*. Santa Maria/RS, v. 34, n. 1, p. 129-146, jan./abr. 2009.

_____; NETO, Sydenham Lourenço. Cultura e Política: suas conexões na construção da identidade entre os judeus progressistas. [s/d] Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/SydenhamLourencoNeto+co-autor.pdf>> Acesso em: 21 fevereiro 2010.

BAINES, Stephen Grant; CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (Orgs). *Nacionalidade e etnicidade em fronteiras*. Brasília: Editora da Universidade (UnB), 2005.

BALAKRISHNAN, GOPAL (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANTON, Michel. Assimilação. In: CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000. p. 84-86.

BARBOSA, Luiz Alberto. *Resistência Cultural dos Judeus no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Goiás/UCG, Goiânia, 2006.

BARBOZA, Tatiana Machado. *Reconhecimento e diferenciação nos caminhos da integração: a identidade judaica nas colônias agrícolas de Jewish Colonization Association – Quatro Irmãos e Moisés Villi (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

BARON, Salo Wittmayer. *História e Historiografia do Povo Judeu*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

BARTEL, Carlos Eduardo. *O Movimento Sionista no Rio Grande do Sul: de Philippon a Fundação de Israel: 1904-1948*. (Trabalho de Conclusão) - Curso de Graduação em História Licenciatura Plena, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2003.

Os Emissários Sionistas e o Nacionalismo Judaico no Rio Grande do Sul. In: I MOSTRA DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO, Faculdades Porto-Alegrenses - FAPA. *Caderno de Resumos III FÓRUM FAPA*, p. 77-78, Porto Alegre, 2004.

_____. A Propaganda Sionista e a Intelectualidade sul-rio-grandense. In: VII ENCONTRO DO CORREDOR DE IDÉIAS DO CONE SUL, *Caderno de Resumos*, s/p, São Leopoldo/RS, Unisinos, 2005.

_____. *Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2006.

_____. O Movimento Sionista e a Intelectualidade sul-rio-grandense - 1945-1952. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamento. In: ANAIS XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Associação Nacional de História – ANPUH -, 1 disco óptico (CD-ROM) org. por Elisabete Leal, São Leopoldo/RS: Unisinos, 2007.

_____. O conflito árabe-judaico no sul do Brasil - maio e junho de 1948. IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - Vestígios do Passado: a História e suas Fontes, Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul - ANPUH/RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br>> Acesso em: 29 de maio 2010.

_____. *Érico Veríssimo o amigo dos judeus: a atuação dos não-judeus no movimento sionista*. In: III SEMINÁRIO DE HISTÓRIA REGIONAL, Universidade de Passo Fundo/UPF, Passo Fundo/RS, 2009.

_____. Judeus-alemães e o movimento sionista no Rio Grande do Sul. In: DA COSTA, Miguel Ângelo S.; DREHER, Martin N.; CARVALHO, Enildo de M. (Orgs.) *Explorando possibilidades: experiências e interdependências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 99-119, 2009.

_____. Trajetórias coletivas: dirigentes e lideranças do movimento sionista no Brasil. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS – “AS CIÊNCIAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI”. Universidade Federal de Pelotas/UFPel, Pelotas, 2010. 1 CD-ROM.

_____. Sionismo e progressismo: dois projetos para o judaísmo brasileiro. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 83-95, (jul.-dez) 2010.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyene (Orgs.). *Teorias da Etnicidade*. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, p. 185-227, 1998.

BASBAUM, Hersh W. *A Saga do judeu brasileiro: a presença judaica em Terras de Santa Cruz*. São Paulo: EI – Edições Inteligentes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *Vidas Desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECKER, Gaby; FREIDENSON, Marília (Org.). *Passagem para a América. Relatos da imigração judaica em São Paulo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. (vol. 4 O Rio Grande Atual), Canoas: Editora Regional, 1957.

_____. *Enciclopédia Rio-Grandense*. (vol. 5, Imigração), Canoas: Editora Regional, 1958.

_____. Apontamentos sobre os judeus alemães no Rio Grande do Sul no tempo do Império (1822-1889). In: *Anais do 1º Simpósio de História da Imigração e Colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, 1974.

BEGLEY, Louis. *O caso Dreyfus. Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BEMERGUY, Amélia. *Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca da terra sem máles*. (Pará - 1870-1910). (Dissertação de Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP, São Paulo, 1988.

BENAMI, Ari. *Entre a foice e o martelo. O problema dos judeus na URSS*. Tradução de Walter Santos. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968.

BEN-GURION, David. *O Despertar de um Estado*. Edições Dror. Rio de Janeiro: Monte Scopus, 1957.

BERDICHEVSKI, Ivone Herz. A adaptação. In: BLUMENTHAL, Gladis Wiener (Org.) *Em Terras Gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência/SIBRA, p. 39-59, 2001.

_____. A história dos primórdios da SIBRA. Um pequeno relato da história da imigração judaico-alemã no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.sibra.org.br/historia.htm>> Acesso em: 21 fevereiro 2009.

BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano. *Os dialetos judeu-italianos: Um estudo sobre o Bagito*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2002.

BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA - IEHS, 1995.

BLAJBERG, Carlos. *Os paradoxos de uma identidade: O comportamento de consumo de judeus bem-sucedidos*. Dissertação (Mestrado em Administração). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001

BLUMENTHAL, Gladis Wiener (Org.) *Em Terras Gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência/SIBRA, 2001.

BOBBIO, Norberto. Elites, Teoria das. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução Carmen C. Varriale et. al. 5ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/UnB, p. 385-391, 1993.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. (2ª Edição revista e ampliada) Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. *Estado Governo e Sociedade. Para uma teoria geral da política*. 12ª Edição. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. *Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORIN, Marta Rosa. *Memória e História: os Sefaradim em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Curso de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre, 1993.

BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Tradução de Mário Guerreiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão. Seguido de: A influência do jornalismo, e, Os jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2004b.

BRAUN, Patrick, SANITAS, Jean. *Le Birobidjan: une terre juive en URSS*. Paris: Ed Laffont, 1989.

BREDA, Daniel de Oliveira. *Vicus Judearum: Os judeus e o espaço urbano do Recife Neerlandês (1630-1654)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal, 2007.

BRENER, Jayme; CAMARGO, Cláudio. *Guerra e paz no Oriente Médio*. São Paulo: Contexto, 1995.

BREUILLY, John. Abordagens do Nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 155-184, 2000.

BRUMER, Anita. *Identidade em Mudança: pesquisa sociológica sobre os judeus do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.

_____. Cem anos de vida comunitária. In: WAINBERG, Jacques A. (Coord.). *Cem anos de amor: a imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, p. 111- 146, 2004.

_____. O dilema da educação judaica formal numa comunidade da diáspora. In: LEWIN, Helena. (Org.). *Identidade e cidadania: como se explica o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, p. 338-353, 2005.

_____. Entre a comunidade e a sociedade: as múltiplas afiliações identitárias dos jovens judeus brasileiros. In: *Seminário de Pesquisas sobre Temas Judaicos*, Instituto Cultural Judaico Marc Chagall: Porto Alegre, 2007.

BUNSE, Heinrich Adam Wilhelm. *O iídiche; a língua familiar dos judeus da Europa oriental e sua literatura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1983.

BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. *História e Teoria Social*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CABRAL, J. Padre. *A Questão Judaica*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

CANDELORO, Rosana J. (Org.). *Herbert Caro*. (Cadernos Ponto & Vírgula). Porto Alegre: Unidade Editorial/Porto Alegre, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma Introdução à História*. São Paulo: Editora brasiliense, 3ª edição. 1983.

_____. Introdução: Uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs). *Contribuição a um Debate Transdisciplinar*. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

_____. *Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: Paralelo 15, 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, Manoela. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O positivismo brasileiro e a importação de idéias. In: GRAEBIN, CLEUSA & LEAL, Elisabete (orgs). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora Lasalle, p. 13-27, 1998.

CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.

CASTRO, Abel de. *Existem judeus em Fortaleza? Um estudo sobre identidade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). – Universidade Federal do Ceará/UFC, Fortaleza, 2003.

_____. *A Influência da Ideologia Sionista na comunidade judaica do Recife*. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/alias/arquivos/17_8_2011_17_10_38.pdf> Acesso em: 10 de setembro 2011.

CASTRO, Edgard Leite. Birobidjan - esperanças frustradas. *Boletim ASA*, n. 96, set-out/2005. Disponível em: <<http://www.asa.org.br/frameboletim.htm>> Acesso em: 04 de fevereiro 2008.

CATTAN, Henry. *Palestina, los árabes e Israel*. México: Siglo XXI, 1987.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. *Questões para a História do Tempo Presente*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Inimigo Eleito: os judeus, o poder e o anti-semitismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

CLEMESHA, Arlene. *O marxismo e a questão judaica: Elementos para a história de uma relação difícil*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1998.

_____. *Marxismo e judaísmo. História de uma relação difícil*. São Paulo: Boitempo/Xamã, 1998.

_____. *A esquerda, o holocausto e o surgimento do estado de Israel (1938-1950)*. Tese (Doutorado em História Econômica). - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2003.

COELHO, Elizabete Chaves. *Olhares Imigrantes: literatura judaica no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

COERTJENS, Marcelo; GUAZZELLI, Cesar Barcellos; WASSERMAN, Cláudia. Club de Regatas Guahyba-Porto Alegre: o nacionalismo em revistas esportivas de um clube teuto-brasileiro (1930 e 1938). In: *Revista bras. Educ. Fís. Esp*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 249-62, jul./set., 2004.

COHEN, Vera Aquino. A Imigração Judaica no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs). *RS: Imigração e Colonização*. 2ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, p. 67-90, 1992.

COHN-SHERBOK, Dan; DAWOUD, el-Alami. *O Conflito Israel-Palestina: para começar a entender*. Tradução de Cláudio Blanc Moraes. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.

COMAY, Michael. *Sionismo, Israel e os árabes palestinos. Perguntas e respostas*. Editado pela Assessoria de Divulgação da embaixada de Israel em São Paulo. São Paulo, 1983.

COPSTEIN, Raphael. Judeus no Rio Grande do Passado. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRS*. Porto Alegre, n. 127, p. 11-24, 1991.

_____. Colonização Judaica Noventa Anos Depois. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRS*. Porto Alegre, n. 130, p. 85-91, 1994.

CORDEIRO, Hélio Daniel. *O que é judaísmo*. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1998.

CORRÊA, Ana Cláudia Pinto. Imigrantes judeus em São Paulo: a reinvenção do cotidiano no Bom Retiro (1930-2000). (Tese de Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP, 2007.

CREIDY, Abdallá Adalberto. Os libaneses e sua história. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. (Imigração - vol. 5). Canoas: Editora Regional, p. 305-310, 1958.

CRUZ, Natália dos Reis. A imigração judaica no Brasil e o anti-semitismo no discurso das elites. *Revista Política & Sociedade - Dossiê Sociologia Econômica*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 225-250, out. 2009.

CUCHE, Denys. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

CULLA, Joan B. La tierra más disputada. El sionismo, Israel y el conflicto de Palestina. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

_____. *Breve história del sionismo*. Madrid, Alianza Editorial, 2009.

CUPERSCHMID, Ethel Mizray. *Judeus entre dois mundos: A Formação da Comunidade Judaica de Belo Horizonte (1922-1961)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFGM, Belo Horizonte, 1997.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da Barbárie: a história do genocídio dos judeus na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930*. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 1992.

_____. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: EDUSP, 2000.

_____. Além do Estado e da Ideologia: Imigração Judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 393-423, dez. 2002.

_____. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In: GRINBERG, Keila (Org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 287-314, 2005.

_____. Meu avô bundista e meu avô religioso: saudades do século 20. *Boletim ASA*, n. 77, julho/2002. Disponível em: <<http://www.asa.org.br/frameboletim.htm>> Acesso em: 04 de fevereiro 2008.

_____. “História da comunidade judaica da Bahia”. Disponível em: <<http://www.conib.org.br/comunidades.asp?id=5>> Acesso em: 24 de julho 2011.

_____. Instituições de assistência social e imigração judaica. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol.12, n.1, Rio de Janeiro, p.169-184, abril 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/09.pdf>> Acesso em 28 de junho de 2011.

DANA, Doris Victoria. *Os processos educacionais escolares na formação de identidades: O caso da escola judaica*. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2003

DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2005.

DECOL, René Daniel. *Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus*. (Tese de Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas/SP, 1999.

DEUTSCHER, Isaac. *O judeu não-judeu e outros ensaios*. Tradução de Muniz Bandeira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

Diversidade étnica e identidade gaúcha. (Documentos; n. 05) Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

DOLINGER, Rachele Zweig. *Homens de Valor: uma memória dos homens que se destacaram na comunidade judaica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

DORFMAN, Júlia Calvo. *Compreendendo-se judeu: Educação da diferença numa sociedade pluricultural*. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS, Campo Grande, 2000.

DUARTE, Barbara Sampaio Vieira. *O comportamento do mediador no conflito entre árabes e israelenses*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUCRJ, Rio de Janeiro, 2003

DUBY, Georges. *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Volume I: 1914-1960. [2 v.] Tradução de Vanda M. Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Orgs.). *Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da Vida Judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____. *Imigrantes Judeus - Relatos, Crônicas e Perfis*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1986.

_____. *Memórias da vida judaica: personagens, episódios e instituições gaúchas*. Porto Alegre: Edições EST, 2007.

EKERMAN, Sérgio Kopinski. *Sinagogas do Pós-Guerra: 1950-2007*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). – Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador, 2007

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELISABETE, Raquel Barboza. *Imigrantes judeus em Rio Grande: aspectos de uma trajetória marcada pela diferença*. (Trabalho de Conclusão) - Curso de Graduação em História, Fundação Universidade do Rio Grande/FURG, Rio Grande/RS, 2002.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas de um jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos PPG de História da UFRGS*. n. 13. Porto Alegre: Ed. da Universidade, UFRGS, Dez. 1995.

ESPÍRITO SANTO, Gilda Lopes de Figueiredo do. *Proteção à vida e à dignidade da pessoa nos conflitos armados – Guerra do Yom Kippur (1973). Análise de caso*. Dissertação (Mestrado em Direito). – Universidade Luterana do Brasil/ULBRA, Canoas/RS, 2006.

FAERMANN, Martha Parglender. *A Promessa Cumprida*. Porto Alegre: Metrópole, 1990.

FALBEL, Nachman. O sionismo e os judeus no Brasil. In: *Revista Shalom*, n. 176, São Paulo, p. 12-23, abril de 1980.

_____. *Estudos sobre a Comunidade judaica do Brasil*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984.

_____. Jacob Nachbin. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Manasche: sua vida e seu tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

_____. *David José Pérez: uma biografia*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.

_____. Os Sefaraditas e o Início da Imprensa Judaica no Brasil. *Mundo Judaico*, Edição 19, Dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/conteudo/ed_anteriores/ed19/sefaraditas.htm> Acesso em: 04 de fevereiro 2008.

_____. *Literatura ídiche no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2009.

FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de teoria da história e historiografia, volume I: teoria da história*. São Paulo: Hucitec, 2011.

FAUSTO, Boris. *Negócios e Ócios. Histórias da imigração*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Memórias de um historiador de domingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FAYEZ, Ahmed; FAYEZ, A. Sayegh. *Sionismo na Palestina*. Delegação da Liga dos Estados Árabes: Rio de Janeiro, 1969.

FEIERSTEIN, Ricardo. *Historia de los Judíos Argentinos*. Buenos Aires: Ameghino Editora, 1999.

FELDMAN, Sérgio Alberto. Os judeus vermelhos. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa/PR, v. 6, n. 1. p. 137-146, 2001.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política. Algumas aproximaciones. *Antíteses*, vol. 3, n. 5, jan-jun. de 2010, p. 529-550. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/3469/4923>> Acesso em: 02 de agosto de 2010.

FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FENTON, Steve. *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FENTRESS James; WICKHAM, Chris. *Memória Social. Novas Perspectivas sobre o Passado*. Tradução de Telma Costa. Lisboa: Editora Teorema, 1992.

FINGUERMAN, Ariel. *A eleição de Israel – Um estudo histórico comparativo sobre a doutrina do povo eleito*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1999.

FINKELSTEIN, Norman G. *Imagem e realidade do conflito Israel-Palestina*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FILKELSTEIN, Salus. *Personalidades Judaicas Gaúchas. 73 histórias de vida*. Porto Alegre: Impresul Artes Gráficas, 2002.

FLEG, Edmond. *Porque é que sou judeu* (1ª parte). (Adaptado ao português por David José Perez). Rio de Janeiro: Edições Biblos, 1962.

_____. *Porque é que sou judeu* (2ª parte). (Adaptado ao português por David José Perez). Rio de Janeiro: Edições Biblos, 1962.

FLINT; Guila; SORJ. *Israel terra em transe: democracia ou teocracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FONSECA, Juirá Jardim. *O klientelshik: relações de solidariedade e troca no comércio ambulante do Recife no início do século XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2002.

FRANCK, Claude; HERSZLIKOWICZ, Michel. *O Sionismo*. Lisboa: Europa-América, Coleção Saber, 1980.

FREIXO, Andre de Lemos. *Vicária redenção: memória, historiografia e a questão do anti-semitismo no Rio de Janeiro na década de 1940*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Rio de Janeiro (IFCS/PPGH/UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

_____. Promessas de um “velho mundo novo”: o sionismo sob uma perspectiva histórica. *Laboratório de estudos do Tempo Presente. Fórum Social Mundial*, Belém/PA, 2009. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1538&Itemid=147> Acesso em: 02 de outubro 2009.

_____. Redimensionar o Antissemitismo: Sionismo e Socialismo no Rio de Janeiro dos Anos 1930/40. *Revista Eletrônica do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ/UFRJ)*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 4, p. 50-73, 2011. Disponível em: <http://www.niej.org.br/revista/PDFs/ARTIGO%20ANDRE.pdf>> Acesso em: 29 de maio 2011.

FRIDMAN, Fania. *Paisagem Estrangeira. Memórias de um Bairro Judeu no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GANS, H. J. Symbolic ethnicity: the future of ethnic groups and cultures in America. In: SOLLORS, Werner (Ed.). *Theories of ethnicity: a classical reader*. New York: New York University Press, 1996, p. 424-459.

GARCIA, Paulo César Estaitt. Sionismo e Identidade Judaica: Análise da Revista Seleções Sionistas (1961/1962). In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul/RS, v. 7, n. 2, p. 179-210, jul./dez. 2001.

GEARY, Patrick J. *O Mito das Nações: A invenção do nacionalismo*. Tradução de Fábio Pinto. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia*. Tradução de Vamireh Chacon et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília (Cadernos da Unb), 1981.

_____. *Nações e Nacionalismo: Trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. O advento do Nacionalismo e sua Interpretação: os Mitos da Nação e da Classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 107-154, 2000.

GERCHUNOFF, Alberto. *Los Gauchos Judíos*. San Salvador de Jujuy: Arenal, 2003.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo (UPF), 2005.

GILBERT, Martin. *História de Israel*. Tradução de Vera Martins. São Paulo: Edições 70, 2010.

GILL, Lorena Almeida. *“Clientelchiks”: Os Judeus da Prestação em Pelotas (RS): 1920-1945*. Pelotas: Ed. Universitária, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinas: morfologia e história*. Tradução de Frederico Caroti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 15ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOLDMANN, Nahum. *O paradoxo judeu*. Tradução de Margarida Dorsman. São Paulo: Editora B'nei B'rith, 1984.

GOMES, Aura Rejane. *A Questão da Palestina e a Fundação de Israel*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2001.

GOMES, Cristina de Souza. *O revisionismo e a relação entre fato e interpretação: A teoria sobre o Holocausto nazista como exemplo da problemática da representação*. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUCRJ, Rio de Janeiro, 1999.

GONÇALVES, José Carlos. *O absoluto e o relativo: religião e ensino laico na escola judaica ortodoxa - um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2005.

GONZALES, Horácio. *O que são intelectuais*. 4ª Edição (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1984.

GREILSAMMER, Ilan. *Le sionisme*. Paris: Presses Universitaires de France/PUF, 2005.

GRIN, Monica. *Etnicidade judaica e as armadilhas da Contingência*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992.

_____. Diáspora Minimalista: A Crise do judaísmo Moderno no Contexto Brasileiro. In: SORJ, Bila (Org.). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, p. 103-124, 1997.

_____. VIEIRA, Nelson H. (Organizadores). *Experiência Cultural Judaica no Brasil. Recepção, inclusão e ambivalência*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

_____. Estudos Judaicos no Brasil: em busca de uma nova agenda. *Revista Eletrônica do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ/UFRJ)*, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 1, p. 08-10, Junho 2009. Disponível em: <http://www.niej.org.br/wp-content/uploads/2009/06/_edicao1-final_capa7.pdf> Acesso em: 17 de agosto 2009.

GRINBERG, Keila (Org.). *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRINBERG, Keila; LIMONCIC, Flavio (Org.). *Judeus cariocas*. Série Imigrantes no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Cidade Viva Editora, 2010.

GRITTI, Isabel Rosa. *A imigração judaica para o Rio Grande do Sul – a Jewish Colonization Association e a colonização de quatro irmãos*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre, 1992.

_____. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul. A Jewish Colonization e a Colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

_____. A Colonização Judaica e Polonesa na Região Norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos. (Org.). *Colonos, Colônias & Colonizadores - Aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil*. p. 47-68. Porto Alegre: Est. Edições, 2008.

GRUMAN, Marcelo. Ser doutor no país dos bacharéis: o papel da identidade étnica no processo de integração dos judeus à sociedade brasileira (1900-1940). *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, n. 73, junho/2007. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/073/73gruman.htm>> Acesso em: 05 de fevereiro 2010.

_____. Imigração judaica e relações raciais no Brasil (1880-1945). *Revista Eletrônica do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ/UFRJ)*, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 3, p. 88-112, 2010. Disponível em: <<http://www.niej.org.br/revista/Imigra%C3%A7%C3%A3o%20judaica%20e%20rela%C3%A7%C3%B5es%20raciais%20no%20Brasil%20FINAL.pdf>> Acesso em: 29 de maio 2011.

GRÜN, Roberto. Identidade e representação: os judeus na esfera política e a imagem na comunidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 26 out. 1994

_____. Construindo um lugar ao sol: os judeus no Brasil. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 353-381, 1999.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, Política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

GUCLIELMO, Antonio Roberto. *A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: Ideologia e memória nas páginas de "O Estado de São Paulo"*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1999.

GUIBERNAU, Monteserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GUILLEMIN, Henri. Prefácio. In: ZOLA, Émile. *J'accuse!: a verdade em marcha*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre/RS: L&PM, p. 7-24, 2010.

GUINSBURG, Jacó. *O Judeu e a Modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

_____. *Aventuras de uma língua errante: ensaios de literatura e teatro ídiche*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia Rio-Grandense*. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

_____. O Rio Grande do Sul. História e Imigração. In: BLUMENTHAL, Gladis Wiener (Org.) *Em Terras Gaúchas: a história da imigração judaico-alemã*. Porto Alegre: Sociedade Israelita Brasileira de Cultura e Beneficência/SIBRA, p. 27-35, 2001.

_____. Resignificações identitárias em uma comunidade étnica. *Anais do VI encontro Nacional de História Oral*. São Paulo, Associação Brasileira de História Oral, v. 1 n.1 p. 113-133, 2002.

_____. *A imigração judaica no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

_____. Imigração judaica no Rio Grande do Sul: pogroms na terra gaúcha? *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 84-91, (jan.-jun) 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/viewFile/15547/9303>>. Acesso em: 24 de outubro de 2010.

HABERMAS, Jürgen. Realizações e Limites do Estado Nacional Europeu. In: *Um Mapa da Questão Nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 297-310, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 7ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HALPERN, Josef S. *Contribuição para a História da Imprensa Judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Museu Judaico de Porto Alegre, 1999.

HEMSI, Sylvana. *Identidade judaica: um modelo paulistano liberal*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1997.

_____. *Identidade Judaica: significados e pertinência: um estudo sobre jovens judeus liberais*. Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2003.

HEINZ, Flávio M. (Org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HERZL, Theodor. *O Estado Judeu: Ensaio de uma Solução da Questão Judaica*. (Tradução de David José Perez). Rio de Janeiro: Organização Sionista Unificada do Brasil, 1947.

_____. *O Estado Judeu*. (Tradução de David José Perez). Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

HIRSCHBERG, Alice Irene. *Desafio e resposta: a história da Congregação Israelita Paulista desde a sua fundação*. São Paulo: Congregação Israelita Paulista, 1976.

HISTÓRIAS DE VIDA: Imigração Judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, s/d. v. 1

HISTÓRIAS DE VIDA: Imigração Judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, 1992. v. 2

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Organizadores). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina C. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, Mito e Realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. 24ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOJDA, Edith Gross. *Imigração dos poloneses em São Paulo (1925-1940)*. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

_____. *Escola Judaica: integração social e preservação cultural (1937-1972)*. Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2006.

HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IASNOGRODSKI, David. *Obrigado Porto Alegre*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2000.

_____. *Meu Bom Fim Brasileiro*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2002.

IOLOVITCH, Marcos. *Numa Clara Manhã de Abril*. 2ª ed. Porto Alegre: Movimento e Instituto Cultural Marc Chagall, 1987.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Itajaí: UNIVALI, 2004.

JARDIM, Denise Fagundes (Org.). *Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP, 2004.

_____. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003)*. São Paulo: UNESP, 2007.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JULLIARD, Jacques. A Política. In. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org). *História: Novas Abordagens*, p. 180-196, 4ªed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

KAUFMAN, Tânia Neumann. *A Presença Judaica em Pernambuco. Passos Perdidos, História Recuperada*. (Tese de Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 1998.

_____. *Passos Perdidos – História Recuperada. A Presença Judaica em Pernambuco - Brasil. 4ª edição*. Recife: Ensol, 2005.

KEMEL, Cecília. *Sírios e libaneses. Aspectos da identidade árabe no sul do Brasil*. Santa Cruz: Edunisc, 2000.

KINOSHITA, Dina Lida. O ICUF como uma rede de intelectuais. *Revista Universum*, Universidad de Talca, Chile, n. 15, p. 377-398, 2000.

KLEINAS, Alberto. Gênese e trajetória da esquerda judaica não-sionista paulistana (Jugund Club e Casa do Povo). In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade*. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro; Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, p. 245-266, 2004.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas trevas: O embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Dissertação (Mestrado em História). - Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Rio de Janeiro, 2001.

KREBS, Débora T. *Representações da Cidade, visões do cotidiano: Porto Alegre e os imigrantes judeus no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 1999.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros, Bauru/ SP: EDUSC, 2002.

KUPERMAN, Esther. ASA – Gênese e trajetória da esquerda judaica não sionista carioca. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 28, setembro de 2003. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/028/28ckuperman.htm> Acesso em: 02 fevereiro 2009.

_____. ASA – Gênese e trajetória da esquerda judaica não sionista carioca. In: *Anais do III Encontro Nacional do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro: história, memória e identidade*. Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro; Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, p. 227-244, 2004.

KURTZ, Adriana Schryver. O destino da memória das vítimas da Shoah na cinematografia de um mundo administrado. (Tese de Doutorado). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Comunicação e Informação. Porto Alegre, 2007.

LARGMAN, Esther Regina. *Judeus nos trópicos*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2003.

_____. A comunidade judaica da Bahia. In: *Morasha*, Edição n. 36 - Março de 2002. Disponível em: <http://www.morasha.com.br/conteudo/ed36/com_bahia.htm> Acesso em: 24 de julho 2011.

LAQUEUR, Walter. *A History of Zionism. From the French Revolution to the Establishment of the State of Israel*. New York: Schocken Books, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE FILHO, Solidonio. *Os judeus no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite, 1923.

LEMLE, Alfred. *Henrique Lemle: o homem que gostava da gente*. Rio de Janeiro: Imago, Editora 1998.

LEMLE, Henrique. *O Judeu e seu Mundo*. Rio de Janeiro: Editora B'nai B'rith, 1967.

LESSER, Jeffrey. Bem-vindo aos indesejáveis: a dupla imagem de judeus no Brasil nos anos 30. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, Vol. 19, n. 1, p. 5-11, jul. 1993.

_____. Imigração e mutações conceituais de identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 28, p. 121-150, 1994.

_____. *O Brasil e a Questão Judaica. Imigração, Diplomacia e Preconceito*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1995.

_____. *A Negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LEWIS, Sylvia. Zionism for the XXI century. In: *Na'amat Woman/USA*, n. 2, 1997.

LIA, Cristine Fortes. *Bons Cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, Porto Alegre, 2003.

LIMA, Isabela Andrade de. *Negociando Identidades. Os Fatores políticos e a re-significação da identidade judaica: o caso da comunidade de Pernambuco*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2004.

LINS, Wagner Borges de Almeida. *Estrela minguante: Memória e resignificação do judaísmo no interior do Estado do Pará*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2004.

_____. *A mão e a luva: Judeus marroquinos em Israel e na Amazônia; similaridades e diferenças na construção das identidades étnicas*. (Tese de Doutorado), - PPG em Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas do Depto de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 2010.

LIPINER, Elias. *Breve História dos Judeus no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblos, 1962.

LISSOWSKY, Alexandre. *2000 Anos Depois. O Renascimento de Israel*. Rio de Janeiro: Companhia Gráfica Lux, 1967.

LEVIN, Elena. *Historias de una emigración (1933-1939). Alemanes judíos en la Argentina*. 2ª Ed. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1997.

LEWIN, Helena (Org.). *Judaísmo - Memória e identidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

_____. (Org.). *Identidade e cidadania: como se explica o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, 2005.

_____. (Org.). *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, 2007.

_____. Judeus portugueses no Brasil. *Boletim ASA*, n. 99, mar-abr/2006. Disponível em: <<http://www.asa.org.br/frameboletim.htm>> Acesso em: 04 de fevereiro 2008.

_____. (Coord.). *Judaísmo e globalização: espaços e temporalidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

LEYSER, Mario Ciro. *O rufar dos tambores malignos*. Porto Alegre: EST Edições, 2008.

LIMONCIC, Flávio. *Dois judeus, três opiniões: sionismo e memórias*. Trabalho de Final de Curso História do Brasil na Primeira República, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

LOTTMAN, Herbert R.. *A dinastia Rothschild: a trajetória da grande família de banqueiros ao longo de dois séculos*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LOZINSKY, Saádio. *Memórias da imigração. Reminiscências e reflexões*. Tradução de Milton Scaler. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 1997.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-154, 2005.

LUCENA, Isabela Moreira de. *Resiliência, judaísmo e cultura organizacional. Inter-relações e reflexões*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2003.

LUDERMIR, Rosa Bernarda. *Um lugar judeu no Recife: A influência de elementos culturais no processo de apropriação do espaço urbano do bairro da Boa Vista pela imigração judaica na primeira metade do século XX*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). – Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2005.

LUZ, Márcio Mendes da. *Abençoados aqueles que vêm: imigração e beneficência judaica em São Paulo (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas/SP, 2011.

MAIO, Marcos Chor; CALAÇA, Carlos Eduardo. Cristãos-novos e judeus: um balanço bibliográfico sobre o anti-semitismo no Brasil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 49, p. 15-50, 1º semestre de 2000.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild, nem Trotsky: O pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

MALAMUD, Samuel. *Do Arquivo e da Memória: Fatos, personagens e reflexões sobre o sionismo brasileiro e mundial*. Rio de Janeiro: Bloch, 1983.

_____. *Escalas no Tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. *Recordando a Praça Onze*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1988.

_____. *Documentário. Contribuição à Memória da Comunidade Judaica Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. *A Segunda Guerra Mundial na visão de um judeu brasileiro*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1997.

MALRAUX, Clara. *La civilización del kibbutz*. Barcelona: Editorial Labor, 1968.

MARGULIES, Marcos. *Iudaica brasiliensis*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1974.

_____. *Do racismo ao sionismo. Uma análise conceitual*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.

MARX, Karl; ENGELS; Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. *A questão judaica*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2005. [Escrito em 1843 e publicado no ano seguinte]

MASSOULIÉ, François. *Os conflitos do Oriente Médio*. São Paulo: Ática, 1996.

MATEO, José. *Población, parentesco y red social en la frontera. Lobos (provincia de Buenos Aires) en el siglo XIX*. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, GIHRR, 2001.

MATTA, Roberto da. *A casa & a rua*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MAYER, Renato. A língua cercada. *Boletim ASA*, n. 75, mar-abr/2002. Disponível em: <<http://www.asa.org.br/frameboletim.htm>> Acesso em: 04 de fevereiro 2008.

MEDOFF, Rafael. *Militant Zionism in América: the rise and impact of Zionism the Jabotinsky movement in the United States, 1926-1948*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2002.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado procedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política. *História Unisinos*, n. 8, v.7, p. 11-55. Jul.- Dez., 2003.

METZGER, Martin. *História de Israel*. São Leopoldo: Sinodal, 1989.

MILGRAM, Avraham. O proto-sionismo no Brasil no início do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 155 (n. 384), p. 622-631, jul./set., 1994.

_____. Reflexões sobre o sionismo e Israel. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 8-14, (jan.-jun) 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/9591/5555>> Acesso em: 12 de maio 2010.

_____. (Org.). *Fragmentos de memórias*. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

MIZRAHI, Rachel. *As Primeiras Comunidades Judaicas do Oriente Médio em São Paulo e no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em História Social). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2000.

_____. *Imigrantes Judeus do Oriente Médio: São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

MORIN, Edgar. *O mundo moderno e a questão judaica*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

MONSMA, Karl. *Histórias de violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas*. In: XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000; 29º ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS, 2002.

MOUTOUKIAS, Zacarias. *Narración y análisis en la observación de vínculos y dinámicas sociales: el concepto de red personal en la historia social y económica*. In: BJERG, María & OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA - IEHS, p. 221-241, 1995.

MUNIZ, Aristóteles Veloso da Silva. *Processo de identificação: um estudo de caso da Comunidade Judaica do Recife e sua relação com o Estado de Israel*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2008.

NASCIMENTO, Ariel Elias do. *A comunidade judaica de Campinas: franceses, russos e poloneses (1870-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas/SP, 2002.

NATHAN BIRNBAUM. *Jewish Virtual Library*. Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/biography/Birnbaum.html>> Acesso em: 02 nov. 2009.

NETO, Sydenham Lourenço. *Imigrantes judeus no Brasil, marcos políticos de identidade*. In: *Locus: revista de história*, Juiz de Fora/MG. v. 14, n. 2. p. 223-237, 2008.

NEUBERGER, Benyamin. *O Sionismo*. Jerusalém: Centro de Informação de Israel, 1995.

NICOLAIEWSKY, Eva. *Israelitas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Garatuja, 1975.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p 07-28, dez. 1993.

NOVAIS, Adauto (Org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

NUNES, Edson. *A gramática Política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Brasília, DF: ENAP, 2003.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. Modelos de liderazgo em comunidades emigradas. Algumas reflexiones a partir de los españoles em América. In: BERNASCONI, Alicia, FRID, Carina. *De la Europa a las Américas: dirigentes y liderazgos (1880-1960)*. Buenos Aires: Biblos, p. 17-41, 2006.

OLIC, Nelson Bacic. *Oriente Médio: uma região de conflitos*. São Paulo: Moderna, 1991.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

OLIVEIRA, Luciana Souza de. A fala dos passos: Imigração e construção de espaços judaicos na cidade do Natal (1919-1968). (Dissertação de Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal, 2009.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

Os Protocolos dos Sábios de Sião. Texto completo e apostilado por Gustavo Barroso. Porto Alegre: Revisão, 1991.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia (Org.). *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PEREIRA, Irene Maria Gonçalves. *Lembranças, esquecimentos e documentos: Ginásio Israelita Brasileiro Chaim Nachman Bialik e o enraizamento de um grupo judeu na cidade de São Paulo (1943-1955)*. Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2006.

PEREZ, Lea Freitas. *A diferença: um estudo das representações sobre a identidade de um grupo de judeus de Porto Alegre*. (Dissertação de Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 1985.

PFEFFER, Renato Somberg. *Vidas que sangram história: a comunidade judaica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

PINKUSS, Fritz. *Estudar, ensinar, ajudar. Seis décadas de um rabino em dois continentes*. São Paulo: Livraria Cultura Editora, 1989.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Pássaros da Liberdade: Jovens judeus sionistas socialistas; rapazes e moças do Movimento Dror (1945-1960)*. (Tese de Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas/SP, 1999.

_____. *Pássaros da Liberdade: Jovens, Judeus e Revolucionários no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____ (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, Jaime. *Origens do Nacionalismo Judaico*. São Paulo: Hucitec, 1978.

PINTO, Ivonete. *Samovar nos Trópicos*. Porto Alegre: Artes & Ofício, 2003.

POLIAKOV, Léon. *Do Anti-Sionismo ao Anti-Semitismo*. Perspectiva: São Paulo, 2000.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos (Memória)*. v. 2, n.3, p. 03-15, Rio de Janeiro: 1989.

_____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. v.5, n. 10, p. 200-212, Rio de Janeiro: 1992.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyene (Orgs.). *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PÓVOA, Carlos Alberto. Os Judeus em Uberlândia e Uberaba: uma contribuição à Geografia Cultural. (Dissertação de Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia/Universidade de Federal de Uberlândia (IGUFU), Uberlândia, 2001.

_____. *A territorialização dos judeus na Cidade de São Paulo- SP: a migração do Bom Retiro ao Morumbi*. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

_____. *A territorialização dos judeus na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Humanitas, 2010.

PRISZKULNIK, Esther. *O teatro ídiche em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1997.

RABKIN, Yakov M. *Judeus contra judeus: a história da oposição judaica ao sionismo*. Tradução de Miriam Xavier de Oliveira. Cotia/SP: Acatu, 2009.

RAMANZINI, Juliana. *O Movimento Sionista: dos precursores ao sionismo político de Theodor Herzl*. (Trabalho de Conclusão) - Curso de Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2001.

RAPHANELLI, Noely Zuleica Oliveira. *Judeus de Sorocaba: Um resgate histórico*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1997.

RATTNER, Henrique. *Tradição e Mudança. A Comunidade Judaica em São Paulo*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

_____. *Israel e Paz no Oriente Médio*. São Paulo: Nobel, 2008.

REIN, Raanan. *Argentina, Israel y los judios. Encuentros y desencuentros, mitos y realidades*. Buenos Aires: Ediciones Lumiere, 2001.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RENASCENÇA 75 ANOS (1992-1997). Sociedade Hebraico-Brasileira Renascença: São Paulo, 1997. (Biblioteca AHJB).

RÉMOND, René. *O século XIX, 1815-1914. Introdução à História de Nosso Tempo*. São Paulo: Cultrix, 1974.

_____. RÉMOND, René. Por que a história política? In: *Estudos Históricos*, v. 7, n. 13, p. 7-19, jan./jun. Rio de Janeiro, 1994.

_____. (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. A Igreja católica no século XX ante os fanatismos e as intolerâncias. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise (Dir.). *A Intolerância*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Paula. *Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)*. (Tese de Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP, São Paulo, 2008.

ROUCHOU, Joelle Rachel. *Noites de verão com cheiro de jasmim: memórias de judeus do Egito no Rio de Janeiro - 1956/57*. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). - Universidade de São Paulo/USP. São Paulo, 2003.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do Jornalismo*. 3ª Edição. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SÁ, Men de. *A politização do Rio-Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SACHAR, Howard M. História de Israel I. Da Ascensão do Sionismo ao Nosso Tempo. In: *Enciclopédia Judaica*. vol. 3. Tradução de Júlio César Castagnon Guimarães e Elias Davidovich. Rio de Janeiro: A. Koogan Editor, 1989.

_____. História de Israel I. Da Ascensão do Sionismo ao Nosso Tempo. In: *Enciclopédia Judaica*. vol. 4. Tradução de Heloísa Villella e Léa Maria Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: A. Koogan Editor, 1989.

SALEM, Helena. *O que é a questão Palestina*. 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O navegador das Estrelas*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUCRJ, Rio de Janeiro, 1996.

SAND, Shlomo. *A invenção do povo judeu: da Bíblia ao sionismo*. Tradução Eveline Bouteiller. São Paulo: Benvirá, 2011.

SANTANA, Carlos Ribeiro. *O Brasil e o Conflito árabe-israelense-palestino (1947-2005)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). – Universidade de Brasília/UnB, Brasília/DF, 2005.

SANTOS, Maria Medianeira dos. *As trajetórias profissionais dos judeus de Phillipson: colonos, clientelchiks e comerciantes*. (Monografia de Especialização em História do Brasil) - Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM. Santa Maria, 2008.

_____. *A territorialidade judaica em Santa Maria/RS: uma contribuição à geografia cultural*. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria/RS, 2009.

SANTOS, Norma Breda dos. (Org.). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/UnB, 2000.

_____. O Brasil e a questão israelense nas Nações Unidas: da criação do Estado de Israel, ao pós(?) sionismo, p. 19-70. In: SANTOS, Norma Breda dos. (Org.). *Brasil e Israel: Diplomacia e Sociedades*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/UnB, 2000.

SARTRE, J. P. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difel, 1965.

SCHEINBEIN, Cássia. *Línguas em extinção: o hakitia em Belém do Pará*. (Dissertação de Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM, Belo Horizonte, 2006.

SCHILLING, Voltaire. *Ocidente X Islã. Uma história do conflito milenar entre dois mundos*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

SCHLESINGER, Hugo. *Pequeno ABC do pensamento judaico*. São Paulo: Editora B'nai B'rith, 1969.

_____. *Judaica brasiliensis: repertório bibliográfico das publicações relacionadas com a judaísmo e questões afins*. Vol. 2. São Paulo: Editora Federação Israelita do Estado de São Paulo/FISESP, 1984.

_____. Un modelo para recrear la vida judía Historiografía de la presencia de los judíos en Brasil. In: RUMBOS, en el judaísmo, el sionismo e Israel. n. 17-18, Jerusalém/Israel, Alfa, Departamento de Publicaciones de la OSM, p. 167-176, 1986.

_____. *Judaica brasiliensis: 1984 – 1988*. Vol. 3. São Paulo: Editora Federação Israelita do Estado de São Paulo/FISESP, 1989.

SCHOENMAN, Ralph. *A História oculta do sionismo. A verdadeira história da formação do Estado de Israel*. São Paulo: Sundermann, 2008.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Produção de sentidos e construção de identidade judaica em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Florianópolis, 2006.

SCHVARTZMAN, Gabriel Steinberg. *A montanha Azul de Meir Shalev: uma leitura pós-sionista da sociedade israelense*. (Tese de Doutorado), PPG em Língua Hebraica, Literatura e Culturas Judaicas do Depto. de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças, Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWEIDSON Jacques. *Judeus de Bombachas e Chimarrão*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Salamandra, 1988.

_____. *Saga Judaica na Ilha do Desterro*. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 1989.

SCHULMAN, Sara. As primeiras escolas judaicas do Paraná IV. *Visão Judaica*, n. 57, Maio de 2007, Edições online. Disponível em: <<http://www.visaojudaica.com.br/Maio2007/artigos/5.html>> Acesso em: 04 de junho 2009.

SCLIAR, Moacyr. *A Condição Judaica*. 2ª Edição. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. *Caminhos da Esperança: a presença judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Instituto Cultural Marc Chagall, 1990.

_____. *Judaísmo: Dispersão e Unidade*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *O Centauro no Jardim*. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SELIGMAN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2003.

SELTZER, Robert M. Povo Judeu, Pensamento Judaico I. A Experiência Judaica na História. In: *ENCICLOPÉDIA JUDAICA*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.

SEREBRENICK, Salomão. *Breve história dos judeus no Brasil (1500 a 1900)*. Rio de Janeiro: Edições Biblos, 1962.

SEYFERTH, Giralda. Etnia. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986a. p. 435-436.

_____. Grupo Étnico. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986b. p. 530-532.

SHOHAT, Ella. Os sefaraditas em Israel: o sionismo do ponto de vista das vítimas judaicas. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 117-136, Nov. 2007.

SIDEKUM, Antonio, GRÜTZMANN, Imgart, ARENT, Isabel Cristina (Org.). *Campos múltiplos: identidade, cultura e história. Festschrift em homenagem ao prof. Arthur Blásio Rambo*. São Leopoldo: Nova Harmonia/Oikos, 2008.

SILVA Jr. Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS: Porto Alegre, 2005.

SILVA, Adelgício José da. *O imigrante judeu na obra de Érico Veríssimo e seu papel na formação da sociedade*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Cultura e Literatura Judaica do departamento de Letras Orientais da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

SILVA, Edilson Adão Candido. *Formação territorial do Oriente Médio: A Gênese das fronteiras (1878-1945): Breve ensaio de Geografia Política – Uma reconstituição bibliográfica*. Dissertação (Mestrado em Geografia humana). - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2000.

SILVA, Lucy Gabrielli Bonifácio da. *A estrela vermelha de Davi: imigração judaica do leste europeu (São Paulo, décadas de 1920 e 1930)*. (Dissertação de Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo, 2010.

SILVA, Maria Amélia de Moraes e. *A educação judaica em Pernambuco na interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2006.

SILVA, Nayme Marlene Nemmen da. *A presença judaica em Passo Fundo: século XX*. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/UPF, Passo Fundo/RS, 2002.

SILVA, Telma Domingues da. *Referências de leitura para o leitor brasileiro na imprensa escrita*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas/SP: Pontes, 1998. p. 171-187.

SILVA, Valéria Alvarenga Taumaturgo. *Comunidade Judaica do Recife – Possibilidades e entraves ao diálogo intra-religioso entre judeus asquenazes, sefardes e messiânicos: o que os distancia e o que os une*. (Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco/UCPE, Recife, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLAVUTZKY, Abrão (Org.) *A paixão de ser: depoimentos e ensaios sobre a identidade judaica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1998.

SLAVUTZKY, Abrão. (Coord.) *O dever da memória: o levante do gueto de Varsóvia*. Porto Alegre: AGE/ Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 2003.

SMITH, Anthony D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SMOLENSKY, Eleonora Maria; JARACH, Vera Vigevani. *Tantas voces, una historia. italianos judíos en la Argentina. 1938-1948*. Buenos Aires: Temas Grupo Editorial, 1999.

SOARES, Jurandir. *Israel x Palestina: as raízes do ódio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. *Oriente Médio: de Maomé à Guerra do Golfo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

SOCHACZWSKI, Monique. O veto brasileiro ao sionismo e o “pragmatismo responsável” do governo Geisel, p. 559-575. In: LEWIN, Helena (Org.). *Identidade e cidadania: como se explica o judaísmo brasileiro*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Edição (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIBELMAN, Guilherme. *Memórias de Philippson*. São Paulo: Canopus Editora, 1984.

SORJ, Bila (Org.). *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica. In: BONDER, Nilton; SORJ, Bernardo. *Judaísmo para o século XXI: o rabino e o sociólogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 141-163, 2001.

_____. Diáspora, judaísmo e teoria social. In: GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H. (Orgs.). *Experiência Cultural Judaica no Brasil. Recepção, inclusão e ambivalência*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 53-80, 2004.

_____. *A nova sociedade brasileira*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. *Judaísmo para todos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2009a.

_____. O campo elusivo dos estudos judaicos latino-americanos. *WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 94-99, (jan.-jun) 2009b. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/9770>>. Acesso em: 12 de maio 2010.

_____. *Judaísmo para todos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Vai embora da Casa de teus pais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SOUZA, J. P. Coelho de *Denúncia: o Nazismo nas escolas do Rio Grande*. Porto Alegre: Editora Thurmman, 1941.

SPITZER, Leo. A jornada ascendente, a jornada para o mundo externo: a assimilação no século da emancipação. In: GRIN, Monica; VIEIRA, Nelson H. (Orgs.). *Experiência Cultural Judaica no Brasil. Recepção, inclusão e ambivalência*. Rio de Janeiro: Topbooks, p. 19-52, 2004.

STONE, Lawrence. Prosopography, *Daedalus*, Vol. 100, n. 1, p. 46-79, 1971.

SUNDFELD, Roberta Alexandr (Coord.). FISESP 50 ANOS: uma trajetória coletiva. São Paulo: R. A. Sundfeld, 1996.

SZUCHMAN, Esther. *Identificação/identidade: Linguagem, história e Memória na condição judaica. Dissertação* (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

TELO DA CÔRTE, Andréa. A ADAF e a memória dos judeus progressistas de Niterói – 1922 - 2005, p. 125-138. In: LEWIN, Helena (Org.). *Judaísmo e modernidade: suas múltiplas inter-relações*. Rio de Janeiro: PEJ/UERJ, 2007.

_____. Fragmentos da Esquerda Judaica em Niterói – 1910 – 1960, p. 253-268. In: HECKER, Alexandre; MARTINS, Ismênia de lima Martins (Orgs.). *E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

TERDIMAN, Esther Wajskop. *Imprensa iídiche em São Paulo: Vivência e dinamismo – San Pauler Iídiche Tsaitung (A gazeta israelita de São Paulo) 1937*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1997.

TÉTARD, Philippe. *Pequena História dos Historiadores*. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

THIESSE, Anne-Marie. *La Création des identités nationales: Europe XVIII-XX*. Paris: Seuil, 1999.

_____. Ficções Criadoras: as identidades nacionais. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 15, p. 7-24, 2001/2002.

TILL, Rodrigues. *Os judeus no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná*. 2ª Edição. Porto Alegre: R.T./Evangraf, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TOPEL, Marta F. *Jerusalém & São Paulo: A nova ortodoxia judaica em cena*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2005.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios. Sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TRZONOWICZ, Alberto Samuel Milkewitz. *Ledor Vador: Construindo identidades judaicas de geração em geração (estudo exploratório de casos de família e escolas judaicas em São Paulo)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 2006.

TSUR, Jacob. *A Epopéia do Sionismo*. Rio de Janeiro: Documentário, 1977.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza. *O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. (Org.). *Minorias Silenciadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.

_____. *O Veneno da Serpente*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

UMBELINO, Aleksandra Lavor Serbim. *O shabat e a conservação do judaísmo. O Sétimo Dia Faz Renascer a Quintessência e a Partícula elementar do Universo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2003.

VAIL, John J. *Ben Gurion. Os Grandes Líderes*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

VELTMAN, Henrique. *A história dos judeus em São Paulo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

_____. *A história dos judeus no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.

VERBA, Arão. *Resgatando a Memória da Primeira Imigração Judaica para o Rio Grande do Sul – Colônia Philippson. 1904*. Porto Alegre: Evangraf Ltda., 1997.

VERISSIMO, Érico. *Israel em Abril*. 8ª Edição. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Editora Globo, 1978.

VERMEVLEN, Hans; GOVERS, Cora (Orgs.). *Antropologia da Etnicidade*. Para Além de Ethnic Groups and bondaires. Lisboa: Fim de Século, Edições Lisboa, 2003.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª Edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

VILELA, Ney. *Irmãos inimigos - judeus e palestinos lutam por Jerusalém*. 2ª Edição atualizada. São Carlos: Rima, 2004.

VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de etnicidade na obra de Fredrik Barth. *Mana*, vol. 10, n. 1, Rio de Janeiro, UFRJ, p. 165-191, 2004.

VITAL, David, *The Origins of Zionism*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

_____. *Zionism: The Formative Years*. Oxford: Oxford University Press, 1982.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

VOLOCH, Adão. *O Colono Judeu-Açu*. Romance da colônia de Quatro Irmãos - Rio Grande do Sul. São Paulo: Edições Novos Rumos, 1984.

WAINBERG, Jacques A. (Coord.). *Cem anos de amor: a imigração judaica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 2004.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver; memórias de um repórter*. 9ª Edição. Org. e editoração de Augusto Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1987.

WALDMAN, Berta. *O teatro ídiche em São Paulo*. São Paulo: Casa Guilherme de Almeida; Annablume, 2010.

WALDMAN, Maurício (Org.) *Política das Minorias: O Caso dos Judeus no Brasil*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

WASSEMAN, C. Nacionalismo: origem e significado em Sérgio Buarque de Holanda, Samuel Ramos e Ezequiel Martínez Estrada. *Revista Universum*, Universidad de Talca, Chile, n. 18, p. 305-321, 2003.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. *Dimensões – Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. n. 18, p. 236-250, 2006.

_____. Fontes cruzadas. Texto apresentado no *IX Encontro Estadual de História*, promovido pela ANPUH/RS e realizado em Porto Alegre no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nph/arquivos/Regina%20Weber%20-%20Fontes%20Cruzadas.pdf>> Acesso em: 10 de junho 2010.

_____. Galegos no sul do Brasil: alternativas na América. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 31, p. 83-109, jul. 2010.

WEINBERG, Marie Felice. *Histórias Recontadas: imigrantes judias empresárias em São Paulo (1945-1956)*. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Culturas Judaicas do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

WEINBERG, Robert. *Le Birobidjan 1928-1996: L'histoire oubliée de "l'Etat juif" fondé par Staline*. Paris: Ed. Autrement, 2000.

WEIZMANN, Chaim. *Israel: do sonho à realidade. Autobiografia de Chaim Weizmann*. Tradução de Noé Gertel. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A./IBRASA, 1969.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. *Montanhas que furam as nuvens! Imigração polonesa em Áurea-RS (1910-1945)*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2002.

WIAZOVSKI, Taciana. *Bolchevismo e judaísmo: a comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

_____. *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*. São Paulo: Humanitas, 2008.

WOLFF, Egon; WOLFF Frieda. *Guia histórico da comunidade de São Paulo. XX*. São Paulo: Editora B'nei B'rith, 1988.

WOLFF, Egon; WOLFF Frieda. *Perfis do século XX*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1990.

ZOLA, Émile. *J'accuse!: a verdade em marcha*. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre/RS: L&PM, 2010.

ZWEIG, Stefan. *Brasil um país do futuro*. Tradução de Kristina Michahelles. Prefácio de Alberto Dines. Porto Alegre: L&PM, 2008.

B) DOCUMENTOS PRIMÁRIOS:

ACERVO JACOB SCHNEIDER, (acervo formado por 05 caixas) Cx. 01 (FP0004) Fundos Pessoais (FP) - AHJB.

Atas das Reuniões da diretoria da Unificada, ata de 02 de agosto de 1946, ORGANIZAÇÃO JUVENIL SIONISTA UNIFICADA – Curitiba, Fundos Institucionais (FI) - AHJB.

Atas das Reuniões da diretoria da Unificada, ata de 18 de agosto de 1946, ORGANIZAÇÃO JUVENIL SIONISTA UNIFICADA – Curitiba, Fundos Institucionais (FI) - AHJB.

Atas das Reuniões da diretoria da Unificada, ata de 25 de agosto de 1946, ORGANIZAÇÃO JUVENIL SIONISTA UNIFICADA – Curitiba, Fundos Institucionais (FI) - AHJB.

Ata da Assembléia Geral dos Representantes das Associações Israelitas de São Paulo, 23 de dezembro de 1946. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

Ata da Reunião extraordinária do Conselho Geral da Federação Israelita do Estado de São Paulo, 15 de maio de 1947. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

Ata da Sessão do Conselho Geral da Federação Israelita do Estado de São Paulo, 22 de dezembro de 1947. *Livro de Atas (Conselho)*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Atas e relatórios. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

COLEÇÃO SAMUEL MALAMUD. Documentos, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ).

DIEGUES JÚNIOR, Manoel. *Curso técnico de colonização do Departamento Administrativo do Serviço Público sobre aculturação de grupos europeus-judeus, ciganos, sírios, libaneses, chineses e japoneses*. Manuscrito. Série: PI – produção intelectual. Arquivo: Artur Hehl

Neiva (AHN), 1949 (11 folhas). Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/ CPDOC), Rio de Janeiro/RJ.

INVENTÁRIO SUMÁRIO DO FUNDO DR. ALFRED HIRSCHBERG. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB). São Paulo, 1989.

Manuscrito. *Série*: Correspondência política (CP). Arquivo Oswaldo Aranha (OA), 12.01.1943. (1 folha. Microfilmagem: rolo 22 fot. 72). Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/ CPDOC), Rio de Janeiro/RJ.

Manuscrito. *Série*: pi - Produção intelectual, Arquivo: Gustavo Capanema (GC), 1948 (2 folhas, *Microfilmagem*: rolo 10 fot. 288 a 290). Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV/ CPDOC), Rio de Janeiro/RJ. Resumo: "O Estado Judaico: seus antecedentes e suas razões". Artigo extraído do jornal "Diário Trabalhista".

ORGANIZAÇÃO SIONISTA UNIFICADA DO BRASIL. Cx. 08 Coleções Arquivísticas Institucionais (CI 0007) - AHJB.

ORGANIZAÇÃO SIONISTA UNIFICADA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cx. 01 Coleções Arquivísticas Institucionais (CI 0006) - AHJB. [Coleção com 4 caixas documentos de 1949 à 1998]

Pasta 512, setor Diversos, Fundo Desps, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Sociedade Hebraico Brasileiro Renascença. *Relatórios anuais* (Cód. F371) Caixa 12, pasta 01. Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

Terceira Convenção Territorial, São Paulo, 01 a 05 de novembro de 1956. *Atas e relatórios*. Cx. FI0004, Federação Israelita do Estado de São Paulo (FISESP), Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB).

C) FONTES ORAIS:

AINHORN, Isaac. Entrevista n. 294. 0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 13/04/1990.

BAS, Isaak. Entrevista n. 311. 0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 01/08/1990.

BERGER, Dora. Entrevista n. 400. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 21/06/1991.

CARO, Herbert. Entrevista n. 098.0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, depoimento concedido nos dias 05 e 20/07/1988.

CUPERSTEIN, Samuel. Entrevista n. 260. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 1989.

EIZIRIK, Moysés. Entrevista n. 290. 0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 14/03/1990.

EIZIRIK, Moysés. Entrevista concedida à Ieda Gutfreind. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - Núcleo de Estudos e de Integração de Pesquisa em História Oral (NEIPHO). São Leopoldo, 16/08/2000.

HALPERIN, Jacob. Entrevista n. 351. 0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 14/12/1990.

HALPERN, Josef Szulin. Entrevista n. 014. 0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 1987 e complementação em 06/01/1988.

IOSCHPE, Frida. Entrevista n. 342. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 28/11/1990.

LESSER, Jeffrey e WOLFF, Bernhard. Entrevista n. 152.0 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 19/11/1987.

MALTZ, Jaime. Entrevista n. 389.0 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 23/05/1991.

MILMAN, Gildo. Entrevista n. 404. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 26/09/1991.

_____. Entrevista concedida à Ieda Gutfreind. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) - Núcleo de Estudos e de Integração de Pesquisa em História Oral (NEIPHO). São Leopoldo, 2001.

OLIVEN, Klaus. Entrevista n. 109.0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 20/09/1988.

OLIVEN, Klaus e OLIVEN, Zeldi. Entrevista n. 109.1. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 1987.

OLIVEN, Zeldi. Entrevista n. 110.0 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 20/09/1988.

_____. Entrevista n. 110.1 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 20/09/1988.

_____. Entrevista n. 110.2 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 07/11/1990.

PHILIPSON, Jacob. Entrevista n. 260. Núcleo de História Oral do AHJB. São Paulo 27/03/1997.

PINKUS, Fritz (Rabino). Entrevista n. 13. Núcleo de História Oral do AHJB. São Paulo, 16/03/1992.

PLATCHEK, Salomão. Entrevista n. 033. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, Janeiro de 1987.

RISCHBERG, Eva. Entrevista n. 25. Núcleo de História Oral do AHJB. São Paulo 12/10/1989.

ROSENBLATT, Maurício. Entrevista n. 079.0 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, Novembro de 1987.

SCHAMES, Léo. Entrevista n. 365.0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 18 e 25 de março de 1991.

SELIGMAN, Eugênia. Entrevista n. 274. 0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 17/08/1989.

SIMINOVICH, Berta. Entrevista n. 334. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 03/11/1990.

STEIN, Carlos. Entrevista n. 370. 0. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 10/04/1991.

TRZMIELINA, Salomão. Entrevista n. 153. Núcleo de História Oral do AHJB. São Paulo 09/07/1994.

TURKIENICZ, Israel. Entrevista n. 176. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 28/01/1987. Entrevistadora: Tânia Wolff

WAINSTEIN, Boris. Entrevista n. 046.1. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 30/03/1988.

WAINSTEIN, Boris. Entrevista n. 046.2. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 30/03/1990.

WEILL, Kurt. Entrevista n. 96.0 Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 01/06/1989.

WEISFELD, Ida. Entrevista n. 07. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória – Projeto nossas raízes “judeus de fala e cultura alemã no Rio Grande do Sul”. Porto Alegre, 17/05/1998.

WOLFF, Bernhard. Entrevista n. 264. Acervo de História Oral do ICJMC/Depto de Memória. Porto Alegre, 17/05/1989.

D) PERIÓDICOS E PUBLICAÇÕES CONSULTADAS

A Razão - Santa Maria, 1947. (MCSHC)

A Voz da Serra - Erechim, 1995. (MCSHC)

20 AÑOS DE ACTIVIDAD SIONISTA 1948-1968. Publicado por la Organización Sionista mundial. Departamento de información. Jerusalém, 1986. (PUCRS)

A Voz Sionista. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 01, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1947. (AHJB)

A Voz Sionista. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 10, Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1948. (AHJB)

A Voz Sionista. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 05, Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1948. (AHJB)

A Voz Sionista. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, n. 01, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1954. (AHJB)

A Voz Sionista. Órgão informativo da Organização Sionista Unificada do Brasil, Rio de Janeiro. (AHJB) [periódico criado no Rio de Janeiro em setembro de 1947 e extinta dois anos depois, voltando a ser editada novamente em 1954] – anos 1947-1949; 1954.

Ação e Doação. *O Campestre*. Porto Alegre, Dezembro de 1997. Reportagem Especial. (ICJMC)

AHJB. Boletim do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro. São Paulo: Northgraph Gráfica, n. 42, maio de 2010.

ALMANAQUE ISRAELITA. (Editado pelo Betar de Porto Alegre, sob a direção do departamento de divulgação da Organização Sionista Revisionista). Porto Alegre: Gráfica Oriente, 1953. (AJH - ICJMC)

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Vol. XV (abril – maio de 1948). São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951. (AHRS – Documentos da Assembléia Legislativa - AL 4.052).

ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Vol. XVI (junho de 1948). São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1951. (AHRS – Documentos da Assembléia Legislativa - AL 4.053).

Aonde Vamos?, Rio de Janeiro – período de 1943 a 1977

BEN-GURION, David. *O Despertar de um Estado*. Edições Dror. Rio de Janeiro: Monte Scopus, 1957.

BOLETIM DA ORGANIZAÇÃO JUVENIL SIONISTA UNIFICADA DO BRASIL. Setor Rio Grande do Sul n. 1, Porto Alegre, Março de 1947. (AJH - ICJMC)

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO. n. 40, São Paulo, nov. 2008-fev. 2009. (AHJB)

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO. n. 41, São Paulo, nov. 2009 - (AHJB)

CENTENÁRIO DO SIONISMO 1897-1997. Jerusalém: Centro de Informação de Israel, 1997 (ULBRA)

Correio do Povo – Porto Alegre, 1945 a 1951

CORRENTE. Publicação Oficial da WIZO Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, n. 30, maio de 2010.

Correspondência dos Governantes. Maço 182, 183 e 184 – Gabinete do Governador Walter Jobim – 1948 (AHRs).

Crônica Israelita. n. 156, São Paulo, 23 de março de 1945. (AHJB)

Crônica Israelita. n. 159, São Paulo, 07 de maio de 1945. (AHJB)

Crônica Israelita. n. 159, São Paulo, 29 de novembro de 1945. (AHJB)

CRÔNICA ISRAELITA. [Periódico Paulista editado pela CIP – Congregação Israelita Paulista] período 1940; 1941-1945.

Diário de Notícias - Porto Alegre, 1945 a 1951 (MCSHC)

Diário de Notícias – Rio de Janeiro, 1945 a 1948 (MCSHC)

Fala, Galera. *O Campestre*. Porto Alegre, Outubro de 1997. Reportagem Especial. (ICJMC).

FRIESEL, Sigue. *Bror Chail: História do movimento e do Kibutz Brasileiros*. Colaboração da Comissão do Movimento (Vaadat Hatnuá) do Kibutz Bror Chail. Jerusalém: Departamento da Juventude e do Chalutz da Organização Sionista Mundial, 1956. (PUCRS).

Folha da Tarde – Porto Alegre, 1948 (MCSHC)

HATIKVA, Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, ns. 7-9, Agosto-Setembro de 1945. (AJH - ICJMC)

HATIKVA, Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, n. 10, Novembro-Dezembro de 1945 e Janeiro de 1946. (AJH - ICJMC)

HATIKVA, Órgão Oficial do Círculo Cultural Iavné. Porto Alegre, n. 12, Abril-Junho de 1946. (AJH - ICJMC)

HORA ISRAELITA. Quarenta anos. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1986. In: Arquivo Particular Josef Szulin Halpern – ICJMC. Porto Alegre/RS. (AJH - ICJMC)

Isto é Betar! Editado pela Netzivut Betar do Brasil, s/local: 1947. Arquivo Josef Halpern (AJH) Instituto Cultural Judaico Marc Chagall, Porto Alegre/RS.

Jornal do Dia - Porto Alegre, 1948. (MCSHC)

KOL HAMAGBIT, Porto Alegre, n. 2, 12 de Outubro de 1950. (AJH - ICJMC)

KOL HAMAGBIT, Porto Alegre, n. 3, 19 de Outubro de 1950. (AJH - ICJMC)

KOL HAMAGBIT, Porto Alegre, Maio de 1951. (AJH - ICJMC)

MENORÁ, Publicação Mensal da N.O.S. (Distribuição Interna). Curitiba, n. 1, Março de 1946. (AJH - ICJMC)

Na' Amat, uma entidade de vanguarda. *O Campestre*. Porto Alegre, Julho de 1998. Reportagem Especial.

O Cruzeiro - período de 1947-1948

Observador Sionista, n. 1, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1947. (AJH - ICJMC)

Observador Sionista, n. 2, Porto Alegre, 15 de março de 1947. (AJH - ICJMC)

Observador Sionista, n. 6, Porto Alegre, Outubro de 1947. (AJH - ICJMC)

ORGANIZAÇÃO SIONISTA DO BRASIL – Setor Rio Grande do Sul. Boletim Informativo Nº 2. (Circulação Interna). Porto Alegre, Janeiro de 1946. (AEJ - ICJMC)

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DA ORGANIZAÇÃO SIONISTA UNIFICADA. Edição especial em Homenagem ao 10º Aniversário da O.S.U. 10 Anos de Organização Sionista Unificada: 1945-1955. Porto Alegre, Dez. 1955. (AJH - ICJMC)

REALIDADES DE ISRAEL. Jerusalém: Centro de Informação de Israel, 1999. (ICJMC)

Registro de intimações. Códice da Polícia do Rio Grande do Sul. Cód. 292 – Registro de indagações policiais - 4º Distrito. 1938-1950 (AHRS)

Registro de intimações Códice da Polícia do Rio Grande do Sul. Cód. 298 – Registro de indagações policiais - 4º Distrito. Março/1938 – fevereiro/1950 (AHRS)

Revista *Schalom*, n. 134, São Paulo, julho de 1976. (AHJB)

RUMBOS, en el judaísmo, el sionismo e Israel. n. 17-18, Jerusalém/Israel, Alfa, Departamento de Publicaciones de la OSM, 1986.

Seleções Sionistas, n. 5, ano III, Porto Alegre, julho-agosto, 1962 (ano judaico 5722).

Seleções Sionistas, n. 1, ano IV, Porto Alegre, setembro-outubro, 1962 (ano judaico 5723).

Zero Hora - Porto Alegre, 2009.

F) HOMEPAGES:

ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO DE PERNAMBUCO. Disponível em:
<http://www.arquivojudaicope.org.br/arquivo_judaico.php> Acesso em: 13 de maio 2010.

ARQUIVO MAARAVI: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG - Volume 1, n. 3 – outubro, 2008. Disponível em <<http://www.ufmg.br/nej/maaravi/entrevistawolff-kabalah.html>> Acesso em: 11 de jun. 2012.

ARQUIVO VIRTUAL - ARQSHOAH. Holocausto e Antissemitismo. Disponível em:
<<http://www.arqshoah.com.br/>> Acesso em: 03 maio 2010.

CENTRAL ARCHIVES ZIONIST. Disponível em:
<<http://www.zionistarchives.org.il/ZA/SiteE/pTikSeek.aspx?Page=23&Seek=P>> Acesso em: 25 de junho de 2011.

CENTRO ISRAELITA DO PARÁ. Disponível em:
<<http://www.centroisraelitadopara.com.br/>> Acesso em: 10 de maio 2010.

CENTRO ISRAELITA DO PARANÁ. Histórico do CIP. Disponível em:
<<http://www.kehila.com.br/entidades/cip/historico.htm>> Acesso em: 04 fevereiro de 2008.

CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL. Disponível em:
<<http://www.conib.org.br/sobre-a-conib.ASP>> Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO MARC CHAGALL. Disponível em:
<<http://www.cesup.ufrgs.br/marcchagall/home.html>> Acesso em: 17 de agosto 2009.

INSTITUTO HISTÓRICO ISRAELITA MINEIRO. Disponível em:
<http://www.fisemg.com.br/default.php?cont_id=11> Acesso em: 13 de maio 2010.

ESCOLA ISRAELITA BRASILEIRA SALOMÃO GUELMANN. Disponível em:
<http://www.eibsg.com.br/escola_historia.asp> Acesso em 20 de julho de 2010.

ESTUDOS JUDAICOS. Blog da Professora Cláudia Andréa Prata Ferreira. Disponível em:
<<http://estudosjudaicos.blogspot.com>> Acesso em: 03 fev. 2011.

INSTITUTO CULTURAL JUDAICO BRASILEIRO BERNARDO SCHULMAN Disponível em:
<<http://www.icjbs.com.br>> Acesso em: 10 de maio 2010.

HISTÓRIA da ARI. *Ari on-line*. Disponível em:
<<http://www.arirj.com.br/index.php/historia/>> Acesso em: 04 de fevereiro 2008.

HISTÓRIA DA ESCOLA. Centro Israelita do Paraná. Disponível em:
<<http://www.kehila.com.br/entidades/eibsg/escola.htm>> Acesso em 20 de junho 2010.

MEMORIAL JUDAICO DE VASSOURAS. Disponível em:
<<http://www.memorialjudaico.org.br/home.htm>> Acesso em: 12 jun. 2012.

MUSEU JUDAICO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em:
<<http://www.museujudaico.org.br/>> Acesso em: 02 de fevereiro 2011.

MUSEU MAÇÔNICO PARANAENSE. Disponível em:
<<http://www.museumaconicoparanaense.com/>> Acesso em: 25 de junho de 2011.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS JUDAICOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.niej.org.br>> Acesso em: 17 agosto 2009.

NÚCLEO DE ESTUDOS JUDAICOS DA UFMG. Disponível em:
<<http://www.ufmg.br/nej/modules/content/>> Acesso em: 13 de maio 2010.

ANEXOS

**ANEXO 1 –
DIRIGENTES SIONISTAS NO BRASIL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX).**

DIRIGENTES E LIDERANÇAS SIONISTAS NO BRASIL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX).						
MINAS GERAIS	AMAZONAS/PARÁ	PARANÁ	PERNAMBUCO	RIO G. DO SUL	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Abraam Chassim	A. Ribinik	Baruch Bariach (Polônia 1897- Israel,1955)	José Margalith	Abraão Milman	Aron Bergman (Rússia)	David Berezowsky
Alberto Avritzer	Eliezer Moisés Levi (Brasil, 1877)	Esther Bariach (?)		Berta Siminovich (Romênia)	Aron Neumann (Falecido no Brasil em 1971)	Fritz Pinkuss (Alemanha, 1905 – Brasil, 1994)
Isaac Coehn	José Bensimon	Júlio Stolzenberg		Ida Weisfeld	David José Perez (Brasil, 1883 - Brasil, 1970)	Horácio Lafer (Brasil/SP, 1900-1965)
Jacob Grinberg	Menassés Bensimon	Salomão Guelmann		Isaac Siminovich	Eduardo Horowitz (Lituânia, ?-?)	Issac Tabacow (falecimento em 6 de julho de 1930).
Jaime Kendler	Moysés Cohen	Yoshua Auerbach (Palestina)		Jaime Maltz (Nasceu em Pelotas/RS, 1924,)	Ephrain Schecter	Jacob Klabin Lafer (?- faleceu em outubro de 1985, aos 83 anos)
José Margalith		Bernardo Schulman (Rússia, 1887, Brasil, 1971)		Joseph Hapern (Polônia 1922-Brasil, 1998)	Henrique Lemle (Alemanha, 1909 - Brasil, 1978)	José Kauffmann
Moisés Kraiser				Josef Neumann	Isaías Raffalovitch (Polônia, 1870- Jerusalém, 1956)	Leon Feffer (Polônia 1902-1999)
Salomão Sternik				Klaus Oliven (Alemanha, 1918- Brasil, 2010)	Israel Klabin (Nasceu no Brasil em 1926)	Marcos Frankenthal (Jerusalém, 1892-Brasil, 1967)
Samuel Kalichman				Léon Back (Romênia, 1882-1967)	Israel Dines	Marcos Kaufman
				Maurício Seligman (Argentina-Brasil, 1904- 1977)	Jacob Schneider (Bessáriabia, 1887 – Brasil, 1975)	Maurício Kablin (Lituânia, falecido no Brasil, em 1923)
Total: 09	Total: 05	Total: 06	Total: 01	Total: 10	Total: 10	Total: 10

Dirigentes e lideranças sionistas no Brasil (Primeira metade do Século XX)						
MINAS GERAIS	AMAZONAS /PARÁ	PARANÁ	PERNAMBUCO	RIO G. DO SUL	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
				Moysés Eizirik (Brasil, 1919 - 2011)	Marcos Jacobovitch Polônia, 1897 – Brasil, 1979	Miguel Lafer
				Samuel Goldfeld	Max Fineberg	Moisés Kahan (1908 Polônia – Brasil 1972)
				Zeldi Oliven (Alemanha)	Menasche Halperin (Polônia, 1871 - , Brasil, 1960)	Moysés Kauffmann
				Isaac Russowsky	Samuel Malamud (Ucrânia, 1908 – Brasil, 2000)	Rafael Chachamovitz
				José Grimberg	Saádio Lozinsky (Moscou/Rússia, 1873 – Brasil, 1961)	Rafael Markman
				Miguel Weisfeld		Samuel Lafer
				Maurício Steinbruch		
				Maurício Pecis		
Total: 00	Total: 00	Total: 00	Total: 00	Total: 18	Total: 15	Total: 16

TOTAL GERAL: 70 líderes do movimento mapeados no período compreendido entre 1901 e 1950.

ANEXO 2 –

TESES DE DOUTORADO SOBRE JUDAÍSMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

42 TESES DE DOUTORADO SOBRE JUDAÍSMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO			
Título da Tese	Autor	Local e ano	Observações
Imaginários de destruição: O papel da imagem na preparação do Holocausto.	NAZÁRIO, Luiz.	São Paulo, 1994	Tese (Doutorado em História Social). – Universidade de São Paulo, USP.
Vocação do Exílio: Psicanálise e Judaísmo.	FUKS, Betty Bernardo.	Rio de Janeiro, 1997.	Tese (Doutorado em Comunicação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
Passos perdidos, história recuperada. A presença judaica em Pernambuco.	KAUFMAN, Tânia Neumann.	Recife, 1999.	(Tese de Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
Imigrações urbanas para o Brasil: o caso dos judeus.	DECOL, René Daniel.	Campinas/SP, 1999.	Tese produzida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas /UNICAMP.
Pássaros da Liberdade: Jovens judeus sionistas socialistas; rapazes e moças do Movimento Dror (1945-1960).	PINSKY, Carla Bassanezi.	Campinas/SP, 1999.	Tese de doutorado defendida na UNICAMP, abordando a história do movimento sionista socialista juvenil Dror no Brasil.
Dois Palhaços e uma Alcachofra - uma Leitura do Romance A Ressurreição de Adam Stein, de Yoram Kaniuk.	AMÂNCIO, Moacir.	São Paulo, 2000.	Tese de Doutorado – Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP.
Ética judaica e psicanálise: a idéia de homem e de regulação social.	GOBBAY, E. M. S.	Rio de Janeiro, 2000.	Tese (Doutorado em Psicologia). – Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, PUCRJ.
A escritura da resiliência: testemunhas do holocausto e a memória da vida.	JOB, José Roberto P. Pereira.	Rio de Janeiro, 2000.	Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). – Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro, PUCRJ.

As Primeiras Comunidades Judaicas do Oriente Médio em São Paulo e no Rio de Janeiro.	MIZRAHI, Rachel.	São Paulo, 2000.	Tese (Doutorado em História Social). – Universidade de São Paulo, USP.
O auto-ódio na literatura brasileiro-judaica contemporânea.	BAIBICH, Tânia Maria.	São Paulo, 2001.	Tese (Doutorado em Psicologia Social). – Universidade de São Paulo, USP.
Os filhos dos mandamentos. Uma discussão sobre a identidade judaica no contexto dos rituais de maioria 'Bar Mitzvá' e 'Bat Mitzvá'.	GALINKIN, Ana Lúcia.	São Paulo, 2001.	(Doutorado em Sociologia). - Universidade de São Paulo/USP.
Franz Kafka: Um Judaísmo na Ponte do Impossível.	MANDELBAUM, Enrique.	São Paulo, 2001.	Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). - Universidade de São Paulo/USP.
Vestígios da tradição judaica - Borges e outros rabinos.	NASCIMENTO, Lyslei de Souza.	Belo Horizonte, 2001.	Tese (Doutorado em Estudos Literários). – Universidade Federal de Minas Gerais,
Representações do judeu na cultura brasileira: imaginário e história.	SZNITER, Célia.	São Paulo, 2002.	Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). – Universidade de São Paulo/USP.
Bons Cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo (1937-1945).	LIA, Cristine Fortes.	Porto Alegre, 2003.	Tese de Doutorado defendida Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de PPGH, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC/RS.
A esquerda, o holocausto e o surgimento do estado de Israel (1938-1950).	CLEMESHA, Arlene E.	São Paulo, 2003.	Tese (Doutorado em História Econômica). - Universidade de São Paulo (USP).
Corpos de Ausências: Berlim e os monumentos a Auschwitz.	DANZIGER, Leila Maria Brasil.	Rio de Janeiro, 2003	Tese (Doutorado em História Social da Cultura). – Pontifícia Universidade Católica do RJ (PUCRJ)
Solidariedade na modernidade brasileira: Um estudo de caso sobre o empenho por justiça social de Froien Farain.	FLOMIN, Simone D.	Rio de Janeiro, 2003	Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Lucjan Korngold: A trajetória de um arquiteto imigrante.	FALBEL, Anat.	São Paulo, 2003.	Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). - Universidade de São Paulo/USP.

Framboesas e Cerejas.	GRINFELD, Fanny.	São Paulo, 2003.	Tese (Doutorado em Artes). - Universidade de São Paulo/USP.
Identidade Judaica: significados e pertinência: um estudo sobre jovens judeus liberais.	HEMSI, Sylvana.	São Paulo, 2003.	Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). - Universidade de São Paulo/USP.
Curvas no tempo: o trânsito da memória individual e coletiva em “After the Fall”, de Arthur Miller.	NOVAES, Ana Lúcia de Moura.	São Paulo, 2003.	Tese (Doutorado em Artes). – Universidade de São Paulo/USP.
Noites de verão com cheiro de jasmim: memórias de judeus do Egito no Rio de Janeiro - 1956/57.	ROUCHOU, Joelle Rachel.	São Paulo, 2003.	Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). – Universidade de São Paulo/USP.
Estados Unidos da América e Israel: Uma aliança em questão.	FELDBERG, Samuel	São Paulo, 2004.	Tese (Doutorado em Ciência Política). - Universidade de São Paulo, USP.
A construção de um Mundo: raízes germânicas e judaicas na história literária de Erich Auerbach.	LESSA, Beatriz Cepelowicz	Rio de Janeiro, 2004.	Tese (Doutorado em História Social da Cultura). – Pontifícia Universidade Católica do RJ, PUCRJ.
Ética e literatura na obra de Samuel Rawet.	KIRSCHBAUM, Saul.	São Paulo, 2004.	Tese (Doutorado em Língua Hebraica. Literatura e Cultura). - Universidade de São Paulo, USP.
Holocausto, memória e identidade social: A experiência da Fundação Shoah.	LERNER, Kátia.	Rio de Janeiro, 2004.	Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ.
Intérpretes do desassossego: memórias e marcas sensíveis de artistas brasileiros de ascendência judaica.	PERELMUTTER, Daisy.	São Paulo, 2004.	Tese (Doutorado em História Social). - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP
Auto e Heteropercepção da Comunidade Judaica.	EPELBOIM, Solange.	Rio de Janeiro, 2005.	Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Uma semiótica dos objetos traumáticos na representação do campo de concentração dos lugares comuns do Best-Seller à ótica acurada de Primo Levi.	PAIVA, Roberto do Nascimento.	São Paulo, 2005.	Tese (Doutorado em Comunicação Semiótica). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP.
A montanha Azul de Meir Shalev: uma leitura pós-sionista da sociedade israelense.	SCHVARTZMAN, Gabriel Steinberg.	São Paulo, 2005.	(Tese de Doutorado), Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP.
Primo Levi e Roberto Benigni: leituras ímpares dos campos de concentração nazistas.	ZUCCARELLO, Maria Franca.	Rio de Janeiro, 2006.	Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
Escola Judaica: integração social e preservação cultural (1937-1972)	HOJDA, Edith Gross.	São Paulo, 2006.	Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). – Universidade de São Paulo/USP.
Olhares brasileiros judaicos: a presença do judaísmo na arte brasileira contemporânea.	CARTUS, Niels.	São Paulo, 2006.	Tese (Doutorado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). – Universidade de São Paulo/USP.
Sobre condição judaica e matemática.	PACHECO, Edilson Roberto.	Rio Claro/SP, 2006.	Tese (Doutorado em Educação Matemática). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Júlio de Mesquita Filho.
A Estranha Nação de Moacyr Scliar: A ficcionalização de lugares, identidades e imaginários judaicos e brasileiros.	OLIVEIRA, L. Osório Carvalho de	Rio de Janeiro, 2006.	Tese (Doutorado em Letras). – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.
A territorialização dos judeus na cidade de São Paulo – SP: A migração do Bom Retiro ao Morumbi.	PÓVOA, Carlos Alberto.	São Paulo, 2007	Doutorado em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP, São Paulo, 2007.
Imigrantes judeus em São Paulo: a reinvenção do cotidiano no Bom Retiro (1930-2000).	CORRÊA, Ana Cláudia Pinto.	São Paulo, 2007	Tese de Doutorado realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

O destino da memória das vítimas da Shoah na cinematografia de um mundo administrado.	KURTZ, Adriana Schryver.	Porto Alegre, 2007.	Tese (Doutorado). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Comunicação e Informação.
Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980).	RIBEIRO, Paula.	São Paulo, 2008.	(Tese de Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.
A mão e a luva: Judeus marroquinos em Israel e na Amazônia; similaridades e diferenças na construção das identidades étnicas.	LINS, Wagner.	São Paulo, 2010.	(Tese de Doutorado), - Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP.
Judeus, sinagogas, e rabinos: o judaísmo em São Paulo em mudança.	AVIGDOR, Renée.	São Paulo, 2010.	Tese de Doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Depto. de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP.

ANEXO 3

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO SOBRE JUDAÍSMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (SÉCULO XX)

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO SOBRE JUDAÍSMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO			
Título da Dissertação	Autor	Local e ano	Observações
A diferença: um estudo das representações sobre a identidade de um grupo de judeus de Porto Alegre.	PEREZ, Lea Freitas.	Porto Alegre, 1985.	Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
Imagens da ilusão: judeus marroquinos em busca da terra sem máles. (Pará – 1870-1910).	BEMERGUY, Amélia.	São Paulo, 1988.	(Dissertação de Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP.
Anti-Semitismo: Novas Facetas de uma velha questão.	KUPERMAN, Diane.	Rio de Janeiro, 1991.	Dissertação (Mestrado em Comunicação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930	CYTRYNOWICZ, Roney.	São Paulo, 1992.	(Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/FFLCH/USP.
Etnicidade judaica e as armadilhas da Contingência.	GRIN, Monica.	Rio de Janeiro, 1992.	Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro/IUPERJ.
O embate entre o coletivo e o indivíduo no Kibutz de hoje.	ROSENTHAL, Ruth Ellen.	São Paulo, 1992.	Dissertação (Mestrado em Serviço Social). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP.
A imigração judaica para o Rio Grande do Sul – a Jewish Colonization Association e a colonização de quatro irmãos.	GRITTI, Isabel Rosa.	Porto Alegre, 1992.	Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.
Memória e História: os Sefaradim em Porto Alegre.	BORIN, Marta Rosa.	Porto Alegre, 1993.	Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - PPGH. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.

Das manchetes as entrelinhas: Guerra e paz no Oriente Médio.	KUPERMAN, Diane.	Rio de Janeiro, 1995.	Dissertação (Mestrado em Comunicação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
Imigração dos poloneses em São Paulo (1925-1940).	HOJDA, Edith Gross.	São Paulo, 1995.	(Dissertação de Mestrado) - Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP.
Elementos do pensamento filosófico-religioso de Alfred Doblin e seu reflexo no Romance Berlin Alexanderplatz.	CORNELSEN, Élcio.	São Paulo, 1995.	Dissertação (Mestrado em Letras, Língua e Literatura Alemã). – Universidade de São Paulo/USP.
Etnicidade judaica em perspectiva comparada.	GRIN, Monica.	Estados Unidos, 1995.	Dissertação (Mestrado em História) - Brown University, Brown,
Judeus-Alemães no Brasil: Um estudo dos depoimentos das vítimas do nazismo.	CANER, Elisa.	São Paulo, 1996.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
O navegador das Estrelas.	SALEM, Helena.	Rio de Janeiro, 1996.	Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUCRJ.
A dimensão visual da propaganda nazista: as imagens do judeu e do “ariano”.	SZNITER, Célia.	São Paulo, 1996.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Judaísmo e ciência filosófica em G. W. F. Hegel.	SILVEIRA, Ronie Alexsandro Teles da.	Porto Alegre, 1996.	Dissertação (Mestrado em Filosofia). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
Fragmentos do passado: História de vida de mulhoreas imigrantes judias.	LERNER, Kátia.	Rio de Janeiro, 1996.	Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
Holocausto: Embate ideológico entre nazismo e judaísmo.	SCHNEIDER, Salomão.	São Paulo, 1996.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
O teatro iídiche em São Paulo.	PRISZKULNIK, Esther.	São Paulo, 1997.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Judeus de Sorocaba: Um resgate histórico.	RAPHANELLI, Noely Z. Oliveira.	São Paulo, 1997.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Judeus entre dois mundos: A Formação da Comunidade Judaica de Belo Horizonte (1922-1961).	CUPERSCHMID, Ethel Mizray.	Belo Horizonte, 1997.	Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFGM.

Identidade judaica: um modelo paulistano liberal.	HEMSI, Sylvana.	São Paulo, 1997.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
A trajetória de um artista da vanguarda brasileira dos anos 50/60: Anatol Wladyslawz.	LEVIN, Meiri.	São Paulo, 1997.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Imprensa ídiche em São Paulo: Vivência e dinamismo – San Paulel Iídiche Tsaitung (A gazeta israelita de São Paulo) 1937.	TERDIMAN, Esther Wajskop.	São Paulo, 1997.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
O marxismo e a questão judaica: Elementos para a história de uma relação difícil.	CLEMESHA, Arlene.	São Paulo, 1998.	Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo/USP.
Voz e Silêncio: A comunicação nas famílias de sobreviventes da guerra.	GANC, Lia.	Rio de Janeiro, 1998.	Dissertação (Mestrado em Comunicação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Representações da Cidade, visões do cotidiano: Porto Alegre e os imigrantes judeus no Estado Novo (1937-1945).	KREBS, Débora T.	Porto Alegre, 1999.	Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
A questão judaica e o Holocausto enquanto notícia: Ideologia e memória nas páginas de “O Estado de São Paulo”.	GUCLIELMO, Antonio Roberto.	São Paulo, 1999.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
O poço de Chaim Grade: Uma tradução Cultural.	MIDGAL, Genha.	São Paulo, 1999.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
O revisionismo e a relação entre fato e interpretação: A teoria sobre o Holocausto nazista como exemplo da problemática da representação.	GOMES, Cristina de Souza.	Rio de Janeiro, 1999.	Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura). – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUCRJ.
A eleição de Israel – Um estudo histórico comparativo sobre a doutrina do povo eleito.	FINGUERMAN, Ariel.	São Paulo, 1999.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.

Análise da incidência de mutações do gene Hexa na população judaica brasileira: Avaliação da importância de um programa preventivo da doença de Tay-Sachs.	ROZEMBERG, Roberto.	São Paulo, 2000.	Dissertação (Mestrado em Biologia Genética). – Universidade de São Paulo/USP.
Abrindo a caixa preta: uma leitura da sociedade israelense na década de 70.	SCHVARTZMAN, Gabriel Steinberg.	São Paulo, 2000.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Imigração judaica italiana (Gênova, janeiro de 1939).	SEGRE, Ariella Pardo.	São Paulo, 2000.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Formação territorial do Oriente Médio: A Gênese das fronteiras (1878-1945): Breve ensaio de Geografia Política – Uma reconstituição bibliográfica.	SILVA, Edilson Adão Candido.	São Paulo, 2000.	Dissertação de Mestrado (Geografia Humana). - Universidade de São Paulo/USP.
Compreendendo-se judeu: Educação da diferença numa sociedade pluricultural.	DORFMAN, Júlia Calvo.	Campo Grande, 2000.	Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul/UFMS.
Os paradoxos de uma identidade: O comportamento de consumo de judeus bem-sucedidos.	BLAJBERG, Carlos.	Rio de Janeiro, 2001.	Dissertação (Mestrado em Administração). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
A Questão da Palestina e a Fundação de Israel.	GOMES, Aura Rejane.	São Paulo, 2001.	Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/USP.
Quixote nas trevas: O embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo.	KOIFMAN, Fábio.	Rio de Janeiro, 2001.	Dissertação (Mestrado em História). - Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ.
Sinagogas: a sacralização do espaço e a espacialização do sagrado.	LEVISKY, Adriana Blay.	São Paulo, 2001.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura judaica). – Universidade de São Paulo/USP.

A trajetória sefaradita em “O Sr. Máni”, de A. B. Yehoshua – Considerações sobre identidade judico-israelense.	OLIVEIRA, Leopoldo Osório Carvalho de.	São Paulo, 2001.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Os Judeus em Uberlândia e Uberaba: uma contribuição à Geografia Cultural.	PÓVOA, Carlos Alberto.	Uberlândia/MG, 2001.	Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia/Universidade de Federal de Uberlândia (IGUFU).
Um morgado de misérias: Subsídios para um auto de um poeta marrano.	RIBEIRO, Benair Alcaraz Fernandes.	São Paulo, 2001.	Dissertação (Mestrado em História Social). - Universidade de São Paulo/USP.
Sociabilidade e aliança entre jovens judeus no Rio de Janeiro.	GRUMAN, Marcelo.	Rio de Janeiro, 2002.	Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
O klientelshik: relações de solidariedade e troca no comércio ambulante do Recife no início do século XX.	FONSECA, Juiria Jardim.	Recife, 2002.	Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
Reconhecimento e diferenciação nos caminhos da integração: a identidade judaica nas colônias agrícolas de Jewish Colonization Association – Quatro Irmãos e Moisés Villi (1890-1930).	BARBOZA, Tatiana Machado.	Porto Alegre, 2002.	Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
Os dialetos judeu-italianos: Um estudo sobre o Bagito.	BIGAZZI, Anna Rosa Campagnano.	São Paulo, 2002.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). Universidade de São Paulo/USP.
Representações psíquicas da circuncisão judaica. Análise de depoimentos de pais de crianças circuncidadas.	BOGUCHWAL, Betty.	São Paulo, 2002.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). Universidade de São Paulo/USP.
O Pentateuco: A lei de Moisés – Torá como fonte de direito.	FACCIOLLA, Branca Lescher.	São Paulo, 2002.	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP.
Idosos judeus sob cuidados fisioterapêuticos.	FARIA, Marcos Roberto de.	São Paulo, 2002.	Dissertação (Mestrado em Gerontologia). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP.

A comunidade judaica de Campinas: franceses, russos e poloneses (1870-1930).	NASCIMENTO, Ariel Elias do.	Campinas/SP, 2002.	Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.
As contribuições de Maimônides para a pedagogia e para a educação.	NETO, Samuel Pinto.	São Paulo, 2002.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
A representação do Holocausto na peça “After the Fall”, de Arthur Miller.	FELDMAN, Alexandre Daniel de Souza.	São Paulo, 2002.	Dissertação (Mestrado em Língua Inglesa, Literatura Inglesa e Norte Americana). – Universidade de São Paulo/USP.
A crisálida da filosofia dialógica de Martin Buber: A obra “Eu e Tu ilustrada por sua base hassídica”.	CROMBERG, Monica Udler.	São Paulo, 2002.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
A presença judaica em Passo Fundo: século XX.	SILVA, Nayme Marlene Nemmen da.	Passo Fundo/RS, 2002.	Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo/UPF.
A memória e a história do “Shteitl” na canção popular judaica.	BELK, Samuel Bynem.	São Paulo, 2003.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Os processos educacionais escolares na formação de identidades: O caso da escola judaica.	DANA, Doris Victoria.	Rio de Janeiro, 2003.	Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Estácio de Sá.
O comportamento do mediador no conflito entre árabes e israelenses.	DUARTE, Barbara Sampaio Vieira.	Rio de Janeiro, 2003.	Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUCRJ.
Resiliência, judaísmo e cultura organizacional. Inter-relações e reflexões.	LUCENA, Isabela Moreira de.	Recife, 2003.	Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
Um pecador quer nos ensinar? Religião e poder no episódio do cego de nascença.	RODRIGUES, Maria Paula.	São Bernardo do Campo/SP, 2003.	Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). – Universidade Metodista de São Paulo/UMESP.
Existem judeus em Fortaleza? Um estudo sobre identidade.	CASTRO, Abel de.	Fortaleza, 2003.	Dissertação (Mestrado em Sociologia). – Universidade Federal do Ceará/UFC.

O shabat e a conservação do judaísmo. O Sétimo Dia Faz Renascer a Quintessência e a Partícula elementar do Universo.	UMBELINO, Aleksandra L. Serbim.	Recife, 2003.	Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
A presença oculta: Genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX.	SANTOS, Paulo Valadares R. dos.	São Paulo, 2004.	Dissertação (Mestrado em História Social). – Universidade de São Paulo/USP.
O comentário (Peshar) de Habacuc: A comunidade de Qumran reintrepa o passado.	SILVA, Clarisse Ferreira da.	São Paulo, 2004.	Dissertação (Mestrado em História Social). – Universidade de São Paulo/USP.
Histórias Recontadas: imigrantes judias empresárias em São Paulo (1945-1956).	WEINBERG, Marie Felice.	São Paulo, 2004.	(Dissertação de Mestrado) – PPG em Literatura e Culturas Judaicas do Depto. de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP/FFLCH/USP.
Negociando Identidades. Os Fatores políticos e a re-significação da identidade judaica: o caso da comunidade de Pernambuco.	LIMA, Isabela Andrade de.	Recife, 2004.	Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
O judaísmo não-ortodoxo em São Paulo: Estudo de caso da comunidade Shalom.	AVIGDOR, Renée.	São Paulo, 2004.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Universidade de São Paulo/USP.
Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: Revisão Editora e as estratégias da intolerância (1987-2003).	JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de.	Assis/SP, 2004.	Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual Paulista/UEP, 2004.
Entremeios judaicos na ficção de Paul Auster.	LANDA, Dora.	São Paulo, 2004.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Judaísmo e Islamismo - a injunção das tradições religiosas com a prática sócio-jurídica.	JUNIOR, Oldir Züge.	São Paulo, 2004.	Dissertação (Mestrado em Direito). – Universidade de São Paulo/USP.
Estrela mingante: Memória e resignificação do judaísmo no interior do Estado do Pará.	LINS, Wagner Borges de Almeida.	São Paulo, 2004.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Universidade de São Paulo/USP.

A construção da identidade étnica judaica em I e II Macabeus.	OLIVEIRA, Leandro Carrari de.	Niterói/RJ, 2004.	Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal Fluminense/UFF.
O mito das quatro idades e as concepções especulativas da história nas tradições clássicas e judaico-helenísticas.	PASSUELO, Victor.	Porto Alegre, 2004.	Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
Uma travessia da história à ficção? A imigração judaica e a majestade do Xingu de Moacyr Seliar.	PATRÍCIO, Jenair Maria.	Florianópolis, 2004.	Dissertação (Mestrado em Literatura). – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.
Análise do Programa de Inovação Educativa em uma Escola Judaica do Rio de Janeiro.	MONTEIRO, Letícia Portieri.	Rio de Janeiro, 2004.	Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.
O Brasil e o Conflito árabe-israelense-palestino (1947-2005).	SANTANA, Carlos Ribeiro.	Brasília/DF, 2005.	Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). – Universidade de Brasília/UnB.
Um lugar judeu no Recife: A influência de elementos culturais no processo de apropriação do espaço urbano do bairro da Boa Vista pela imigração judaica na 1ª metade do século XX.	LUDERMIR, Rosa Bernarda.	Recife, 2005.	Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). – Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
Hassidismo e pentecostalismo: Pontos de contato.	MOREIRA, Carlos Alberto.	São Paulo, 2005.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura). – Universidade de São Paulo/USP.
Justiça e Gratuidade na Ética Judaica.	MALTA, Lucia Levy.	Piracicaba/SP, 2005.	Dissertação (Mestrado em Direito). – Universidade Metodista de Piracicaba.
A ética judaica inserida no sistema educacional como fator construtor da identidade comunitária: fatos e realidades.	IGLICKY, Ilana Rabinovici.	São Paulo, 2005.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
A Imortalidade da Alma na Obra do Rabino Mosseh Rephael d' Aguilar: a contribuição da releitura renascentista dos clássicos gregos para o debate sobre a dualidade entre corpo e alma.	KNIJNIK, Ivy J.	São Paulo, 2005.	Dissertação (Mestrado em História da Ciência). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUCSP.

O absoluto e o relativo: religião e ensino laico na escola judaica ortodoxa - um estudo de caso.	GONÇALVES, José Carlos.	São Paulo, 2005.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954).	WIAZOVSKI, Ticiania.	São Paulo, 2005.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
Música e aquisição do idioma hebraico: retenção, evocação e generalização.	SPIEWAK, Ruth Joffe.	São Paulo, 2005.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
A educação judaica em Pernambuco na interventoria de Agamenon Magalhães (1937-1945).	SILVA, Maria Amélia de Moraes e.	Recife, 2006.	Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
O mundo como catástrofe e representação: Testemunho, trauma e violência na literatura do sobrevivente.	SILVA, Pablo Augusto.	Campinas, 2006.	Dissertação (Mestrado em Sociologia). – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.
Ledor Vador: Construindo identidades judaicas de geração em geração (estudo exploratório de casos de família e escolas judaicas em São Paulo).	TRZONOWICZ, Alberto Samuel Milkewitz.	São Paulo, 2006.	Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo/USP.
Identificação/identidade: Linguagem, história e Memória na condição judaica.	SZUCHMAN, Esther.	Porto Alegre, 2006.	<i>Dissertação</i> (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso) Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.
Os emissários sionistas e o nacionalismo judaico no Rio Grande do Sul. 1945-1952.	BARTEL, Carlos Eduardo.	São Leopoldo/RS, 2006.	Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.
Resistência Cultural dos Judeus no Brasil.	BARBOSA, Luiz Alberto.	Goiânia, 2006.	Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Goiás/UCG.

A identidade incômoda: Identidades étnicas no Bellum Judaicum de Flávio Josefo.	DEGAN, Alex.	São Paulo, 2006.	Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo/USP.
Proteção à vida e à dignidade da pessoa nos conflitos armados – Guerra do Yom Kippur (1973). Análise de caso.	ESPÍRITO SANTO, Gilda Lopes de Figueiredo do.	Canoas/RS, 2006.	Dissertação (Mestrado em Direito). – Universidade Luterana do Brasil/ULBRA.
Um longo caminho até o lar: A representação da diáspora contemporânea e suas implicações no romance “O engate”, de Nadine Gordimer.	FELDMAN, Alba Krishna Topan.	Maringá/PR, 2006.	Dissertação (Mestrado em Letras). – Universidade Estadual de Maringá/UEM.
A liturgia dos hebreus: Uma análise de como as mudanças sociais influenciam as formas de culto.	FERNANDES, Celso Eronides.	São Bernardo do Campo, 2006.	Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
Entremeios e entretempos: aproximações do filme Shoah de Claude Lanzmann.	ALMEIDA, Luana C. de.	São Paulo, 2006.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Universidade de São Paulo/USP.
O personagem judeu na literatura brasileira.	LIMA, Raul Milton Silveira.	São Paulo, 2006.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica). – Universidade de São Paulo/USP.
História da cooperativa de crédito popular do Bom Retiro: Primeiras Incursões.	MACEDO, Gilma Maria Ramos de Almeida.	São Paulo, 2006.	Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica) – Universidade de São Paulo/USP.
Lembranças, esquecimentos e documentos: Ginásio Israelita Brasileiro Chaim Nachman Bialik e o enraizamento de um grupo judeu na cidade de São Paulo (1943-1955).	PEREIRA, Irene Maria Gonçalves.	São Paulo, 2006.	Dissertação (Mestrado em Educação). – Universidade de São Paulo/USP.
Línguas em extinção: o hakitia em Belém do Pará.	SCHEINBEIN, Cássia.	Belo Horizonte, 2006.	Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Produção de sentidos e construção de identidade judaica em Florianópolis.	SCHUCMAN, Lia Vainer.	Florianópolis, 2006.	Dissertação (Mestrado em Psicologia). – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.
A ‘Questão Palestina’ e os acordos de Oslo: segurança sem paz.	NEVES, Natalia Costa das.	Rio de Janeiro, 2007.	Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ.
Em defesa da herança de Auschwitz: releitura da história do Holocausto por meio da escritura autobiográfica das vítimas.	REGERT, Vera Silveira.	Santa Cruz do Sul, 2007.	Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Santa Cruz do Sul/UNISC.
O imigrante judeu na obra de Érico Veríssimo e seu papel na formação da sociedade.	SILVA, Adelgício José da.	São Paulo, 2007.	(Dissertação de Mestrado) Departamento de Letras Orientais da Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo/USP.
Comunidade Judaica do Recife – Possibilidades e entraves ao diálogo intra-religioso entre judeus asquenazes, sefarades e messiânicos: o que os distancia e o que os une	SILVA, Valéria Alvarenga Taumaturgo.	Recife, 2007.	Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco/UCPE.
Flores das flores para Hitler: 13 poemas traduzidos de Leonardo Cohen.	KOPROSKI, Fernando de Paulo.	Curitiba, 2007.	Dissertação (Mestrado em Letras). – Universidade Federal do Paraná/UFPR.
A poética da memória: o holocausto na obra de Jorge Semprun.	BELING, Romar Rudolfo.	Santa Cruz do Sul/RS, 2007.	Dissertação (Mestrado em Letras). - Universidade Santa Cruz do Sul/UNISC
Bauman e adorno: sobre a posição do holocausto em duas leituras da modernidade.	ALMEIDA, Felipe Quintão de.	Florianópolis, 2007.	Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC
Sinagogas do Pós-Guerra: 1950-2007.	EKERMAN, Sérgio Kopinski.	Salvador, 2007.	Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). – Universidade Federal da Bahia/UFBA.
Olhares Imigrantes: literatura judaica no Brasil.	COELHO, Elizabete Chaves.	Belo Horizonte, 2008.	Dissertação (Mestrado em Letras) - Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Vicária redenção: memória, historiografia e a questão do anti-semitismo no Rio de Janeiro na década de 1940.	FREIXO, Andre de Lemos.	Rio de Janeiro, 2008.	Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Rio de Janeiro (IFCS/PPGH/UFRJ).
Processo de identificação: um estudo de caso da Comunidade Judaica do Recife e sua relação com o Estado de Israel.	MUNIZ, Aristóteles Veloso da Silva.	Recife, 2008.	Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.
Klabin: os empresários, a empresa, e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)	MARGALHO, Maurício Gonçalves.	Niterói/RJ, 2008.	Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense/UFF.
A fala dos passos: Imigração e construção de espaços judaicos na cidade do Natal (1919-1968).	OLIVEIRA, Luciana Souza de.	Natal, 2009.	Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN.
A territorialidade judaica em Santa Maria/RS: uma contribuição à geografia cultural.	SANTOS, Maria Medianeira dos.	Santa Maria/RS, 2009.	Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.
Saudações para um mundo novo: o Clube de Cultura e o <i>progressismo judaico em Porto Alegre (1950-1970)</i> .	AGUIAR, Airan Milititsky.	Porto Alegre, 2009.	Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Curso de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS.
A estrela vermelha de Davi: imigração judaica do leste europeu (São Paulo, décadas de 1920 e 1930).	SILVA, Lucy Gabrielli Bonifácio da.	São Paulo, 2010.	(Dissertação de Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.
Abençoados aqueles que vêm: imigração e beneficência judaica em São Paulo (1900-1950).	LUZ, Márcio Mendes da.	Campinas/SP, 2011.	Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP.